

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO –
COORDENADORIA GERAL DE ESPECIALIZAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E
EXTENSÃO – PUC/SP**

CRISTIANE GOUVEIA ROBERTO

**E Agora? Apaixonei-me!
Do apadrinhamento afetivo à adoção: uma abordagem sistêmica**

ESPECIALIZAÇÃO EM TERAPIA FAMILIAR E DE CASAL

São Paulo

2014

CRISTIANE GOUVEIA ROBERTO

E Agora? Apaixonei-me!

Do apadrinhamento afetivo à adoção: uma abordagem sistêmica

ESPECIALIZAÇÃO EM TERAPIA FAMILIAR E DE CASAL

Monografia apresentada como
parte dos requisitos para
obtenção do título de
Especialista em Terapia Familiar
e de Casal da Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo sob a orientação da
Professora Doutora Marilene Aparecida Grandesso.

São Paulo

2014

CRISTIANE GOUVEIA ROBERTO

E Agora? Apaixonei-me!

Do apadrinhamento afetivo à adoção: uma abordagem sistêmica

Monografia apresentada como requisito necessário para obtenção do título de Especialista em Terapia Familiar e Casal. Qualquer citação atenderá as normas da ética científica.

Monografia apresentada em ____/____/____

Orientadora: Professora Doutora Marilene Aparecida Grandesso

1ª Examinador (a) Prof.(a). Titulação. Nome do Examinador

2ª Examinador (a) Prof.(a). Titulação. Nome do Examinador

Coordenadora: Professora Doutora Rosa Maria Stefanini de Macedo

Dedico este trabalho a DEUS,
minha família,
a todas as crianças e adolescentes
que vivem a situação de acolhimento e fazem
parte da minha história
e à minha querida orientadora Marilene.

AGRADECIMENTOS

Considero que este ano foi difícil para mim diante de perdas e tristezas, para finalizar o ano ganho a alegria de realização deste trabalho.

Em primeiro lugar agradeço a DEUS, que em todas as situações me direciona e sustenta.

À minha família, que é de fundamental apoio às minhas realizações e conquistas.

À minha excelente orientadora Doutora e Professora Marilene, perspicaz, sagaz, delicada, sensível, acolhedora, enfim ... me conduziu com maestria.

Às famílias que atenderam prontamente meu pedido para compor este trabalho. Especialmente as crianças, paixões da minha vida.

Ao Centro de Promoção Social Bororé, lugar de aprendizado e conquistas, onde sinto que também fui acolhida.

A todos os professores do curso que enriqueceram os meus conhecimentos e minha prática profissional.

Aos meus colegas de curso, especialmente a Ana, com quem compartilhamos histórias, com risos e choros.

“O amor é paciente, o amor é bondoso. Não inveja, não se vangloria, não se orgulha.

Não maltrata, não procura seus interesses, não se ira facilmente, não guarda rancor.

O amor não se alegra com a injustiça, mas se alegra com a verdade.

Tudo sofre, tudo crê, tudo espera, tudo suporta”.

(1Co 13. 4-7)

RESUMO

E AGORA? APAIXONEI-ME! DO APADRINHAMENTO AFETIVO À ADOÇÃO - UMA ABORDAGEM SISTÊMICA

Cristiane Gouveia Roberto

NUFAC – Núcleo de Família e Comunidade da PUC – São Paulo

2014

Conforme dados obtidos em novembro de 2014 no site do Conselho Nacional de Justiça, em todo o Brasil são 45.502 crianças e adolescentes que vivem em situação de acolhimento institucional, por deixarem de conviver com suas famílias e existem 3.676 entidades de acolhimento em todo o país. O ideal seria que toda criança se desenvolvesse no “seio familiar”, na sua família de origem ou extensa, porém devido à negligência, abandono, maus-tratos, drogadição, problemas psiquiátricos, relações familiares difusas, entre outros fatores, eventualmente esta situação torna-se improvável. Consequentemente, o acolhimento institucional entra como medida protetiva e, a princípio, provisória. Entre as crianças e adolescentes acolhidos, há um número considerável com remotas ou inexistentes chances de reintegração familiar ou adoção, devido à idade, deficiências, o diagnóstico de soropositivos(as), por fazerem parte de grupo de irmãos, afrodescendentes, ou doenças crônicas. O Apadrinhamento Afetivo pode entrar como uma alternativa concreta e humanizada para efetivar a convivência familiar, social e comunitária dessas crianças e adolescentes. Através de um estudo qualitativo, numa abordagem sistêmica, este trabalho visa compreender a transição de relações de apadrinhamento de crianças e adolescentes para relações de parentalidade, à luz das narrativas que contam as histórias envolvidas nesse processo, onde a adoção surge como uma escolha. Participaram desse estudo famílias que adotaram a partir de um apadrinhamento afetivo. As informações foram obtidas através de entrevista semiestruturada, onde os pais foram entrevistados separadamente das crianças. Além disso, usamos como forma de ampliar nosso entendimento, um filme que retrata o tema da adoção nesse contexto pós-apadrinhamento. As famílias são de classe média a média alta e todos com formação universitária, inclusive alguns pós-graduados. Os significados associados ao apadrinhamento afetivo pelas crianças e adolescentes e pelos familiares giram em torno de sentimentos de felicidade, amor, carinho, afinidade e vínculo. A adoção mostrou-se associada a uma persistência de propósitos para fazer frente a um período de morosidade e luta, mas que se torna imperativa, devido à afinidade e vínculo afetivo que se apresentou na convivência do apadrinhamento afetivo. Em todas as famílias, a convivência no apadrinhamento gerou laços de afeto entre os envolvidos, sendo que as crianças e adolescentes já se sentiam pertencentes a uma família e eram legitimados como tal.

Palavras-chave: Acolhimento Institucional. Família. Adoção. Apadrinhamento Afetivo

Orientadora: Marilene Aparecida Grandesso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 BREVE HISTÓRICO SOCIAL DA CRIANÇA ABANDONADA	19
2.1 Histórico social da criança abandonada no Brasil	28
2.2 Quem são as crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente no Brasil	34
2.3 O que é o Acolhimento Institucional	40
3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA	43
3.1 Família e ciclo vital	48
4 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	54
4.1 Significados, Linguagem e Narrativa	54
4.2 A prática narrativa	61
5 A ADOÇÃO	66
5.1 A adoção ao longo dos tempos: uma retrospectiva histórica	69
5.2 As motivações que levam à adoção	74
5.3 Aspectos psicológicos da adoção	76
5.4 Acompanhamento profissional nas adoções	90
5.5 Os possíveis significados da adoção para a criança ou adolescente	94
6 O APADRINHAMENTO AFETIVO	98
6.1 A construção social do apadrinhamento afetivo do ponto de vista legal	101
6.2 Construções narrativas sobre o apadrinhamento afetivo	103
7 OBJETIVOS DA PESQUISA	114
7.1 Objetivo geral	117
7.1.1 Objetivos Específicos	117

8 MÉTODO	119
8.1 Participantes	119
8.2 Instrumentos	120
8.3 Procedimento.....	121
9 CORPUS DESSE ESTUDO	126
9.1 Apresentação dos participantes	126
9.1.1 História 1 - O Período Gestacional de Júnior	126
9.1.2 História 2 - A Grande Família	137
9.1.3 História 3 - O Contador de Histórias	153
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
REFERÊNCIAS	175
APÊNDICES	179
ANEXOS	187

INTRODUÇÃO

Conforme dados obtidos em novembro de 2014 no site do Conselho Nacional de Justiça ⁽¹⁾, em todo o Brasil são 45.502 crianças e adolescentes que vivem em situação de acolhimento institucional, mantidos por Organizações Não Governamentais (ONG's), igrejas ou outras instituições. São Paulo é o estado com o maior número de crianças e jovens em acolhimento, com 12.768 do total. É o que mostra o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA). O CNCA foi instituído pelo Conselho Nacional de Justiça em outubro de 2009, para reunir informações sobre crianças e jovens que, por alguma razão, deixaram de conviver com suas famílias.

De acordo com o cadastro, existem 3.676 entidades de acolhimento institucional em todo o país. São Paulo é o Estado com o maior número de unidades de acolhimento: são 883 no total.

Cunha define o acolhimento institucional:

Uma das medidas de proteção para crianças e jovens ameaçados em seus direitos básicos, desprotegidos e em estado de abandono social. Compete a ele [Estado] oferecer o acolhimento, a moradia, a proteção e um cotidiano saudável, enquanto as equipes e serviços municipais de assistência social estão em busca de condições para reintegração à família e à comunidade, oferecendo os serviços de atendimento à criança e ao adolescente e a seus familiares. (CUNHA, 2003, p.19)

O acolhimento, então pode ser compreendido como um local que possa garantir estabilidade às crianças e jovens por um tempo, enquanto os serviços assistenciais buscam preparar as famílias para reaver seus filhos.

¹ <http://www.cnj.jus.br/cnca/publico/>

Uma outra definição vem de Gulassa:

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária institui o nome acolhimento para a ação de atender e cuidar temporariamente de crianças e adolescentes que precisam ser separados de suas famílias por estarem em situação de vulnerabilidade ou risco. (GULASSA, 2010, p. 24)

Para ela o acolhimento é um ambiente de relacionamento e vinculação onde as crianças e adolescentes tenham atividades que proporcionem aconchego e desenvolvimento.

O ideal seria que toda criança se desenvolvesse no “seio familiar”, na sua família de origem ou extensa, porém devido à negligência, abandono, maus-tratos, drogadição, problemas psiquiátricos, relações familiares difusas, entre outros fatores, eventualmente esta situação torna-se improvável, conseqüentemente o acolhimento institucional entra como medida protetiva e a princípio provisória. Pela legislação brasileira, o período de acolhimento não pode ultrapassar dois anos.

Conforme o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) - 1990 ⁽²⁾, toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas nocivas ao seu desenvolvimento físico e mental.

² O ECA refere-se à Lei 8.069 de 13/07/1990, que versa sobre os direitos e políticas de atendimento referentes às crianças e adolescentes brasileiros

Por meio da minha experiência profissional de mais de 12 anos em atendimento clínico com crianças e adolescentes acolhidos e de mais de 06 anos atuando diretamente no contexto de acolhimento institucional, no Centro de Promoção Social Bororé ⁽³⁾, percebo que crianças e adolescentes, permanecem acolhidos por mais de dois anos, sendo que um grande número deles não recebem visitas de seus familiares e aguardam respostas quanto à situação de acolhimento. A princípio os caminhos possíveis são: reintegração familiar, adoção ou permanência no acolhimento.

Entre as crianças e adolescentes acolhidos, há um número considerável com remotas e/ou inexistentes chances de reintegração familiar ou adoção, devido à idade, deficiências, o diagnóstico soropositivos(as), grupo de irmãos, afrodescendentes, ou doenças crônicas.

Entre a institucionalização e a adoção, geralmente há um longo caminho. Para que uma criança ou adolescente seja encaminhado para adoção as chances de reinserção familiar precisam ser esgotadas. Isso na maioria das vezes leva um tempo, pois a lei garante a prioridade familiar. Então existe um tempo de busca e investimento social e psicológico na família, às vezes nuclear; os pais biológicos; ou na família extensa, tios, avós, bisavós e primos.

Esgotadas as possibilidades para a família, pois não conseguiu apresentar condições de garantir os direitos dos filhos ou realmente abriu mão de exercer a parentalidade, inicia-se uma ação de destituição do poder familiar (sentença judicial que retira os poderes dos pais sobre os filhos, como consequência do descumprimento das obrigações e dos deveres parentais).

³ O Centro de Promoção Social Bororé, entidade de acolhimento institucional, autorizou sua divulgação (apêndice B)

Concluída esta ação as crianças ou adolescentes são encaminhadas para o setor de adoção da Vara de Infância e Juventude que acompanha cada caso. O Cadastro Nacional de Adoção será analisado e a criança e ou adolescente encaminhado às famílias, casais ou pessoas onde haja consonância com o perfil destes e dos candidatos à adoção.

Até aqui, com esta explanação, parece que geralmente temos um final feliz, não é? Porém, conforme pesquisas, o perfil solicitado entre os candidatos à adoção, principalmente apresentam como características necessárias: menina, branca e de até 02 (dois) anos de idade.

Difícilmente teremos no Cadastro Nacional de Adoção, adotantes que busquem grupo de irmãos, afrodescendentes e com idades acima de 04 (quatro) anos. Tenho observado um número maior de acolhimentos institucionais de recém-nascidos, e presenciado que passado um ano ainda continuam acolhidos, mesmo sem visitas de familiares. Creio que devido à demanda de casos nas Varas de Infância e Juventude, o processo torna-se moroso. Também, muitas vezes o acolhimento institucional ocorre quando a criança tem por volta de 02 (dois) ou 03 (três) anos, conseqüentemente quando ocorrem as ações de destituição de poder familiar, já se passou geralmente tempo significativo, e elas são consideradas de “idade avançada” para adoção.

O Apadrinhamento Afetivo pode entrar como uma alternativa concreta e humanizada para efetivar a convivência familiar, social e comunitária de crianças e adolescentes que convivem em situação de acolhimento institucional com remotas ou inexistentes chances de adoção. Tal prática veio favorecer a quebra do isolamento, através de vinculação afetiva com padrinhos/madrinhas selecionados e preparados para tal.

Apadrinhar uma criança ou adolescente é ter a mesma disponibilidade afetiva destinada a um “afilhado” da família, para um “afilhado” que mora em um serviço de acolhimento institucional (BITTENCOURT, 2014). Numa família, um padrinho ou uma madrinha constrói um laço de parentesco por afinidade, religião ou eventos acadêmicos como formaturas.

O apadrinhamento afetivo pode ser considerado um recurso novo, algumas instituições como o Projeto Aconchego em Brasília, o Projeto Padrinho em Mato Grosso do Sul, Instituto Amigos de Lucas em Porto Alegre, Recriar no Paraná, Quintal de Ana no Rio de Janeiro e o GAASP em São Paulo, entre outros, já o mantém como prática. Em São Paulo algumas instituições de acolhimento vêm buscando formação para organização do programa.

Na instituição onde presto serviços, no Centro de Promoção Social Bororé, elaboramos um projeto e buscamos autorização junto à Vara de Infância e Juventude para implantação do projeto de apadrinhamento afetivo. Após autorização judicial, gradualmente estamos efetivando o trabalho.

O caminho a ser percorrido pela prática do apadrinhamento segue uma trajetória que passamos a descrever a seguir. Primeiramente, são realizadas entrevistas com os candidatos ao apadrinhamento afetivo, onde a proposta é apresentada. Os candidatos preenchem uma ficha de apresentação. É realizada, então, uma visita na residência. A seguir, os candidatos são convidados para participarem de uma oficina de formação, onde serão trabalhados quanto ao conhecimento sobre as crianças e adolescentes e suas famílias, a situação de acolhimento, objetivos do programa, reconhecimento das motivações pessoais que os levaram ao programa e construções dos vínculos.

Após esta etapa é organizado um encontro de apresentação dos candidatos ao apadrinhamento com as crianças e adolescentes autorizados a participarem do projeto. Em nossa instituição, fazem parte desse grupo, as crianças acima de 08 anos, ou que estejam acolhidas há mais de dois anos e não recebam visitas. Logo mais padrinhos e madrinhas iniciam participação nas visitas do acolhimento, realizadas no segundo e quarto domingo do mês.

Neste processo, surgem as “paqueras”, os “namoros” e candidatos escolhem seus “afilhados”, ou os “afilhados”, escolhem seus padrinhos. Como ocorre esta escolha, poderia ser tema de outro estudo.

A partir desta etapa, quando considerado pela equipe técnica do acolhimento: psicóloga, assistente social e direção, que vínculos afetivos se formaram, segue solicitação de autorização para Apadrinhamento Afetivo de determinada criança e ou adolescente com determinado candidato, para a Vara da Infância e Juventude para que os “afilhados” possam frequentar e pernoitar na residência dos padrinhos, viajar, passear e passar férias.

Neste período as crianças e adolescentes são trabalhados em atendimentos psicológicos individuais e entrevistas sociais sobre o que é o apadrinhamento afetivo e as relações estabelecidas nesse caminho.

Pensar no apadrinhamento afetivo me faz lembrar do termo “rememoração”, introduzido no mundo da Terapia Narrativa por Michael White (Morgan, 2007; White, 2012), ou seja, podemos pensar a vida das pessoas, especialmente das crianças e adolescentes acolhidos, como um clube com membros. Ao longo de nossas vidas nos relacionamos com várias pessoas, estas podem ser consideradas membros de nosso “clube” de vida. Estas relações, chamadas inclusive, de filiações significativas, trarão experiências dotadas de significados e importância que contribuirão no desenvolvimento de

crenças, preferências, desejos, qualidades pessoais, etc. Eventos constituintes da lembrança da criança e do adolescente fomentarão a construção de uma história alternativa, enriquecendo detalhes, evidenciando habilidades, potencialidades e capacidades, eventualmente ainda não percebidas, devido ao possível sofrimento psíquico, pelo tempo de acolhimento institucional e vivências anteriores. Na convivência, possível no apadrinhamento afetivo, percebemos o quanto padrinhos e afilhados tornam-se nessa relação figuras afetivas significativas um para o outro.

As experiências extra-acolhimento, como passeios, viagens, novas vivências relacionais de uma família “convencional”, entre outros acontecimentos, propiciados pelos padrinhos, podem tornar-se ao longo da história da criança ou adolescente acolhido, um contexto para acontecimentos inusuais que possam favorecer “eventos singulares”, não disponíveis nos contextos dominantes, nas suas vidas na instituição, eventualmente negligenciadas, devido à história dominante, às vezes marcada pelo abandono e negligência. White (2012) chama de “acontecimento singular”, eventos e experiências dotados de extremo potencial significativo, mas que ficam como que “escondidos”, porém podem ser a ponte de acesso quando retomados, para enfrentamento das vicissitudes e intempéries da vida.

Para poder ser considerado um acontecimento singular, o evento deve ser qualificado como tal pela pessoa envolvida e, potencialmente, contradizer a história dominante.

Quando os contextos de vida são muito restritos e limitados a criança ou adolescentes nem sempre tem oportunidades para conhecer seus próprios recursos e possibilidades.

Este estudo busca traçar o caminho alternativo que culmina na adoção. Como os afilhados passam a ser filhos? Quais os significados presentes no campo dos valores e crenças na família que opta pelo apadrinhamento afetivo? Como é esta família? Quais os significados construídos nas relações da criança ou adolescente nessa transição? Qual a construção desta relação que culminou na opção pela adoção? Inclusive considerar a construção narrativa da criança ou adolescente em torno do apadrinhamento afetivo e consequente adoção.

A adoção constitui uma das medidas de colocação em lar substituto, além da guarda, da tutela e do apadrinhamento. (PAIVA, 2004)

Conforme Paiva, a adoção é o meio mais completo de ressignificar relações familiares para uma criança ou adolescente acolhidos e de fomentar relações paterno-filiais. Os fatos que permeiam as adoções são diversos, como: falecimento ou desaparecimento dos pais, maus-tratos, abusos, entre outros, que acarretam na destituição do poder familiar. Porém, primordialmente, a questão do abandono permeia a adoção, embora não seja determinante.

Através de um estudo qualitativo este trabalho visa compreender o caminho percorrido desde o apadrinhamento afetivo de crianças e adolescentes institucionalizados até a adoção. É nossa intenção compreender as possibilidades relacionais e afetivas oriundas do apadrinhamento afetivo no que diz respeito aos significados presentes dos quais a adoção surge como uma escolha.

Com base nessas questões, faço um levantamento histórico da criança abandonada e procuro conceituar o que vem a ser o acolhimento institucional. Em seguida uma breve consideração sobre a família contemporânea. No

capítulo seguinte contextualizo este trabalho de acordo com o modelo de pensamento pós-moderno, considerando a construção social das práticas e formas de vida. A teoria narrativa e o pensamento sistêmico ofereceram o contexto específico para estruturar o presente projeto e organizar a análise do corpus. Faço uma explanação sobre o histórico da adoção e os aspectos psicológicos implicados nesse processo, a seguir as construções narrativas possíveis a cerca do apadrinhamento afetivo. Finalizo com uma revisão dos significados atribuídos à relação de apadrinhamento afetivo entre padrinhos e afilhados e subsequente adoção.

2 BREVE HISTÓRICO SOCIAL DA CRIANÇA ABANDONADA

A prática de abandono de crianças atravessa os séculos, desde os tempos bíblicos. Em algumas épocas, a cada duas crianças nascidas, uma era abandonada na Europa. No Brasil, a prática de abandono de crianças tem seus primórdios desde a colonização.

Em algumas épocas a prática de abandonar crianças era aceita, tolerada e fomentada, onde a criança era preterida em relação aos interesses da sociedade e do mundo adulto.

Desde a antiguidade e em narrativas presentes na mitologia, inúmeros são os motivos que culminavam no abandono de crianças: miséria, necessidade, profecias, controle de natalidade, dúvidas sobre a paternidade, distribuição de bens, protesto político e deformidade da criança.

Na antiguidade o aborto era permitido e o infanticídio aceito.

No Brasil a prática de abandono dos filhos foi um costume trazido pelos brancos europeus, pois os índios não abandonavam seus filhos. Assim, as leis, os modelos de instituições de abrigos e de proteção à criança, foram constituídos a partir dos moldes europeus.

Até o final da década de 1980 a história brasileira pouco considerou as crianças e a família num modo geral, foi a partir da chamada “História Nova”, que Maria Luiza Marcílio verificou a presença de índices significativos de crianças ilegítimas e de crianças abandonadas em nosso país no passado. (MARCÍLIO, 2006).

Na Europa, e conseqüentemente no Brasil, existiu o costume de os genitores deixarem indícios para identificações futuras, caso no futuro pretendessem reaver os filhos. Este costume foi mantido até o final do século XIX.

As crianças abandonadas livres não podiam tornar-se escravas, mas não era o que acontecia. Em alguns casos eram abusadas e submetidas a deformidades físicas para que pudessem mobilizar as pessoas e com a prática da mendicância favorecer terceiros. Às vezes tornavam-se servas, ou eram destinadas à prostituição ou escolas de gladiadores.

Boswell (apud Marcílio, 2006) coloca que por muito tempo nenhum concílio ou autoridade eclesiástica proibiu ou condenou a prática de abandono de crianças, embora tenha estudado profundamente a legislação canônica referente a este assunto.

No início da Idade Média as crianças continuavam sendo abandonadas em grande escala, a pobreza dos genitores era o principal motivo.

Entre os séculos V e X, a igreja apresentou atuação significativa na recepção e na distribuição de bebês abandonados, mas ainda sem considerações importantes quanto à condenação da prática de abandono de crianças.

Por volta de 906 Regino de Prüm reuniu a primeira significativa coleção de decretos canônicos, que influenciou a Igreja do Ocidente, onde o infanticídio era punido severamente. Porém até o século XIII, a tradição canônica aceitou o abandono.

À época, embora com escassa informação, foi possível identificar que uma parcela ínfima de crianças abandonadas eram adotadas. A maior parte era vendida como servas ou escravas. Inclusive a igreja as considerava escravas.

Os mosteiros tornaram-se um abrigo para muitas crianças abandonadas. Neste local poderiam vestir-se, alimentar-se, se educar e conquistar a “salvação” para si e a família. Os monges assumiam a educação moral e espiritual dessas crianças até a maioridade, quando podiam decidir se permaneciam ou não no mosteiro.

Conforme Boswell (apud Marcílio, 2006), houve a época da oblata, onde os pais entregavam seus filhos à igreja, em nome de uma oferta a serviço de Deus, também considerada uma forma de abandono, porém mais “humanizada”. Aparentemente, essa era uma resolução à questão do abandono, onde as crianças não mais eram expostas a própria sorte, mas entregues nas mãos de Deus.

No século XI aparece a figura do ermitão, que recolhe em várias regiões bebês expostos. Com essa atitude individual surgem os primeiros organismos de socorro à infância abandonada nas aldeias e nas cidades. (MARCÍLIO, 2006).

Com o renascimento das cidades e o desenvolvimento da economia de troca, cria-se uma nova etapa assistencialista, por volta dos séculos XI e XII. Passam a existir os benfeitores e os assistidos, com a formação de “obras de caridade”, com a possibilidade de se institucionalizarem, fomentadas pelo sentimento de compaixão ou caridade.

A igreja passa a conceder indulgências às instituições que cuidam dos mais necessitados, estimulando a expansão desta prática.

Dessas comunidades de caridade se formam as instituições pioneiras de proteção à infância órfã ou abandonada. Assim, no século XIII, inicia-se a etapa de caridade pública de proteção à infância abandonada.

Com o aumento da demanda de necessitados tornou-se necessário a criação de obras especializadas, que ganhavam nomes especializados. As dos abandonados e pobres, chamava-se brefotrófio; as dos órfãos, orfanotrópios, inicialmente entregues aos bispos.

Em 1203, pescadores retiravam no rio Tibre, grande quantidade de bebês afogados, o que mobilizou O Papa Inocêncio III (1198-1216), que destinou primordial atenção à assistência institucionalizada à criança abandonada. O Papa, então, liberou o Hospital de Santo Espírito in Saxia (ao lado do Vaticano) para receber os expostos e abandonados. Fora do hospital, ao longo do muro, foi colocada a primeira “Roda”, para receber os bebês.

“Roda” era um aparato de madeira onde se depositava o bebê. Tinha a forma cilíndrica e uma divisória no meio, sendo preso junto ao muro ou na janela da instituição. O bebê era colocado no aparato na parte que ficava externa à instituição, onde era girado, em seguida a sineta era tocada, para que a vigilante ou Rodeira pudesse receber o bebê. Quem abandonava o bebê retirava-se do local sem ser identificado.

A primeira preocupação era batizar as crianças. Em seguida as crianças recebidas eram entregues a amas-de-leite ou alimentadas com leite de cabra. As amas, ou moravam nas redondezas, ou levavam as crianças para suas

casas. Ao desmame, entre quinze e dezoito meses, as crianças passavam a viver no hospital por volta de até, os oito ou dez anos. Em alguns casos as amas escolhiam permanecer com as crianças. Com a idade entre oito e dez anos as crianças eram entregues a mestres-artesãos que lhes ensinavam o trabalho. As moças recebiam dotes para o casamento e os rapazes eram mantidos até ficarem autônomos.

Este modelo adotado em Roma tornou-se padrão para toda a Europa pelos sete séculos seguintes, onde existia uma alta taxa de mortalidade.

No século XVII e no início do século XVIII, época de predomínio moralista, a ilegitimidade e o abandono de bebês na Europa diminuíram, consequência das normas determinadas pelo Concílio de Trento, que excomungara os concubinos no século XVI.

A “Roda de Expostos”, para fornecer assistência aos desamparados foi considerada uma maneira de defesa dos bons costumes e da família pelos moralistas, especialmente no século XVII, embora também os filhos legítimos fossem encaminhados ao sistema.

Porém na segunda metade do século XVIII, a ilegitimidade toma medidas desproporcionais novamente na Europa, conseqüentemente a exposição de bebês e abandono. Com este aumento na Europa, no final do século houve a necessidade de participação mais efetiva do Estado para a busca de novas alternativas. Enquanto isso existia o problema da amamentação dos bebês, devido ao número insuficiente de amas-de-leite.

Nos séculos XVIII, XIX e XX, iniciam-se as primeiras políticas públicas sociais, a fase da filantropia. O intuito era conciliar estas políticas com as ideias

do progresso, da ciência, da medicina higiênica, do interesse da nação, do liberalismo.

Em resposta às críticas, à igreja e às novas ideias, com uma concepção produtiva e utilitarista do século XVIII, surge uma postura de prevenção em relação às comunidades de caridade, buscando alterar o sistema de caridade religiosa, ou privada, por uma beneficência pública. Fomentava-se a necessidade de maior participação do Estado em questões de saúde pública e de assistência social aos pobres e necessitados.

A assistência social progrediu dos moldes de caridade privada para o da política secularizadora, entre os séculos XVI e XIX, onde essa tarefa cabia aos poderes públicos.

Com a nova concepção utilitarista, a partir de 1760, aparecem as teorias que fomentam a profissionalização das crianças abandonadas, como agricultores, ou bons soldados, já que pertenciam ao Estado ou ainda como enviados às colônias que a Europa conquistava, para trabalhos pesados, pois eram considerados “devedores da sociedade”.

Nesta nova perspectiva, o exposto precisava ser uma ferramenta de progresso, usada a serviço do bem do Estado. Logo estavam sendo usadas como cobaias de novas experiências médicas.

Há um caminho histórico das crianças abandonadas que parte do aspecto religioso-moral e segue rumo ao material-econômico com as comunidades de obras sociais de iniciativa privada. Com isto surge o termo filantropia.

Nesta época a caridade não era mais considerada exclusivamente de origem divina, mas condição da própria natureza humana. Também os pobres não precisavam ser cuidados apenas por sentimentos de caridade, mas para que fossem direcionados racionalmente.

“A afeição, antes de ser um dever, era uma necessidade”. (MARCÍLIO, 2006, p. 74)

Poderia ser considerado motivo de grande gozo cuidar de um “desafortunado”, recuperando-lhe a autoestima e atenção. Conseqüentemente, a beneficência tornava-se um ato de poder, buscando a “gratidão” do “ajudado”.

Filantropia e caridade caminharam juntas no mesmo propósito no século XIX: trabalhar as relações pessoais com as famílias populares visando o controle social.

Inicialmente o propósito da filantropia foi melhorar a qualidade de vida de operários e seus filhos e diminuir a pobreza. À época houve um significativo aumento na taxa de nascimentos e uma taxa de mortalidade decrescente, isso ampliou o número de crianças. O século XIX ficou conhecido como o século da criança na Europa, tanto das crianças legítimas, ilegítimas como as abandonadas. Infelizmente nas camadas mais pobres a mortalidade infantil ainda era expressiva, o que passou a ser considerada uma perda ao Estado.

No século XIX, na Europa, houve um interesse público e do Estado maior em cuidados mais racionais, higiênicos e científicos para com as crianças, visando seu bem estar e desenvolvimento.

A reeducação neste aspecto foi fundamental nesta época. Colônias agrícolas para crianças abandonadas com modelo filantrópico da Europa chegaram até o Brasil.

A filantropia buscava transformar jovens delinquentes e crianças abandonadas por meio do trabalho e da reclusão. Havia uma preocupação fundamental em profissionalizar os expostos no século XVIII.

No século XIX, com aumento de bebês expostos na Europa, as autoridades responsáveis buscavam alternativas políticas para diminuir o abandono de crianças. Uma alternativa inovadora foi a alocação em famílias ou ajuda às mães pobres buscando evitar o abandono e mudar o sistema da Roda.

As regras do higienismo da época propagavam a preocupação com as vestimentas e alimentação das crianças. A filantropia preocupava-se com o corpo.

Até hoje é possível observar esta preocupação quase externa, desconsiderando os significados atribuídos pela criança à sua situação de abandono e às suas relações estabelecidas, seja com amas-de-leite, benfeitores, religiosos, mães sociais ou padrinhos.

O higienismo criou programas para diminuir a mortalidade infantil entre os expostos, especialmente novas solicitações quanto às amas-de-leite e várias outras exigências voltadas à área de saúde.

Avanços no trato do leite e mamadeiras e novas descobertas na área de medicina propiciaram a amamentação artificial e potencializaram a nutrição das crianças das camadas mais pobres e das abandonadas nas Casas de Expostos.

Com o avanço na industrialização do leite, as amas-de-leite tornaram-se desnecessárias. Esse foi um dos motivos que culminaram na extinção das Rodas de Expostos, que encerraram expediente europeu no final do século XIX.

Perante o alto índice de mortalidade infantil entre os expostos, a situação tornou-se uma questão de ordem demográfica e econômica que anteriormente era considerada moral e social. Assim iniciaram-se discussões internacionais em relação à temática de proteção à infância, delineando-se a formulação dos Direitos Universais da Criança. Dessa forma, a questão passa a ser de solidariedade social e ajuda às famílias com prole numerosa.

Em 1840, em Paris, surgem as creches. Com isso as mães operárias não precisavam mais abandonar seus filhos para trabalhar, tornando-se uma alternativa salutar às necessidades de cuidado de crianças, diminuindo os altos índices de abandono.

No século XX a filantropia ainda não havia sido extinta na Europa, e a história mostra uma profissionalização das assistências públicas e das políticas sociais.

Em cinquenta anos, o centro de interesses voltados à infância caminhou da conscientização de uma criança infeliz e sem família, sendo necessário um quadro jurídico funcional que encontrasse soluções para a alimentação da

criança, chegando na conscientização da criança enquanto um ser, considerando a importância de seu relacionamento com sua família, especialmente com a mãe para seu desenvolvimento.

Com esta perspectiva, um caminho longo foi percorrido no intuito de realizar a nova Declaração dos Direitos da Criança, adotada pelas Nações Unidas em 1959 e em seguida a Convenção da ONU pelos Direitos da Criança, de 1989. A criança passa a ser considerada um sujeito de “Direito”. (MARCÍLIO, 2006, p.87)

Após a Segunda Guerra Mundial, a filosofia filantrópica passa a não suprir as particularidades da assistência e da proteção à infância desvalida. Surgiu então uma nova etapa nas políticas sociais públicas de assistência, com a participação do Estado, que tornava-se o Estado do Bem-Estar Social.

Em síntese os cuidados destinados à questão da infância abandonada inicialmente tiveram predomínio caritativo, o que perdurou até o século XIX. Num segundo momento até 1960, apresentou-se filantrópico e, nas últimas décadas do século XX, constitui-se o Estado do Bem-Estar Social, que se responsabilizava pela criança abandonada.

2.1 Histórico social da criança abandonada no Brasil

Assim como o costume de abandonar os filhos, as medidas iniciais de assistência fornecidas à criança abandonada no Brasil foram trazidas de Portugal.

Devido às condições de miséria, exploração e marginalização, os índios abandonavam seus filhos e posteriormente os negros e mestiços.

A cultura européia de família: com o casamento eterno, monogamia e o casamento como sacramento foi de difícil adaptação entre os índios, negros e mestiços, fomentando os adultérios e o aumento de “excedentes”, consequentemente o aumento do infanticídio e abandono. (MARCÍLIO, 2006)

Os costumes indígenas e africanos não se ajustavam às práticas familiares europeias. Uma consulta a história da época torna possível identificar um forte choque cultural, com a massificação de um povo suprimido em suas crenças e valores.

Os missionários Jesuítas enviados ao Brasil por Portugal, com plenos poderes, investiram nos indiozinhos, ignorando as crianças abandonadas, ilegítimas e filhos das escravas. Para manter financeiramente os colégios-seminários de pequenos índios, os padres da Companhia de Jesus formaram as Confrarias do Menino Jesus que inicialmente receberam pequenos órfãos legítimos trazidos de Portugal. Pressionados passaram a acolher filhos de luso-brasileiros, mas em nenhum momento constituíram uma instituição com a finalidade de educação da infância abandonada.

Devido a questões de disputa de poder em 1755 os jesuítas foram expulsos do Brasil e a escravidão de índios proibida. Mas a exploração dos colonos continuavam para a exportação de riquezas do Brasil, assim a mão de obra predominante passa a ser os escravos africanos. Era mais interessante comprar um escravo, que logo teria seu valor pago com o trabalho, do que criar uma criança, que logo morreria, devido às precárias condições que viviam com os genitores ou eram criados com as amas-de-leite.

Os senhores podiam permanecer com as crianças até os 14 anos, mesmo depois da Lei do Ventre Livre, em 1871. Depois poderia usufruir do seu trabalho para manter seus gastos até os 21 anos ou devolvê-la ao Estado recebendo indenização.

A partir de 1521 no Brasil, quando os genitores ou familiares não podiam assumir a criança, ela tornava-se responsabilidade da Câmara Municipal, medida que iniciou-se com a própria colonização. Porém este era um tema tratado com descaso, geralmente com omissão, negligência e assistência inadequada às crianças abandonadas.

Na época colonial, nem o Estado nem tampouco a Igreja se responsabilizaram pela infância abandonada, de modo que a sociedade civil assumiu este papel.

Como os modelos europeus foram trazidos para o Brasil, devido à colonização portuguesa, em 1726 foi criada a primeira Roda na Bahia, em 1738 no Rio de Janeiro e foi se espalhando pelo Brasil. A princípio foi criada com a ajuda de nobres.

Geralmente as crianças eram assistidas por sete anos, sendo alimentadas por amas-de-leite ou entregues a famílias que recebiam ajuda financeira para cuidarem delas. Em seguida ficavam sob a decisão judicial e, geralmente, eram encaminhadas para o trabalho desde pequenas.

A Roda do Rio de Janeiro manteve suas atividades até 1935 e de São Paulo até 1948, embora tenham sido extintas em 1927.

No século XIX, as crianças abandonadas eram encaminhadas para instituições, geralmente religiosas, auxiliadas por doações, às vezes pelo poder público, para que os meninos tivessem uma educação industrial e as meninas doméstica, para não perturbarem a “ordem pública”. Esta prática foi mantida até o século XX.

As instituições tinham como objetivo a inserção no trabalho e educação moral, o que aparece no regimento do Abrigo de Menores de 1924.

Em 1980 o sistema de internato passa a ser questionado, onde é visto como um sistema de segregação, rotulando a criança de “menor abandonado” o que podia influenciar o seu desenvolvimento, podendo futuramente comprometer a vida social. (RIZZINI & PILOTTI, 2009)

O Brasil também passa pelos higienistas preocupados com as altas taxas de mortalidade infantil, que pretendem mudar o meio ambiente das instituições e pela fase da filantropia, saindo da caridade, buscando tornar as crianças desvalidas em cidadãos autônomos, devido seu método com foco nos resultados. Futuramente, caridade e filantropia tornam-se sinônimos, devido ao foco principal: preservação da ordem social.

No final do século XIX e início do século XX destacou-se a criminalidade entre menores pelo país. Assim, na década de 1920, surgiu a fórmula Justiça e Assistência para os menores delinquentes. Estes eram monitorados pelo Juízo de Menores e a Polícia, onde, se necessário, eram encaminhados para casas de correção ou colônias. Os defensores da reeducação criticavam este sistema e indicavam a reeducação por meio da profissionalização, ou seja, as escolas de reforma.

Assim, o recolhimento de menores ficou associado à polícia. Depois foram criadas delegacias especiais para acolher menores que esperavam decisão judicial.

No século XX, mulheres e crianças foram trabalhar em fábricas com baixos salários, contra o Código de Menores de 1927, que não autorizava o trabalho antes dos 12 anos. A justificativa era que assim não ficavam nas ruas.

Então, surge a fase onde a família é considerada negligente, onde as mães são consideradas prostitutas e os pais alcoólatras, sendo responsabilizados pelos comportamentos dos filhos. Uma época repleta de preconceitos associados à condição de pobreza.

Em 1941 surge o Serviço de Assistência a Menores (SAM). Até então, não havia no país um órgão federal responsável pelo cuidado da assistência oficial e privada, em nível nacional. Nesta época houve uma aproximação dos setores público e privado, visando auxiliar as instituições que acolhiam os desvalidos. Contudo havia controvérsias quanto à possibilidade das verbas destinadas a esse serviço terem sido desviadas, não ajudando efetivamente as crianças.

Em 1964 o tema da assistência à infância passa a ser de responsabilidade do governo militar, tornando-se uma questão de segurança nacional, dando origem à Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e à Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), conseqüentemente as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEM's). O objetivo era que os menores abandonados não fossem vulneráveis ao consumismo de drogas e comunismo, tendo em vista a visão da época que a marginalização infantil era decorrente da desestruturação familiar.

Em 1979, o Código de Menores de 1927 foi substituído. A partir de então, o Juiz de Menores iria mediar com “o menor em situação irregular”. A questão da criança segregada passa a ser considerada “patologia social”. (RIZZINI & PILOTTI, 2009)

A partir de 1980 iniciou-se um grande movimento social em prol da criança e adolescente em situação de pobreza e marginalidade social, tendo em vista que a maior parte delas pertenciam a famílias que viviam em situação de pobreza e miséria, não podendo todos ser considerados em situação de irregularidade.

Organizações não-governamentais (ONG's), igrejas, sociedade civil e alguns representantes de órgãos do governo passaram a lutar pelos direitos de cidadania para crianças e adolescentes. Desse empenho resultou a inscrição desta proposta na Constituição de 1988, sob a forma do artigo 227, que visa certificar o direito da criança e adolescente, atribuindo à família, a sociedade e o Estado, protegê-las contra qualquer manifestação de abuso. Conseqüentemente surgiu o Estatuto da Criança e do Adolescente e a responsabilidade pelo tema da infância e adolescência passa a ser da sociedade civil. (RIZZINI & PILOTTI, 2009)

Atualmente a criança é reconhecida como sujeito de direito e a infância e adolescência são reconhecidas como fase de fundamental importância ao desenvolvimento e constituição desse sujeito. Existem inúmeros movimentos que defendem os direitos humanos, especialmente de crianças e adolescentes, conseqüentemente, surgem leis e políticas públicas de proteção à infância e juventude.

Embora atualmente a família tenha ganhado um novo olhar, sendo valorizada e priorizada na sua função parental, inclusive com leis que a apóiam

neste sentido, ainda hoje crianças e adolescentes são encaminhados para instituições de acolhimento.

A partir do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária, aprovado em dezembro de 2006, busca-se reordenar as instituições de acolhimento, repensando as novas leis e políticas pedagógicas, primordialmente considerando o ECA (GULASSA, 2010).

Em 2009 uma nova lei surge: a Lei 12.010/09 ⁽⁴⁾ - que vem intensificar as orientações do ECA em relação à proteção da infância e juventude e acompanhar as evoluções da sociedade, que aborda questões ligadas à adoção e convivência familiar.

2.2 Quem são as crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente no Brasil

Considerando o histórico de crianças abandonadas no Brasil, a condição dos expostos foi a que apresentou a maior taxa de mortalidade infantil e de mortalidade geral, até o século XIX. Geralmente nas Rodas de Expostos, havia a perda de 30% ou mais de bebês no primeiro mês de vida. Cerca de 20% ou 30% chegavam à vida adulta (MARCÍLIO, 2006). Tal situação é apresentada por Marcílio em seu livro no capítulo: Crianças sem futuro. O Massacre dos inocentes.

⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm

Historicamente, podemos identificar que o abandono marca uma larga desvantagem na vida de uma criança no sentido psicossocial, inclusive de sobrevivência. Desde 1835, as autoridades começaram a preocupar-se com a expressiva mortalidade infantil nas Rodas de Recife e com outras espalhadas pelo Brasil, que não apresentavam números menos expressivos. Contudo, apenas no século XX, essa situação tornou-se relevante, sendo considerada de ordem social, demográfica e política.

A criança passou a ser reconhecida com “valor”, sendo importante para os pais, para a família, para a sociedade e para o Estado.

Para Dr. Pederneiras (1888, citado por Marcílio, 2006) as causas de morte de crianças abandonadas passam a ser consideradas, sendo elas: privação do carinho materno, maus-tratos, privações, incômodos antes de os bebês serem colocados nas rodas, desvelo, às vezes sendo colocados nas rodas já mortos. Também as más condições das casas que eram expostos em termos de higiene, super lotação e acomodações, com riscos de doenças e má qualidade na alimentação, devido à escassez de amas-de-leite. Considerando que estas amamentavam apenas pelo financeiro não destinando afeto e proteção aos pequenos.

Assim, percebemos que desde os primórdios da história de crianças abandonadas as relações afetivas estabelecidas interferem no desenvolvimento biopsicossocial de uma criança e o quanto as autoridades se esquivavam de suas atribuições transferindo às amas-de-leite a responsabilidade de sobrevivência da criança.

Em meados do século XIX, a questão de mortalidade infantil era considerada de saúde pública, onde as crianças morriam por inúmeras moléstias, devido às precárias condições de higiene nas casas onde eram

instaladas e falta de alimentação adequada, alguns programas à época foram implantados visando mudar esta situação, inicialmente atuando no meio físico. Um pouco adiante o trabalho esteve mais ligado à orientação moral, sexual e física da família; mais especificamente da mãe; e combate à prostituição.

Nas instituições que recebiam a criança abandonada, a mortalidade era associada ao problema do leite. Surgem assim, programas para resolver esta questão.

A partir de 1930 a taxa de mortalidade infantil passa a apresentar uma diminuição.

Devido à escravidão e o sistema de concentração de renda, devido ao período colonial em que viveu o Brasil, instalou-se a pobreza, que predominava entre a maioria da população livre. Com isso a maior parte dos abandonados eram oriundos dessa camada da população, pobre, excluída e marginalizada.

Portanto, percebemos um contexto histórico-social que influencia até hoje nas decisões e escolhas de uma parcela não assistida que perde a guarda de seus filhos, sendo eles encaminhados para acolhimentos institucionais.

A pobreza era considerada o motivo primeiro do abandono, sendo acompanhado por enfermidades dos genitores, famílias legítimas com muito filhos, nascimento de gêmeos, abandono do pai, deixando a mãe sem recursos e a falta de leite da mãe. A prostituição não parecia estar diretamente associada ao abandono. (MARCÍLIO, 2006)

Mesmo após anos, percebemos que as causas de distanciamento entre pais e filhos não mudaram muito, pois os acolhimentos institucionais ainda decorrem de situações similares, acrescidas eventualmente de maus tratos e negligência.

Aparentemente o abandono tinha uma melhor aceitação cultural, onde muitas vezes os pais achavam estar fazendo o melhor aos filhos. Atualmente, embora muitas famílias também apresentem esta construção de significado, podem ser “julgadas” socialmente pela decisão do abandono. Culturalmente o acolhimento institucional era percebido como uma grande “oportunidade” para crianças de famílias pobres, pois seriam educadas e receberiam os cuidados adequados ao seu desenvolvimento.

Atualmente a família é reconhecida como fundamental ao desenvolvimento da criança. Assim, caso tenha uma rede de amigos ou familiares extensos que queiram e possam assumir a criança ou adolescente legalmente, ela não deve ser acolhida. Hoje existem programas do governo para apoio dessas ações.

Reconhecidos como seres de direito, desde cedo as crianças podem opinar sobre a situação que estão vivenciando. É de fundamental importância que essa criança tenha uma rede de relacionamentos.

Gulassa (2010) chama de rede pessoal e social da criança e do adolescente, as redes que se constituem em função das necessidades materiais e afetivas e do projeto de vida de crianças colocadas distantes de suas famílias.

“A rede responde e contribui para o sentido de pertencimento e identidade pessoal e social. É a saída do isolamento, da solidão, e a maior fonte de proteção”.
(GULASSA, 2010, p. 38)

Gulassa fala da rede de proteção primária, a qual inclui família, amigos, padrinhos, vizinhos, colegas, parceiros de religião entre outros grupos e a rede de proteção secundária, que são creches, escolas, serviços educacionais e de saúde, centros culturais, sociais, esportivos e de lazer, a igreja e a comunidade. (GULASSA, 2010)

Cruz (2008) coloca que as crianças e adolescentes que não foram criados em seu seio familiar, ou seja, em sua família de origem, irão construir narrativas de identidades que são reflexos das diversas comunidades em que foram inseridos. Consequentemente, narrativas sociais marcantes do percurso histórico como adotado, abandonado e abrigado são rótulos que marcam as suas identidades.

Em suma, dentro de minha prática, percebo que, paradoxalmente, há crianças e adolescentes que chegam ao acolhimento assustados, tristes, com raiva, chorosos, inseguros, com futuros imprevisos; mas, no contraponto, encontro crianças que chegam alegres, esperançosas, sorridentes, vendo no acolhimento a possibilidade de uma nova construção narrativa. Às vezes, por outro lado, devido à idade tão precoce, algumas crianças chegam ao acolhimento “alienadas” dos acontecimentos ao redor.

No trabalho de Gulassa (2010) ela identificou que das 20 mil crianças e adolescentes vivendo nas 589 instituições de acolhimento pesquisadas no Brasil na época de seu estudo: 86,7% tinham família; 58,2% tinham vínculos,

58,5% eram meninos, 63,6% eram afrodescendentes, 61,3% tinham entre 07 e 15 anos.

Quanto aos motivos do acolhimento, encontramos: 24,2%, decorrentes da pobreza, 18,9% devido ao abandono, 11,7% pela violência doméstica, 11,4% associado à dependência química dos pais ou responsáveis, incluindo o alcoolismo, 7,0% pela vivência de rua e 5,2% devido à orfandade.

Historicamente, percebemos os altos índices de pobreza influenciando nas situações de acolhimento institucional. Contudo, atualmente, devido à mudança cultural em termos de aceitação do abandono, embora ainda considerado alto, muitas vezes a família acaba ficando com a criança ou adolescente, mas o submetendo à violência, geralmente pelo uso de substâncias químicas.

Não citado na pesquisa de Gulassa, mas historicamente sendo identificadas e na minha experiência com o tema ao longo dos anos, as relações familiares também contribuem, no meu entender, para a necessidade de um acolhimento institucional, sendo que atualmente as várias configurações familiares, conseqüentemente interferem na função parental.

Atualmente, temos muitas famílias monoparentais, chefiadas por mulheres em que, muitas vezes, a mãe assume sozinha a função de educar, zelar e cuidar. Sobrecarregada neste papel, eventualmente precisa de ajuda do Estado, embora não seja esse o objeto deste estudo.

2.3 O que é o Acolhimento Institucional

Com a Lei 12.010, promulgada em 03 de agosto de 2010 os abrigos de crianças passam a ser chamados de Acolhimento Institucional.

O acolhimento institucional, antigos abrigos, é um lugar de constituição das relações de intimidade e vínculo, que assume, a princípio temporariamente, a função parental da família. Então, tem seu lugar delimitado pelas funções de acolher, proteger e cuidar da criança ou adolescente, mas não substitui a família.

O acolhimento institucional deve propiciar às crianças e adolescentes as condições de se expressarem e elaborarem as experiências vividas por conta do acolhimento, tendo em vista os momentos de crise, promovendo condições de desenvolvimento emocional e cognitivo. Faz parte de suas funções as questões escolares e comportamentais. Atenta também para a formação pessoal desta criança e adolescente, no sentido de reconhecer suas potencialidades e habilidades, saindo do rótulo de menor abandonado. A construção de identidade, o reconhecimento de si e conquista de um lugar social são considerados de fundamental valor. (GULASSA, 2010)

Os serviços de acolhimento institucional são organizados em abrigo institucional, casas-lares, casas de passagem e repúblicas. Os abrigos acolhem em média vinte crianças no mesmo espaço, com educadores que trabalham no sistema de plantões, tendo maior rotatividade de cuidadores. Nas casas-lares as crianças permanecem com uma cuidadora que trabalha em horário intermitente, sendo ela a referência do acolhido, eventualmente com uma auxiliar de apoio. As casas de passagem, configuram o primeiro contato da criança ou adolescente, com a possibilidade de acolhimento. Quando uma criança ou adolescente chega a uma casa de passagem, há uma equipe que irá avaliar o caso e considerar alternativas possíveis. Busca evitar o acolhimento com outros encaminhamentos, se não for possível, efetiva o

acolhimento. As repúblicas são para jovens que completam a maioridade, onde geralmente possuem uma pessoa de referência, mas a princípio são tomados como autônomos para os próprios cuidados.

Existem também as famílias acolhedoras. Neste caso, ao invés das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco serem encaminhadas para instituições, são encaminhadas para famílias preparadas para o fim de acolhê-las.

Esses serviços são percebidos na dicotomia vilões e heróis: ora são vistos como os que acolhem e protegem, devido à demanda da família, ora são considerados como os que retiram e impedem a criança do convívio familiar. (GULASSA, 2010)

Para Gulassa o acolhimento institucional precisa se constituir como um lugar de escuta, de acolhimento, de convívio para se relacionar e se tornar independente, de provisoriedade e projeto de vida, de reconstrução da história, rotina, aprendizagem de autocuidado, de encontro com seus pares e educadores, de reconhecimento do direito de sonhar e desejar, motivação para a vida, expressar-se em diferentes formas de representação e linguagem, de espaço físico educativo, de construção de si próprio no tempo, de estreitamento de vínculos entre irmãos e desafio da convivência comunitária.

O serviço de acolhimento institucional é um lugar que compreende relações pessoais com caráter humanizado, afetivo e de vínculo, mas simultaneamente com relações profissionais, que exigem projetos e resultados. Porém, Gulassa (2010) considera que tais profissionais não precisam perder o afeto, para cumprimento de suas tarefas.

Uma equipe profissional de acolhimento institucional conta com um gestor geral do serviço, um coordenador, um assistente social, um psicólogo, um pedagogo, os educadores e auxiliares de educação.

Saindo da massificação e coletividade, características das antigas instituições de acolhimento, atualmente cada criança e adolescente possui um Plano Individual de Atendimento (PIA), onde suas peculiaridades, as de seu meio e contexto familiar são reconhecidas. A história de vida da criança, suas potencialidades e habilidades são consideradas e essas informações são registradas em um documento, que deve ser elaborado junto à equipe que acompanha a criança e ou adolescente, inclusive com sua família de origem e encaminhadas à Vara da Infância e Juventude para orientar os caminhos possíveis de intervenção.

Enfim um local que possa propiciar à criança ou adolescente confiabilidade, previsibilidade, estabilidade e segurança, mesmo no seu caráter provisório, tornando-se a sua casa.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA

Conforme Paiva (2004) por volta do século XVIII na Europa constituía-se a família nuclear burguesa, composta pelos pais e filhos, inicialmente pelas classes mais privilegiadas, no século XIX pelas camadas trabalhadoras. Nesta época a criança ganha lugar de reconhecimento como indivíduo e os pais passam a colocar os filhos como o centro em termos de cuidados, assim passam a limitar o número de filhos para que possam ser melhor assistidos. Os casamentos passam a se constituir pela afetividade, não mais por interesses e gradualmente vão se construindo a valorização dos laços familiares. O Estado passa a intervir mais intensamente nos contextos sociais. A criança passa realmente a ter valor no seio familiar, na sociedade e para o Estado (Ariès 1978).

Paiva (2004), valendo-se dos estudos de Badinter (1985, in Paiva 2004) ressalta que o sentimento materno não é instintivo. Para ela o amor de mãe é construído e sofre influências de condições sociais, econômicas e históricas. Ao longo dos anos, a mulher passa a ser reconhecida na sociedade devido aos cuidados destinados aos filhos, conseqüentemente o amor materno passa a ser percebido como fundamental ao desenvolvimento das crianças.

Paiva (2004) coloca que houve uma mudança dos modelos de caridade nas políticas de assistência para modelos científicos de reintegração social, mas a criança desprovida de família ainda continuou sendo percebida como “desajustada”. Para ela, as novas ideias ao longo dos anos sobre o tema família, os novos significados atribuídos à infância, a valorização da mulher e conseqüente importância de seu vínculo com o filho e os movimentos internacionais, podem ter auxiliado para reforçar o pensamento de que toda criança ou adolescente deve conviver no seio de uma família, o que provavelmente inspirou muitos países a terem leis mais claras quanto à adoção, legitimando esse arranjo de constituição familiar.

Neste contexto percebemos a valorização da família no reconhecimento da criança ou adolescente como sujeito de direito, e, especialmente, o papel da mãe para o desenvolvimento desses.

Se olharmos para a família nos tempos contemporâneos, especialmente a brasileira, podemos compreender a dificuldade que temos em definir o que vem a ser uma família (Cervený, 2001; Grandesso, 2008), haja vista a diversidade de arranjos tais como: laços sanguíneos, relações não formalizadas por parentesco, família conjugal e extensa, núcleo doméstico e família não legitimada judicialmente, entre outras. Além do mais, para um país com uma miscigenação étnica como o Brasil, não se pode falar em “família brasileira”, mas em “famílias brasileiras”, formadas a partir de padrões econômicos, sociais e culturais múltiplos. (CERVENY, 2001).

No período colonial as relações eram verticais, baseadas no parentesco, lealdades pessoais e territorialidade. Os casamentos endogâmicos preservavam as posses. Apenas no século XIX passaram a existir os casamentos exogâmicos, consequência das mudanças socioeconômicas da época. Ainda nesta época era preservado o modelo colonial de famílias patriarcais, embora não representasse em sua fidelidade a família brasileira, pois existiam outros arranjos familiares.

As convenções sociais e a ciência tendem a aceitar o grupo conjugal como maneira universal de família, porém a História e a Antropologia identificam as inúmeras possibilidades de estruturas familiares e confirmam que as famílias podem configurar diferentes arranjos dependendo da sociedade e contexto cultural. Referindo-se a Lévi-Strauss (Paiva, 2004) ressalta ainda a importância do parentesco, preterindo os laços consanguíneos. No parentesco estão presentes as alianças, um fato social, que evita os conflitos entre os grupos e aumenta as famílias, reforçando a proibição do incesto e saindo do isolamento fomentado pela consanguinidade.

Atualmente é possível separar biológico e família, pois é possível conceber uma criança usando-se da biologia sem que haja contato físico entre os pais, por meio da reprodução assistida. Assim, além das famílias monoparentais e das famílias recompostas (constituídas por meio de novos casamentos ou uniões após divórcio), existem vários arranjos familiares, há um crescente número de casais sem filhos, de casamentos sem coabitação e de famílias homoafetivas, não se podendo, portanto, pensar em qualquer idealização para a família contemporânea.

Para Cruz (2008) a família constitui-se num lugar de proteção, que visa favorecer o desenvolvimento da criança e seu pertencimento à sociedade. Sendo um sistema essencial à criança e não passível de escolha, onde estão presentes um ou mais adultos com papéis relativamente estabelecidos no sentido de alimentar, cuidar, acalmar, ordenar, compreender as comunicações, determinar as regras, compreendendo distintos tipos de relação. O funcionamento desse sistema caracteriza-se o pertencimento.

Para a autora a família se constitui a partir dos significados atribuídos a ela, de como narrativas são preferidas, preterindo-se outras, de acordo com a sociedade, o tempo e o espaço. Assim as famílias se constituem no discurso linguístico que as representam e sustentam, num dado tempo histórico, numa dada cultura e sociedade, portanto uma construção social dotada de significações.

A família tem seu significado atribuído dependendo da sociedade em que faz parte, assim podem existir diferentes arranjos familiares e não é exclusividade da família nuclear os vínculos afetivos significativos. Portanto, família torna-se uma construção social e não natural, sujeita a transformações, embora ainda haja uma hipervalorização da família biológica difícil de ser ressignificada. Desconstruir a visão de naturalidade da família faz com que não exista mais um ideal de família e aceitar a ideia de que as relações afetivas

podem ser estabelecidas durante toda a vida e de distintas maneiras. (GUIMARÃES, 2010). Assim, a família não pode ser considerada uma instituição concreta determinada em si, mas, um arranjo singular constituído de acordo com a cultura e costumes (GRANDESSO, 2011).

Na pós-modernidade não é mais possível compreender a família como uma estrutura pronta e determinada, com princípios universais de organização e funcionamento. Amplia-se a aceitação de diferenças e similaridades, onde significados idiossincráticos e visões de mundo são construídos e partilhados em cada grupo. Portanto, se pudéssemos nomear a família num pensamento pós-moderno, não se configuraria um novo termo, mas a compreensão de múltiplas alternativas, construídas em torno dos significados atribuídos em cada relação, amparadas na ideia de que viver bem não está implicado em um modelo universal. Os casais contemporâneos reconstróem suas relações afetivas-sexuais em novos arranjos e também os cuidados e convivência com os filhos. (GRANDESSO, 2008)

Maturana (in GRANDESSO, 2008) considera como família:

“[...] um domínio de interação de apoio mútuo na paixão por viver juntos em proximidade física ou emocional, gerado por duas ou mais pessoas (às vezes inclui outros seres vivos), seja através de um acordo explícito ou porque crescem imersos nele, no acontecer de seu viver. Como tal, uma família é sempre realizada através do viver daqueles que a integram, e constitui um domínio operacional onde seus membros realizam a si mesmos como indivíduos de maneira tal, que envolve a dinâmica de realização de suas corporalidades através de suas interações.” (p. 4)

Maturana hipervaloriza o aspecto amoroso nas relações familiares e acredita que se a paixão por viver juntos termina a família se dissolve. Para ele a paixão de viver junto configura a aliança essencial de coexistência.

Para Farias (2002) “*A entidade familiar deve ser entendida, hoje, como grupo social fundado, essencialmente, por laços de afetividade ...*” (s/p)

Perante a multiplicidade de arranjos familiares na contemporaneidade, às vezes difícil de se expressar em linguagem, como garantir a paixão de viver juntos? Principalmente se considerarmos que as crianças desse estudo em suas famílias de origem vivenciaram o abandono, a negligência e a violência.

Farias (2002) ressalta que atualmente não se faz necessário o reconhecimento de arranjos familiares, mas ações para protegê-los.

Portanto, longe de padronizações, considerando suas vicissitudes e arranjos, na família contemporânea, podemos considerar a afetividade, a paixão e o amor como construções narrativas presentes nas relações.

Neste trabalho muito será citado de família de origem, família atual, família extensa e família substituta, onde às vezes também menciono como família adotiva. Portanto, consideramos importante a conceitualização dessas modalidades. De acordo com Cerveny (2001):

- a família de origem está associada à ideia de ascendência e descendência, abrangendo laços sanguíneos.

- a família extensa pode ser vertical, considerando três ou mais gerações, ou lateral: incluindo a adoção de outras unidades nucleares. Pode ter parentesco sanguíneo ou se constituir por afinidade.

- a família nuclear é composta por pais e filhos, criada de um relacionamento biológico.

- a família substituta assume os cuidados, no sentido de criação de uma ou mais pessoas, não tendo o laço de parentesco.

3.1 Família e ciclo vital

Com base em novos estudos Cerveny e Berthoud (2011) organizam a família como um sistema de relações que funciona conforme determinados princípios básicos e que progride no seu desenvolvimento, de maneira singular e complexa determinada por vários fatores. Convém ressaltar que, pela qualidade das inter-relações estabelecidas e pelo tempo de existência, o sistema familiar poder ser compreendido como o mais marcante na vida de uma pessoa.

Como em qualquer sistema a família funciona conforme alguns princípios: homeostase (processo auto-regulador, que mantém a estabilidade, mantendo sua forma de organização e funcionamento); morfogênese (devido às constantes nuances impostas pelos contextos de vida, a sobrevivência de todo sistema exige adaptabilidade e flexibilidade; assim, a família como um sistema, tem a capacidade de se autotransformar, aceitando a mudança e transcendendo para uma nova configuração); feedback (positivos que aumentam a atividade do sistema ou negativos que revertem ou pedem correção de potenciais desvios); causalidade circular (cada membro do sistema influencia os outros e é influenciado) e não-somatividade (não se pode compreender uma família a partir do comportamento dos seus membros considerados isoladamente).

Whitacker (1990, apud Cerveny, 2001) coloca que um referencial de saúde familiar é o lugar para a intimidade do amor, assim também como para a indisposição do ódio. Para ele a família saudável tem o potencial de usar os períodos de crise a favor, favorecendo o desenvolvimento e crescimento.

As famílias apresentam um desenvolvimento evolutivo que, para muitos autores (Cerveny e Berthoud , 2011; Carter e McGoldrick, 1995) caracterizam etapas no ciclo de vida com uma estruturação mais ou menos organizada em relação às demandas evolutivas, no que se refere aos desafios, aprendizados e demarcação dos papéis envolvendo seus participantes. Assim, as famílias tendem a funcionar, se organizar e se desenvolver numa dinâmica que nos permite pensar em que momento estão quanto ao seu ciclo vital familiar, ou seja:

um conjunto de etapas ou fases definidas sob alguns critérios (idade dos pais, dos filhos, tempo de união de um casal entre outros) pelos quais as famílias passam, desde o início de sua constituição em uma geração até a morte do ou dos indivíduos que a iniciaram. (CERVENY; BERTHOUD, 2011, p. 21)

Os ciclos que as autoras se referem podem sofrer modificações de acordo com as situações que são acometidos, como por exemplo, uma gravidez na adolescência, onde ocorrem as sobreposições de fases ou transições de fases. Elas organizam as famílias brasileiras em quatro fases em relação ao ciclo vital familiar, que não são rígidas:

- 1) Família na Fase de Aquisição
- 2) Família na Fase Adolescente
- 3) Família na Fase Madura
- 4) Família na Fase Última

Na fase de aquisição acontece o nascimento da família, por meio da união formal ou informal, seguido do nascimento dos filhos e consequente busca pelas aquisições de bens materiais, novas formas de se relacionar e reorganização do sistema devido os novos papéis que surgem de pais, cônjuges, genro, nora entre outros. Neste período valores e regras serão discutidos de modo que a nova família construa a sua própria maneira de funcionar. Essa tarefa pode levar algum tempo, principalmente para os casais que demoram para ter filhos, onde esta fase ganha singularidades de acordo com a idade do casal, estilo de vida e contexto social. A família nesta fase do ciclo vital passa por alguns fenômenos: unindo-se (constituição de uma nova família), construindo a vida a dois e vivendo a parentalidade.

Alguns casais demoram anos para terem filhos, geralmente devido ao investimento na carreira. Com isso, o sentimento de liberdade e independência imperam e a rotina e a convivência do casal podem tornar-se bem consolidadas ao longo dos anos, podendo interferir nas readaptações presentes com a chegada de um bebê. Este tempo pode propiciar ao casal a construção de um relacionamento mais maduro e consequentemente estarem mais organizados financeiramente e dispostos emocionalmente para a vinda de filhos.

Outros casais logo vão ter filhos e viver a parentalidade, deixando de ser apenas um casal e passando a constituir uma família. Esta nova etapa caracteriza-se como um momento complexo em termos emocionais e psicológicos, implicando em mudanças significativas para o homem e para a mulher, eventualmente, podendo ocorrer em ritmos diferentes entre eles. Com a vinda de filhos, a relação do casal muda e precisa ser revista e renegociada, devido aos novos papéis e funções. Sentimentos ambivalentes podem surgir nessa época. A mulher tende a ficar frágil e sensível na gravidez e pós-parto e o homem percebe um grande desafio a ser encarado. Alguns desafios como o distanciamento entre os cônjuges devido a maior atenção que o bebê exige e consequente, podem surgir conflitos entre o casal, além da sensação de que a

vida mudou radicalmente. Geralmente os casais não são jovens e com mais tempo de casamento sentem-se mais seguros na decisão de serem pais. As redes de apoio também ajudam muito como parentes, amigos e o outro cônjuge.

Na fase adolescente, onde as famílias estão com os filhos adolescentes, geralmente é marcada por um momento de grandes transformações pessoais e nas relações entre pais e filhos, sendo um tempo de revisão de crenças, regras e valores. Os pais nessa época geralmente podem passar por uma crise de meia idade, revendo suas experiências, o que alguns autores chamam de segunda adolescência. Nesta época o sistema familiar muda necessitando de revisão e readaptações. Dois fenômenos se destacam: reconfigurando as relações pais/filhos e vivendo novo ritmo na vida em família.

Adaptações em relação aos filhos precisam acontecer, onde o cuidado às vezes se torna à distância, devido a maior convivência com os amigos, que também precisam ser aceitos. A flexibilidade e os limites precisam aparecer, o diálogo se faz necessários e os pais precisam ser modelos. Eventualmente os pais podem sentir-se perdidos nessa tarefa, devido às mudanças dos filhos quanto a sua autonomia, às vezes os pais parecem sentir-se inúteis para eles, precisando rever a parentalidade, pois muitos se voltam exclusivamente para as demandas deles, querendo oferecer-lhes o melhor.

Na fase madura é a época em que os filhos atingem a idade adulta e a família passa a viver a maturidade, onde os filhos tornam-se independentes, podendo cuidar das próprias vidas, o que modifica o relacionamento entre pais e filhos. Os filhos adultos jovens colocam o desafio aos pais de reverem suas vidas, tendo em vista que os mesmos não demandam mais a necessidade de cuidados. Os pais precisam rever metas, a mudança da função parental, a aposentadoria, eventualmente mudanças no padrão de vida. Com o casamento dos filhos novos membros passam a fazer parte da família, necessitando de

novos ajustes. O casal tem mais tempo para olharem para o seu relacionamento, o que eventualmente implica em ajustes.

Pode ser considerada a fase mais longa e complexa, onde a família pode passar por afastamentos devido à independência dos filhos e saída de casa, ocorre o crescimento da família, com os netos e novos participantes por meio dos casamentos, simultaneamente ocorre a perda de familiares. Ocorrem mudanças no sistema conjugal e parental. Quatro fenômenos são considerados nessa fase: remodelando relações, adaptando-se às mudanças, acomodando a estrutura e funcionamento da família, enfrentando desafios e olhando para o futuro.

A transição dos filhos para a idade adulta pode ser concreta, quando estes saem de casa pelo casamento, ou para morarem sozinhos ou estudar fora ou simbólica, quando os filhos tornam-se mais autônomos em relação aos pais. Os pais esperam cumprir a missão de preparar os filhos e lançá-los para sua própria vida. Apresenta-se assim a necessidade de remodelar as relações entre pais e filhos e ressignificação da vida conjugal. Um fenômeno tão citado na realidade americana, O ninho vazio, não é observado na realidade brasileira. Na nossa cultura, pelo contrário, dificilmente os lares ficam vazios, ou se ficam, geralmente não são percebidos assim pelos pais, que cultivam o cuidado eterno pelos filhos ou quando assumem o papel de cuidadores dos netos.

A fase última é marcada pelo envelhecimento dos pais e conseqüente convivência com a organização dos pais idosos. Geralmente ocorre de um dos pais ficar viúvo, sendo necessário organizar questões de moradia para o cônjuge sobrevivente e a demanda por organizar financeiramente a família. Os idosos acabam por perder suas funções e papéis precisando se adaptar à nova realidade. Conflitos de outras fases podem interferir no bom andamento desta

etapa. Nessa fase se observa três fenômenos: fazendo retrospectiva, vivendo o presente e fechando o ciclo.

Nessa época os pais revêem a educação passada aos filhos e colhem seus resultados, avaliando se a missão foi cumprida ou não. Às vezes continuam cuidando dos filhos indiretamente, por meio de outras gerações, considerados os “pais estendidos” ou recebem os filhos de volta devido a separações. A casa dos avôs pode virar o ponto de encontro, lugar de encontro das gerações. Os avôs também precisam se adaptar com os novos arranjos familiares, lidando com os recasamentos dos filhos, pais e mães solteiros, sendo que vieram de uma cultura do casamento eterno. (CERVENY; BERTHOUD, 2011)

As famílias passam por etapas de ciclos de vida, com demandas evolutivas mais ou menos organizadas em torno dos desafios, assim podemos perceber que todas as famílias estão sujeitas a dificuldades e problemas. Com as crianças e adolescentes desse estudo, além dos aspectos citados até aqui, suas famílias de origem foram desprovidas de assistência, acarretando prejuízos na condição financeira, social, afetiva e cultural. Assim não só as crianças e adolescentes são abandonados, mas a família como um todo. Dessa maneira em alguns casos como consequência aparece a adoção.

É necessário considerar a dinâmica familiar para pensar sobre a adoção. Por isso a importância desse capítulo sobre família. Guimarães (2010) cita alguns autores dos Estados Unidos, que observaram a importância de pensar a adoção numa perspectiva interacionista, para que temas específicos às relações de famílias adotivas possam ser melhor estudados.

4 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

4.1 Significados, Linguagem e Narrativa

Este trabalho sobre o apadrinhamento afetivo com adoção subsequente foi contextualizado de acordo com o modelo de pensamento pós-moderno, considerando a construção social das práticas e formas de vida. A teoria narrativa e o pensamento sistêmico ofereceram o contexto específico para estruturar o presente projeto e organizar a análise do corpus. Para tanto, o que apresentamos a seguir foi sistematizado a partir das ideias de Grandesso (2011).

Com base numa epistemologia construcionista social os significados são construídos idiossincraticamente nas relações, por meio da linguagem, e organizados nas narrativas. Por meio da narrativa, peculiaridades da experiência são eleitas e com elas, caminhos possíveis à vida e relações.

Por meio de um espaço conversacional, numa perspectiva dialógica, as narrativas sobre a experiência são construídas em ação conjunta com os outros significativos. As narrativas, contudo, estão sempre abertas a reconstruções e, a cada nova narrativa novos significados tornam-se possíveis, dissolvendo a narrativa anterior e abrindo novos horizontes, como se fosse uma história que pudesse, a cada momento, ser reescrita. Nas relações a linguagem encontra a condição de criar significados, sendo uma construção conjunta de pessoas em interação, onde um na relação, por meio de uma prática relacional, dá significado ao outro. Gergen (apud Grandesso, 2011) nesse sentido entende o self como relacional.

Gosto de algo que ouvi, creio que na faculdade, que dizia que se contarmos uma história várias vezes, ou um capítulo de uma novela, ou um filme, cada contação será única e diferente. A cada momento teremos um foco diferente, dependendo do contexto, do nosso estado emocional, da relação, para quem estou contando, portanto a cada re-contagem novas descobertas serão possíveis, portanto novos significados e sentidos.

Neste aspecto torna-se fundamental a importância da linguagem, ou seja, a presença de códigos comuns, entre pelo menos duas pessoas, não apenas a verbal, mas que se estabelece na interação ativa dos participantes, construindo inúmeras possibilidades, traço peculiar do conceito de pós-modernidade.

A linguagem não tem uma peculiaridade idiossincrática em si, estando mais associada ao nós, do que propriamente ao eu. Gadamer (1977, apud Grandesso, 2011) nos diz que antes mesmo de sermos falantes, somos ouvintes. Portanto, compreendo, que os significados atribuídos às nossas experiências, assim como nossas narrativas, serão construídas mediante escutas anteriores constituídas em interações sociais prévias e atuais.

Conforme Shotter (1994, apud Grandesso, 2011) a linguagem pode assumir dois importantes aspectos: **persuasivo** e **poético**. O persuasivo implica a competência de movimento corporal, como que uma ação mágica, capaz de redimensionar uma conversação, influenciando no comportamento e na percepção dos envolvidos. No poético é a capacidade de **dar forma** ou **emprestar forma**, por exemplo, na comunicação não verbal, gestos e expressões faciais que dão sentido para que a fala torne-se significativa.

Na visão construcionista o novo e inesperado podem se apresentar nas **trocias dialógicas**, possibilitando a construção de realidades alternativas, por

meio das conversações. A fala estabelecida por meio das trocas dialógicas pode ser considerada o berço dos significados. (GRANDESSO, 2011).

Grandesso ressalta que as pessoas podem ser compreendidas como que imersas em um enredo de significados, construídos no intercâmbio social. Assim os significados não dependem unicamente da ação de uma pessoa, mas são interdependentes da ação de outras pessoas participantes do contexto.

Portanto os significados são construídos nas narrativas, que organizam a experiência nas histórias sobre o vivido. Nas conversações é possível a ressignificação da narrativa, ou seja, mudanças de um significado para outros possíveis.

Assim, as narrativas podem ser compreendidas como o contexto de organização de experiências e eventos, articulados na fala, no discurso, construídos na linguagem, podendo ser construídas, mediante articulações de eventos passados com eventos presentes, possibilitando a continuidade do ser futuro.

O presente estudo considera a importância da linguagem na organização de novas formas de vida. Foi nosso interesse mergulhar nos relatos de histórias vividas nas relações entre afilhados e padrinhos, especialmente naquelas que seguiram novos rumos em direção à adoção. Qual a coreografia das histórias organizadoras das experiências de afilhados e padrinhos nesse interjogo das relações? Foi nosso interesse compreender a singularidade das narrativas pelas quais identidades de afilhados e de padrinhos foram construídas, possibilitando novas formas de vida decorrentes da construção de significados inéditos para a relação.

No enfoque pós-moderno, o construcionismo social aliado à teoria narrativa, ressalta que estamos sempre imersos numa multiplicidade de histórias, nas quais os contextos culturais e históricos favorecem construções de determinadas realidades, favorecendo ou restringindo determinadas formas de vida. Personagens envolvidas, ação e contextos legitimam as relações entre pessoas, guiando-as ou afastando-as de seus propósitos em um determinado contexto.

Penso que nesta epistemologia deve ser considerada a ampliação da experiência, tendo em vista as diferenças e diversidades, sendo assim polifônica, formada por múltiplas interações, por “múltiplas vozes”.

Se tomarmos em consideração o objeto deste estudo, podemos então perguntar: qual o coro de vozes organizados e organizando as relações entre padrinhos e afilhados? Que significados foram construídos que favoreceram a mudança das relações de apadrinhamento para pais adotivos e de afilhados para filhos? Como estiveram presentes aspectos culturais e familiares na construção da rede de significações envolvidas nesta mudança nas relações?

Para Gergen (apud Grandesso, 2011) o conhecimento se constrói a partir do intercâmbio social, onde existe a interdependência entre os envolvidos nos jogos de linguagem que praticam. Nesse sentido, podemos dizer que: “*O ato mesmo de conhecer é um ato de languagear*”. (Anderson & Goolishian; Anderson, apud Grandesso, 2011, p. 86). O conhecimento parte do intercâmbio social estabelecido na linguagem. As ideias, as recordações, os conceitos decorrem deste processo, sendo manifestos no diálogo.

O construcionismo social, com seu foco no discurso sobre a experiência, propõe que os significados das palavras decorrem dos relacionamentos nos quais são produzidas, sendo o berço de sua produção, a construção social.

Abandonando a busca por certezas ou qualquer critério de verdade independente dos contextos de produção, ênfase é colocada ao conhecimento local, significados construídos intersubjetivamente no interior dos relacionamentos, mutáveis, sempre abertos a transformação.

Grandesso, mencionando os conceitos teóricos de Gergen, enfatiza que a comunicação significativa está atrelada a um vasto universo de relacionamentos. Para ela *“novos relacionamentos são sempre possíveis, apesar dos comprometimentos passados”* (GRANDESSO, 2011, p. 170).

Para os padrinhos, para os afilhados e até mesmo para a equipe de profissionais do acolhimento institucional, o termo apadrinhamento afetivo, foi ganhando novos significados a partir de novas experiências, práticas e estudos.

Nas conversações estabelecidas com os padrinhos, com os afilhados e com a equipe do judiciário novas construções foram sendo realizadas, construindo novos caminhos para novas relações, e favorecendo que um novo programa ganhasse um corpo funcional no contexto judiciário.

Nossa rede de significados é uma organizadora de nossas experiências, que propicia a nossa noção de continuidade da existência e do self. Desta maneira, reconstruir nossas experiências é o mesmo que reconstruir o self.

Contudo, nossas histórias podem também estar saturadas de problemas, tornando-se histórias dominantes que aprisionam o self, impossibilitando a visão de novas alternativas, limitando a organização da vivência e impedindo a construção de novos significados e histórias mais ricas e preferidas. Quando se fala em self, temos a tendência de relacionarmos a

um suposto mundo interno. Contudo, Shotter, conforme mencionado por Grandesso (2011), considera que o nosso mundo interno, pensamentos, sentimentos, intenções ou o self é construído nos momentos de fala, no intercâmbio pessoal, processo que acontece na ação conjunta entre as pessoas. Portanto o ser humano que somos é amparado por um conjunto de vivências, organizadas especialmente na relação que acontece ininterruptamente.

A percepção do mundo não é objetiva, mas sofre influências de uma cultura, história ou contexto social. Portanto uma construção social e não tendência genética.

Nosso self pode ser compreendido como um contínuo que se constitui nas relações, por meio das narrativas envolvidas por múltiplos significados e vínculos sociais.

Assim o self passa por transformações conforme apresenta-se aberto às influências constantes, de acordo com as construções e reconstruções de nossas narrativas. À medida que novos significados são atribuídos às experiências, com histórias mais aceitáveis, nos tornamos aptos a relacionamentos preferidos.

O apadrinhamento afetivo possibilita às crianças e adolescentes experiências afetivas inéditas, como conhecimento de papéis familiares às vezes ainda não vivenciados. Quando a criança acolhida chega à casa dos padrinhos geralmente é recebida por tios, avôs, primos, cunhados, enteados, enfim, lugares familiares muitas vezes pouco conhecidos por eles, porque, na situação de acolhimento, geralmente todos os participantes na vida da criança ganham um título universal: **Tios e Tias**. Este também é o tratamento dirigido aos adultos que trabalham nos acolhimentos. A princípio, como profissional

deste contexto, esse tratamento – tia –, não me agradava. Era como se compromettesse minha identidade na relação. Mas com os anos, acabei me rendendo, conforme fazia sentido para as crianças e adolescentes, embora muitos deles me chamem pelo meu nome. Quando me chamam de tia já não me sinto como antes, consigo compreender melhor esse lugar.

Para as crianças e adolescentes existem as Tias, com letra maiúscula mesmo, porque são as que cuidam deles nos lares sociais e quando eles gostam muito elas são chamadas de “mãe”. E tem as tias, que geralmente são as pessoas que visitam eventualmente o acolhimento.

Mais recentemente um novo lugar se constitui para as crianças e adolescentes na instituição onde trabalho, os padrinhos e as madrinhas. Como tudo que é novo, às vezes ainda gera dúvidas e confusões de papéis. Contudo, novas palavras, novas versões de mundos e de relações.

As crianças do acolhimento geralmente não conhecem esse lugar de padrinhos na família. Raramente em suas narrativas sobre a família de origem fazem menção à figura de um padrinho ou madrinha. Especialmente porque, grande parte das famílias onde o acolhimento acontece, não percebemos que estejam vinculadas a alguma entidade religiosa, onde o apadrinhamento acontece, geralmente entrando por meio do batismo.

Então rapidamente as crianças tendem a associar a relação padrinhos e afilhados com os significados mais próximos de suas experiências, ou seja, pais e filhos. Portanto, conversações precisaram acontecer e continuar acontecendo para a construção de novos significados e ampliação da experiência, de modo que consigam novos relacionamentos como propõe Grandesso.

As crianças e adolescentes da instituição onde trabalho geralmente mostram-se receptivas a novos relacionamentos e novas experiências, inclusive ansiosas e curiosas para novos contatos, talvez o fato delas receberem visitas no acolhimento, além dos familiares, dentro do possível realizarem passeios na comunidade e culturais e terem atendimento psicológico semanal, possibilitando a construção de novas narrativas.

Hoje gradualmente o apadrinhamento afetivo ganha novos significados para as crianças e adolescentes acolhidos em nossa instituição, inclusive para a equipe técnica do acolhimento.

Nos casos de apadrinhamento afetivo já realizados percebemos a importância dos padrinhos na construção de identidade dos afilhados, onde esses funcionam como rede de apoio e de referência, possibilitando o sentimento de pertença aos afilhados.

Assim as narrativas de padrinhos e afilhados ganham novos contornos. A narrativa organiza a experiência, possibilitando novos significados, inclusive no nosso estudo a relação padrinho-afilhado se reconstrói para a parentalidade.

4.2 A prática narrativa

Muitos conceitos da prática narrativa que exponho a seguir fazem pensar na importância das experiências e os significados atribuídos às narrativas. Na minha prática com crianças e adolescentes tenho aprendido o quanto não podemos limitá-los a contextos massificados, padronizados e

coletivos, tendo em vista a importância das redes de relacionamentos e a separação dos problemas em relação à pessoa, na construção de identidades e de histórias alternativas.

Enquanto profissionais envolvidos com a situação de acolhimento institucional, não devemos rotular de coitados ou marginalizar as crianças e adolescentes, mas buscar experiências que possam contribuir no seu desenvolvimento sócio-afetivo.

As pessoas são especialistas em suas próprias vidas, portanto detentoras de saberes sobre si, com competências, aptidões, crenças, valores e habilidades, que podem auxiliá-las na superação de obstáculos e intempéries em suas vidas, portanto devem ser respeitadas nesse sentido. (MORGAN, 2007)

As pessoas, em geral, são compreendidas como competentes para a ação, com vozes próprias e capazes de fazerem suas escolhas, no exercício de um agenciamento sobre sua própria vida, no que se refere à agência pessoal (GRANDESSO, 2011). Pessoas de nossa rede de relacionamentos podem ser facilitadoras no desabrochar do sentido de agenciamento.

Em um acompanhamento de apadrinhamento afetivo de duas irmãs, onde ambas seriam encaminhadas para a adoção internacional, elas se posicionaram alegando que não desejavam essa adoção e decidiram escrever uma carta para o Juiz apresentando a vontade delas de permanecer com a madrinha. Nesse sentido houve o apoio da madrinha legitimando a solicitação das irmãs. Elas, embora tivessem acreditado, quando chegaram no acolhimento, que iriam permanecer lá até a maior idade, não se renderam à condição de “abandono” e “sofrimento”. Elas, inclusive, haviam perdido a mãe no período de acolhimento, mas conseguiram não se deixar conduzir por

histórias de abandono e perda, separaram-se das narrativas dominantes de histórias organizadas pelo problema e dar sequência às suas vidas, como autoras de suas escolhas.

Com base no enfoque narrativo pessoas não são definidas pelos problemas que vivem. Para separar a identidade da pessoa do problema que ela vive, as práticas narrativas propõem as conversações externalizadoras. Trata-se de uma forma especial de conversação que favorece que os problemas sejam tratados como sendo os problemas, sendo a pessoa a pessoa, separada do problema, possibilitando uma reconstrução da narrativa, onde o problema deixa de ser um adjetivo usado para definir identidades, para se tornar um substantivo, separado da pessoa, favorecendo um sentido de protagonismo e de agência de sua própria história.

Geralmente os problemas se constituem em contextos culturais como relações de poder, de etnia, classe social, preferência sexual, gênero e desvantagem social. (MORGAN, 2007). Esses contextos de diferença tomadas como desigualdades sociais, tem sido o que temos percebido nos casos acompanhados nos acolhimentos institucionais, onde a desvantagem social e classe social se destacam como desvantagens.

Nas narrativas, elementos importantes, em termos presentes e futuros, eventualmente não são eleitos na história dominante pela pessoa, sendo que experiências que não surgem na narrativa dominante, podem se constituir num amplo campo de possibilidades à reconstrução de significados e sentidos, alcançando conforme Linde (apud Grandesso, 2011) histórias alternativas, mais coerentes e aceitáveis, frequentemente revistas num caminhar contínuo.

“Incluir alguns dos eventos e experiências mais negligenciados, porém potencialmente significativos, que estão ‘em desvantagem’ em relação às

histórias dominantes” (White, 2012, p. 75), não fazem parte da continuidade do desenvolvimento de histórias, porém possibilitam conversações de reautoria. Tais eventos e experiências que contradizem a história dominante saturada de problema, podem ser considerados como “acontecimentos singulares” ou “exceções”, e tomados como portas de entrada para as conversações de reautoria. Para poder ser considerado um acontecimento singular, o evento deve ser qualificado como tal pela pessoa envolvida e, potencialmente, contradizer a história dominante. Às vezes invisíveis, por meio de perguntas sobre aspectos da experiência ignorados até então, acontecimentos singulares podem ser resgatados e ressignificados, tornando-se portas de entrada para um caminho novo, na direção da construção de histórias alternativas, que possibilitam às pessoas um solo fértil para novas saídas ao lidar com situações alarmantes da vida. Todas as histórias estão abertas a reescritura, justamente por essa inclusão de episódios relevantes não historiados. Além disso, por mais que uma história possa parecer completa, sempre existirão lacunas, inconsistências e contradições, que a partir de novas perguntas abrindo para outros fatos de nossas vidas, poderão criar novos arranjos e reflexões. (Russell & Carey, 2007).

Por outro lado, na convivência com crianças e adolescentes apadrinhados temos percebido o quanto as experiências vivenciadas no apadrinhamento afetivo possibilitaram histórias mais ricas e transformadoras. Inclusive quando uma das crianças entrevistadas diz que ali naquela família sente que é o seu lugar, quando se diz especialmente ligada afetivamente à tia, sentindo-se muito parecida com ela. O que tenho percebido em novas narrativas construídas nesses contextos envolve uma série de novas emoções: alívio, sentimento de empatia e pertencimento, aceitação e legitimação do seu jeito de ser e agir. Michael White ressalta a importância das audiências para novas histórias e da importância da inclusão de novos membros no “clube” da vida das pessoas, ao se referir às conversas de lembrança. (WHITE, 2012)

Conversações de lembrança resgatam o grupo de membros composto pelas figuras e identidades significativas do indivíduo, o que, metaforicamente, poderia ser compreendido como o “clube de sua vida”, onde suas vozes ecoam na construção de sua identidade. Nesta conversação é possível revisar e elencar a condição destes membros de associados na vida. Estas figuras não necessariamente são pessoas conhecidas, podem nem mesmo estar vivas, podendo ser autores de livros, personagens de filmes e, até mesmo brinquedos ou animais de estimação. Nas conversas de lembrança é possível identificar as participações de figuras importantes mais relevantes na história de vida de uma pessoa, auxiliando na construção de histórias alternativas.

Assim, ao longo da vida lembraremos de pessoas importantes, que damos mais crédito e exerceram maior influência em nossa identidade, portanto um sócio respeitado dentro do nosso clube da vida e aquelas que não demos muito crédito, tendo menor grau de importância. A prática de lembrar está voltada para conhecer a ação dos relacionamentos passados na compreensão de identidade de uma pessoa. (RUSSELL & CAREY, 2007)

Assim, tendo em vista o tema apadrinhamento afetivo e consequente adoção, creio que essa fundamentação teórica me auxiliará a traçar um caminho quanto aos meus objetivos deste trabalho. Ouvir histórias de experiências de pertencimento e novas construções de identidades de pai, mãe, filho ou filha, certamente poderá contribuir para a compreensão do apadrinhamento como um caminho para a adoção.

5 A ADOÇÃO

Antes de iniciar o tema, vale ressaltar que tanto na família de origem como na família substituta, a adoção da criança precisa acontecer de uma forma que favoreça que ela sintam-se amada e querida, pertencente àquele sistema.

Para que a adoção possa acontecer, existe a necessidade de destituição do poder familiar mediante decisão judicial, onde os pais perdem o direito sobre os filhos, ou seja, a guarda. Tal medida justifica-se pelo fato dos pais terem cometido falta, omissão ou abuso em relação aos filhos, nos casos de violência doméstica e/ou sexual e psicológica, negligência, abandono e ausência de vínculos afetivos. A pobreza não pode ser considerada motivo para uma destituição do poder familiar. Antes que os filhos sejam retirados do convívio familiar de origem todos os recursos sociais, psicológicos e médicos devem ser oferecidos à família, pois trata-se de um procedimento bastante complexo.

“A filiação adotiva é uma filiação legítima, com o mesmo status jurídico da filiação natural, e uma realidade tanto social quanto psicológica”. (Verdier, 1988, 1992 apud Vargas, 1998)

No que se refere às suas implicações enquanto um ato constitutivo, de acordo com o ECA - Art. 41: ... *“a adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-se de qualquer vínculo com os pais e parentes, salvo impedimentos matrimoniais”.* Ou seja, não há diferença entre filho legítimo e ilegítimo.

Para Paiva (2004) a adoção é uma das possibilidades de colocação em lar substituto, co-existindo com outras possibilidades tais como a guarda, a tutela e o apadrinhamento. A adoção é a possibilidade mais próxima das relações paterno-filiais, onde se torna possível reconstruir relações familiares para uma criança ou adolescente afastado do convívio familiar.

Andrei (2001, apud Ladvoat, 2002) afirma que na antropologia não há distinção entre “adoção” e “gestação”, pois são organizações possíveis de filiação presentes em várias culturas.

Adoção, apadrinhamento e gestação eram consideradas maneiras comuns de filiação, onde a família extensa acolhia várias gerações sob o mesmo lugar, tendo vínculos de sangue ou não.

Para Pilotti (s/d, apud Paiva, 2014) o tema adoção pode ser dividido em duas etapas: adoção “clássica”, onde o casal não podia ter filhos, e a adoção “moderna”, onde o foco da nova filiação se torna a resolução da situação da criança privada do convívio familiar.

Era comum no Brasil, antes do ECA a conhecida “adoção à brasileira”, onde informalmente as famílias encontravam saídas para a adoção, onde crianças eram registradas como filhos biológicos, sem que estes fossem gerados ou concebidos, desconsiderando as exigências legais e judicialmente considerada crime. Atualmente, o número de candidatos que buscam uma adoção formal, via Juizado de Infância e Juventude está aumentando.

Atualmente fazem parte do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) mais de 30 mil candidatos, inclusive nesse ano o Conselho Nacional de Justiça autorizou que estrangeiros e brasileiros residentes no exterior também participem do

cadastro. O objetivo é aumentar a adoção de crianças com mais idade, que estão fora do perfil solicitado pelos brasileiros. As leis estão sendo reformuladas, visando atender a demanda das crianças institucionalizadas. (Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2014/03/entenda-como-funciona-o-cadastro-nacional-de-adocao.html>>. Acesso em: 21 nov. 2014)

Anterior ao século XX, no Brasil, os casais sem filhos buscavam as crianças nas Rodas dos Expostos ⁽⁵⁾ e era comum nesta época as adoções informais, os “filhos de criação”.

Dentre as formas possíveis de adoção por iniciativa própria da família, Paiva (2004) destaca a adoção Intuito Personae, onde os candidatos procuravam o Poder Judiciário para efetivar a adoção de uma criança específica, autorizados pela família biológica. Nestes casos, eventualmente, a criança já convivia com a família adotiva, e havia a pretensão de regularização da situação. Contudo, nestes casos, diferentemente da adoção à brasileira, existe um parecer de profissionais do Judiciário.

Dentre as muitas formas de referências à adoção, no que diz respeito ao momento existencial da criança adotada, destaca-se as que são compreendidas como adoções tardias (VARGAS, 1998). Para a autora tal classificação é aplicada para os casos em que o ingresso da criança na nova família acontece a partir de seus 02 anos de idade. O foco maior desse trabalho, envolve justamente os casos como estes, o das adoções tardias.

⁵ Conforme apresentado no primeiro capítulo a “Roda” era um aparato de madeira onde se depositava o bebê. Tinha a forma cilíndrica e uma divisória no meio, sendo preso junto ao muro ou na janela da instituição. O bebê era colocado no aparato na parte que ficava externa à instituição, onde era girado, em seguida a sineta era tocada, para que a vigilante ou Rodeira pudesse receber o bebê. Quem abandonava o bebê retirava-se do local sem ser identificado.

Alguns autores não gostam da expressão “adoção tardia”, pretendendo extinguir este termo, pois leva a concepção de uma adoção em tempo inadequado, reforçando os preconceitos neste tema, preferindo usar o termo “adoção de crianças maiores ou de adolescentes”. (FERREIRA e CARVALHO, s/d)

5.1 A adoção ao longo dos tempos: uma retrospectiva histórica

O tema adoção perpassa distintos territórios e tempos. Na religião, na mitologia, histórias de heróis e tragédias, e contos infantis, encontramos referências à prática da adoção.

Historicamente, encontramos a presença da religião na determinação do significado atribuído à adoção. Houve uma época em que a Igreja Católica conteve a adoção, para que filhos ilegítimos não se tornassem legítimos e, assim, os bens de pessoas naturalmente sem herdeiros, não passassem legalmente para filhos adotivos e deixassem de vir para a igreja.

Na Idade Média Ariès (1978) coloca que a adoção era contida pela Igreja, também com a preocupação de manter o sacramento do matrimônio.

Somente a partir do século XX é que a adoção passou a ser mais considerada como uma prática social para a Igreja e para a sociedade.

Um outro aspecto que interfere na prática da adoção, ainda dentro deste contexto religioso, encontramos em outras religiões como o judaísmo. Nesta comunidade religiosa podia existir resistência para aceitação de uma criança

não judia e, para a criança ser considerada como herdeira, os pais adotivos precisavam fazer a doação de seus bens.

Do ponto de vista étnico, destacam-se alguns aspectos importantes que apontam para certas tendências sociais. Por exemplo, no que se refere à adoção inter-racial, constatamos que ainda existe um preconceito racial, levando-nos a pensar que, aos negros, devido à escravidão, foram lhes tirado o direito à humanidade.

Se considerarmos a adoção ao longo dos tempos, Paiva (2004) ressalta que desde os tempos bíblicos presenciamos adoções acontecendo. Haja vista a adoção de Moisés, que foi deixado em um cestinho no rio e adotado pela filha de faraó.

Para Weber (2001, apud Ladvocat, 2002), a adoção teve início com os romanos para atender necessidades reais, para transferência do reinado, na ausência de um herdeiro. A adoção como questão social e voltada aos interesses das crianças e adolescentes somente foi reconhecida a partir da primeira guerra mundial, por conta dos abandonados e dos órfãos.

Na Idade Moderna, a adoção passou a ser citada no código promulgado por Christian V, que servia ao interesse dos adultos. O código civil francês de Napoleão induziu o restante do mundo para a prática de adoção. Na época da Revolução Francesa, apenas pessoas com mais de 23 anos poderiam ser adotadas. Pessoas menores de 23 anos somente poderiam ser adotadas mediante testamento e caso o adotante as tivesse criado por 06 anos o jovem, antes de ter morrido. Uma pessoa também poderia adotar alguém caso tivesse salvado a vida do adotante. (LADVOCAT, 2002)

A primeira legislação tratando do tema adoção, contudo, no Brasil foi criada em 1828, que é sistematizada pelo Código Civil – Lei 3.071 de 1916 (PAIVA, 2004). Esta Lei se preocupava em resolver a situação dos casais sem filhos, mas colocava como uma condição que os candidatos tinham que ter a idade mínima de 50 anos, não podiam ter outros filhos e a diferença de idade entre adotado e adotante deveria ser de no mínimo 18 anos. Essa lei era revogável e não rompia os laços do adotado com sua família de origem.

No ano de 1923 foi escrita a Declaração dos Direitos da Criança. Nos termos desse documento, o adotado não era considerado filho legítimo, mas a adoção se aproximava mais ao modelo familiar biológico. No início da segunda guerra, a legislação francesa implantou a Legitimação Adotiva, que beneficiava crianças menores de 05 anos órfãos, ou filhos de pais ignorados. Estas crianças tornavam-se filhos legítimos.

Em 1927 surgiu o primeiro Código de Menores no Brasil, que fazia menção ao abandono e a suspensão do pátrio poder.

Em 1957 no Brasil, com a Lei 3.133 a idade mínima para os adotantes passa a ser de 30 anos, desde que a diferença de idade com o adotado não fosse menor que 16 anos; o casal deveria ter pelo menos 05 anos de casamento e os candidatos à adoção poderiam ter filhos, mas nesse caso o adotado não teria direito à herança. Se o casal tivesse filhos depois da adoção, o adotado teria direito apenas à metade da herança.

Nos Estados Unidos em 1959, a ONU sancionou a Declaração Universal dos Direitos da Criança. No ano de 1966 aconteceu a reforma do direito da família na lei francesa. Na década de 70, nos Estados Unidos foi vetada a adoção quando existiam laços consanguíneos. A procura por famílias substitutas tornou-se o foco para proteger as crianças.

Em 1965 no Brasil com a Lei 4.655 a pessoa viúva com mais de 35 anos poderia adotar, desde que o adotado estivesse em seu lar há mais de 05 anos. Inclusive desquitados poderiam adotar, desde que conseguissem a guarda antes da separação. Com essa Lei a adoção passa ser “legítima”, o adotado ganha o reconhecimento como filho e os vínculos com a família de origem eram encerrados. Porém esta Lei era apenas para órfãos de pais desconhecidos e crianças abandonadas até os 07 anos. Em termos legais esta adoção não dava os mesmos direitos de filho biológico.

Em 1979 com o Código de Menores, Lei 6.697, deixou de existir a legitimação adotiva e surgiu duas novas modalidades de adoção: adoção plena e adoção simples. Na adoção plena, o adotado perde o contato com a família de origem e a adoção tem caráter irrevogável. Na adoção simples seguia-se os moldes da adoção do Código Civil. Essa Lei pela primeira vez mencionava os estrangeiros, que não podiam ter a adoção plena se não residissem no país.

A adoção internacional é reconhecida nos dias de hoje, mas a preferência pelas leis brasileiras é que a criança e ou adolescente permaneçam em seu país.

As ideias da Constituição Brasileira de 1988, foram regulamentadas pelo ECA, Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Uma das práticas que foram regulamentadas por essa lei, foi a adoção de crianças e adolescentes até 18 anos ou até 21 anos, mas quando já estivessem sob a guarda ou tutela dos adotantes antes de completar a maioridade. A idade mínima do adotante passa a ser 21 anos e não precisa ser casado; avós e irmãos não podem adotar; um dos cônjuges pode adotar o filho do outro; regulariza-se a adoção internacional; a adoção pode ocorrer mesmo depois da morte do adotante, caso já estivesse em processo, interrupção do vínculo do adotado com a família de origem;

cancelamento dos dados da família biológica e a inclusão dos nomes dos avós na certidão de nascimento e direitos sucessórios plenos.

A partir daí, surge, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), referência de leis em relação à criança e ao adolescente e tratando, dentre outras coisas, a questão da adoção. (LADVOCAT, 2002)

Em 03 de agosto de 2009 foi promulgada a Lei 12.010, agregando e aperfeiçoando alguns pontos do ECA em relação à adoção, a princípio conhecida como Nova Lei da Adoção, porém com nomeação questionada por alguns profissionais da área. No trabalho aqui exposto prefiro referir-me a Lei 12.010.

Nesta Lei fica assegurada a adoção no caso de crianças e adolescentes que não possam conviver com a família de origem. Em caso de acolhimento a situação da criança ou adolescente deverá ser avaliada semestralmente por meio de relatórios, os PIA's (Plano Individual de Atendimento), e o acolhimento não poderá ultrapassar dois anos. Caso isso acontece deve ser justificado pelos profissionais envolvidos, atendendo o interesse da criança ou adolescente. A permanência ou reintegração da criança ou adolescente à família tem preferência em relação a qualquer alternativa. Os laços de afinidade passam a ter prioridade. Grupos de irmãos não devem ser separados, apenas se comprovada alguma necessidade. Do ponto de vista da organização dessa prática, foram criados e implementados cadastros estaduais e nacional de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e de pessoas ou casais habilitados à adoção. Ficou também explícita a preferência da adoção de crianças e adolescentes por brasileiros, em relação à adoção internacional.

A idade mínima do adotante passa a ser 18 anos, desde que tenha uma diferença de idade de no mínimo 16 anos com o adotado.

Uma outra determinação dessa lei foi que passou a ser obrigatória a participação dos postulantes à adoção em programa oferecido pela Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar. Tal programa inclui preparação psicológica, orientação e estímulo à adoção inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.

5.2 As motivações que levam à adoção

E quais seriam as motivações para a adoção? Ladvocat (2002) faz algumas considerações quanto à infertilidade, abandono de criança e sobre a escolha pessoal para responder esta questão.

Na infertilidade a impossibilidade de tornarem-se pais pelos métodos naturais pode levar ao caminho para a adoção. Eventualmente, nesta trajetória, sentimentos de frustração e impotência podem surgir. Geralmente as mulheres sofrem mais que os homens com a infertilidade. A adoção pode ser a solução encontrada, mas a infertilidade deve ser elaborada para que a parentalidade adotiva possa ser vivida mais plenamente.

Conforme Ladvocat (2002), dos 137 casos atendidos em consultório, em 46% deles a motivação para a adoção não era a infertilidade. Homens e mulheres solteiros, considerados como famílias monoparentais; relações homoafetivas; casais com filhos biológicos e que desejavam mais um filho; casamento em idade avançada; situações imprevistas, onde a adoção se

tornou uma imposição, como por exemplo o falecimento de um irmão, onde como tio assume a guarda da criança; foram motivos declarados como fatores motivacionais da adoção. Porém 54% dos casos apresentaram que a infertilidade e a frustração com a reprodução assistida culminaram na adoção.

Vargas (1998) coloca que há uma pequena parcela que opta pela adoção pelo caráter humanitário, buscando ajudar uma criança abandonada. Creio que nos dias atuais esta motivação tem aumentado.

Para Paiva (2004) as famílias com melhor poder socioeconômico, geralmente, buscam os recursos da medicina para engravidar com maior intensidade, até que estes se esgotem, desistindo de buscar os laços biológicos. Para as camadas de baixa renda, geralmente a adoção, no caso em que o casal não consegue ter filhos, vem como uma possibilidade mais próxima. Nos dois casos as famílias lidam com a frustração e sensação de fracasso e a adoção pode significar uma substituição.

Além deste aspecto, o campo da adoção sofre mudanças ao longo dos tempos no Brasil e no exterior. Atualmente, temos observado que casais com ou sem filhos querem adotar, inclusive pessoas solteiras têm apresentado o desejo de construir família por meio da adoção. A idade dos candidatos à adoção também sofreu alteração. Não apenas os casais mais jovens, mas também os de meia idade tem buscado a adoção como forma de constituição de uma nova família. Muitas vezes já tendo os filhos crescidos e emancipados, casais de meia idade se percebem com o desejo de adotar.

5.3 Aspectos psicológicos da adoção

Permeado de mitos, preconceitos e segredos, o tema adoção atualmente reúne inúmeros estudos, com observações das mais diferentes abordagens psicológicas. A princípio teorias especialmente preocupadas com a origem e hereditariedade das crianças.

Para isso Bowlby (1984, apud Berthoud, 1997) coloca que em qualquer traço ou característica biológica, morfológica, fisiológica ou comportamental o resultado sofre influência da genética com o meio ambiente, portanto não devemos associar todos os créditos à hereditariedade e à origem, pois o meio também exerce influências no desenvolvimento psicoafetivo da criança.

Tendo em vista a carga cultural empregada ao abandono da criança pelos progenitores, a adoção, conseqüentemente, também sofre suas influências.

Há alguns anos atrás a adoção tinha a premissa do segredo, geralmente presente. Em adoções processadas em segredo, surgia a dúvida sobre contar ou não à criança, quando contar ou como contar, no intuito de proteger a criança de preconceitos e possível decepção e/ou revolta contra os adotantes. Atualmente a ideia predominante entre estudiosos é que a verdade sobre a adoção seja revelada à criança, sustentada pela crença de que todo ser humano tem direito de ter acesso à sua história.

Quando se trata de crianças maiores candidatas à adoção, há o mito de que o fato de uma criança ou adolescente já ter vivenciado a institucionalização e passado por privações, e por poder conservar lembranças da família de origem podem interferir na harmonia da nova família (LADVOCAT, 2002).

Freqüentemente os candidatos à adoção dão preferência a bebês de até um ano, meninas e brancas. No entanto, as crianças que podem ser adotadas, geralmente possuem mais de 02 anos e são, na sua maioria, meninos mulatos ou negros (FEREIRA e CARVALHO, s/d). Assim há uma incompatibilidade nos perfis de adotantes e adotáveis.

Geralmente os pais idealizam a ideia de ter um bebê. A idade escolhida também está associada ao receio das lembranças referentes às histórias das famílias de origem, pois, no imaginário coletivo, se bem pequena, a criança não vai se lembrar de nada que possa ter vivido até o momento da adoção. Muitos preferem saber o mínimo possível sobre a família de origem da criança como se esse aspecto fosse interferir nos cuidados com a criança e na família. Parecem demonstrar medos de descobertas angustiantes, principalmente com receio de aspectos hereditários. Essa negação não impede dúvidas futuras, do adotado, da família extensa, amigos e dos próprios adotantes.

Quando pensamos em adoção parece que, à primeira vista, vem à mente apenas um bebê sendo adotado. Mas, nas instituições de acolhimento o maior número de crianças situa-se na faixa etária entre 07 e 15 anos, assim a origem da criança ou adolescente tem a mesma importância, ou pode tornar-se um facilitador, tendo em vista que a criança ou adolescente trás uma memória muito mais presente de suas narrativas? Conseqüentemente entende melhor os rompimentos dos vínculos familiares anteriores, o que pode auxiliar na construção de novos vínculos.

Ao longo dos anos surgiram agências que trabalham no sentido de reatar a aproximação de uma pessoa adotada e sua família de origem. Nos Estados Unidos existem movimentos que defendem a adoção aberta, onde a família adotante não perde contato com a família de origem. No Brasil a adoção tem estado na mídia, em longas investidas em que pessoas adotadas buscam conhecer suas origens. Acrescidos a este fator, atualmente temos a ferramenta

“Facebook”, onde presenciamos crianças e adolescentes localizando seus familiares, mesmo que destituídos do poder familiar.

Pensando na adoção, que alguns autores a chamam de tardia, após os 02 anos de idade, será que a origem da criança possui o mesmo peso ou torna-se um aspecto mais ressignificado, tendo em vista as lembranças da criança ou adolescente e sua possibilidade de expressar suas narrativas por meio da linguagem?

Conforme coloca Ladvocat (2002) quando a adoção ocorre com a criança ainda bebê, ela se consolida nas primeiras horas de convivência. Na adoção de crianças maiores, o vínculo afetivo se constitui na convivência familiar e foge do mito de que uma criança mais velha não pode vincular-se afetivamente, devido ao abandono ou institucionalização sofridos.

Berthoud (1997) diz que se a família adotiva construir um ambiente adequado às relações interpessoais, a criança adotada irá desenvolver-se em harmonia, com as mesmas condições de um filho biológico. O ideal é que a criança seja adotada o quanto antes na infância, pois ficará menos vulnerável a interferências emocionais e se apegará com mais facilidade à família adotiva. Contudo, Berthoud, fazendo menção a uma pesquisa sobre esse tema, relata que a capacidade para o apego em famílias adotivas é comparável com a observada no que se manifesta nas famílias de origem. Inclusive, de acordo com a autora, os dados indicam que não foram percebidas alterações importantes entre bebês adotados em relação ao comportamento e nível de desenvolvimento.

Berthoud (1997) faz seu estudo basicamente sobre a teoria de Bowlby (1981,1984) que diz que ao nascermos trazemos como herança uma potencialidade para reproduzir alguns sistemas, chamados de sistemas

comportamentais, os quais sofrem influências do ambiente. Um destes sistemas é a busca pelo apego, onde nascemos com uma intensa capacidade de nos relacionarmos afetivamente com uma figura determinada (figura de apego), especialmente aquela que se destina aos cuidados maternos. Tal apego não depende desta figura ser a mãe biológica, mas sim, uma figura que a represente nos cuidados.

Para Berthoud (1997) o apego pode ser considerado um **encontro** ou não entre duas pessoas que sofrerá influências da personalidade e do meio de cada uma das partes envolvidas na situação. Este encontro não é determinado biologicamente, mas, constitui-se nas relações.

Considero que esse encontro acontece quando na relação surge o desejo de cuidar e ser cuidado. Portanto tanto na família de origem, como na família adotiva, a filiação, o pertencimento, a parentalidade, outro significado que eu traria para este **encontro**, precisam acontecer. O bom encontro entre adotado e adotantes terá a possibilidade de ser construído na relação, aspecto fundamental para uma adoção bem sucedida. Nesse aspecto creio que é possível considerar que todos nós apresentamos uma predisposição para o vínculo, independente da idade. Claro que considerando as experiências de vida essa potencialidade pode ser alterada.

A intimidade e proximidade entre mãe e bebê são de fundamental importância para o desenvolvimento da criança e influenciará em seus relacionamentos futuros. A separação precoce de mãe e bebê podem gerar perturbações emocionais. Contudo, tais perturbações podem ser atenuadas com a presença de pessoas e/ou objetos familiares e cuidados maternos satisfatórios possibilitados por uma outra pessoa, sendo uma figura substituta. Esta interferência também vai depender da idade da criança, o apego que já tenha sido estabelecido na relação inicial com a mãe e o tempo de separação. O que é importante para um desenvolvimento seguro são a acessibilidade e

sensibilidade da figura de apego e da figura substituta, pois a ausência de uma tal figura pode propiciar raiva, angústia e o desapego, podendo trazer perturbações no desenvolvimento da personalidade da criança.

Então, é possível considerar que, mesmo diante de uma separação precoce da mãe e conseqüente acolhimento institucional, é possível que a criança dê conta de seu desenvolvimento emocional saudável, tendo condições na manutenção de vínculos salútares, pois os cuidados dispensados a ela, mesmo em uma instituição podem ser de qualidade. Na minha prática como psicóloga que atende crianças acolhidas, já ouvi várias crianças alegarem que gostam do acolhimento e sentem-se bem cuidadas, seguras e protegidas, muitas vezes não querendo voltar à família de origem.

Para Ladvoat (2002) na adoção os candidatos a pais também idealizam seus filhos como aqueles que aguardam o período de gestação, porém os vínculos se consolidam na convivência familiar e não no nascimento.

Os verdadeiros vínculos parentais se constituem pela via afetiva e pela empreitada do cotidiano em família. O período de espera quanto à adoção, no acolhimento, no Juizado, pode ser percebido como uma gestação seguida de um parto, um nascimento. As privações e perdas vivenciadas pelas crianças são brevemente sanadas com a convivência da família adotiva. Para os recentes pais o período de guarda que antecede a adoção é experimentado com a ansiedade de perder o filho.

O vínculo adotivo pode ser tão intenso quanto o biológico, pois a paternagem e maternagem são construídos na relação familiar, embora as famílias ainda prefiram a parentalidade biológica. Salzer (in Ladvoat, 2002) coloca que o vínculo afetivo construído e significado na adoção transcende o biológico.

Para Berthoud (1997) ser pai ou ser mãe não está associado à geração, concepção ou parto, como se a afetividade se constituísse naturalmente decorrente deste processo. Fosse assim não presenciáramos o imenso número de crianças abandonadas, mas sim a uma disponibilidade pessoal interna de assumir os cuidados de uma criança e entregar-se para ma relação afetiva de qualidade, que pode ou não surgir na paternidade biológica. Pais que consigam estabelecer relações satisfatórias com seus filhos não estão dependentes da consanguinidade, mas do desejo e motivações pela paternidade.

Alguns pais não se identificam com seus filhos biológicos, não reconhecendo neles similaridades físicas ou de temperamento, no entanto, às vezes, percebemos em famílias adotivas, pais que identificam nos filhos adotivos aspectos comportamentais e de temperamento parecidos com os deles, às vezes até traços físicos.

Santos (in Vargas, 1998) nos diz que a probabilidade de felicidade na família adotiva, é a mesma que se encontra nas famílias biológicas, dependendo, no entanto, de como a adoção foi gestada.

Vargas (1998) relatou uma pesquisa de Hodges & Tizard, onde os autores chegaram à conclusão que mesmo as crianças que não tiveram vínculos parentais duradouros na primeira infância, podem vir a construí-los posteriormente, pois estes não surgem incondicionalmente, mas dependem do investimento afetivo dos pais adotivos, podendo ocorrer dificuldades nas relações devido à institucionalização e não pela adoção.

Creio que, atualmente, amparadas pelas novas leis, o ECA - a Lei 12.010 e Normas de Regulamentação, as instituições de acolhimento precisam proporcionar outra qualidade de atendimento, englobando melhores serviços

prestados à criança e ao adolescente, visando seu desenvolvimento global: físico, afetivo, educacional e social. Portanto, creio que as instituições de acolhimento merecem um novo olhar, ao menos um olhar mais reflexivo, antes de cairmos em julgamentos precipitados, tendo em vista que muitas crianças e adolescentes adaptam-se à situação de acolhimento e sentem-se pertencentes àquele lar e àquela “família”. Inclusive hoje, ainda não ideal, encontramos uma maior supervisão dos serviços prestados.

Vargas (1998) também nos diz que se a criança construiu vínculos significativos na primeira infância e conseguiu constituir a “mãe boa”, melhor será o prognóstico para os próximos relacionamentos. Porém, essa criança precisará elaborar o luto pela perda da mãe anterior ou biológica, meta esta que será alcançada mediante identificação com a mãe adotiva. No entanto, a mãe adotiva também precisa se desvincular dos fantasmas da família biológica, não sentindo-se “culpada”, como se tivesse retirado o filho de outra pessoa.

Bowlby (1979, apud Vargas 1998) ratifica que uma criança que sofreu a separação devido a decisões judiciais, pode ainda não estar preparada para aceitar uma nova família. Suas dúvidas, resistências e luto precisam ser acolhidos para que possam ser elaborados. Também devido à institucionalização, ela pode ter criado vínculos e sentir-se culpada por deixar os amigos, que continuarão esquecidos.

Teffaine e Robert (1987, 1989, apud Vargas, 1998) colocam que na adoção de crianças maiores é normal a criança apresentar um comportamento regressivo, desejando retomar o nascimento, como se estivesse renascendo dos pais adotivos. É importante que os pais adotivos acolham essa necessidade para que a criança consiga completar a adoção retomando seu desenvolvimento. Na teoria desses autores, num primeiro momento, por meio do contato corporal intenso, podem demonstrar o desejo de estar na barriga da mãe, o que é importante para o processo de filiação e parentalidade. Num

segundo momento, pode surgir a busca de identificações físicas e psicológicas com os pais. Na terceira etapa, surge a agressividade e o distanciamento, devido ao medo de um novo abandono, buscando a proteção de uma possível frustração. Na quarta fase a criança passa pela construção do “romance familiar”, onde as crianças idealizam pais que irão resgatá-las de situações negativas, com a elaboração de um novo romance familiar ocorre o novo nascimento psíquico.

No entanto, devemos considerar como propõe esse trabalho, a singularidade de significações, assim dependendo dos significados atribuídos à adoção pelas crianças, abre se um campo para a construção de outras narrativas.

Os autores também dizem que os pais adotivos precisam ser acolhedores e flexíveis para atender a demanda regressiva dos filhos e firmes o suficiente para darem conta dos ataques retaliadores, geralmente investidos nas figuras que abandonaram. Especialmente a mãe precisa exercer a maternagem. No caso das crianças maiores responder às demandas que se apresentam, conforme vão acontecendo e não, se antecipando a elas. Quando a criança consegue satisfazer suas necessidades essenciais no novo âmbito familiar, para construir seu caminho por meio do novo modelo familiar/parental, ela irá evoluir para os próximos estágios de seu desenvolvimento.

Vargas (1998) embora considere cada processo de adoção de crianças maiores único, com suas peculiaridades, traçou similaridades nos casos acompanhados, tais como: enfrentamento do preconceito social, especialmente por serem crianças mais velhas; necessidade de preparação e acompanhamento específico no processo; esforço da criança para se identificar com as novas figuras parentais, as crianças tendiam a imitar o comportamento da família para criar vínculos; comportamento regressivo e agressividade. Os dois últimos fazem parte do processo de adaptação, conforme divulga

amplamente a literatura. Também observou aceleração no ritmo de desenvolvimento global, a criança sentia-se amparada para dar continuidade ao seu desenvolvimento que decolava.

A adoção de uma criança maior pode propiciar o desenvolvimento e integração social de uma criança que esteve acolhida, de uma maneira tal que não existiria outra alternativa possível. Para ela tanto na adoção tardia, como na vida, o sucesso ou fracasso nas relações irão estar ligados à capacidade de suporte, de entrega, de trocas afetivas significativas, sinceras entre os participantes.

Rutter (1989, apud Guimarães 2010) ratificou que, mesmo que a criança ou adolescente tenham passado por vivências difíceis na primeira infância, levarão poucos riscos para a vida futura se as vivências a seguir forem positivas.

Embora este estudo gire em torno de uma concepção pós moderna, de abordagem narrativa, onde o mundo da experiência é assimilado por meio dos significados atribuídos aos eventos, construídos no intercâmbio social por meio da linguagem, Paiva, numa perspectiva psicodinâmica à luz de Dolto e outros autores tornou possível uma aproximação de significados e conceitos quando diz que considera “*que são as palavras e não os fatos que produzem as marcas psíquicas*”. (PAIVA, 2004, p.83).

Assim, penso que as conversações estabelecidas no processo de adoção pelas pessoas envolvidas, serão atribuídas de significados e sentidos pelas crianças ou adolescentes encaminhados para adoção, pelas famílias de origem e pelos candidatos à adoção, ratificando a importância de serem bem conduzidas.

A organização de filiação não se constitui apenas na consanguinidade, os vínculos parentais precisam ser construídos, mesmo para pais biológicos. A geração e o nascimento não são suficientes, pois é necessário adotar os filhos. As relações que acontecem no dia a dia, por meio das trocas afetivas, são elementos que devem ser observados na qualidade dos vínculos pais e filhos estabelecidos. (PAIVA, 2004)

A criança ou adolescente amparado de amor e respeito certamente conseguirá transpor os obstáculos que a sociedade possa levantar com os preconceitos que marginalizam os diferentes e minoritários.

Toda criança deve ter seu direito respeitado de crescer e se desenvolver no seio de uma família, não condicionado à cor, nacionalidade, idade ou etnia, pois independente de sua idade, mesmo acima de 05 anos, ela pode se identificar e aprender com os costumes e a cultura familiar que fizer parte. Assim como ocorrem nas adoções internacionais, mais receptivas às adoções tardias e inter-raciais, que não precisam ser a única alternativa para lidar com as diferenças.

Os trabalho realizado por inúmeras agências de adoção internacionais, propiciaram aos candidatos estrangeiros maior flexibilidade na busca pelo filho adotado, desmistificando o processo e possibilitando novas ressignificações, a partir das idealizações dos candidatos.

Outra preocupação da adoção é o rompimento do vínculo adotivo, onde a devolução da criança se torna imperativa. Muitas vezes a devolução é justificada devido ao comportamento da criança, muitas vezes associado à sua hereditariedade. Tal prática ocorre com mais frequência na adoção de crianças maiores.

Nas adoções de crianças maiores os pais adotantes podem apresentar dificuldades em lidar com as experiências passadas na vida da criança e adolescente, às vezes, difícil de serem esquecidas. Há um receio dos pais adotivos de que, independente do amor e do carinho recebidos, a educação da criança sempre sofrerá influências do passado. Por isso, é ressaltada a importância de que o caminho do acolhimento à família seja bem trabalhado pela equipe do Juizado. (VARGAS, 1998; LADVOCAT, 2002)

Vargas (1998) coloca que o estágio de convivência anterior a uma adoção tardia gira por volta de um ano, com a possibilidade de chegar a dois, dependendo da Vara em que tramita o processo.

De qualquer maneira as questões relacionadas às dificuldades de vínculo podem surgir tanto numa família biológica como numa família adotiva. Não fosse assim atenderíamos em nossos consultórios apenas crianças ou adolescentes de famílias adotivas.

Para Guimarães (2010) o desenvolvimento de uma criança não pode ser percebido de maneira isolada, separado do contexto em que está inserida, das singularidades das relações de cada família adotiva e dos componentes idiossincráticos que constroem o caminho de cada criança. A construção da identidade é um caminho que se inicia no nascimento e progride por toda a vida.

Paiva (2004) coloca que a princípio as dificuldades encontradas na criança ou adolescente adotados não podem ser associadas diretamente com a adoção, tampouco com experiências consideradas traumáticas antes da adoção. Não descarta que a adoção pode apresentar suas vicissitudes, mas não é incondicionalmente ligada a situações de conflitos, sintomas e dificuldades.

Nas adoções de adolescentes e crianças maiores podem existir situações que exijam acompanhamento de perto pelos profissionais envolvidos. As crianças maiores podem chegar ansiosas, com medo de serem rejeitadas e com extrema necessidade afetiva, às vezes, manifestadas com comportamentos regressivos ou conduta desafiadora e provocativa, como forma de testar a consistência do novo vínculo. Para tanto a autorização da adoção deve ocorrer depois de um período de convivência, onde seja constatada a adaptação e após a possibilidade de despedida gradativa do contexto em que vivia.

Para alguns candidatos, a adoção de crianças maiores pode ser considerada uma empreitada árdua, pois sentem-se ameaçados por fatores como: o contato com o acolhimento institucional, as lembranças sobre os anos de abandono, o contato com outras crianças do acolhimento institucional, a chance da criança já ter sido devolvida por outra família e a complexidade de estabelecimento de novos vínculos afetivos. (LADVOCAT, 2002).

Nos Grupos de Pais Adotivos, geralmente organizado por ONG's por todo o país, estas questões estão sendo trabalhadas com os candidatos à adoção, visando ressignificar crenças e mitos quanto à adoção de crianças maiores. Os veteranos que já concluíram a adoção compartilham suas vivências, alegando que as crianças mais velhas demonstram gratidão, respeito, vontade de modificações na sua história, ratificando que a adaptação pode ser breve e que os vínculos afetivos se constituem na convivência.

Esses grupos de apoio fomentam a adoção considerada tardia, interraciais, de grupo de irmãos e de crianças com necessidades especiais.

Vargas (1998) relata a importância que os adotantes deram aos grupos de apoio, trocando experiências e vivências, tornando-se um trabalho profilático

e possibilitando a flexibilidade para novas práticas de adoção como as adoções realizadas com grupo de irmãos, as inter-raciais, as de crianças maiores ou de crianças com necessidades especiais.

Na minha prática profissional, as adoções encaminhadas via Juizado, onde os candidatos já eram habilitados, como parte do processo, esses candidatos são conduzidos aos acolhimento para conhecerem a criança selecionada por meio de indicação da Vara da Infância e Juventude, conforme o perfil previamente organizado. Depois de visitar a criança algumas vezes na instituição, logo a criança seguia para a casa dos candidatos, não sendo necessário acompanhamento por parte da equipe técnica (assistente social e psicóloga) do acolhimento institucional.

Nas adoções via apadrinhamento afetivo, a equipe técnica do acolhimento realiza acompanhamento por conta própria, sem que haja uma solicitação da Vara da Infância e Juventude.

Nos casos de apadrinhamento afetivo que culminaram na adoção, foi nítido que a convivência propiciou a construção do vínculo afetivo. A cada saída em finais de semana, a cada período de férias com os padrinhos afetivos, a certeza pela adoção se fortalecia tanto com os padrinhos como com as crianças. A aproximação, a intimidade, o conhecimento entre os membros da família propiciava à criança ou adolescente a possibilidade de serem conhecidos e mostrarem sua personalidade, o que não seria possível apenas no interior do acolhimento institucional.

Andrei (1999, apud Ladvocat, 2002) considera que, na adoção de crianças maiores, é necessário um pouco mais de paciência e compreensão, pois as ilusões, os sonhos, os desejos, as frustrações do abandono e a institucionalização podem influenciar, porém não impossibilitar a adaptação à

nova constituição familiar. Ele, que adotou um adolescente, explica que é importante buscar o histórico comportamental da criança no acolhimento institucional; continuar os atendimentos médicos e psicológicos durante o tempo de guarda provisória; não misturar aspectos da adolescência com aspectos de rejeição; estipular limites e regras; não ficar ansioso para diminuir o tempo de guarda e especialmente não encontrar na devolução a única saída sem considerar outras opções.

Kernberg (1985, apud Ladvocat, 2002) coloca que o histórico da adoção deve compor a tríade adotiva, ou seja, os três sistemas comprometidos: a história do sistema biológico, a história do sistema adotivo e o sistema nuclear do adotado.

Eventualmente nas adoções as relações podem ficar enredadas no vínculo benefício e gratidão, sendo configuradas as lealdades invisíveis, onde os filhos adotados permanecem com o débito, por terem sido reconhecidos como filhos e não explicitamente revelado, devem cumprir as expectativas familiares.

Para Guimarães (2010) muitos estudos de Psicologia voltados à adoção estão focados em “problemas”, onde é considerado que a família é a única saída para um desenvolvimento emocional saudável e, preferencialmente, a criança deve ser adotada ainda bebê. A instituição acaba por receber significados pejorativos, carregados de preconceitos, considerada como maléfica às crianças, e que, nas adoções tardias, iriam contribuir negativamente para o desenvolvimento da criança.

Essa visão interfere em como as instituições de acolhimento são apreendidas, apenas como um lugar de passagem e não como um contexto com possibilidades de construção de vínculos afetivos e desenvolvimento,

sendo a família adotiva dotada de solução mágica. Porém, o que é fundamental, são as experiências de relações afetivas e não especialmente a experiência numa família.

A adoção não pode ser considerada uma solução encontrada e finita, sem que haja acompanhamento. Nas narrativas das crianças foi possível perceber que a construção das relações familiares não acontecem de imediato, acontecendo gradualmente, de acordo com a composição das redes de significados em cada família e dos acontecimentos experienciados em cada situação.

5.4 Acompanhamento profissional nas adoções

Para Berthoud (1997) à época da pesquisa que desenvolveu, o processo para efetivação da adoção era desgastante e apenas algumas capitais brasileiras apresentavam serviços de qualidade para o acompanhamento adequado. Ela considerou que advogados, promotores, juízes, assistentes sociais, médicos e psicólogos precisavam ser melhor esclarecidos para tratar com casos de adoção. A autora citada apresentou a esperança que os casos de adoção seriam melhor acolhidos quando estes profissionais apresentassem uma nova construção sobre o assunto, naquele momento ainda bastante carente de literatura.

Paiva (2004), na perspectiva de uma psicologia jurídica, coloca que no tema adoção os profissionais, os pais biológicos, os aspirantes à adoção e as crianças e adolescentes retomam aspectos de suas histórias de vida e vivências idiossincráticas relacionadas às experiências de perdas, lutos, abandono e rejeições, sendo estes sentimentos favoráveis à projeção e significações particulares, mesmo que a atividade profissional esteja assistida por leis e teorias. O profissional nesse processo se depara com suas vivências

familiares, crenças, valores e significados atribuídos ao tema o que pode influenciar na atuação.

Na visão de Paiva muitas vezes é atribuído ao Poder Judiciário o poder de decisão, como se fossem detentores do saber sobre o que será o ideal à criança, à família e à convivência familiar, eventualmente esperando decisões com base em razões moralistas e convenções sociais, onde muitas vezes são alvo de duras críticas. Eventualmente também ocorrem as idealizações onde aparece a fantasia de que o processo ocorrerá sem dificuldades, dependendo das decisões do Poder Judiciário.

As críticas estão ora associadas ao imediatismo, onde existe a alegação de falta de respeito com as famílias de origem ou, à morosidade que acaba perpetuando o tempo de acolhimento em instituições de muitas crianças e adolescentes. Contudo, faltam estudos para compreendermos o real trabalho de psicólogos e assistentes sociais jurídicos. Neste contexto existe a perspectiva do tempo; tempo cronológico, tempo psicológico, tempo processual e, devemos ainda considerar que o tempo da criança não é o mesmo que o do adulto.

O ECA buscou organizar a execução da prática da adoção, instituindo a importância da equipe multiprofissional para auxílio da Vara da Infância e Juventude. Contudo, não diz nada sobre como o trabalho deve ser feito; apenas afirma a necessidade de pareceres social e psicológico para auxiliar a decisão judicial e a atuação da equipe técnica para deferimento ou não dos candidatos à adoção.

Os pareceres dos técnicos (profissionais envolvidos, especialmente assistentes sociais e psicólogos) podem divergir significativamente. Enquanto alguns tendem ao acolhimento institucional, outros aconselham a colocação em

famílias substitutas e outros persistem na reinserção familiar. Contudo, não se pode perder de vista o interesse das crianças, adolescentes, suas famílias e candidatos à adoção, de modo que venha a prevalecer o desejo dos profissionais, em detrimento do desejo e das histórias dos participantes desta narrativa.

Cada Vara de Infância e Juventude tem seus próprios procedimentos, mas conforme Paiva (2004) à época, ainda faltavam psicólogos e assistentes sociais no Estado de São Paulo para acompanhar os processos de adoção e passados dez anos ainda se percebe essa falta. Esse fato pode ser observado no discurso dos entrevistados deste estudo.

Em 1985, a Assembléia Geral das Nações Unidas determinou que os profissionais envolvidos com a adoção e colocação em lares adotivos deviam receber formação adequada para lidar com o tema. Para tanto foram organizados manuais e guias que foram entregues às comarcas do Estado de São Paulo.

Freire (1991, apud Vargas, 1998) coloca que muitos casos de adoção não são melhor encaminhadas devido a escassez de trabalho técnico especializado e de uma prática mais próxima da realidade das crianças e adolescentes abandonados.

Embora com os anos passados percebemos que a experiência e os escritos na área se intensificaram, porém na prática é possível observar que o tema adoção ainda merece atenção e ressignificação tanto das famílias como dos profissionais envolvidos no tema. Ainda há a necessidade de um trabalho mais fundamentado no acompanhamento das famílias que abrem mão dos filhos e dos candidatos à adoção.

É possível identificar profissionais envolvidos na prática de adoção nas Varas de Infância e Juventude e nas instituições de acolhimento sem nenhum preparo e autonomia. Muitos, às vezes, se acomodam em sua prática, na especificidade de sua área ou seguem uma linha de pensamento linear, não conseguindo olhar o todo implicado no processo de adoção: o sistema da família de origem, o sistema da família adotiva e o sistema nuclear do adotado.

Vários autores ratificam a importância de uma preparação com os candidatos à adoção e sua escuta, inclusive um acompanhamento no pós-adoção, que pode ser um período estressante, visando um processo bem sucedido à família e à criança.

Para Paiva (2004) todas as possibilidades de colocação da criança ou adolescente em família substituta necessitam de estudos que verifiquem as razões da medida solicitada, as condições psicossociais dos candidatos para realizarem a função a que se apresentam, as reações da criança ou adolescente à medida sugerida e as peculiaridades dos vínculos afetivos presentes.

Especialmente Berthoud ressalta a importância de um acompanhamento psicológico da criança com mais idade anterior à adoção, para elaborar a adaptação, fantasias e expectativas em relação à família adotiva. Considera também que, é de suma importância aos profissionais envolvidos no processo, conhecer o melhor possível a criança que está sendo encaminhada para adoção, nos aspectos de família de origem, história de vida, além de conhecer os candidatos à adoção. (BERTHOUD, 1997; LADVOCAT, 2002; PAIVA, 2004)

5.5 - Os possíveis significados da adoção para a criança ou adolescente

O tema adoção ainda está bem impregnado de crenças e valores culturais relacionadas à consanguinidade, sendo comum que se associe possíveis problemas comportamentais à biologia da criança e do adolescente.

Guimarães (2010) no meu ponto de vista foi extremamente empática ao pensar na perspectiva da criança adotada e abrir uma escuta despretensiosa para estes pequenos. O trecho a seguir explana suas construções acerca do assunto.

Guimarães fala que a adoção ainda é apreendida numa visão unilateral onde a criança e o adolescente são percebidos como alvo do sucesso ou fracasso do processo, não sendo observado as várias relações construídas com os diferentes interlocutores nos múltiplos contextos envolvidos no processo.

As crianças e adolescentes têm sentimentos, dúvidas e possuem condições de dialogarem sobre suas próprias experiências, de modo que possam adquirir um autoconhecimento e construir suas histórias de vida. Precisam de uma escuta cuidadosa quanto às interpretações, tendo em vista que condizem a narrativas construídas mediante um dado contexto, para interlocutores específicos, num período determinado de suas vidas.

Na adoção de crianças maiores, a criança pode verbalizar suas vivências e colocar em linguagem os significados atribuídos à experiência da adoção, sendo sujeito com direito a voz e colaboradora em pesquisas. Porém,

elas devem ser reconhecidas como vulneráveis em relação ao pesquisador, não porque são diferentes internamente, mas devido à visão do adulto.

As pesquisas com crianças exigem recursos como desenhos e jogos, além das entrevistas habituais para que elas sintam-se mais acolhidas. Adolescentes maiores de 12 anos devem ser favoráveis ao processo para que a adoção aconteça.

No estudo realizado por Guimarães baseando-se nas narrativas das crianças adotadas com idade mais avançada, ela pode identificar três momentos específicos nas suas vidas: a separação da família biológica, a vivência no acolhimento e a passagem para a família adotiva.

Conforme Brodzinsky, Schechter & Henig (1992, apud Guimarães, 2010) apenas em torno dos 06 ou 07 anos a criança adotada consegue fazer a distinção entre adoção e nascimento como possibilidades para fazer parte de uma família. A partir daí surge o “sentimento de perda” e as confusões quando distingue filho adotivo e filho biológico. Assim a criança passa a perceber que, para ela ser adotada, precisou ser separada da mãe que a concebeu e assim surge também o medo de perder a família adotiva, pelo receio de poder ser “devolvida”.

Guimarães cita alguns autores que colocam que na irmandade é provável que sejam construídos sentimentos intensos de cumplicidade, compreensão e proteção entre os irmãos, eventualmente podendo criar um “bloqueio fraterno”, impossibilitando outros vínculos afetivos.

Na escuta de crianças adotadas para seu estudo, Guimarães aprendeu com estes pequenos a importância de valorização de suas histórias,

simultaneamente ao silenciamento de vivências passadas associadas ao processo de adoção. Considera, neste sentido, que é fundamental um acompanhamento familiar pré e pós adoção, onde a criança tenha voz. Este espaço não visa à psicopatologia, mas um espaço de reflexão e apoio às crianças e famílias que participam da adoção.

Em suas narrativas as crianças trouxeram a relação presente entre o processo de adoção tardia e os outros contextos envolvidos: o acolhimento institucional, a família biológica e o Sistema Judiciário. As crianças construíram, por meio de vivências narrativas com o outro, seus próprios significados acerca do mundo e si mesmo, interagindo com o mundo com base nesses significados.

Na perspectiva infantil Guimarães concluiu que as crianças são pouco ouvidas no processo de adoção e que se fala pouco com elas sobre o assunto. As crianças sentem-se impotentes e vulneráveis perante os movimentos a que são submetidas de um contexto a outro: família biológica, acolhimento institucional e família adotiva. Muitas vezes, tudo se passa sem a possibilidade de compreensão dos acontecimentos a que são expostas e à mercê das decisões dos adultos.

Para as crianças pesquisadas, a situação de acolhimento fizeram parte de suas vidas. Nos acolhimentos essas crianças construíram vínculos afetivos, de aprendizagem, de vida, embora tenham associado a instituição de acolhimento como um local de passagem e com traços negativos e não desejarem retornar. Fizeram menção também à família biológica e colocaram o alerta para essa questão que não deve ser negligenciada. Sentem-se pressionadas quanto à questão escolar, como sendo um dos fatores para atender às expectativas da família adotiva e não serem devolvidas.

Na minha opinião a escolarização realmente é um fator estressante, pois muitas vezes devido à circulação entre vários contextos não se permite que a criança tenha uma vida escolar regular, levando à defasagem na aprendizagem. Muitas vezes, apenas após o acolhimento institucional a criança consegue ter uma vida escolar frequente. Eventualmente agregado a isso, a intensa carga emocional de ansiedade, incerteza e insegurança devido à ruptura dos laços com a família de origem e conseqüente acolhimento, fazem com que o investimento mental necessário à aprendizagem formal torne-se escasso. Contudo, pode funcionar, ocasionalmente, como um momento de tranquilidade onde a criança possa investir no aprendizado.

Os pequenos demonstraram especial interesse sobre o registro definitivo da adoção, dando importância ao sobrenome como fundamental ao sentimento de pertencimento.

Assim, percebemos a importância de crianças e adolescentes se expressarem pela linguagem e terem a oportunidade de atribuir significados à sua história e às suas experiências de abandono, acolhimento, apadrinhamento, adoção entre outras.

6 O APADRINHAMENTO AFETIVO

Na procura por literatura a respeito do tema Apadrinhamento Afetivo foi possível observar a escassez de publicações na área. Contudo, visitando vários sites percebemos que o programa de Apadrinhamento Afetivo já se estabelece, enquanto prática, em alguns estados do país como: Rio Grande do Sul, com o Instituto Amigo de Lucas; Paraná, com o Recriar; Rio de Janeiro com o Quintal de Ana; no Distrito Federal com o projeto Aconchego; em São Paulo, o GAASP e no Mato Grosso, o projeto Padrinhos, entre outros.

As informações obtidas são similares quanto à definição do Apadrinhamento Afetivo, enquanto uma prática de construção de relacionamentos de afetividade. Definido como um programa que tem como objetivo ações e estratégias para a criação, desenvolvimento e manutenção de vínculos afetivos, o apadrinhamento afetivo visa possibilitar a convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes acolhidos, ampliando as referências afetivas em outros contextos, conhecendo novos modelos de participação familiar e de cidadania.

As pessoas que desejam participar do programa precisam ter a disposição de passar um tempo com a criança ou adolescente, geralmente com poucas possibilidades para adoção ou reinserção familiar, mas também precisam desejar acompanhar a vida deles efetivamente.

Para Sousa e Paravidini (2011) o apadrinhamento tem um sentido religioso, sendo os padrinhos considerados pais espirituais, onde na ausência do pai ou da mãe, os padrinhos assumem os cuidados e criação das crianças.

Dantas (2011) ao se aprofundar nos estudos de compadrio, termo usado por ele, que no nosso estudo pode ser nomeado de apadrinhamento, nos remete a duas perspectivas em relação à origem. Uma, relacionada às certidões de batismo do final do século XVIII e à sociedade escravocrata negra e/ou indígena. Na outra perspectiva as relações de compadrio estavam associadas às questões políticas, derivadas das diferenciações de poder entre padrinhos e afilhados.

Assim percebemos que as relações de apadrinhamento são permeadas por questões religiosas, simbólicas, afetivas, sociais e políticas que se estabeleceu como prática por anos.

Embora um tema antigo, creio que, entre nós, a modalidade de Apadrinhamento Afetivo é nova, configurando dúvidas, receios, reflexões e possibilidades quanto ao assunto. Portanto veremos a seguir as hipóteses de alguns autores referentes ao tema, com significados favoráveis e desfavoráveis ao programa.

Simões (2014) relaciona o apadrinhamento afetivo com a relação de cuidado e interesse com o bem estar da criança ou adolescente, onde o padrinho destina ao afilhado, atenção, suporte emocional e limite. O fundamento do apadrinhamento afetivo é o fato dos padrinhos tornarem-se referência afetiva para os afilhados.

Para ela o apadrinhamento afetivo é uma possibilidade das crianças e adolescentes que perderam vínculos familiares e apresentam poucas chances de adoção, ganharem visibilidade na busca de uma família substituta.

Para Paiva (2004) o apadrinhamento afetivo é uma maneira de oferecer apoio às crianças e adolescentes que vivem em instituições de acolhimento, mas por alguma razão não podem ser encaminhados para uma família substituta. No Brasil, geralmente os padrinhos realizam visitas ao acolhimento ou levam as crianças ou adolescentes apadrinhados para passarem juntos finais de semana, férias e datas comemorativas. Existem os padrinhos financeiros, que custeiam cursos e tratamentos, às vezes extensivo à família, buscando evitar que o abandono de cuidados e a falta de oportunidades aconteçam. Esses programas são organizados e acompanhados por ONG's e segmentos da sociedade civil.

Na França existem famílias que também acolhem em suas residências e são autorizadas e amparadas pelo governo para cuidarem de crianças por um tempo determinado em suas casas. Geralmente isso acontece quando os pais não podem permanecer com elas, devido a situações materiais ou psicológicas. O objetivo dessa prática é que ofereçam à criança a possibilidade de uma vida em família. Para sua inclusão nesses programas as famílias são acompanhadas e passam por um período de seleção e orientação.

Bittencourt (2014) nos diz que na vida perante situações que somos pegos de surpresa, geralmente temos o Plano A, B, C. Enfim, alternativas possíveis perante as intempéries da vida, onde geralmente contamos com nossa rede de familiares e de amigos. Ao longo da vida circulamos por diversos grupos entre eles o da dança, do futebol, da igreja, do trabalho entre outros, sendo que esses são necessários, funcionando como auxílio à nossa sobrevivência interna e externa.

Assim, penso de fundamental importância a possibilidade de extensão da rede social das crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, que, dentre outras formas, pode ser conseguida por meio do apadrinhamento afetivo.

“A ideia simples e singela de apadrinhamento afetivo é a de ter um afilhado/afilhada que mora em um serviço de acolhimento da mesma maneira que temos um afilhado em nossa família”. (BITTENCOURT, 2014, p. 107)

A expectativa destinada aos padrinhos é que assumam um compromisso de responsabilidade e afeto que permaneça além do tempo de acolhimento, sendo estes referência de segurança aos afilhados, onde estabeleçam uma relação satisfatória às crianças ou adolescentes. Portanto, todos os envolvidos precisam estar preparados para essa relação, padrinhos, guardiões das crianças ou adolescentes, juizado da infância e juventude e, especialmente, as crianças e os adolescentes. Além disso, os candidatos precisam de uma formação anterior à efetivação do apadrinhamento, para que o mesmo não se resume às festividades.

6.1 A construção social do apadrinhamento afetivo do ponto de vista legal

É importante esclarecer de antemão, que essa prática não tem vínculo jurídico. Trata-se de iniciativa que não possui regulação federal, sendo firmadas parcerias entre associações, Varas da Infância e Juventude, Ministério Público e as instituições, geralmente não governamentais.

Diante da inexistência de norma federal regulamentadora, cada projeto de apadrinhamento afetivo organiza seus próprios critérios de acordo com as autoridades competentes para a sua execução.

O apadrinhamento afetivo pode ser uma resposta à efetivação da garantia de convivência familiar e comunitária, um direito previsto no ECA, especialmente crianças ou adolescentes afrodescendentes, com deficiências

físicas ou mentais, por fazerem parte de grupo de irmãos, o diagnóstico de soro-positivos(as) ou por serem maiores ou mais velhos(as), muitas vezes considerados(as) com remotas ou inexistentes chances para adoção. Embora atualmente, devido à participação dos candidatos em Grupos de Apoio à Adoção a idade para a adoção, vem se tornando mais flexível, sendo que tem sido entendido como crianças maiores, a partir dos 06 anos.

Este serviço está previsto no artigo 92, IX, do ECA como “participação de pessoas da comunidade no processo educativo”. E também nas *Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes* do CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social e CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente onde explicita com clareza a necessidade de um serviço como este ser precedido de preparação dos candidatos através de cadastramento, seleção, preparação e acompanhamento destes padrinhos/madrinhas e afilhados visando que seja uma experiência benéfica para todas as crianças e adolescentes participantes. (BITTENCOURT, 2014, p. 108)

Além disso o artigo 92, VII, do ECA determina que as instituições de acolhimento devem adotar o princípio de “participação na vida da comunidade local”, ou seja, é de suma importância a participação da criança e do adolescente na comunidade onde reside.

No site do Projeto Aconchego encontramos a seguinte fundamentação:

O Programa de Apadrinhamento Afetivo tem sua fundamentação no art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece ser “dever da família, da **sociedade** e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à **convivência familiar e comunitária** (...)”. Também é reconhecido pelo Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (2006) como um programa direcionado a crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente. (Disponível em: <<http://aconchegodf.org.br/blog/?tag=apadrinhamento-afetivo-2>> Acesso em: 14 nov. 2014)

Nas Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes consta:

Nos serviços de Apadrinhamento Afetivo devem ser incluídos, prioritariamente, crianças e adolescentes com previsão de longa permanência no serviço, com remotas perspectivas de retorno ao convívio familiar ou adoção, para os quais vínculos significativos com pessoas da comunidade serão essenciais, sobretudo no desligamento do serviço de acolhimento. (CNAS/CONANDA, 2009, p. 52)

Também:

Programas de Apadrinhamento Afetivo ou similares devem ser estabelecidos apenas quando dispuserem de metodologia com previsão de cadastramento, seleção, preparação e acompanhamento de padrinhos e afilhados, por uma equipe interprofissional em parceria com a Justiça da Infância e Juventude e Ministério Público. (CNAS/CONANDA, 2009, p. 52)

No geral quem pode apadrinhar são pessoas que tenham um tempo para participar efetivamente da vida do afilhado, com visitas ao acolhimento, à escola, que possa levá-lo para passear. A pessoa precisa ter mais de 18 anos, respeitando a diferença de ser 16 anos mais velho do que a criança ou adolescente. Precisa participar das oficinas e reuniões com a equipe técnica do projeto, apresentar toda a documentação exigida, autorizar visitas psicossociais em sua residência e respeitar as regras e normas estabelecidas pelos responsáveis do projeto. Portanto, a prática do apadrinhamento tem demandado um cuidado e atenção especiais.

6.2 Construções narrativas sobre o apadrinhamento afetivo

Simões (2014) em seu estudo para avaliar a implantação de um projeto de apadrinhamento afetivo no Rio de Janeiro, elaborou um questionário para

que os afilhados pudessem expressar sua opinião sobre os padrinhos. A maioria dos afilhados da pesquisa apresentou o desejo de manter contato com os padrinhos.

Em sua pesquisa identificou que 21,88% voltavam para o acolhimento institucional bem ou muito bem, após o período que ficavam com os padrinhos. Uma parcela de 31,25% ficavam tristes ao retornar, mas esse fato não acarretou em nenhum prejuízo psicológico. Ao contrário, o apadrinhamento afetivo, fez a diferença na vida de crianças que perderam o vínculo com suas famílias de origem e aguardavam a adoção, onde ganharam visibilidade e aumentaram suas chances na procura de uma família substituta.

Aos padrinhos em alguns casos, foram levados a refletir sobre a possibilidade de adoção.

Para Simões, padrinhos e afilhados ficaram satisfeitos com a experiência do apadrinhamento afetivo.

Rabelo (1999) em seus estudos sobre o tema nas Casas-Lares/Coqueiros coloca que as relações de intimidade estabelecidas no apadrinhamento permitem construir negociações e diálogos. Verificou que o programa de apadrinhamento afetivo auxiliou no rompimento da rotina institucional e colaborou para a manutenção da autoestima, devido à ampliação das redes sociais e gerou integração e proximidade entre padrinhos e afilhados. Para ela a proximidade e continuidade nas relações fazem com que os padrinhos auxiliem os afilhados quanto à autoestima, especialmente no que se refere à possibilidade de atendimento das necessidades individuais, onde percebeu avanços significativos nos afilhados, principalmente escolar e

conquistas na construção de metas para o futuro, onde os afilhados mostraram-se mais motivados.

No apadrinhamento afetivo tornou-se possível, relações mais flexíveis do que as institucionais, não desconsiderando é claro os limites necessários.

Para Rabelo, o apadrinhamento realça o sentimento de pertença e valorização, permitindo às crianças sentirem-se valorizadas por seus padrinhos, quando esses participam ativamente de suas vidas e sentem-se pertencentes àquele grupo familiar, do qual passam a fazer parte. Na sua perspectiva de assistente social, o apadrinhamento não foi percebido pelas crianças e adolescentes entrevistados como mágico, de modo a eliminar os problemas, mas favoreceu um apoio no desenvolvimento da autoestima, onde os afilhados construíram uma relação de amizade e valorização dos padrinhos como figuras de referência afetiva.

Numa perspectiva antropológica, Dantas (2011) coloca que na ausência da consanguinidade, uma solução encontrada para gerar um parentesco é por meio do “compadrio”, transferindo o termo para o nosso trabalho, seria o mesmo que apadrinhamento afetivo. Nessa relação surge o “acostumar-se” para a assimilação do processo que se refere à construção da família.

O acostumar-se é construído pelo tempo, onde surgem subjetividades, que não são apenas sentidas, mas dialogadas no dia a dia dos participantes. Constitui-se assim nomes que vão de encontro aos significados atribuídos à nova relação, onde é possível identificar como crianças e adolescentes estão construindo significados para esta nova realidade de convivência com padrinhos. Assim a partir do momento que a criança ou adolescente passa a

ser nomeado de “afilhado” e o adulto de “padrinho”, é possível verificar a construção de relações de parentesco.

Numa perspectiva antropológica contemporânea, Dantas busca práticas onde o parentesco excede a consanguinidade, colocando a ênfase nos significados que os participantes desse processo constroem.

Transcendendo para a epistemologia que sustenta esse trabalho pensaria nas narrativas possíveis, nas possibilidades de construções de histórias por parte dos envolvidos.

Dantas em seus estudos identificou o caráter solidário estabelecido no compadrio, por isso os padrinhos procurados precisavam ser livres, com bom recurso financeiro, político e que tivessem prestígio.

Para Dantas o compadrio no contexto brasileiro é mais estrutural do que institucional, assim, inconsciente, conjugando o aspecto simbólico, com a criação de um parentesco fictício e funcional, onde estão presentes as redes de ajuda mútua. No entanto, sendo um ritual, por meio do batismo religioso ou por relações políticas, eventualmente fazem-se presente relações desiguais, similares as de patrão-cliente. Atualmente mecanismos burocráticos estão substituindo o ritual do batismo, onde ONG's atuam como instrumentos de políticas públicas, desenvolvendo programas como o Apadrinhamento Afetivo. Embora uma tradição, hoje torna-se mediada por ONG's.

Considerando-se um programa que parte de uma situação onde a desigualdade está presente, então, deve-se compreender se o caráter de sacrifício é apenas do afilhado em termos de gratidão ou, também dos

padrinhos, que idealizam a caridade, construído no valor de “dar” e não esperar nada em troca.

As ONG's também procuram padrinhos para as crianças e adolescentes que sofreram o abandono, com melhores condições socioeconômicas.

Dantas realizou um trabalho com o Instituto Amigo de Lucas, também uma ONG empenhada com o tema sobre Apadrinhamento Afetivo. Nos depoimentos de profissionais envolvidos com a prática já organizada nessa instituição, o apadrinhamento afetivo é percebido como um recurso que além das relações afetivas pode ser uma alternativa para a adoção de crianças maiores, embora não seja este o objetivo, pois muitos padrinhos se apegam aos afilhados e os adotam. Quando isso não acontece, quando os afilhados completam 18 anos os padrinhos podem levá-los para residir com eles ou auxiliá-los na localização de uma moradia, sendo sempre uma maneira da criança ou adolescente receber uma atenção diferenciada.

Dantas coloca que as eventuais desistências do apadrinhamento afetivo estão relacionadas à falta de preparo dos padrinhos que idealizam os afilhados. Ressalta a importância da convivência, que não é possível se o padrinho abre mão do afilhado no primeiro conflito, pois há necessidade de um período de adaptação grande para crianças e adolescentes compreenderem a presença dos padrinhos. Portanto, afilhados e padrinhos precisam de apoio, uma vez que um sistema não se estabelece pela justaposição dos participantes.

Para Dantas um dos fatores de maior motivação para o início do programa de apadrinhamento afetivo, foi o fato dos jovens que completam 18 anos no acolhimento, às vezes saírem sem referência afetiva extra institucional.

Dependendo do caminho de cada padrinho com seu afilhado, o lugar desse novo personagem na vida dos padrinhos transita entre ser um “amigo” e ser “alguém da família”. Quando o padrinho pensa na responsabilidade de conduzir a criança ou adolescente à vida adulta, afirmam que assemelha-se a um relacionamento de parentesco, embora associem parentesco ao “sangue”, enquanto o “ser da família” implica a afetividade.

No programa de apadrinhamento afetivo desenvolvido pelo Instituto Amigo de Lucas estudado por Dantas, o aspecto afetivo é bem destacado, sendo realmente especial o carinho, a atenção personalizada, a vontade de ajudar uma criança ou um adolescente, e, eventualmente, a expectativa do padrinho em receber também está presente. Dantas observa uma grande mobilidade na vida de jovens que foram apadrinhados, o que não é diferente na realidade que presencio. Muitas vezes antes do acolhimento, a criança ou adolescente já passou por inúmeras casas, ou seja, a “circulação de crianças”. Assim é possível inferir que os padrinhos entram como mais uma de muitas ajudas, diante de uma organização extremamente frágil das redes familiares.

Dantas em seu estudo chegou à seguinte hipótese:

Por meio de diversos relatos, podemos dizer que o programa “Apadrinhamento Afetivo” promove uma relação difusa e, em muitos casos, duradoura, que pode indicar uma “conexão” de parentesco, ainda que nos discursos essa relação seja comumente caracterizada enquanto amizade. (DANTAS, 2011, p. 137)

De acordo com a experiência da equipe de direção do Projeto Amigo de Lucas, foi destacado que o apadrinhamento afetivo pode ser uma fase de transição para uma possível adoção de crianças maiores. Embora avenge a hipótese de que quando os afilhados não correspondem às expectativas dos padrinhos, especialmente no que tange aos estudos, expectativas estas que seriam iguais as destinadas aos filhos, os padrinhos acabam optando por não

efetivar a adoção. Mas os padrinhos compreendem que não podem determinar as escolhas de filhos e afilhados.

Com os depoimentos dos afilhados do estudo de Dantas, foi possível observar que muitos almejavam a adoção por um tempo, mas observaram que isso não seria possível. Contudo, gostaram de fazer parte do programa de apadrinhamento afetivo, pois puderam visitar lugares e apreciar comidas, receberam afeto e presentes, embora aleguem que, com o passar do tempo, alguns padrinhos tornaram-se mais “materiais” do que “afetivos”, os encontros iam diminuindo, embora a ajuda financeira continuasse. Mas, os padrinhos foram considerados essenciais para a transição dos afilhados para uma vida autônoma.

Para Dantas os técnicos que acompanham o programa e aspirantes a padrinhos, partem de uma ideia convencional de família. Criam uma relação em que as pessoas se “doam” numa relação afetiva de reciprocidade. O suporte moral e afetivo dos padrinhos teria como retorno a alegria e satisfação dos afilhados. É depositada uma grande esperança no padrinho, que devido seu investimento afetivo, poderia determinar um futuro melhor para o afilhado.

A relação de doação leva a concepções bem convencionais de família, o que, às vezes, leva às desistências do programa. Porém os padrinhos que não desistem e permanecem na relação com o afilhado, apesar das desconstruções das idealizações, vão ajustando suas ideias com mais flexibilidade nos modelos de parentesco, ou elaborando novas configurações, como a amizade, para incluir uma nova pessoa na família, para certificar a construção de uma relação afetiva forte e contínua.

Interessante pensarmos que, embora com as mudanças na instituição familiar contemporânea, tendo em vista os novos arranjos constituídos e reais,

ainda temos organizados e significados internamente uma família nuclear, onde a consanguinidade se faz presente. Devemos estar atentos a isso, pois é o que passamos às crianças e adolescentes, especialmente aos acolhidos, sendo que não vivemos mais essa realidade.

Para tanto, as crianças na instituição onde acompanho o programa de apadrinhamento afetivo são trabalhadas constantemente. Antes que se decida pelo apadrinhamento, a criança é questionada quanto ao seu desejo de ser apadrinhada, sendo que a busca por um padrinho somente acontecerá mediante a sua autorização. Dentro do possível, suas perspectivas são atendidas, quanto às aspirações de ser apadrinhada por um casal, uma pessoa solteira, um homem ou uma mulher. Cumpre ressaltar que, pelo que venho observando, os vínculos afetivos acontecem, de modo que não é possível controlar os sentimentos de padrinhos e afilhados. Durante uma visitação na instituição de um voluntário um encontro com uma criança ou adolescente pode significar o início de uma vinculação afetiva, que geralmente enquanto equipe não podemos controlar os vínculos estabelecidos, mas trabalhar a criança ou o adolescente e estas famílias para que lidem com a situação da melhor maneira possível.

Assim, na instituição onde presto serviços, tem sido realizado um trabalho psicossocial, onde semanalmente as crianças recebem atendimento psicológico, e uma escuta compreensiva para que busquem ressignificar os lutos. Dentre as situações difíceis a serem manejadas encontram-se a separação da família de origem pelo ingresso no acolhimento; a destituição do poder familiar e suspensão das visitas de familiares ao acolhimento; chegadas e saídas de outras crianças ou adolescentes e espera quanto a decisões judiciais entre outras situações.

Após ou simultaneamente à ressignificação desse luto, outras alternativas precisam ser apresentadas à criança ou adolescente, pois as

incertezas e o tempo de espera podem tornar-se extremamente angustiantes. Não é incomum que, eles comecem a apresentar comportamentos como agressividade, oposição, sensibilidade e questionamentos.

Algumas crianças ou adolescentes se adaptam perfeitamente à situação de acolhimento, à medida que se sentem seguros e protegidos. Algumas vezes, a criança chega ao acolhimento com essa queixa de agressividade, “fugas”, “furtos” e, a partir do momento que se sentem verdadeiramente acolhidos, essas reações desaparecem. Contudo, à medida que o tempo passa e essa criança ou esse adolescente permanece sem respostas e vai se tornando mais consciente de sua real situação e amadurecendo no seu entendimento cognitivo, social e afetivo, pode surgir o desespero, especialmente quando se deparam com as saídas de outras crianças. Nestes casos, surge o questionamento “E eu?”. Numa sessão ouvi um garotinho dizer: “estou ficando para trás, né Cris?” Quis chorar com ele.

Perante as ressignificações necessárias, especialmente em termos de qual o significado atribuído à família de origem, penso que podemos apresentar à criança ou adolescente outras possibilidades de experiências familiares, de modo que possa ampliar sua rede social e conseqüentemente uma rede social de apoio emocional extra relações institucionais. Não desqualificando essas últimas, mas possibilitando a construção de narrativas e “clubes da vida”, eventualmente com histórias mais ricas, auxiliando essas crianças e adolescentes nesse tempo de espera e elaborações.

Assim, penso o apadrinhamento afetivo como uma alternativa no tempo de espera dessas crianças e adolescentes, pois o tempo cronológico passa rápido, mas, infelizmente algumas vezes, não é este o compasso do tempo judicial. Penso que é mais difícil para crianças e adolescentes ficarem tristes sozinhos, do que com colos dispostos a “acolher e cuidar”.

Existem muitos tabus com relação às formações de vínculos. Um deles refere-se à possibilidade de, com o apadrinhamento afetivo, a criança ou adolescente ficar exposto ao risco de uma nova ruptura e decepção. Concordo que em todos os nossos relacionamentos estamos sujeitos a decepções e frustrações, mas então devemos limitar os relacionamentos sociais possíveis a eles? Pode ser que passem frustrações, mas pelo que pude observar até o momento, creio que estão mais dispostos a correr o risco, do que a continuar esperando, dentro do acolhimento institucional, por mais que este seja acolhedor e aconchegante.

Como mencionei antes, os vínculos e sentimentos são difíceis de controlar. As crianças e adolescentes frequentam a comunidade, assim como determinam as leis: escola, igreja, parques, serviços médicos, projetos socioeducacionais, entre outros. Nesses espaços têm contato com inúmeras pessoas, amigos, familiares desses amigos, professores, onde eles na maioria das vezes não escondem suas histórias, assim vínculos são construídos em todo momento.

As crianças e adolescentes passam um ano com uma professora, numa convivência diária, no entanto no ano seguinte, muito provavelmente, vão ter outra professora. Se eles conseguem atribuir o significado dessa relação professor-aluno, por que não conseguiriam estabelecer o significado à relação padrinhos-afilhados?

Para que os significados construídos nessa relação sejam salutar para ambos, padrinhos e afilhados, na instituição onde trabalho, os candidatos ao apadrinhamento afetivo recebem amparo psicossocial, com visitas à residência, entrevistas, formação e acompanhamento psicoterapêutico semanal às crianças e adolescentes. Nos atendimentos as crianças e adolescentes são informadas constantemente sobre o seu processo jurídico, devido ao meu contato permanente com a assistente social da instituição, que se mantém

sempre informada dos processos em visitas realizadas na Vara de Infância e Juventude. Quando se faz necessário também compareço às entrevistas na Vara e consulto processos.

Até o momento percebemos que as crianças ampliam suas significações sobre o que vem a ser o Programa de Apadrinhamento Afetivo e apresentam o desejo de serem apadrinhadas, pois observam as relações estabelecidas entre padrinhos e afilhados e as consideram positivas. Enquanto equipe, a cada dia, também ressignificamos nossa prática profissional à medida que novas situações surgem e nos comunicam novas possibilidades. À comunidade creio que estamos apresentando uma modalidade de participação humanitária ativa, que escapa dos moldes caritativos, pois compreende formação, orientação e acompanhamento.

Os candidatos ao apadrinhamento afetivo mostram-se curiosos quando conhecem o trabalho, mas ainda falta divulgação e esclarecimento. É nesse contexto que se insere e justifica este trabalho que, esperamos, possa ampliar o conhecimento desta prática, tornando-a mais familiar à sociedade como um todo.

7 OBJETIVOS DA PESQUISA

Contextualizando

Em minha experiência profissional atuando junto às instituições de acolhimento institucional percebo um grande número de crianças e adolescentes que não recebem visitas de seus familiares ou, até mesmo, casos em que as visitas são realizadas, porém não garantem a convivência familiar, social e comunitária que é direito da criança.

Embora as instituições de acolhimento propiciem condições de lazer, frequência em cursos, igrejas, dentre outras, a convivência no acolhimento em termos dos laços afetivos pode ser salutar, porém diferente das relações familiares convencionais. Assim, o apadrinhamento afetivo visa possibilitar aos acolhidos, experiências extra-acolhimento, experiências estas afetivas, sociais, familiares e comunitárias.

As experiências afetivas no apadrinhamento possibilitam a vivência de novas relações afetivas e conhecimento de novos papéis familiares com as madrinhas, padrinhos, avós, avôs, primos, tios, e outros. Tais vivências são limitadas no contexto do acolhimento, uma vez que, no contexto da instituição, embora sejam formados vínculos, estes se restringem a outros papéis afetivos na vida da criança. No acolhimento institucional são as educadoras, cuidadoras, mães-sociais, psicólogos, assistentes sociais, que geralmente assumem o lugar de “tios” e “tias”.

Outra contribuição para crianças apadrinhadas são as experiências sociais por participação em contextos mais amplos. Crianças e adolescentes apadrinhados podem frequentar eventos sociais insólitos na situação de

acolhimento como: casamentos, noivados, formaturas, que geralmente fomentam a reunião de grupos familiares.

Da mesma forma, conviver com a família dos padrinhos favorece experiências comunitárias como ir à igreja do bairro, frequentar os eventos culturais da região, ir à feira, conhecer o comércio local. Algumas instituições de acolhimento não têm condições logísticas de levar as crianças e adolescentes até estes locais, devido à quantidade de crianças, falta de pessoal e, às vezes, de transporte.

Embora seja perceptível o empenho das instituições em cuidar da individualidade de cada acolhido, às vezes, devido à demanda, as atividades tornam-se coletivas. Por exemplo: eles podem ir ao cinema, teatro, Mc Donald's, mas dificilmente vão escolher o filme, a peça ou o lanche, pois muito provavelmente foi uma doação comprada em "pacote", sendo inviável para cada criança escolher o filme ou a peça que gostaria de assistir ou mesmo seu lanche.

Portanto, acredito que o apadrinhamento afetivo entra como possibilidade de resgate de uma identidade singular, onde uma família, ou uma pessoa apadrinhando uma ou duas crianças amplia suas possibilidades da realização de desejos, eventualmente simples, mas que poderão gerar os cenários necessários para "acontecimentos singulares", como propõe Michael White (2012), e fazer toda a diferença na história de uma criança ou adolescente. O apadrinhamento afetivo pode ser compreendido assim, como um contexto singular da construção de identidades através de outras relações de afeto e pertencimento.

Na minha experiência profissional, percebi a importância do apadrinhamento afetivo, devido ao grande número de crianças e adolescentes,

considerados de idade avançada, que ainda aguardam uma resolução judicial, quanto à reintegração familiar ou colocação em família substituta, ou adoção. Uma criança a partir de 03 anos pode ser considerada de idade avançada para uma adoção, sendo considerada uma “adoção tardia”, como propõe Cynthia Peiter (2011). Muitas delas, se não retornam às famílias quando acontece a destituição do poder familiar, devido à idade, pertencerem a grupo de irmãos, serem afrodescendentes, apresentarem deficiências, dentre outras condições, geralmente, são rejeitadas, permanecendo acolhidas.

Estudando o tema, pois no acolhimento institucional onde trabalho percebemos a necessidade de um programa como este, verifiquei que é ínfima a literatura sobre o assunto. Mas, na experiência prática identifiquei um fenômeno ocorrendo com certa frequência, o desejo dos padrinhos que os afilhados se tornassem filhos.

Nas tentativas de maior conhecimento sobre essa prática, tive a oportunidade de participar de um curso cujo tema era: “Apadrinhamento Afetivo de crianças e adolescentes com remotas chances de adoção”. No curso, onde várias instituições de acolhimento foram representadas, pude perceber que nas Varas da Infância e Juventude este “desejo”, pode causar certa “polêmica”. Assim, decidi me aprofundar neste tema, a importância do apadrinhamento afetivo nas histórias de acolhidos e acompanhar o caminho construído nesta relação, onde os padrinhos querem tornar-se pais e onde afilhados tornam-se filhos.

Ao compreender mais profundamente o caminho trilhado de padrinhos a pais, pretendo refletir sobre os alcances e limitações dessa prática de apadrinhamento como alternativa para o desenvolvimento das milhares de crianças acolhidas em nosso país. Se não tivesse acontecido um apadrinhamento anterior, muitas crianças teriam continuado esperando a dádiva de uma adoção? Até quando?

7.1 Objetivo geral

Este estudo visa compreender como os “afilhados”, tornam-se filhos e os “padrinhos” tornam-se pais. Conhecer os caminhos afetivos possíveis nesta relação e suas ressonâncias na família que, tendo um casal ou uma pessoa solteira, começando pelo apadrinhamento da criança ou do adolescente, posteriormente, desejam tornar-se pais. Especialmente averiguar os desdobramentos possíveis, numa abordagem sistêmica, onde o apadrinhamento afetivo culmina em uma adoção para crianças ou adolescentes com remotas ou inexistentes chances de adoção. Assim, este estudo visa compreender a transição de relações de apadrinhamento de crianças e adolescentes para relações de parentalidade, à luz das narrativas que contam as histórias envolvidas nesse processo.

7.1.1 Objetivos específicos

- 1) Conhecer o perfil das famílias que optam pelo apadrinhamento afetivo;
- 2) Qual a construção narrativa entre padrinhos e afilhados e as mudanças afetivas que culminaram na adoção? Como foi o caminho da história alternativa deste “clube da vida”? (White, 2012)
- 3) Compreender o significado dessa prática relacional para a família adotante e a criança adotada, e possíveis vantagens e desvantagens do apadrinhamento afetivo no desenvolvimento biopsicossocial de uma criança ou adolescente.
- 4) Refletir sobre aspectos sociais e éticos da prática do apadrinhamento afetivo.
- 5) Traçar os caminhos possíveis do apadrinhamento afetivo para a família que apadrinhou e para o “afilhado”.
- 6) Averiguar a construção nas relações afetivas que culminaram na adoção.

7) Compreender os significados atribuídos pelas crianças e adolescentes à experiência de apadrinhamento afetivo.

8 MÉTODO

Este estudo define-se como pesquisa qualitativa, com o propósito de compreender os significados das histórias vividas no processo de transição de padrinhos a pais, por meio de entrevistas semi-estruturadas, de base dialógica. Mais do que obter dados descritivos de regularidades, este estudo propõe-se a ingressar no campo das experiências vividas nessa transição de padrinhos a pais, de acordo com uma perspectiva da construção social dos significados das relações e contextos de vida.

8.1 Participantes

Definiu-se como participantes desta pesquisa, três famílias que adotaram por meio do programa de apadrinhamento afetivo e as respectivas crianças e adolescentes que foram adotados. Não foi levado em consideração o tempo de adoção, tampouco o tempo do apadrinhamento afetivo.

Ao longo do percurso dessa investigação, revisitando o filme: “O Contador de Histórias”⁽⁶⁾ (Brasil, 2009), que apresenta uma história verídica, optamos por entrevistar duas famílias e, no lugar da terceira família, incluir o filme, onde também se observou similaridades com as narrativas construídas nas entrevistas.

⁶ http://pt.wikipedia.org/wiki/O_Contador_de_Hist%C3%B3rias

As famílias convidadas para o estudo foram acompanhadas por mim no início do programa de Apadrinhamento Afetivo no Centro de Promoção Social Bororé, instituição de acolhimento institucional onde presto serviços profissionais. Aceitaram o convite prontamente.

Foram entrevistados um casal de classe socioeconômica média que apadrinhou e em seguida adotou uma criança especial de 05 anos, há quase um ano, e uma mulher solteira que se considera de classe socioeconômica média alta, que também apadrinhou e conseqüentemente adotou três meninas há dois anos. Atualmente duas meninas estão com 14 anos e a mais nova com 11 anos.

As mulheres participantes do estudo, inicialmente como madrinhas, têm formação superior completa, inclusive pós-graduação.

O padrinho entrevistado é pós-graduado.

Mais adiante cada família será apresentada mais detalhadamente.

8.2 Instrumentos

Usei como instrumento desta pesquisa uma entrevista semiestruturada que realizei em separado com os pais, antes padrinhos e, também em forma individual, com cada uma das crianças e adolescentes.

Desenvolver entrevistas como conversas dialógicas foi o caminho escolhido para compreender os significados atribuídos às relações entre

padrinhos e afilhados e as narrativas desenvolvidas na organização da nova experiência.

As entrevistas começaram com a elaboração de um genograma, um outro instrumento usado, e, em seguida, com um roteiro temático (apêndice C e D), seguindo os temas relativos aos propósitos deste estudo, mas que, eram apenas norteadores da conversa a serem abordados em algum momento do diálogo estabelecido entre o(a) entrevistado e a entrevistadora. O que se procurou estabelecer enquanto uma conversação dialógica foi o acolhimento de cada participante, abrindo espaço para a espontaneidade e envolvimento com a conversa. No final de cada entrevista com as crianças foi solicitado um desenho que representasse o apadrinhamento afetivo e a adoção para elas. (anexo A)

Para a gravação das entrevistas foi utilizado o aparelho celular e o filme foi revisitado por meio de um site ⁽⁷⁾.

8.3 Procedimento

Como o objetivo geral dessa pesquisa foi de compreender as relações construídas entre padrinhos e afilhados que culminaram na adoção para cada um dos entrevistados, optou-se em realizar entrevistas em separado, primeiro com os pais, antes padrinhos e, posteriormente, com as crianças e adolescentes adotados. Em uma das entrevistas, os pais espontaneamente acabaram participando e não foi solicitado que saíssem, especialmente pela agitação observada na criança.

⁷ <http://www.filmesonlinegratis.net/assistir-o-contador-de-historias-nacional-online.html>

Os adotantes foram contatados por telefone e as entrevistas foram agendadas. Nos dois casos foram explanados os objetivos e características da pesquisa, que a participação consistia em realizar uma entrevista sobre o tema investigado, que seria gravada, mas seria garantida a ocultação da identidade de cada um(a). Os nomes usados aqui são, portanto, fictícios.

A primeira entrevista foi com João e Maria que apadrinharam Júnior e o adotaram. Nessa entrevista estava presente Rosa, a assistente social do acolhimento onde trabalho. Ela quis aproveitar a oportunidade para visitar a família.

Conversamos na sala, num clima de muita descontração. João preferiu levar Júnior para a casa do irmão, que é ao lado da sua, pois a criança queria a atenção dos pais, interferindo na entrevista.

O casal leu o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndice A) e aceitou a proposta. Sugeri que também gravassem a entrevista. Maria fez a gravação, que durou pouco mais que uma hora. Avisei que na transcrição os nomes seriam alterados.

A família nos recebeu com muito carinho e nos presenteou com uma sobremesa maravilhosa.

A entrevista com Júnior foi realizada em outro dia, pois nessa data após algumas perguntas para Júnior na sala, depois da entrevista com seus pais, foi possível identificar que ele precisava de um dia mais calmo. Era um domingo à tarde, tinha acabado de voltar do tio, onde brincou com primos, estava num clima de festa. Também tínhamos ficado um tempo significativo na residência, eu já estava cansada e a assistente social precisava ir embora.

Júnior é uma criança especial, como melhor será explicado na sua apresentação a seguir, e percebi que precisava me preparar melhor para entrevistá-lo. Assim preferi agendar a entrevista com ele para outro dia, o que aconteceu alguns dias depois. Júnior mostrou-se bem disperso e agitado na entrevista, alegou que estava com vergonha. Os pais permaneceram na entrevista, que foi realizada na cozinha, pois na sala estava acontecendo uma pequena reforma, mas o casal não se opôs ao agendamento da entrevista mesmo com reforma na casa. Também pela dispersão de Júnior não foi possível solicitar o desenho sobre a situação de apadrinhamento afetivo e adoção.

A segunda entrevista foi com Mara, que apadrinhou três meninas, atualmente Rafaela com 14 anos, Laura também com 14 anos e Priscila com 11 anos e as adotou em seguida.

Ao chegar à residência aguardei Mara, que estava em sua casa, em frente à casa de sua mãe, onde a entrevista seria realizada. Estava fazendo faxina e cuidando de seus cachorros.

Mara mora na casa da mãe, com uma irmã adotiva e as três meninas que adotou, embora tenha a sua casa.

Enquanto aguardava Mara conversei informalmente com as meninas, que separaram seus celulares e tablet's para me ajudarem nas entrevistas, tendo em vista que seriam quatro e eu fiquei com receio da memória de meu celular não ser compatível com o tempo de gravação da entrevista. Mas tudo correu bem.

Uma das meninas, Priscila, gravou em seu celular as entrevistas das irmãs, com a autorização de todas, como garantia de não perder nossas conversações.

Quando iniciei a entrevista com Mara, ela não quis ler o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndice A) e pediu que eu seguisse com o trabalho. Nossa entrevista durou pouco mais que uma hora e meia. No final de todas as entrevistas aguardei por ela, que estava com um veterinário que veio atender um dos seus cachorros. Quando ela retornou leu e assinou todos os termos, inclusive os das meninas.

As entrevistas com Mara e com as meninas foram realizadas na cozinha, local oferecido por Mara como sendo mais tranquilo, embora eventualmente ela ou sua mãe entrasse no cômodo e espontaneamente participassem da entrevista. Fui receptiva às falas e agreguei às conversações estabelecidas.

Preocupe-me em não inibir a espontaneidade das meninas, mas quando questionadas quanto a isso, disseram não se importar. Apenas Laura senti que ficou mais nervosa com a entrevista no início, mas depois tranquilizou-se.

Levei o material necessário e após a entrevista pedi que cada uma das meninas realizasse um desenho do que significou para elas o apadrinhamento afetivo e um desenho do que representou a adoção, possibilitando outras formas de linguagem, além da verbal (anexo A).

No período que aguardava Mara para assinar o termo de consentimento, mais uma vez conversei informalmente com as meninas. Assistimos televisão e conversamos mais um pouco. Dois cachorros estavam na sala, Priscila os acariciava o tempo todo e também não parava de comer. Ofereceu para mim o

que estava comendo e eu aceitei. Espontaneamente outras informações importantes relacionadas ao tema de estudo surgiram e eu as acolhi.

Neste dia fiquei em torno de quatro horas na casa.

As duas entrevistas foram realizadas no final de semana. A primeira família foi entrevista num domingo. Na segunda família a entrevista aconteceu num sábado, tendo em vista que os entrevistados trabalham em período integral durante a semana e devido aos horários escolares que não coincidem para que encontrasse todas as crianças em casa.

As entrevistas foram gravadas e transcritas para permitir levantar as informações e significados atribuídos à experiência de apadrinhamento afetivo e consequente adoção. Todos os cuidados éticos foram tomados e o trabalho foi inscrito e autorizado pela Plataforma Brasil, que trata de pesquisas com seres humanos.

Por último assisti novamente o filme “O Contador de Histórias”. Inicialmente no intuito que ele trouxesse mais informações para meu estudo. Após assisti-lo, identifiquei várias similaridades com a teoria estudada e com as conversações estabelecidas nas entrevistas e optei em incluí-lo no lugar de mais uma entrevista.

A seguir caminhei para a análise das narrativas de cada família.

9 CORPUS DESSE ESTUDO

Após revisitar a teoria estudada e repetidas audições das entrevistas realizadas, tocou-me a singularidade de cada história, embora pudesse observar que pontos convergentes se destacaram na história de apadrinhamento afetivo de cada família. Assim, decidi apresentá-las uma a uma, conforme minhas construções narrativas e de acordo com minhas percepções fui tocada por um título para cada história, onde também as convergências se apresentaram.

9.1 Apresentação dos participantes

9.1.1 História 1 - O Período Gestacional de Júnior

Júnior foi apadrinhado por João e Maria aos 04 anos de idade. Entre o apadrinhamento afetivo e a adoção passou-se um ano. Atualmente Júnior está com 06 anos. O casal conseguiu a guarda provisória em dezembro de 2013. Estão com Júnior há quase um ano depois desse período.

Uma particularidade dessa criança é que ela apresentava um diagnóstico de transtorno de desenvolvimento. Conforme relatório da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) de agosto de 2012, o diagnóstico apresentado para a criança era de Transtorno Específico Misto do Desenvolvimento (CID 10: F83). Nesse quadro apresenta-se um transtorno específico no desenvolvimento da fala e da linguagem, das habilidades escolares e das habilidades motoras, podendo existir um certo grau de alteração nas funções cognitivas.

João e Maria, no momento dessa pesquisa, estavam casados há 17 anos. Ambos são policiais militar. Maria e João são pós-graduados. São católicos. Consideram-se de classe média.

Maria após uma tentativa de inseminação desistiu do processo devido ao desgaste físico e emocional dessa intervenção. Optou por não ter filhos até conhecer Júnior.

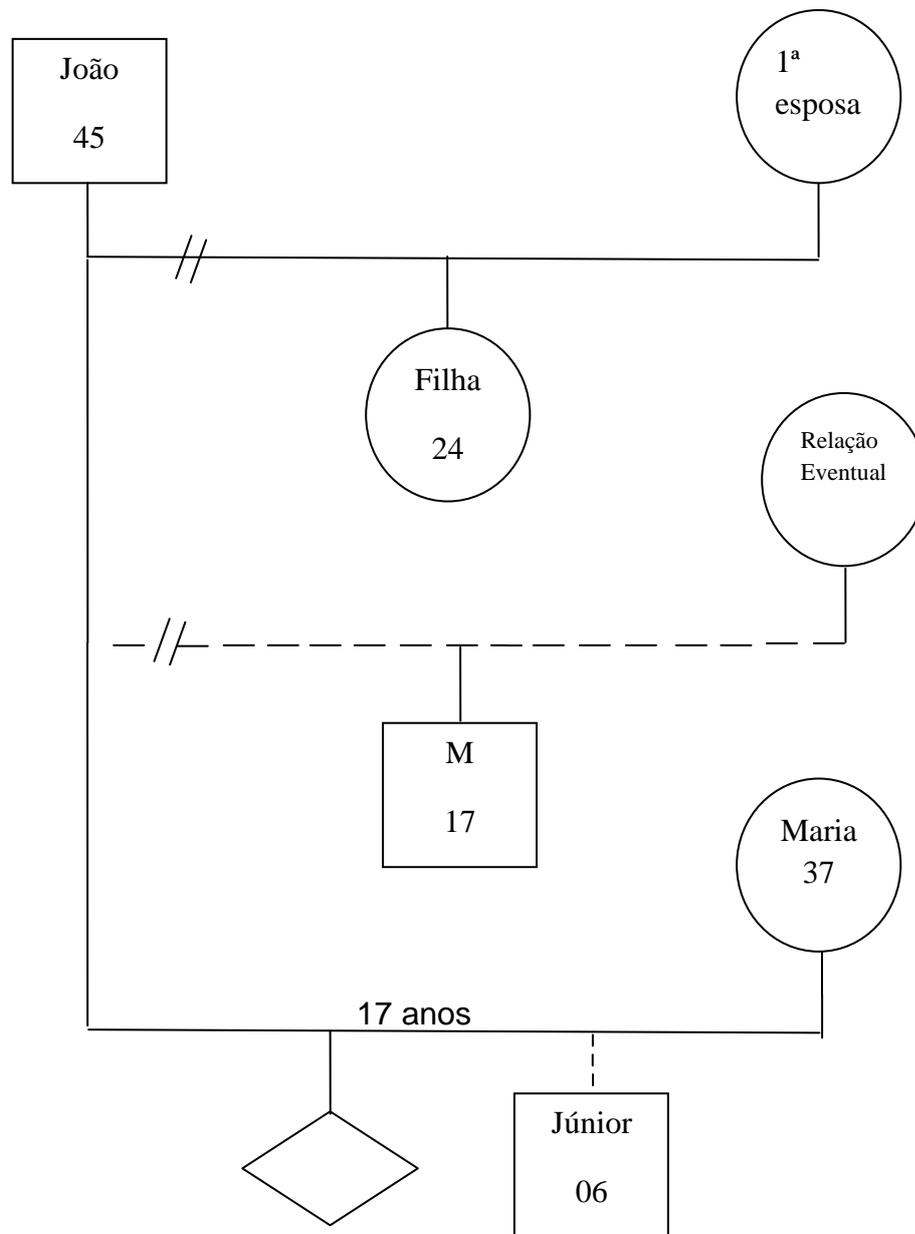
O vínculo com a instituição de acolhimento começou com um trabalho voluntário, onde conheceram o programa de Apadrinhamento Afetivo. Contudo, na época em que isso se deu não tinham nenhuma intenção de adoção.

O apadrinhamento afetivo para o casal significou felicidade e alegria, mas especificamente para Maria, um período gestacional. Contudo, a adoção significou expectativa, morosidade, torcida e luta.

Para João, foi Júnior quem o escolheu quando o nomeou de **“Meu Pai”**.

João teve um primeiro relacionamento conjugal que gerou uma filha, atualmente com 24 anos. Próximo à adoção de Júnior, descobriu um filho de um relacionamento eventual, atualmente com 16 anos. Com Maria, no segundo casamento, apadrinhou Júnior e posteriormente o adotou.

Genograma da História do Período Gestacional de Júnior



Um fenômeno identificado nas três histórias acompanhadas é o fato de que os adultos envolvidos não tinham nenhuma intenção de adoção, tampouco conheciam o programa de Apadrinhamento Afetivo.

Maria: “A diferença é que despertou a gente para adoção”.

João: *“Não tinha a intenção de adotar. Com o apadrinhamento veio a intenção da adoção”.*

Maria: *“Até então adoção e apadrinhamento estavam fora de cogitação para a gente”.*

Maria e João chegaram à instituição de acolhimento institucional com intuito de apenas ajudar, de dar suporte ao acolhimento, tendo em vista um aspecto humanitário, como propõe Vargas (1998). Aderiram realmente à proposta de apadrinhamento afetivo que é a participação efetiva na vida do afilhado.

Rapidamente Maria se viu “apaixonada” pelas crianças. Embora já tivesse passado por uma inseminação artificial, já tinha desistido de ter filhos, devido ao desgaste do processo, mas o encontro com Júnior despertou novamente o desejo de ser mãe.

Maria considerava a inseminação artificial como uma etapa resolvida para ela, preferindo desistir de ser mãe. Ela não sabia que estava desistindo de ser “mãe biológica”, pois logo uma nova experiência que entrou em sua vida, o apadrinhamento afetivo, possibilitou novas construções narrativas, onde o significado de ser “mãe”, se constituiu em uma nova perspectiva.

Maria: *“Até porque eu estava fazendo o processo para fertilização. Depois desisti. Não vingou a primeira. Depois decidi não quero mais ter filho”.*

João foi escolhido por Júnior. No primeiro encontro Júnior já estabeleceu o significado de João para ele: “Meu pai”. Maria tornou-se primeira madrinha afetiva de Júnior e rapidamente para ambos, João e Maria os vínculos afetivos se consolidaram por meio da convivência e a adoção se tornou imperativa.

O primeiro a fazer parte do clube da vida (White, 2012) de Júnior foi João, pois ele o “adotou” como pai desde a primeira visita em sua casa e a palavrinha “Pai” era repetida constantemente a partir de então. João tornou-se um membro extremamente significativo nas narrativas de Júnior, as vozes emanadas por João influenciaram diretamente nas expectativas e nos aprendizados da criança, o que passou a fazer parte de seu campo de identidade.

Júnior iniciou sua vida marcada pelo abandono e rejeição, relatado em entrevistas psicossociais pela mãe biológica, anterior à destituição de poder familiar. Com a entrada de João e Maria em sua vida, por meio do apadrinhamento afetivo, uma nova história começou para Júnior, possibilitando uma nova organização em sua vida em torno dos novos significados relacionais estabelecidos com os padrinhos, onde posteriormente se construiu um novo significado, a parentalidade, por meio da afeição e da afinidade construídas na convivência.

João: “É ele [Júnior] que me escolheu. Começou meu pai, meu pai. Aí você cria uma afeição pela criança, afinidade. Quando vinha para cá era uma festa. Vinha para cá fazia cabana. Me adotou. Meu pai, meu pai. Aí acabou ficando meu pai.”

João: “Ele fez a escolha, adoção e marcou território. Chegava meu pai, meu pai”.

Maria: “Quando veio para cá, no primeiro contato com João, Júnior chamou ele de pai. Se apaixonaram os dois. E eu estava apaixonada já por todas as crianças, mas como ele [João] disse o Marcos era meu preferido, o irmão dele [Júnior]. Eu tinha uma paixão pelo irmão dele e por ele também óbvio”.

Para o casal o que foi fundamental para que a relação de apadrinhamento afetivo ganhasse novos significados rumo à adoção foi o carinho construído entre eles, de modo que sentiam falta da criança. Esse significado somente foi possível na interação.

João: *“Para mim o carinho, a escolha dele [Júnior], me chamar de pai, mexeu comigo”.*

Maria: *“E o fato dele vir para cá, a gente percebia, eu percebia quando a gente ia lá, que no acolhimento não cabia mais o Júnior. Ele não estava mais lá, ele estava aqui já, entendeu? E a gente também, embora ele estava lá, meu pensamento era o tempo todo nele, quando a gente saía e depois levava quando chegava, cadê ele? Então eu comecei a perceber a necessidade de estar perto dele. Mudou tudo, eu tinha a necessidade dele estar aqui”.*

As vozes recebidas por Júnior passaram a ter sentido, a cada vez que perguntava ao pai, se esse era seu pai, e ele respondia que sim, possibilitou a Júnior, por meio da linguagem reconhecer-se a si mesmo enquanto filho e fortalecer o significado de “Pai” na relação. Não fosse o apadrinhamento afetivo, Júnior provavelmente seria privado desta voz que o legitimou enquanto alguém querido e desejado.

No apadrinhamento afetivo Júnior teve a oportunidade de se apresentar, de se fazer conhecido a pessoas que o aceitaram e acolheram com suas singularidades.

João: *“No apadrinhamento a gente tem conhecimento, sobre o Júnior a gente já sabia sobre as problemáticas do Júnior, as necessidades”.*

Maria: *“... a gente conheceu a necessidade dele. Sabe o que ele precisa e a gente se dispôs a assumir ele assim mesmo, entendeu?”*

Após o apadrinhamento afetivo as narrativas de Júnior tornaram-se muito mais ricas, e assim, nos atendimentos psicológicos, tinha histórias para contar, mostrando-se muito mais seguro, alegre e com a autoestima em alta.

As teorias quanto ao apadrinhamento afetivo e à adoção destacam as idealizações dos pais em relação aos filhos. João e Maria fugiram a essa regra. Inclusive questionaram muito esse aspecto na entrevista. Na entrevista ressaltaram que não preferiram o “perfeito”, pois se identificaram com uma criança maior e com necessidades especiais, não temendo aspectos hereditários que pudessem influenciar no desenvolvimento de Júnior. Com o apadrinhamento afetivo o vínculo surgiu espontaneamente e foi se consolidando com a convivência, sendo relacionado à presença de sentimentos de afeição, afinidade e carinho.

Maria : “... a gente poderia ter escolhido esse, porque o Patrick ele é perfeito, mas não. Aconteceu o inverso do que o pessoal acha, que a gente vai escolher o mais bonitinho, o mais arrumadinho, que está com a saúde impecável. Nada disso aconteceu”.

João: “Mas quando você vai apadrinhar você não escolhe, você não escolhe se tem problema, dificuldade, você está apadrinhando, estou ajudando aí aquele vínculo nasce, surge, aí você fala vou pegar esse para mim, pega, com problema ou feinho, com Síndrome de Down, moreninho, gordinho, você não escolhe”.

Maria: “No apadrinhamento não, é coisa mais de sentimento mesmo, desse sentimento da criança com você”.

Como coloca Ladvocat (2002), na narrativa dessa família, os vínculos afetivos se constituíram na convivência, inclusive os vínculos parentais se consolidaram pela via afetiva, na relação e não pela consanguinidade. A institucionalização e a idade não impediram a construção de vínculos afetivos significativos. O que determinou os vínculos construídos foram as experiências possibilitadas e os significados atribuídos pelo apadrinhamento afetivo, que para eles significaram um período de “Felicidade”, onde tiveram a oportunidade de realmente “conhecer” Júnior, com suas competências e com seus períodos de “crise”.

A família construiu um ambiente adequado às necessidades de Júnior, favorecendo as relações de afeto e vínculo e possibilitando que a criança

desse continuidade ao seu desenvolvimento surpreendendo os pais adotivos a cada dia.

Maria: “Ele é uma criança muito feliz, muito alegre. O meu medo principal mesmo, quando ele veio para cá, era medo dele perder essa espontaneidade. Graças a Deus, não. Tem os momentos de crise dele, é de esperar, mas é uma criança super inteligente e vem superando a cada dia”.

Podemos dizer que entre Júnior e os padrinhos aconteceu o “bom encontro” proposto por Berthoud (1997), que não é determinado biologicamente, mas, constitui-se nas relações. Nesse encontro estão presentes sentimentos de pertencimento e filiação e crescimento parentalidade.

Maria: “Aí surgiu essa parte afetiva com o Júnior que foi mais forte, intensa”.

Maria: “Foi diferente, né, no nosso caso, porque nos conhecemos o abrigo e a gente quis a criança e a criança quis a gente”.

Maria também associou o apadrinhamento afetivo com um “período gestacional”. A teoria estudada até o momento também nos trás esse aspecto em relação ao tempo de espera quanto à efetivação da adoção, que quando concretizada, pode ser percebida como um parto, um nascimento. Esse período de espera pode gerar muita ansiedade.

Maria e João associaram a espera de concretização da adoção a muita luta e morosidade, responsabilizando o Poder Público.

Quando receberam a guarda provisória de Júnior para eles foi como um alívio, pois compararam a adoção com uma luta, devido à morosidade judicial. Para eles já tinham passado por todo o tempo de convivência necessário às adaptações, devido ao apadrinhamento afetivo que se estendeu por quase um

ano, sendo que não havia a necessidade da guarda provisória, mas estão seguindo todos os passos formais.

João: “Você sabe a dificuldade da criança, ao mesmo tempo você percebe a barreira que a Justiça está impondo em alguns detalhes, não está ajudando a criança, não está com foco na criança”.

Nisso percebemos que, vínculo se define como uma relação de afeto e, para isso, ser constituída biologicamente ou por adoção, não importa, pois a paternagem e maternagem foram construídas na convivência e na relação familiar de cuidado e afeto. Não foi importante para essa família a parentalidade biológica, mas o desejo de cuidar de Júnior, tanto que desde o início da participação do casal na instituição, mostraram-se dispostos e solícitos com os tratamentos de Júnior, por meio de investimentos afetivos e financeiros demonstraram afeto pela criança.

Maria esteve seis meses de licença maternidade quando a adoção aconteceu, dedicando-se exclusivamente para Júnior. Período esse que possibilitou maior intimidade e novas significações, a “madrinha” realmente tornou-se “mãe”. Maria atendeu a demanda afetiva de Júnior, onde sentiu-se realmente nutrido, atendido em suas singularidades. Quando Maria voltou ao trabalho, Júnior sentiu muito o distanciamento, provavelmente surgiu o medo de um novo “abandono”. Foi quando apresentou um comportamento agressivo, provavelmente pelo apego construído, o que gradualmente vem amenizando. O casal busca alternativas entre eles para delimitar os limites necessários na relação com Júnior.

A família extensa apresentou excelente recepção com Júnior, tanto no apadrinhamento afetivo como na concretização da adoção. Os familiares especialmente de João funcionam como uma rede apoio nos cuidados com Júnior.

Maria: *“Eles apadrinharam junto com a gente”*.

O que determinou o sucesso do apadrinhamento afetivo foi a disposição afetiva, a capacidade de entrega e suporte dos padrinhos em relação a Júnior, onde existiram trocas afetivas significativas que capturaram o interesse da criança, que rapidamente configurou o lugar do padrinho em sua vida: “Meu pai”.

Júnior nos mostra com sua escolha o que Paiva (2004) ressalta. A criança amparada de amor e respeito, certamente conseguirá transpor os obstáculos que a sociedade possa levantar com os preconceitos que marginalizam os diferentes e minoritários.

O tempo de apadrinhamento afetivo gradualmente possibilitou a construção de redes de significados em torno das relações familiares. Júnior gradativamente foi construindo onde era sua casa, seu quarto, quem eram seus pais, tios, primos. Júnior teve tempo de familiarizar-se com o novo ambiente e com essa família.

Embora Júnior tivesse um irmão biológico no acolhimento institucional; que pouco antes da adoção de Júnior, retornou a sua família paterna, pois eram irmãos apenas por parte de mãe; esse vínculo fraterno, não o impossibilitou de construir novas relações de afeto significativas. O garoto conseguiu agregar novos membros importantes em termos de referência familiar. Eventualmente lembrava-se de seu irmão e perguntava para os pais, também já mencionou sua mãe biológica, mas o casal respondia às suas perguntas com tranquilidade.

Vargas (1998) considera que a felicidade na adoção depende de como ela foi gestada. Nesta construção narrativa, percebemos que o apadrinhamento afetivo, associado por Maria a um período gestacional, possibilitou um nascimento que era esperado com ansiedade, onde tudo estava pronto para receber Júnior e a Felicidade também presente na rede de significados

atribuídos ao apadrinhamento estava presente até o momento deste estudo. As risadas, as fotos, a liberdade e alegria de Júnior e do casal, ao vivo e nas fotos que testemunham a história dessa família, ilustram isso.

Maria: “Eu acho que seria um período assim gestacional, que vai crescendo, você vai criando aquela expectativa, dá ansiedade de ter aquela criança com você”.

Para Maria a chegada de Júnior melhorou o relacionamento do casal. Embora tenham ficado dezessete anos sem filhos, conseguiram flexibilidade na relação de modo a incluir Júnior, inclusive a criança uniu o casal.

Maria: “Sim, bastante, principalmente no relacionamento, pois coisas insignificantes que tirava ... que eu não concordava, discutia. Hoje é irrelevante. Hoje não tem mais isso. Hoje o nosso foco é o Júnior, ele uniu mais a gente”.

Os ex-padrinhos indicam o programa de apadrinhamento afetivo, devido às trocas afetivas possíveis na relação.

Maria: “Eu indico com certeza, mesmo que não tenha a intenção de adotar. Acho que quando você está próximo da criança ela preenche em todos os aspectos”.

João: “Indico, mas não chegando com o intuito de adoção, porque se você chegar com o intuito de adoção, qualquer criança que chegar perto de você vai querer, mas eu quero apadrinhar, de uma forma vou analisar, de um olhar num contexto geral”.

Nessa narrativa podemos perceber no casal o intuito de ajudar e apoiar as crianças acolhidas, indiscriminadamente. No caso desse casal, como pudemos perceber, gradualmente, mediante os contatos estabelecidos com um

contexto institucional, até então desconhecido, as novas possibilidades surgiram. O conhecimento sobre o programa de Apadrinhamento Afetivo, a surpresa da “paixão pelas crianças”, existente nas relações, gradativamente, as vozes das crianças, e, em especial a de Júnior, tocaram o casal, que, ao se perceberem “apaixonados” por ele, resolveram adotá-lo. Assim, novos significados surgem nessa relação e conseqüentemente uma nova construção narrativa, a adoção.

O casal se adaptou bem às mudanças e deixaram de ser um casal e transcenderam para uma nova configuração familiar, onde a família extensa também funcionou como uma rede de apoio.

9.1.2 História 2 - A Grande Família

Mara apadrinhou Rafaela, atualmente com 14 anos, Laura também 14 anos e Priscila com 11 anos e posteriormente as adotou.

Mara apadrinhou Rafaela em 2010, com 10 anos na época, e a adoção se concretizou em 2012, quando ela tinha 12 anos. As irmãs Laura e Priscila foram apadrinhadas em 2011, quando Laura tinha 11 anos e Priscila 08 anos. A adoção também se concretizou em 2012, quando Laura tinha 12 anos e Priscila 09 anos. Na época do estudo estavam com Mara há dois anos.

Mara tem 45 anos, é a caçula de cinco filhos biológicos. Também tem duas irmãs adotadas mais novas do que ela. Quem tinha a guarda das garotas era a irmã mais velha Joana. Porém, as meninas cresceram como irmãs na igualdade da fratria na casa.

Mara mora com a mãe de 83 anos, quem vou chamar de Vó. Seu pai faleceu de Linfoma de Hodgkin, quando ela tinha 10 anos. Seus pais ficaram casados 27 anos até o falecimento do pai.

A mãe de Mara, embora com 83 anos é super ativa. A filha Joana tem uma empresa e a Vó faz as refeições para os funcionários da empresa, em sua residência mesmo. Também ajuda no cuidado com as meninas que foram apadrinhadas e um tempo depois adotadas.

Seus irmãos biológicos são casados, porém apenas o mais velho tem três filhos, os demais optaram em não ter filhos. O terceiro irmão não quis ter filhos no primeiro casamento, mas na segunda união optou em adotar uma criança, atualmente com 1 ano e meio. Entre as irmãs adotivas, uma é casada e não tem filhos e a outra é solteira e também mora com Mara.

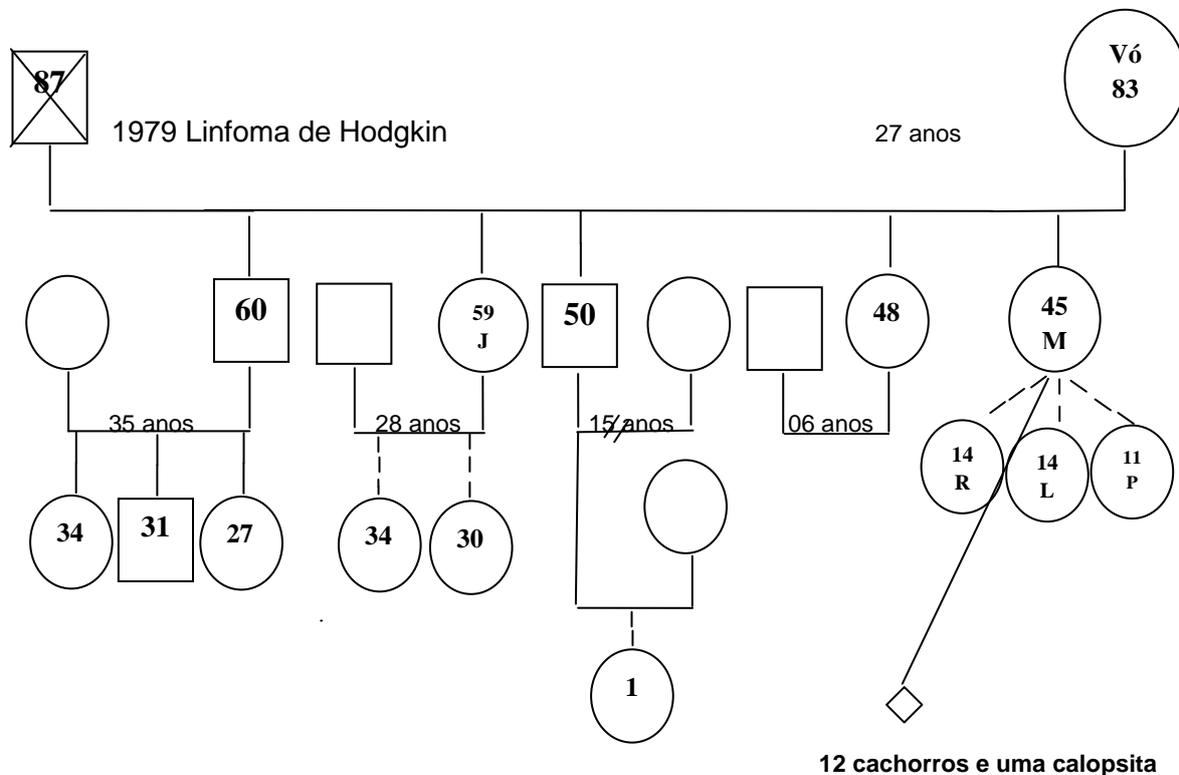
Mara também tem doze cachorros. Na casa que mora com a mãe tem cinco cachorros e, na sua casa, que fica em frente, tem mais seis cachorros e um fica no sítio. Os seis que ficam na sua casa são dela. Os cinco que ficam na casa de sua mãe, alguns são dela e outros das irmãs, mas Mara cuida de todos em relação às medicações. Mara e as irmãs fazem um rodízio quanto à limpeza do quintal. Então, quando chegam do trabalho, à noite, realizam os cuidados necessários para higiene e tratamento. As meninas Rafaela, Laura e Priscila também ajudam.

Mara menciona a família como muito “festeira, onde tudo é comunitário, todo mundo faz, todo mundo cria”. Vó refere-se à família como uma “equipe”.

Todos os irmãos têm formação superior. Mara cursou Farmácia e trabalha como representante de produtos hospitalares. Considera que sua

família é de classe média alta. Mara é espírita. Para Mara o apadrinhamento afetivo e a adoção significaram muita felicidade.

Genograma da História da Grande Família



Assim como na família de João e Maria, Mara não pensava em apadrinhar, tampouco em adotar. Conheceu o acolhimento institucional por acaso, quando uma amiga de trabalho que havia adotado uma criança a convidou para conhecer a instituição e levar leite para os bebês do acolhimento.

Mara: "... porque eu nunca falei assim, vou num abrigo para adotar, para ser mãe, porque ai sou frustrada porque eu não sou mãe, porque não casei, porque sou solteira, não nada disso".

Mara considerou a situação de algumas crianças acolhidas muito triste, pelo fato de saber que seriam crianças com remotas ou inexistentes chances para adoção. Isto contribuiu para que ela não tivesse mais o desejo, após

concluída a adoção, de retornar com as crianças ao acolhimento. Queria ajudar a todos e isso a entristecia, pois não tinha como dar conta de tal empreendimento.

Mara: “É muito triste, muito triste. E eu vou te falar uma coisa. Eu dei graças a Deus quando saiu a guarda provisória porque eu não tinha mais que ir para lá, e depois que eu peguei elas eu nunca mais voltei, entendeu, porque é muito triste”.

Mara: “Você saber que grande parte ali não vai ser adotada. Você não sabe o que vai acontecer com eles. Eles estão lá, e talvez eles não vão ter a sorte que elas tiveram de ter uma família. É muito triste”.

Mara: “Eu gostaria de poder adotar todos. Mas na dá. Eu ficava muito mal, toda a vez que ia lá. Infelizmente não tem como ficar com todos”.

Logo que chegou ao acolhimento a “tristeza” de Rafaela a capturou e ela sentiu o desejo de ajudar aquela criança, pensando que poderia fazer algo melhor por ela. Foi quando a assistente social do acolhimento institucional apresentou-lhe o programa de Apadrinhamento Afetivo.

Prontamente Mara gostou da proposta e foi encaminhado um ofício à Vara da Infância e Juventude solicitando a autorização para o apadrinhamento de Rafaela, o que foi aceito.

Nesse ano, no segundo semestre de 2010, Mara começou a levar Rafaela para casa. Na comemoração do aniversário de Rafaela em março de 2011, Mara perguntou se Rafaela queria convidar alguém do acolhimento para seu aniversário que seria comemorado na sua casa. Rafaela convidou as irmãs Laura e Priscila.

No final de semana seguinte ao aniversário, Priscila questionou se Mara não iria levá-la para sua casa. Mara explicou a impossibilidade, pois não tinha autorização. A partir daí também solicitou autorização para apadrinhamento de Laura e Priscila.

As crianças também não tinham uma história acerca dos significados estabelecidos numa relação de apadrinhamento afetivo. Para nós, enquanto equipe do acolhimento, também estávamos organizando nossas experiências e dando significados às novas relações de voluntariado que estavam surgindo. Mediante as novas conversações construídas entre crianças e voluntários, estava se constituindo um novo contexto linguístico, que precisávamos dar conta. Assim começamos a rever nossa prática, buscar conhecimento por meio de leituras, cursos e visitas a sites para ampliar nossa compreensão em torno do assunto.

À medida que novas experiências relacionais, entre crianças acolhidas e, até então, voluntários, se apresentavam, precisamos organizar nossa experiência com descrições mais ricas, em torno das ressignificações que surgiam. Um novo conhecimento se constituiu o Apadrinhamento Afetivo.

No início, como é possível observar nas entrevistas, falávamos muito aos padrinhos em sair com as crianças e apresentar-lhes experiências extra-acolhimento. Hoje revisitando as narrativas dos padrinhos e afilhados e a teoria, outras construções narrativas tornaram-se possíveis, onde o significado para esta relação foi ampliado. Percebemos a importância do compromisso firmado na relação com a criança, que transcende o sair do acolhimento e passear, onde os padrinhos podem atuar e participar ativamente na vida de seus afilhados.

Mara: *“Aí a Rosa disse, mas assim se você quiser apadrinhar eu peço uma autorização para o Juiz, para você pegar ela todo final de semana e pelo menos assim você tira ela todo final de semana aqui do abrigo e leva para sua casa, tem uma coisa a mais para ela fazer. Aí a gente pega uma autorização com o Juiz. O Juiz deixa aí você pode levar ela todo final de semana para a sua casa”.*

Embora não podemos garantir previsibilidade aos padrinhos, devido à situação judicial das crianças, precisamos que eles nos garantam previsibilidade e segurança. Para tanto, hoje, eles passam por entrevista psicossocial e recebem uma formação antes da concretização do apadrinhamento. As crianças recebem atendimento psicológico semanal, onde conversações surgem sobre esse tema.

Embora não tivéssemos em mente, de fato, os padrinhos assumiam cuidados com os afilhados, em termos médicos e escolares. A família de Mara sempre se preocupou muito com o aspecto escolar das meninas. Na família de Mara foi possível perceber uma hipervalorização do estudo, tanto que todos os filhos da Vó tem formação universitária. Fico feliz que elas estejam correspondendo, pois conforme a teoria estudada, muitos padrinhos se decepcionam nesse sentido, quando os afilhados não correspondem às expectativas escolares, por vezes desistindo do apadrinhamento.

Rafaela: *“Estudar mais que eu não estudava muito, isso.”*

Rafaela: *“Um pouco porque lá a gente quase não estudava muito. No mínimo era fazer a lição de casa e aqui não, faz a lição da escola e estuda um pouco mais”.*

Também, durante o período de apadrinhamento, Rafaela quebrou o pé e permaneceu todo o tempo sob os cuidados da madrinha, onde teve uma atenção individual.

As meninas embora ainda não tivessem uma narrativa organizada em torno do apadrinhamento afetivo, queriam uma pessoa que as levassem para casa e ficaram muito felizes quando isso aconteceu, o que pode ser ratificado na expressão simbólica realizada por elas através dos desenhos. (anexo A)

Priscila: *“Legal! Porque me sentia bem, porque senti que tava no lugar certo”.*

Rafaela: *“Legal porque eu poderia fazer mais coisas, passear”.*

Quando Mara surge na vida delas ressaltam que passaram a ser mais atendidas em suas individualidades. Podiam escolher o canal de televisão, podiam comer o quanto e na hora que quisessem e consideravam que passaram a se “divertir” mais.

Rafaela: *“Foi bom. Porque aí poderia sair mais me, divertir mais”.*

A construção narrativa das meninas em torno do acolhimento institucional era de que permaneceriam acolhidas até a maioridade. Mas, com o surgimento de Mara, por meio do apadrinhamento afetivo, surge uma nova esperança, uma chance de novamente conviverem numa família, visando um futuro melhor. Para Priscila o apadrinhamento afetivo e adoção eram a mesma coisa, porque nos dois períodos vivenciados por ela, sentiu-se pertencente à família.

Rafaela: *“Que eu fosse adotada por alguém e tivesse um bom futuro”.*

Rafaela: *“Eu tive uma chance de ter uma família.”*

Priscila: *“É como se fosse adoção só que a pessoa não vai ficar aqui dia de semana.”*

Priscila: *“Eu já pensava que eles eram minha família, mãe, tia, vó como se fosse adoção”.*

As meninas consideraram alguns costumes da família como diferentes em relação ao que costumavam viver. Rafaela e Laura estabeleceram diferenças, principalmente, em relação aos horários das refeições que eram mais flexíveis. Priscila, em relação aos horários para dormir. No acolhimento tudo era muito regrado. Mas, alegaram que se acostumaram rapidamente ao novo esquema e que o tempo de apadrinhamento afetivo favoreceu para que isso acontecesse. Quando aconteceu a adoção elas já estavam bem adaptadas ao estilo da nova família.

Priscila: *“Claro que quando acordava um estava indo na rapidez, um ia trabalhar outro cozinhar, mas fui me acostumando”.*

Priscila: *“Porque lá o pessoal acordava na mesma hora e aqui eu acordo às oito, a Mãe cinco a Vó às três”.*

As meninas consideraram que a Mara as escolheram como afilhadas, colocando-se como madrinha, porque gostaram delas. Mara também acredita que as escolheram. Embora desde a primeira visita ao acolhimento Mara tivesse sido capturada pela tristeza que percebeu em Rafaela, logo a alegria de Priscila chamou sua atenção, mas de fato a iniciativa para apadrinhar as irmãs Priscila e Laura, surgiu quando Priscila a “cutucou”, questionando se iria levá-las para sua casa.

Mara: *“A tristeza dela me impressionou demais”.*

Mara: *“O sorriso dela me chamava muito a atenção que ela ria à toa. Aí eu falava para a Joana quando chegava em casa. A Priscila é uma graça. Precisa ver o sorriso dela, ela sorri de uma orelha até a outra”.*

Mara: *“Domingo fui pegar a Rafa aí a Pri virou e falou assim: você não vai levar a gente para a sua casa?”*

Mara: *“Aí então, não vou levar, eu falei para ela. Precisa de uma autorização do Juiz. Não é assim. Ela falou: Por que você não pega?! A gente quer ir para a sua casa”.*

Creio que Priscila foi agente de sua própria história nesse momento, numa linguagem persuasiva, numa ação inocente, porém mágica, redimensionou as conversações e os acontecimentos, onde a criança ganhou visibilidade e também fez a sua escolha pela madrinha, possibilitando uma história alternativa. Nessa nova condição, ganhou o apadrinhamento afetivo e “uma família”.

No apadrinhamento afetivo as meninas sentiram confiança na madrinha e consideraram que foi o caminho para ganharem uma família. Para elas com o período do apadrinhamento afetivo foram se acostumando com as relações estabelecidas e com os costumes da família. Não fosse assim, no caso de irem direto para uma adoção, seria mais difícil a adaptação.

Laura: *“ainda bem!”*

Cristiane: *“Então você acha que você precisou se acostumar com o ritmo daqui?”*

Rafaela: *“Precisei”.*

Cristiane: *“Você acha que deu para entrar nesse ritmo de funcionamento sem que você fosse muito exigida?”*

Rafaela: *“Deu”.*

Cristiane: *“Você acha que esse tempo de apadrinhamento ajudou em você se adaptar quando você passou a morar aqui?”*

Rafaela: *“Ajudou”.*

Cristiane: *“Você acha se você tivesse vindo direto morar pra cá ser adotada?”*

Rafaela: *“la achar um pouco mais diferente estranho”.*

Cristiane: *“la ser mais difícil se adaptar?”*

Rafaela: *“la”*.

Com as experiências vivenciadas no apadrinhamento afetivo, como passeios e viagens, as meninas foram apresentadas a um outro contexto cultural e social, tendo a possibilidade de ampliar suas descrições de eventos da vida, construindo novos significados e histórias mais ricas e preferidas, o que pode ser confirmado nos desenhos de Laura (anexo A).

Rafaela: *“Você vai para casa da pessoa no final de semana lá conhece coisas que você não sabe”*.

Priscila: *“Sim, pra elas conhecerem outros lugares, outras pessoas”*.

Priscila: *“Pelo menos eles iam poder passear um pouco, conhecer lugares novos”*.

Em relação às desvantagens associadas ao apadrinhamento afetivo alegaram a saudade que tinham durante a semana; a tristeza quando não podiam estar com a madrinha no final de semana e o receio de interrupção do apadrinhamento, caso os padrinhos não gostassem da criança.

Rafaela: *“Que a pessoa só pode levar a outra pra casa, aí não gostar e te devolver e não pegar mais”*.

Mara: *“Elas ficavam no carro chorando eu falava não, semana que vem estou aí. Voltava chorando porque você sente falta”*.

Para Mara e a Vó toda a família decidiu pelo apadrinhamento e pela adoção. Foi uma decisão conjunta, onde todos ajudaram, por isso eu tomei a liberdade de nomeá-los de “A Grande Família”. Para Mara nessa família “tudo é comunitário, todos ajudam, todos fazem”. Percebi que os membros dessa família compartilharam “as afilhadas” e agora compartilham as “filhas” de Mara,

auxiliando e ora assumindo responsabilidades de cuidados, financeiras, sociais (com passeios e viagens) e educacionais.

Mara: “... como aqui na minha casa é tudo comunitário, tudo em família, tudo todo mundo faz”.

Mara: “Primeiro que não sou eu, minha família; se não fosse minha família...Primeiro que eu trabalho o dia inteiro; elas ficam o dia inteiro com a minha mãe, então, se você não tiver uma estrutura familiar você não é nada”.

Mara: “É, não só eu. Porque você sai um final de semana com elas, aí todo mundo, cadê as meninas? Para onde elas foram, mas por quê?! Eu tenho que pedir autorização para Deus e o mundo para tirar elas aqui de casa”.

As meninas consideram que desde o apadrinhamento foram recebidas muito bem. Sempre tiveram muito carinho e já sentiam-se pertencentes à família.

Rafaela, Laura e Priscila, foram se afeiçoando aos outros membros da família, além de Mara, tendo ressaltado que se tornaram todos figuras significativas para elas. Essas pessoas, que passam a compor o “clube da vida” das meninas, também propiciaram outras vozes na constituição de identidade delas. Sentiram-se legitimadas em suas ações e self, desenvolvido na ação conjunta vinculada aos relacionamentos estabelecidos.

Cristiane: “Tem alguém que você se apegou mais, quem?”

Priscila: “A Jo”.

Cristiane: “O que você sente por ela?”

Priscila: “Amor”. Sei lá ela é mais do meu jeito”.

Cristiane: “Como é seu jeito?”

Priscila: “Ah é meio que, ela gosta de passear eu também gosto, ela é ... essas coisas. Por ser desajeitada tantas vezes.

Cristiane: *“Por que você se sente desajeitada?”*

Priscila: *“Sim, muito. Várias vezes ela [Jo] esquece a chave dela aqui aí não pode entrar em casa, aí ela liga falando que tá aqui ou esquece lá no fundo no quartinho ou celular.”*

Rafaela e Priscila identificaram como uma das vantagens do apadrinhamento afetivo a possibilidade de ter uma mãe, pois elas vislumbraram Mara nesse lugar em suas vidas. Antes mesmo da adoção, ela passou a ser uma figura significativa para ambas, compondo seus “clubes da vida”.

Rafaela: *“ É que talvez eu poderia ter alguém que me adotasse”.*

Rafaela: *“Ah, uma pessoa levar você para sua casa e ela ser como uma mãe para você”.*

Priscila: *“Eu pensei que ela já era minha mãe mesmo, me trazendo nos finais de semana eu pensava que ela só me trazia porque tinha que ir para a escola e só né”.*

É possível perceber que para Priscila, mesmo não coabitando juntas, ela já tinha Mara como uma mãe, devido aos cuidados e atenção destinados a ela.

Inclusive, Rafaela, Laura e Priscila foram se identificando com preferências, valores e crenças da família, como por exemplo, o cuidado e afeição destinados aos animais. Todos compartilham as responsabilidades de cuidado com tudo, inclusive a filiação também é compartilhada, e até mesmo o cachorro. As múltiplas vozes dos membros da família passaram a fazer sentido nas ações diárias das meninas.

Cristiane: *“Alguma vez aconteceu alguma coisa que você se sentiu mal?”*

Priscila: *“Não. Ah depois da adoção quando o Tob morreu. Ele pensava que ele era humano ficava deitado ocupando todo o sofá. Ele foi meu primeiro cachorro que era meu mesmo. Meu sonho era ter um cachorro e agora eu tenho, mesmo com ele pulando em mim me machucando”.*

Cristiane: *“Teve alguém que você se apegou mais?”*

Rafaela: *“Teve o Tob, meu cachorro”.*

Mara: *“ Ela [Priscila] adora os cachorros, ela ama os cachorros se deixar ela fica o dia inteiro com eles.*

Mara identifica traços de personalidade seus, muito marcantes, em Rafaela, daí compreendermos o self como relacional e o quanto as vozes da madrinha ecoaram na constituição da identidade da afilhada.

Mara: *“A Rafa principalmente, a Rafa é parecida comigo. Eu sou daquelas se demorar muito eu vou lá e limpo não consigo esperar. A Rafa é muito assim, então a Rafa vai e faz, porque irrita”.*

As meninas consideram que, mesmo que o apadrinhamento afetivo não caminhasse para a adoção, gostariam de ser apadrinhadas. Elas indicariam o apadrinhamento afetivo para outras crianças, pois com o programa ganharam a possibilidade de conhecer lugares novos, conviver com pessoas que elas gostaram, que gostaram e queriam o bem delas.

Mara embora não pensasse em apadrinhar e tampouco adotar, acredita que o apadrinhamento afetivo possibilitou uma convivência que gerou vínculos afetivos e de afinidade com as meninas e não se percebia mais sem elas. O apadrinhamento afetivo despertou o desejo de ajudar, cuidar e ser “mãe”, conseqüentemente surge a adoção.

Mara: *“Uma felicidade muito grande. Foi muito grande. Como te falei. Não tinha intenção de adotar, não ia adotar nenhuma criança e por conta do apadrinhamento eu adotei três”.*

Mara: *“A convivência, né? Porque o apadrinhamento gera convivência, na convivência você gera uma afinidade você não quer mais se separar. Eu acho que é bem por aí, você se acostuma com elas, você começa a conviver, você começa a gostar e te leva para adoção”.*

Mara: *“Sim, hoje eu não vivo sem elas (risos). Hoje elas saem para viajar no final de semana já fico doidinha”.*

Assim também ocorreu com os outros membros da família. Quando decidiram pela adoção de Laura e Priscila souberam que elas seriam encaminhadas para uma adoção internacional, a família se uniu na tentativa de concretização de adoção das meninas.

Mara: *“Eu falei, elas vão para uma adoção internacional. Aí a Joana falou não, pelo amor de Deus, vamos adotar as três”.*

Mara: *“Aí a Joana falou, não é justo. Eu vou entrar com o pedido de adoção delas. Falei Joana ...”*

Cristiane: *“A Joana também participou muito com você? De certa forma ela também tem uma responsabilidade e apego com as meninas?”*

Mara: *“Tem. É porque ela falou é vou adotar a Pri e a Laura. Eu falei, Joana, se você for entrar com o processo agora elas vão estar na Itália, França em algum lugar bem longe daqui. Vai demorar muito, é muito burocrático. Eu falei assim, vou fazer o seguinte eu adoto, já estou com tudo pronto, já estou com advogado, cadastro, aí eu entro com adoção e adoto, não tem problema. A única coisa eu não tenho como sustentar as três sozinha, então, se vocês me ajudarem financeiramente, né? Porque meu negócio era a Rafa. Falei agora eu adoto, fica as três no meu nome, como aqui na minha casa é tudo comunitário, tudo em família, tudo todo mundo faz, se vocês me ajudarem financeiramente eu adoto”.*

Mara: *“Eu falei e então eu ponho as três no meu nome, eu adoto as três e lógico eu queria elas [Laura e Priscila] também”.*

Mara: *“Só que assim financeiramente eu não tinha como sustentar as três, então a Joana falou que isso não era problema financeiramente. Então eu entrei com advogado e tudo, já apadrinho elas e quero a guarda delas”.*

Mara: *“É muito bom e a gente não vive mais sem elas”.*

Quanto às vantagens relacionadas ao apadrinhamento afetivo Mara incluiu, inclusive, as experiências atuais, concretizada a adoção. Exalta o carinho das meninas com a mãe, com os cachorros e a companhia que elas representam, sendo construída na relação uma via afetiva que contempla os adultos e as meninas. Para Mara isso é mais importante do que o afeto direcionada a ela especificamente, porque cuidar bem da família dela é o importante, pois a família para ela é tudo. Para ela, desde o apadrinhamento afetivo as meninas já eram consideradas da família por ela e pelos outros membros da família.

Mara: *“Eu estou fazendo um bem enorme para elas, mas elas também estão fazendo para nós. Então eu acho assim não sou só eu que estou fazendo bem para elas. Elas gostam de animais, então o animal fica doente ela sofre que nem você, elas sofrem como a gente, elas cuidam como a gente cuida. Então assim elas gostam muito da minha mãe, fazem companhia para a minha mãe, fazem companhia para mim. Então às vezes a gente fica tarde da noite conversando e assim, é uma coisa assim você está fazendo um bem enorme. Tô fazendo um bem enorme, acho que as tirei de um abrigo, eu adotei, dei uma família, uma vida para elas, que talvez elas não teriam lá, mas elas também fazem um bem enorme para a gente. Não é uma via de mão única”.*

Mara: *“Todo mundo já corria normalmente como se elas fossem da família”.*

Quanto a parte burocrática da adoção Mara relaciona a uma luta, devido à morosidade.

Mara: *“Dificuldade. Muita dificuldade naquele Fórum. Eu faria tudo de novo, mas, olha, você tem que querer muito, porque os obstáculos... é um foguete”*.

A convivência entre todos atualmente é muito boa. Mara faz ressalvas quanto às atitudes de Priscila, que esquece os combinados. Na entrevista com Priscila ela também lembra de seus esquecimentos, como já foi citado acima. Mas, Priscila trás um sentimento importante que pode existir nas relações e na família: a raiva. Whitacker (in Cerveny, 2001), justamente relaciona como referencial de saúde familiar um lugar para a intimidade do amor, sentimento também significado por Priscila nas relações familiares estabelecidas; mas também para a indisposição do ódio, onde nas famílias saudáveis os períodos de crise podem ser usados para favorecer o desenvolvimento e crescimento.

Até este momento “A grande família” mostrou-se como um sistema com excelente potencial de adaptabilidade e flexibilidade, aceitando as mudanças e transcendendo para novas configurações, inclusive onde os laços consanguíneos não imperaram na constituição familiar, mas a entidade familiar essencialmente se constituiu nos laços de afetividade (FARIAS, 2002). Inclusive se observamos que estamos falando de uma família, que se encontra na Fase Última (Cerveny; Berthoud, 2011), percebemos a Vó super disposta com 83 anos, que exerce atividade remunerada, como disse: “Estou na ativa!” Também exerce a parentalidade estendida, cuidando das netas adotivas. Sua casa realmente parece um ponto de encontro e ela pareceu bastante flexível aos novos valores familiares, constituídos a partir do apadrinhamento afetivo e consequente adoção.

Ao longo do percurso dessa investigação, revisitando o filme: “O Contador de Histórias” que apresenta uma história verídica, optamos por entrevistar duas famílias e, no lugar da terceira família, incluir como parte do

corpus algumas reflexões a partir do filme, onde também se observou similaridades com as narrativas construídas nas entrevistas.

9.1.3 História 3 - O Contador de Histórias

Revisitando o filme *O Contador de Histórias*, buscando mais informações para enriquecer meu trabalho, optei em que ele também fizesse parte do estudo. Com a história do filme fui fazendo associações com as entrevistas e com a teoria estudada e novos sentidos se organizaram nas minhas reflexões, novos significados foram atribuídos a minha experiência possibilitando novas narrativas.

O Contador de Histórias (Brasil, 2009) é um filme biográfico, que conta a história de um contador de histórias. Trata-se de Roberto Carlos Ramos, ou Roberto Carlos Contador de Histórias, como é conhecido em Belo Horizonte. O diretor, Luiz Villaça, descobriu o *contador de história* por acaso, em um livro infantil que seu filho havia ganhado de presente. Após ler a história de Roberto Carlos, desenvolveu o projeto do filme premiado com o selo da Organização das Nações Unidas (ONU).

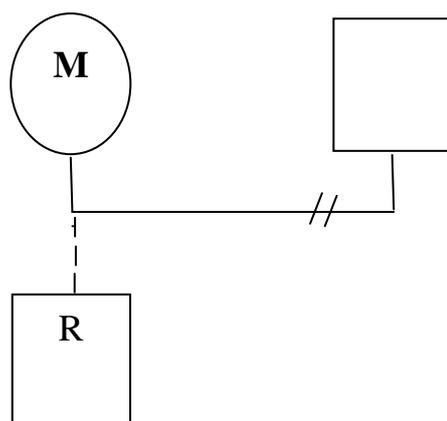
O filme tem como tema uma história verídica que se passa nos anos 70, na cidade de Belo Horizonte, onde Roberto Carlos, de 06 anos, vivia com sua família de origem, a mãe e seus nove irmãos em uma favela. A mãe o levou para a FEBEM⁽⁸⁾ acreditando que lá o filho teria melhores oportunidades, podendo até tornar-se um doutor.

⁸ Fundações Estaduais do Bem-Estar do menor (FEBEM's). O objetivo dessas instituições, criadas a partir de 1964, era que os menores abandonados não ficassem vulneráveis ao consumismo de drogas e ao comunismo, tendo em vista a visão da época que a marginalização infantil era decorrente da desestruturação familiar.

Na instituição, Roberto Carlos usava sua criatividade para conseguir mais comida e atenção, também aprendeu a impor moral entre os internos. Mas, ao tornar-se adolescente foi transferido para outra instituição onde as regras eram mais rígidas. Para fugir de castigos físicos, ele e outros internos descobriram o mundo das drogas e de pequenos delitos, fugindo sempre que aparecia oportunidade para isso. Seu comportamento era rotulado pela instituição de *irrecuperável*.

Nesse momento de sua vida, apareceu a pedagoga francesa Margherit Duvas, que aos poucos, com palavras carinhosas e atitudes educadas foi conquistando o menino irrecuperável. Ela o adotou e ele então teve a chance de se alfabetizar, estudar e dar asas a sua criatividade. Ambos vão viver na França. Após concluir seus estudos, Roberto Carlos retorna à FEBEM, como educador, e inicia sua história com outras crianças e adolescentes que ele vai adotando e criando uma família numerosa, com vinte e cinco filhos adotivos, alguns, como ele, ditos irrecuperáveis pelas instituições.

Genograma da História da Família Adotiva do Contador de Histórias



Margherit chega à FEBEM em 1978 para elaborar suas pesquisas. Enquanto a diretora da instituição procurava por possíveis candidatas à

entrevista da pedagoga, ela se deparou com Roberto, à época com 13 anos, que acabara de ser resgatado de mais uma de suas fugas.

Ela busca uma aproximação com ele. Mas em seu universo de experiências, no seu mundo, ele havia aprendido que precisava ser “durão” para sobreviver. Margherit demonstra certa inocência, talvez não familiarizada com o contexto cultural predominante nas instituições da época, onde as crianças eram percebidas como “marginais”, “irrecuperáveis”.

Roberto, de acordo com suas experiências de vida, organizou suas narrativas em torno de significados de sobrevivência, perante um universo hostil e não acolhedor. Sentiu-se abandonado pela mãe e, conseqüentemente, aparentemente pareceu não confiar mais nos vínculos afetivos.

A mãe biológica de Roberto, lavadeira, analfabeta, com dez filhos, não conseguindo reconhecer na família competências e habilidades para o desenvolvimento do filho, vislumbrou-se com a propaganda assistida na TV sobre a FEBEM. Suas narrativas foram construídas em torno do desejo de seu filho tornar-se um “doutor”.

Entre todos os filhos escolheu Roberto, pois era o caçula e apenas poderia escolher um filho, pois a instituição acolhia apenas uma criança de cada família. Nesse momento Roberto sentiu-se importante, afinal nunca tinha sido escolhido antes para nada. Até que se percebeu sozinho, sendo que à mãe não foi ao menos permitido a despedida. Ele pensou: “Minha mãe está esquecendo de mim” e “Eu quero ir embora”. Só restaram as lágrimas de saudade.

Até que Roberto encontra Margherit, e outras vozes dão sentido as suas narrativas e conseqüentemente às suas relações sociais e afetivas, inicialmente marcadas pela sensação de abandono.

Nessa narrativa também percebemos que mesmo crianças mais velhas, Roberto tinha 13 anos quando conheceu Margherit, podem construir vínculos salútares, pois é comum o preconceito quando se trata de crianças ou adolescentes candidatos à adoção tardia.

Margherit também não tinha inicialmente a intenção de apadrinhar. Pelo que foi percebido no filme, à época, as instituições não apresentavam estrutura para a realização de um programa como esse. O trabalho era coletivo, realizado em massa, onde a individualidade e singularidade pareciam não serem consideradas, tampouco a criança era reconhecida como um sujeito de direito. Tampouco Margherit pensava em adotar. No filme contou para Roberto que foi casada, mas não conseguiu engravidar e não pensou mais em ter filhos.

Roberto apresentou o registro de 132 fugas, conforme disse ironicamente, não sabia porque fugia. Em mais uma de suas fugas, Margherit procura Roberto e ele vai até sua casa, neste episódio, demonstrou reações agressivas. Como ele diz no filme, resolve testar a paciência da pedagoga. Então, ele solta arrotos e gases. Para Roberto a paciência de Margherit era irritante. Assim, ele “resolve apelar” como diz. Iniciam-se os palavrões e, como ela havia servido um lanche para ele, ele começa a “esnober” a comida. Como não alcançou seu objetivo, que provavelmente, devido suas histórias dominantes, a hostilidade e agressividade se faziam presentes, esperava uma reação violenta que justificasse o seu comportamento seguinte. Então ele começa a fazer o que ele chamava de seu trabalho: “roubar”. Assim Roberto mexe em tudo na casa, rouba o gravador, que ela usava para sua pesquisa, rouba sua bolsa e a agride.

Após este acontecimento, ainda fora da instituição, Roberto busca recursos para a sobrevivência nas ruas. Tentou associar-se a uma gangue. Mas, entrar no grupo tinha um preço, e Roberto foi violentado. Nesse dia quis morrer. Deitou-se na linha do trem e esperou a morte. Mas, como ele disse, nem isso conseguiu, o trem passou por outro trilho.

Roberto, como provavelmente já teria atribuído significados às reações de Margherit, como acolhida e afeto, após este acontecimento, volta a procurá-la. Ele praticamente invade a sua casa e se tranca no banheiro. Lá permanece o restante do dia e toda à noite sem abrir a porta. Margherit comunicou que ia ligar para a FEBEM. Mas, desistiu. Ao contrário, prepara um lanche e separa roupas limpas para ele e coloca na porta do banheiro. Quando Roberto resolve sair do banheiro ela está o esperando na sala e o recebe afavelmente. Ela propõe um acordo para ele. Que ele participe de sua pesquisa e poderia permanecer por uma semana em sua casa para contar sua história. Ele aceita.

Neste período, que se estende por um longo tempo, Roberto ganha vestes novas; é alfabetizado, pois, embora com 13 anos, ainda não havia sido alfabetizado; vão ao mercado fazer compras; come pratos novos, como galinha com vinho, que gostou muito; vê pela primeira vez algo que o encantou, “um contador de histórias” e conheceu o mar.

Provavelmente estes eventos inseriram Roberto numa multiplicidade de histórias, que favoreceram a construção de uma relação com novos significados afetivos, onde possivelmente a convivência favoreceu essa construção.

Durante o período de permanência com Margherit, Roberto usou drogas em sua residência. Ela agiu com firmeza impondo os limites aceitáveis para ela, dizendo que não admitia aquele comportamento. Como Vargas (1998) propõe, os pais adotivos precisam ser acolhedores e flexíveis para atender a demanda regressiva dos filhos e firmes o suficiente para darem conta dos ataques retaliadores, geralmente investidos nas figuras que abandonaram. Especialmente a mãe precisa exercer a maternagem.

Grandesso (2011) nos diz que as narrativas, contudo, estão sempre abertas a reconstruções e, a cada nova narrativa novos significados tornam-se possíveis, dissolvendo a narrativa anterior e abrindo novos horizontes, como se fosse uma história que pudesse, a cada momento, ser reescrita. Nas relações, a linguagem encontra a condição de criar significados, sendo uma construção conjunta de pessoas em interação, onde um na relação, por meio de uma prática relacional, dá significado ao outro.

Na história de Roberto percebemos sua competência e habilidade na construção de histórias e ele conseguiu ser agente de sua própria história, construindo histórias, reeditando sua vida quando aceitou colocar em linguagem suas experiências para Margherit em sua pesquisa.

Neste contexto e momento Margherit recebe uma ligação, pois seu visto de permanência no Brasil iria vencer. Roberto pergunta o que estava acontecendo e ela explica. Margherit segue para a FEBEM e conversa com a diretora, que afirma que Roberto teve muita sorte, pois encontrou uma “mãe”. Margherit havia realizado esse papel na vida dele. Ela estava decidida a levar Roberto para a França. A diretora confessa que adoraria cuidar de cada um dos “internos” com carinho e como se fossem únicos, mas o sistema não permitia.

Para Berthoud (1997) o apego pode ser considerado um **encontro** ou não entre duas pessoas que sofrerá influências da personalidade e do meio de cada uma das partes envolvidas na situação. Este encontro não é determinado biologicamente, mas, constitui-se nas relações. Este encontro aconteceu entre Margherit e Roberto, e, creio que, desde o momento que ela o viu pela primeira vez na FEBEM.

Roberto desesperado com a possibilidade de um novo abandono, após a ligação, destrói suas gravações, abre a torneira do banheiro e a água invade parte da casa. Ele pensava: “Margherit vai me odiar.”

Quando Margherit chega e pergunta para Roberto o que aconteceu, ele responde que fez de propósito, porque ela iria deixá-lo. Quando ela responde: “Mas você vai comigo. O que preciso fazer para você acreditar que te amo?” Creio que ele acreditou, pois como “castigo” teve que limpar tudo e foi o que fez.

Roberto foi adotado por Margherit e foi morar na França com ela. Após 12 anos fora de casa, retornou ao Brasil. Margherit lhe deu um papelzinho e pediu que ele somente abrisse no Brasil. Quando ele abriu, descobriu o endereço de sua mãe biológica e foi visitá-la, ao receber o filho perguntou: “Doutor?” Quando Roberto responde: “Vou ser professor, mãe”.

Roberto volta à FEBEM como educador. Atualmente tem 25 filhos adotivos.

Esse final nos faz lembrar de Vargas (1998) que diz que a adoção de uma criança maior pode propiciar o desenvolvimento e integração social de uma criança que esteve acolhida, de uma maneira tal que não existiria outra

alternativa possível. Para ela tanto na adoção tardia, como na vida, o sucesso ou fracasso nas relações irão estar ligados à capacidade de suporte, de entrega, de trocas afetivas significativas, sinceras entre os participantes.

É possível aventar que a experiência de convivência com Margherit, possibilitou para Roberto eventos potencialmente significativos, que funcionaram como contraponto de sua história dominante, onde o abandono até então fazia mais sentido. Roberto conseguiu fazer suas escolhas, construir suas crenças e valores, num sentido de agenciamento de sua vida, onde a voz de sua madrinha e posterior mãe adotiva; paciente, afável, acolhedora, com certeza ecoou na construção de sua identidade.

Roberto usando de sua criatividade e suas potencialidades caminhou rumo à construção de histórias alternativas, literalmente mais ricas, tanto que fez disso seu ofício. Na reedição de sua história a experiência do abandono ganhou novos significados, ele adotou 25 filhos e cuidou da sua mãe até a morte.

Margherit demonstrou flexibilidade e disponibilidade para lidar com o universo de experiências de Roberto, marcado pelas vivências de rua e luta pela sobrevivência e embora pudesse ter renunciado, resistiu com firmeza e delicadeza ao comportamento hostil de Roberto, apresentado inicialmente, conseguindo que Roberto e ela construíssem histórias muito mais ricas e alternativas para a vida.

Nas três histórias visitadas as famílias não tinham o interesse pela adoção, mas a convivência possibilitou a construção de um vínculo afetivo e parental, onde a adoção tornou-se imperativa.

Às crianças, por meio do apadrinhamento afetivo foi possível a apresentação e uma exposição salutar, de modo que transcenderam os limites da situação de acolhimento institucional e tornaram-se agentes de suas histórias.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O amor é paciente, o amor é bondoso. Não inveja, não se vangloria, não se orgulha. Não maltrata, não procura seus interesses, não se ira facilmente, não guarda rancor. O amor não se alegra com a injustiça, mas se alegra com a verdade. Tudo sofre, tudo crê, tudo espera, tudo suporta. (1Co 13. 4-7)

Gostaria de iniciar minhas considerações finais com esta passagem bíblica, pois acredito que em qualquer escolha de nossas vidas o amor precisa estar presente, não apenas como um sentimento, mas como uma decisão, onde não apenas vamos agir com os impulsos do nosso coração, mas com escolhas refletidas e analisadas, onde atitudes como a paciência, a espera, a bondade, a verdade fazem-se presentes.

Nas construções narrativas visitadas nas entrevistas, quando ainda no apadrinhamento afetivo, foi possível verificar nos padrinhos a presença do desejo de cuidar, pois o “amor” não maltrata; a bondade, o desejo de ajudar, onde em todo o momento ressaltam o foco na criança e não na busca de seus próprios interesses.

No caminho para a adoção foi notória a presença da paciência, da perseverança, do sofrimento, do suportar a espera do tempo jurídico. Tanto que nas duas conversações o tempo de espera até a conclusão da adoção esteve associado à luta, batalha, alívio.

Creio que as experiências das pessoas entrevistadas ao longo do trajeto, do caminho desde o apadrinhamento até a adoção, foram a cada dia sendo ressignificadas. A **convivência** creio que foi o ponto chave para o reajuste da rota do caminho percorrido desde o apadrinhamento até a adoção.

A convivência foi citada pelos autores, foi citada pelos entrevistados. Com ela foi possível construir vínculos de afeição, de amor, de proteção, de

cuidado, de valorização, de determinação entre tantos outros significados atribuídos à relação de apadrinhamento afetivo que se destacarão a seguir.

Claro que neste processo alguns vínculos podem ser quebrados, ganhando outros significados, mas, que garantia a consanguinidade traz para o alcance da felicidade? As crianças e adolescentes acolhidos creio que já puderam sentir a fragilidade do “sangue” que não garantiu a convivência com o que poderia ter sido uma família de origem.

Após a entrevista com as meninas Rafaela, Laura e Priscila, aguardávamos informalmente a mãe, Mara, que estava cuidando de uma das cachorras que estava doente. O bate papo transcorreu em perguntas sobre as atuais crianças do acolhimento, como estavam, onde estavam. Até que surgiu o nome de Janete, uma prima das irmãs Laura e Priscila. Priscila perguntou se tínhamos notícias. Eu respondi que não, afinal nós não a conhecemos. Perguntei para Priscila se tinha saudades. Ela respondeu que às vezes tinha saudade sim, chorava um pouco, mas depois passava. Perguntei para Laura e Priscila se elas achavam que tinham tomado a decisão certa, pois a elas em uma audiência concentrada foi cogitado de ficarem com uma parente de Laura, mas elas não aceitaram. Perguntei se tinham o desejo de voltarem à família de origem. Priscila respondeu: “Jamais!”.

A irmã biológica de Rafaela encontrou uma amiga dela no Facebook e fez algumas perguntas, pois Rafaela não acessa mais o programa, mas pelo que pude perceber Rafaela não persistiu em localizar a irmã, embora a princípio não seja proibida pela mãe adotiva. Vale ressaltar que Rafaela desde seu acolhimento não queria receber visitas da mãe biológica, inclusive demonstrando pavor dessa possibilidade. A irmã, o sobrinho e uma prima a visitavam.

Com esses relatos foi possível observar que a consanguinidade não garantiu os vínculos familiares. Provavelmente a idade mais avançada das meninas quando do acolhimento, do apadrinhamento afetivo e consequente adoção, favoreceram uma compreensão além do aspecto afetivo da família de origem, no sentido de escolherem o que consideraram salutar para elas.

Na entrevista Priscila fala que sente que ali é seu lugar, na família que a apadrinhou e adotou, inclusive não fazendo distinção entre apadrinhamento e adoção, pois para ela em ambos casos existia o “amor”.

Laura ressalta o carinho com que foi recebida pela família durante o apadrinhamento e na adoção percebeu mais carinho ainda.

Portanto é possível compreender os laços afetivos como construídos na convivência, consequentemente, a família vai se constituindo pela afinidade, o que nos faz entender o sentido dado por Cruz (2008), para família como definida pelo cuidado.

Pelos dados de nossas entrevistas, entendemos que, para a família de Mara, os vínculos de consanguinidade são preteridos em relação aos adotivos. Além disso, ressaltamos também que, dentre cinco irmãos biológicos, apenas um optou por ter filhos legítimos. Joana obteve a guarda de duas meninas, embora tenham sido criadas com a avó, o irmão Carlos recentemente adotou uma criança que está com um ano e meio, no primeiro casamento também não quis filhos biológicos e Mara adotou as três meninas do estudo.

Quando nasce um bebê em uma família, ela também precisa se adaptar. A presença de filhos para uma pessoa ou um casal, implicará em renúncias e perdas, como do tempo de lazer ou do tipo de vida de uma pessoa solteira, de

seus cuidados pessoais entre outras situações. Contudo, para quem se compromete com ter filhos, há também ganhos afetivos e de realização pessoal, como percebemos pelo relato das famílias acompanhadas.

Por que não pensar que cuidar do outro pode realmente promover uma satisfação pessoal real, num movimento altruísta e não somente egoísta, na busca de satisfação de desejos?

Penso que de acordo com as nossas experiências, as significamos e identificamos o que é bom e o que é ruim. Sabendo o que é viver sem afeto, Roberto transformou a sua história e passou a doar o que inicialmente não teve, o que seria hipoteticamente para ser uma fraqueza, significou em doação afetiva, ele aprimorou para uma habilidade e potencialidade. Roberto, mesmo que tenha atribuído a sua experiência na FEBEM como um abandono por parte da mãe e hostilidade do sistema educacional, conseguiu organizar suas histórias de vida em torno de uma nova narrativa, com as experiências vividas com Margherit, onde os significados de cuidado e proteção estavam presentes. Roberto foi agente de sua própria história, determinando suas escolhas.

Atualmente Roberto apóia o programa de Apadrinhamento Afetivo e tem vinte e cinco filhos adotivos.

Podemos aventar que a convivência possibilitou a construção de significados atribuídos à relação entre padrinhos e afilhados afetivos, dentre eles a **amizade** e a **parentalidade**.

Na literatura pudemos observar fortes sentimentos de amizade e nos casos observados foi possível identificar a construção de uma relação de parentalidade, onde muito espontaneamente o afilhado não significou o

padrinho, mas o **adotou** como pai e conseqüentemente a madrinha afetiva, tornou-se mãe.

Creio que, até mesmo nos laços consanguíneos, os conflitos podem existir entre pais e filhos. Nenhum pai nasce com um manual de seu filho com dicas e receitas prontas onde não existam problemas. Por que num apadrinhamento afetivo esses conflitos não podem existir? Seria apenas os padrinhos e afilhados que estão idealizando, ou também profissionais envolvidos com o programa?

Lógico, que pela peculiaridade da situação, onde crianças e adolescentes sofreram rupturas afetivas, do ponto de vista ético, o programa de Apadrinhamento Afetivo merece toda a atenção por parte dos profissionais envolvidos, oferecendo cuidado e preparo psicossocial aos envolvidos, tanto afilhados como padrinhos. Mas poupar crianças e adolescentes de novos relacionamentos afetivos irá ajudá-los no amadurecimento socioafetivo? Eles irão crescer, terão amizades, namoros, quem garante que não vão sofrer separações, decepções e frustrações? Penso que amar dói, mas não amar também dói.

Assim como para adquirirmos uma habilidade precisamos exercitar, penso que também devemos exercitar nossas emoções, nossos sentimentos para nos fortalecer. As experiências possibilitarão novos aprendizados e construções narrativas, desenvolvendo habilidades e competências afetivas e sociais. Pudemos perceber que o apadrinhamento afetivo possibilitou trocas afetivas e sociais, que enriqueceu o universo social, afetivo e cultural das crianças e adolescentes deste estudo. Também vimos os depoimentos de jovens que foram apadrinhados no trabalho de Dantas (2011) que confirmam esta percepção.

Num enfoque pós-moderno narrativo, inúmeras possibilidades narrativas poderiam surgir nas conversações estabelecidas com os participantes desse estudo.

No primeiro momento estava ansiosa principalmente com a conversação que se daria com as três meninas que já havia atendido quando estavam acolhidas, pois elas tinham mais idade e criei expectativas em torno dos significados construídos por elas acerca da relação afilhados e padrinhos e conseqüente adoção. Para mim, seriam ricas no repertório linguístico me possibilitando informações para que pudesse construir minhas narrativas e significações em torno desse estudo, tendo em vista que num enfoque sistêmico também componho e mantenho uma interação com esse sistema.

Ao término da entrevista fiquei um tanto inquieta, mesmo durante a entrevista tentei ao máximo, por meio de perguntas, ampliar a experiência vivenciada por elas e simultaneamente possibilitar a elas uma reflexão sobre suas histórias e conseqüentemente colocar em linguagem os sentimentos presentes nas relações construídas entre afilhadas e madrinha e posteriormente filhas e mãe.

O que me inquietou foi a ausência das palavras afetividade e afinidade, afinal estamos falando sobre apadrinhamento **afetivo**, mas logo aprofundei minha escuta interna e uma dança suave surgiu, lenta com uma pitada de melancolia, mas longe de apagar a **Felicidade** significada pelos dois casos citados e possível de perceber no filme analisado.

Palavras presentes nas conversações emergiram e deram sentido às minhas construções. Veio à tona a possibilidade dos significados, construídos em torno da linguagem no intercâmbio pessoal.

A partir das conversações estabelecidas com as meninas meu campo de significados transcendeu as minhas expectativas iniciais.

As palavras **amor, confiança, carinho, segurança, não vivo mais sem elas e gostar**, ebuliram nesta dança e o ritmo das significações ganhou mais intensidade de minha parte, fiquei empolgada. Esses ingredientes fizeram parte de um prato, que até onde pude sentir, muito saboroso, eventualmente um pouco apimentado ou azedo, quando os momentos de crise da criança aparecem, ou quando os esquecimentos surgem, como foi dito por Mara e Priscila, conseqüentemente surge a “raiva”, o “castigo”. Mesmo que se possa considerar os episódios mais difíceis que compõem a história dessas famílias, podemos perceber vozes dispostas a cuidar, zelar, construir os limites necessários que favoreçam a construção da identidade dessas crianças e adolescentes.

No discurso dos padrinhos e, como foi possível observar no filme, um fenômeno se destacou. Os padrinhos não estavam propensos à adoção, não pensavam em ter filhos, especialmente em tê-los pelo caminho da adoção. Também não tinham clareza do que vinha a ser o apadrinhamento afetivo, o mesmo foi observado com as crianças.

No acolhimento institucional os padrinhos passaram a conhecer o programa de apadrinhamento afetivo e viram a possibilidade de ajudar. Pelo que pude perceber a relação de ajuda construída teve a ver com uma mobilização humana, no sentido de apoio, colaboração, suporte e, porque não dizer, bondade genuína, se distanciando do mero aspecto caritativo, pois sempre mostraram-se dispostos a ajudar no que fosse preciso, focando na criança e não em seus próprios desejos.

Os padrinhos perceberam uma possibilidade de troca afetiva de mão dupla, onde ambos ganhavam, afilhados e padrinhos, sentindo-se preenchidos afetivamente.

Mara foi capturada pela tristeza de Rafaela, pelo sofrimento de Laura e pela alegria de Priscila. Júnior, na sua **especialidade**, com sua perspicácia emocional, sensibilidade e carisma demarcou território quando determinou o lugar de João em sua vida: **“Meu pai!”**.

Então, acredito que independente das faltas, carências, quem nas as têm? Na minha experiência pessoal e profissional compreendo que cada pessoa tem as suas. Foi possível observar nos padrinhos o anseio de doação, de nutrição afetiva para com os afilhados e essa possibilidade gerou alegria e felicidade aos afilhados.

Creio que, sem mesmo o perceberem, os afilhados foram agentes de transformação e despertaram as competências e habilidades dos padrinhos de cuidadores, doadores, colaboradores, descobriram a parentalidade, entre tantas outras possibilidades. Assim afilhados também influenciaram no campo de identidade dos padrinhos.

Maria e João começaram como voluntários na instituição cortando o cabelo de todos e levando Júnior ao dentista. Logo estavam envolvidos com todos os cuidados em torno dos tratamentos de Júnior e foi percebido que o realizavam com dedicação, empenho e amor. Mesmo durante o apadrinhamento e espera quanto adoção de Júnior ajudavam a instituição na organização de festas de aniversários de outras crianças.

Mara não pensava em ser madrinha, tampouco em ser mãe, mas a convivência construiu o vínculo afetivo e hoje não se vê mais sem suas filhas.

Maria e João também ressaltaram a convivência e construção do vínculo afetivo.

Assim o apadrinhamento afetivo em ambos casos incitou o interesse pela adoção, embora as pessoas envolvidas não tivessem interesse em adotar, tampouco, como diz Mara, de ser mãe.

Maria já havia tentado a inseminação, mas pelo desgaste do processo optou em não ter filhos. Parecia a ela que já havia significado essa experiência, mas, o encontro com as crianças, possibilitou a construção de novas histórias.

Embora decididos quanto a não maternidade e paternidade, o encontro com as crianças na instituição abriu um campo de significações que possibilitou a construção de novas histórias na vida para os afilhados e os padrinhos, o compadrio como propõe Dantas (2011) seguiu para a parentalidade.

Diferente do que Dantas observou em seu estudo, onde os padrinhos pouco aparecem, o padrinho desta pesquisa mostrou-se em todo o tempo atuante e presente, inclusive inicialmente ele que legitimou o desejo de adoção dizendo: “esse é meu filho!”, “eu quero esse menino!” e abriu a sua casa na época do apadrinhamento a todas as crianças do acolhimento institucional.

As crianças e adolescentes participantes desse estudo compreenderam o apadrinhamento afetivo como possibilidade de novas experiências, novas aquisições familiares e culturais e, mesmo com as dificuldades possíveis, tal

como a ruptura do vínculo que pode existir entre afilhado e padrinho, indicariam o apadrinhamento afetivo a outras crianças, pois do contrário, na expectativa delas, ficariam no acolhimento até a maioridade.

O apadrinhamento para elas foi a oportunidade de uma construção familiar. Independente do apadrinhamento ou adoção, já sentiam-se pertencentes àquela família, sentiam-se parte daquele grupo, onde foi possível perceber o sentimento de pertença.

De acordo com as narrativas acerca do apadrinhamento afetivo para as crianças e adolescentes um leque de possibilidades se abriu. As crianças e adolescentes puderam sentir-se mais participativos socialmente, tiveram um resgate de sua autoestima e esperança quanto a novamente sentirem-se pertencentes a uma família. As experiências do apadrinhamento afetivo possibilitaram vivências múltiplas, onde padrinhos passaram a fazer parte das histórias significativas de vidas dos afilhados. Padrinhos passaram a compor as narrativas dos afilhados, e os afilhados identificaram experiências como momentos extraordinários, marcando mudanças em suas vidas, especialmente o momento que deixaram de ser afilhados e tornaram-se filhos.

Aos padrinhos o desejo pela parentalidade adormecidos, emergiu perante a “paixão” e o desejo de cuidar, proteger e ampliar as vivências sociais e afetivas das crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente.

A experiência dos padrinhos em relação à situação de acolhimento institucional em que as crianças viviam, apresentou inúmeras vozes e significados. Para alguns, a alegria se fez presente, para outros, a tristeza foi intensa, para outros ainda pareceu que a curiosidade favoreceu o encontro.

Em um dos casos apresentados a madrinha não conhecia a realidade de acolhimento institucional. A história de vida da madrinha, seu contexto cultural e socioeconômico se depararam com a realidade institucional das crianças acolhidas. O seu primeiro contato com a instituição se estabeleceu numa linguagem poética, com a expressão facial de tristeza de sua futura afilhada, a tristeza a capturou e a madrinha significou sua narrativa em relação à situação de acolhimento.

No discurso dos padrinhos entrevistados foi comum a fala de que levariam seus afilhados para casa, pois assim, eles sairiam do acolhimento e teriam o que fazer. Por um tempo foi uma construção narrativa, inclusive legitimada pela equipe do acolhimento. Atualmente por meio de nossas várias conversações em torno do tema, por meio da linguagem, envolvendo os vários contextos, familiar, crianças e adolescentes e judiciário, construímos um novo significado para essa relação padrinhos e afilhados, onde o programa ganha novos contornos em torno da afetividade, do compromisso e da participação ativa do padrinho na vida do afilhado.

As crianças e adolescentes ressaltaram o acolhimento, o carinho, o cuidado que foram recebidas pelos outros membros familiares, além dos padrinhos. Também ampliaram seu conhecimento dos papéis sociais numa família.

Foi possível nas narrativas visitadas identificar a influência das vozes dos padrinhos e dos outros membros da família na construção de identidade dos afilhados. Vozes que deram sentido ao sentimento de pertença, quando sentiram-se partes de uma família. O sentido atribuído as vozes foi de dar segurança para que pudessem se desenvolver, crescer e ter um futuro melhor. Vozes de que construíram um sentido de serem amados, resgatando a autoestima. Simultaneamente afilhados também influenciaram a identidade dos

padrinhos, quando estabelecem um lugar de importância para os padrinhos em suas vidas.

Os afilhados foram construindo suas identidades por meio dos novos costumes, novos valores e expectativas com base nos novos relacionamentos possíveis pelo apadrinhamento afetivo, na relação com novas pessoas e lugares que passaram a conhecer e uma nova expectativa de ter uma família. Assim, foram possíveis novos conhecimentos perante as novas experiências. Essas experiências foram convertidas em relatos sobre o vivenciado e isso vem organizando suas vidas e relações.

O apadrinhamento afetivo possibilitou novos significados às crianças e adolescentes acolhidos e padrinhos acolhedores, por meio de uma troca dialógica estabelecida entre ambos. A relação com os padrinhos permitiu aos afilhados uma nova construção narrativa, que, devido à visibilidade que as crianças ganharam e com a convivência, puderam construir uma família.

As famílias acompanhadas nesse estudo constituíram-se em torno de seus próprios significados, onde a afinidade contornou os laços estabelecidos. Afinidade essa possível a partir da possibilidade de crianças e adolescentes se apresentarem à sociedade por meio do Programa de Apadrinhamento Afetivo.

Após esse estudo, apaixonei-me mais pela proposta de apadrinhamento afetivo. Minha visão foi ampliada e novos significados construídos. Inicialmente com uma visão mais de inserção social e comunitária da criança acolhida, atualmente percebo a importância da construção de vínculos afetivos que possam perdurar na vida da criança acolhida e o quanto essa relação pode influenciar no desenvolvimento cognitivo, afetivo e social de uma criança.

Sinto-me mais motivada à movimentação em busca de novos estudos e intensificação da prática de apadrinhamento afetivo, no intuito de alcançar crianças com longa permanência de acolhimento e situações especiais que ampliam a situação de acolhimento.

Hoje muito mais consciente e preocupada com a delicadeza e seriedade da tarefa de encontrar padrinhos afetivos às crianças acolhidas, porém muito mais instrumentalizada e confiante, disposta a continuar a jornada, aberta a novas histórias.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **A vida social da criança e da família**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1978

BERTHOUD, Cristina Mercadante Esper. **Filhos do Coração**. Taubaté: Cabral Editora Universitária, 1997

Bíblia Online. Disponível em: http://www.bibliaon.com/versiculo/1_corintios_13_4-7/> Acesso em: 26 nov. 2014

BITTENCOURT, Alice Duarte de. Apadrinhamento Afetivo: uma concreta opção de referência de afeto para crianças e adolescentes com remotas ou inexistentes chances de adoção. **Nova Perspectiva Sistêmica**, n. 49, p. 106 – 109, 2014

Brasil. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 25 ago. 2014

Brasil. Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm>. Acesso em: 29 out. 2014

CARTER, Betty; MCGOLDRICK, Mônica. **As mudanças no ciclo de vida familiar**: uma estrutura para a terapia familiar 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira; BERTHOUD, Cristiana Mercadante Esper. **Visitando a Família ao Longo do Ciclo Vital**. 3.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011

CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira. **A família como modelo**: desconstruindo a patologia. 1.ed. Campinas: Editora Livro Pleno, 2001

CARASCO, Daniela. **“Adoção tardia: por que adotar uma criança com mais de 3 anos?”**, 2014. Disponível em: <http://www.brasilpost.com.br/2014/05/25/adocao-tardia_n_5383353.html>. Acesso em: 25 jul. 2014

CNAS/CONANDA. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, 2009

CRUZ, Helena Maffei. **Família é quem cuida de mim: narrativas de identidade de jovens adultos criados em abrigos**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2008

CUNHA, Saulo Araújo. A. **A história de uma criança abrigada: Uma compreensão Winnicottiana**, 2003. 127p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

DANTAS, Luísa Maria Silva. **“Criando Parentesco?”** – Um estudo sobre o “Apadrinhamento Afetivo” em Porto Alegre/RS. 2011. 146 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. [Orientadora: Profª. Drª Claudia Lee Williams Fonseca]. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/33329/000789472.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 set. 2013

FARIAS, Cristiano Chaves de. **A família da pós-modernidade: em busca da dignidade perdida**. 2002. Disponível em: <<http://www.revistapersona.com.ar/Persona09/9farias.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2014

FERREIRA, Márcia Regina Porto; CARVALHO, Sônia Regina. **1º Guia de adoção de crianças e adolescentes no Brasil**. Winners Editorial, s/d

GRANDESSO, Marilene Aparecida. Viver em família – que tipo de futuro nós terapeutas familiares podemos ajudar a construir. In: MACEDO, Rosa Maria Stefanini de. **Terapia Familiar no Brasil na última década**. São Paulo: Roca, 2008. cap. 2, p. 06 - 16

GRANDESSO, Marilene Aparecida. **Sobre a Reconstrução do Significado: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica**. 3.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011

GUIMARÃES, Lilian de Almeida. **Conversando com crianças sobre adoção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010

GULASSA, Maria Lúcia Carr Ribeiro. (Org). **Novos Rumos do Acolhimento Institucional**. São Paulo: NECA, 2010

LADVOCAT, Cynthia. **Mitos e segredos sobre a origem da criança na família adotiva**. Rio de Janeiro: Terra dos Homens, 2002

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. 2.ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2006

MORGAN, Alice. **O que é Terapia Narrativa?**: Uma introdução de fácil leitura. Porto Alegre: Centro de Estudos e Práticas Narrativas, 2007

PAIVA, Leila Dutra de. **Adoção**: significados e possibilidades. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004

PARAVIDINI, João Luiz Leitão; SOUSA, Karolyne Kerol de. Vínculos entre crianças em situação de acolhimento institucional e visitantes da instituição. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 31, n. 3, p. 536 – 553, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v31n3/v31n3a08.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

PEITER, Cynthia. **Adoção**: vínculos e rupturas: do abrigo à família adotiva. São Paulo: Zagodoni Editora, 2011

PINHEIRO, Raphael Fernando. Apadrinhamento afetivo: o afeto além dos muros da instituição. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 97, fev 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11142>. Acesso em: 14 nov. 2014.

RABELO, Rosilene Sardá. **O apadrinhamento afetivo como suporte no desenvolvimento da auto-estima**. 1999. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999. [Orientadora: Prof. Vera R. Nogueira]. Disponível em:

<<http://tcc.bu.ufsc.br/TCC%20Social/1999/ROSILENE%20SARD%C1%20RABELO.PDF>>. Acesso em: 10 nov. 2014

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A Arte de Governar Crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009

RUSSELL, Shona; CAREY, Maggie. **Terapia Narrativa: respondendo às suas perguntas**. Porto Alegre: Centro de Estudos e Práticas Narrativas, 2007

ROBERTO, Cristiane Gouveia. **“Mãe Suficientemente Boa” - Idealização ou Realidade?** - Suas ressonâncias no desenvolvimento e aprendizagem de uma criança acolhida. 2004. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Psicopedagogia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004. [Orientadora: Prof. Anete Maria Busin Fernandes]

SIMÕES, Ana Lúcia. Projeto Apadrinhar: Uma alternativa para as institucionalizações prolongadas? In: LADVOCAT, Cynthia; DIUANA, Solange. **Guia de Adoção: No Jurídico, no Social, no Psicológico e na Família**. 1. ed. São Paulo: Roca, 2014. cap. 4, p. 39-52

SOUZA, Giselle. “Mais de 37 mil jovens vivem em abrigos”. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/18297:mais-de-37-mil-jovens-vivem-em-abrigos>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

VARGAS, Marlizete Maldonado. **Adoção Tardia: da família sonhada à família possível**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

WHITE, Michael. **Mapas da Prática Narrativa**. 1.ed. Porto Alegre: Pacartes, 2012

APÊNDICE A -

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Eu, Cristiane Gouveia Roberto, psicóloga, estou desenvolvendo a pesquisa (E agora? Apaixonei-me! Do apadrinhamento afetivo à adoção - Uma abordagem sistêmica). Trata-se de um estudo cujo objetivo é compreender como os “afilhados”, tornaram-se filhos. Conhecer os caminhos afetivos possíveis nesta relação e suas ressonâncias na família que apadrinha a criança e/ou adolescente, mas posteriormente deseja tornar-se pais.

Para o desenvolvimento deste trabalho estarei utilizando uma entrevista semi-estruturada, que consiste em conversar sobre o tema estudado e responder algumas perguntas o que deve levar entre uma hora e meia e duas horas. Sua participação é voluntária, tendo a liberdade de não responder às perguntas que considerar inoportunas, assim como desistir de participar em qualquer momento sem nenhum tipo de prejuízo. Solicito que sua entrevista seja gravada para o melhor registro das informações. A confidencialidade será garantida preservando seu nome em sigilo absoluto. Ao término desta pesquisa, os resultados serão apresentados em contextos de estudo, ficando, também, à sua disposição como participante.

Este estudo apresenta risco mínimo, no entanto se houver algum tipo de desconforto para os participantes, eu me comprometo ao encaminhamento para a assistência que for necessária.

A sua participação não lhe trará nenhum custo nem benefício individual, porém é importante sua participação, pois as informações dadas podem ajudar na compreensão do exercício do apadrinhamento afetivo, refletindo no desenvolvimento de medidas que possam auxiliar crianças e adolescentes que vivem a situação de acolhimento institucional.

Este TCLE consta de duas vias, ficando uma comigo, como pesquisadora e outra em seu poder como participante. Você poderá pedir informações e esclarecimentos sobre esta pesquisa a qualquer momento.

Coloco-me à disposição, mesmo depois da entrevista, no celular (11) 99764-1507 ou (11) 5523-1052 e no e-mail: crisgouveiapsi@hotmail.com.

Eu, _____, RG: _____, declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação e concordo em participar desta pesquisa como voluntário e autorizo a utilização dos dados da entrevista para estudo e publicação.

Endereço:

Rua: _____ Nº _____

Bairro: _____ Cep: _____

Cidade: _____

Assinatura do participante:

Assinatura do pesquisador:

São Paulo, de 2014.

Nome da pesquisadora: _____ RG _____

Assinatura: _____

APÊNDICE B -

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Eu, Cristiane Gouveia Roberto, psicóloga, estou desenvolvendo a pesquisa (E agora? Apaixonei-me! Do apadrinhamento afetivo à adoção - Uma abordagem sistêmica). Trata-se de um estudo cujo objetivo é compreender como os “afilhados”, tornaram-se filhos. Conhecer os caminhos afetivos possíveis nesta relação e suas ressonâncias na família que apadrinha a criança e/ou adolescente, mas posteriormente deseja tornar-se pais.

Para o desenvolvimento deste trabalho estarei utilizando uma entrevista semi-estruturada, que consiste em conversar sobre o tema estudado e responder algumas perguntas com famílias acompanhadas por mim pelo programa de Apadrinhamento Afetivo no Centro de Promoção Social Bororé.

Ao término desta pesquisa, os resultados serão apresentados em contextos de estudo, ficando, também, a disposição da instituição de acolhimento como participante.

Este estudo apresenta risco mínimo, no entanto se houver algum tipo de desconforto para os participantes, eu me comprometo ao encaminhamento para a assistência que for necessária.

A participação da instituição não trará nenhum custo, porém é importante sua participação, pois as informações dadas podem ajudar na compreensão do exercício do apadrinhamento afetivo, refletindo no desenvolvimento de medidas que possam auxiliar crianças e adolescentes que vivem a situação de acolhimento institucional.

Este TCLE consta de duas vias, ficando uma comigo, como pesquisadora e outra em poder da instituição como participante. O representante da instituição poderá pedir informações e esclarecimentos sobre esta pesquisa a qualquer momento.

Coloco-me à disposição, mesmo depois da entrevista, no celular (11) 9-9764-1507 ou (11) 5523-1052 e no e-mail: crisgouveiapsi@hotmail.com.

Eu, _____, RG: _____, como presidente do Centro de Promoção Social Bororé, declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da participação da instituição e concordo em divulgar voluntariamente o nome da instituição e autorizo a utilização dos dados da entrevista para estudo e publicação.

Endereço:

Rua: _____ N° _____

Bairro: _____ Cep: _____

Cidade: _____

Assinatura do presidente da instituição: _____

Assinatura do pesquisador: _____

São Paulo, de 2014.

Nome da pesquisadora: _____

RG _____

Assinatura: _____

APÊNDICE C -

ROTEIRO DA CONVERSAÇÃO

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

PADRINHOS/PAIS

- 1) Elaboração do Genograma
- 2) Identificação do perfil socioeconômico

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

História do apadrinhamento afetivo:

- Como surgiu o interesse pelo programa de Apadrinhamento Afetivo?
- Como conheceu o programa?
- Como surgiu a ideia?
- Como resolveu tornar-se madrinha ou padrinho afetivo? O que acha que contribuiu para isso?
- Por que optou pelo apadrinhamento afetivo?
- Como colocou em prática?
- Entre a ideia e a execução o que se passou e quanto tempo durou?
- Quais os passos? Como foi?
- Voltando no tempo, o que se passava no seu coração e na cabeça?
- Quem era você naquele momento? O que pensava? O que se passava?
- O que estava acontecendo?
- Qual era sua expectativa ao dar este passo? O que aconteceu?
- Diga uma imagem que vem à cabeça para expressar o apadrinhamento afetivo para você.

- Você pode me contar o que representou/significou para cada um dos membros da família ter uma criança como afilhada?
- Quais as vantagens e quais as dificuldades encontradas no apadrinhamento e como você fez para resolvê-las?
- O que mudou na rotina familiar após o apadrinhamento afetivo?
- Como você contaria para outros candidatos que pensam em apadrinhar a experiência que viveram?

A escolha do afilhado

- Como foi encontrar o afilhado?
- O que teria a dizer deste momento?
- O que se passou?
- Encontrou dificuldade?
- Como fez para lidar com esta dificuldade?

A chegada

- Como foram as adaptações?
- Como se prepararam para receber a criança e/ou adolescente?
- Como descreve o primeiro encontro na instituição e na casa?
- Que diferença fez na sua vida ter apadrinhado? E na vida da família?
- O que você diria sobre a criança e/ou adolescente?
- Como está a convivência

Adoção

- Como foi a decisão pela adoção?
- Como se deu? Foi de comum acordo com todos da família?
- Entre se interessar e colocar em prática, como foi o caminho percorrido?
- Foi necessário algum convencimento?
- O que os ajudou na decisão de adotar?

- O que se passou do ponto de vista prático?
- Vocês pensavam em adoção antes de apadrinhar?
- O que considera que foi mais significativo deixar de ser padrinho e se tornar pai e mãe?
- De padrinho para pai e mãe, o que mudou? Qual a importância na sua vida, da família e da criança?
- É uma imagem para o caminho até a adoção.
- Como você contaria para outros candidatos a experiência que viveram? Que lhe diriam sobre esse caminho que percorreram desde apadrinhar até adotar?

APÊNDICE D -

ROTEIRO DA CONVERSAÇÃO ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA AFILHADOS/FILHOS

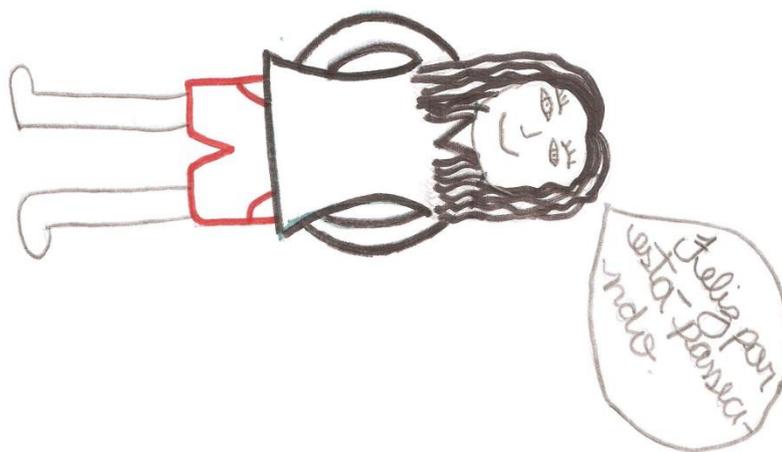
- 1) Você sabia o que era o programa de apadrinhamento afetivo?
- 2) Como foi para você ser apadrinhado?
- 3) Você queria ser apadrinhado?
- 4) Como foi a escolha do padrinho?
- 5) Você considera que o apadrinhamento afetivo lhe propiciou experiências que não tinha no acolhimento institucional?
- 6) Como foi inicialmente o apadrinhamento para você?
- 7) Você esperava ser adotado?
- 8) Como foi a recepção dos familiares dos padrinhos?
- 9) Foi difícil a adaptação no apadrinhamento afetivo e na adoção?
- 10) Quais as vantagens e desvantagens do apadrinhamento afetivo?
- 11) Você indica para outras crianças o apadrinhamento afetivo?
- 12) Você pode fazer um desenho do que representou o apadrinhamento afetivo e a adoção?

ANEXO A -

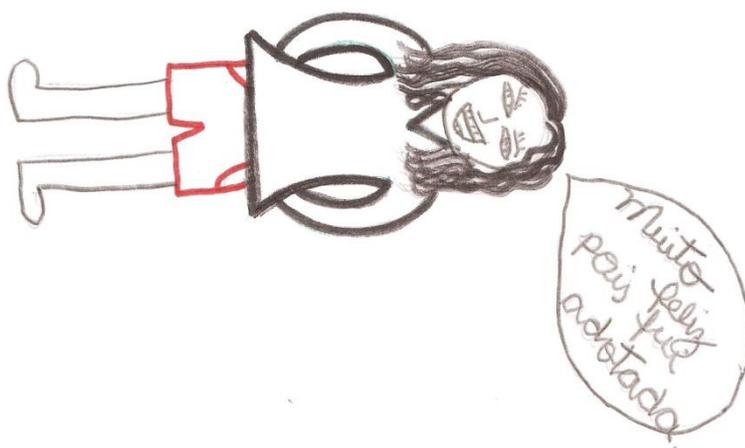
DESENHOS

A Filhadora

Laura

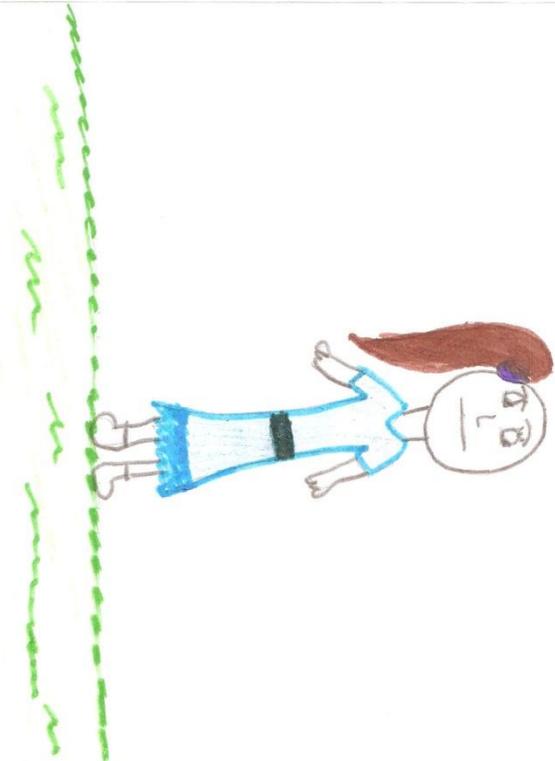


A detetada



Priscila

A Padrinamente



A Aborçãõ



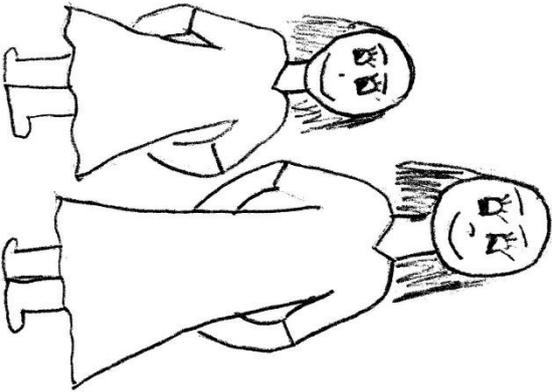
Aplorada

Rafaela

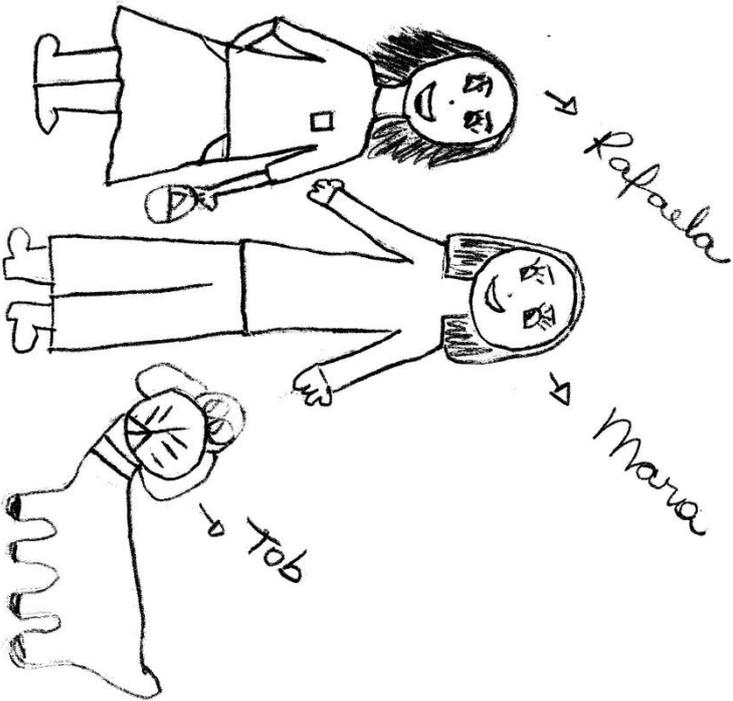


Audatada

Os dias felizes,



Os dias mais felizes
da minha
vida.



ENTREVISTAS

História 1

Entrevistados: Maria e João

Entrevistadora: Cristiane

Assistente social (participou como convidada): Rosa

Cristiane: Até eu fiz aqui com vocês, conversando com a Maria, primeiro eu preciso fazer o Genograma. A Maria falou que vocês casaram. Tem o Júnior agora. Cristiane para João: Ela (a Maria) falou que você descobriu um filho agora, o Miguel e também tem a sua primeira filha de 24 anos do primeiro casamento, houve a separação dessas duas relações. E vocês estão casados há 17 anos.

Cristiane: Quantos anos tem o Miguel?

João: 17 anos.

Cristiane: Vocês adotaram o Júnior tem um ano? Vai fazer um ano?

Maria: É.

Cristiane: Vou seguindo aqui algumas perguntas, mas nada que vocês tenham que seguir assim criteriosamente. Se entrar em outro assunto não tem problema. Então, primeiro vou seguir a história do apadrinhamento.

Cristiane: Como foi decidir pelo apadrinhamento? Foi planejado ou aconteceu?

Maria: Comecei com um trabalho voluntário, o padre me deu a oportunidade de conhecer a instituição e comecei o trabalho voluntário. Até então adoção e apadrinhamento estavam fora de cogitação para gente. Até porque eu estava fazendo o processo para fertilização. Depois desisti. Não vingou a primeira.

Depois decidi não quero mais ter filho, aí a partir daí eu comecei a trazer algumas crianças final de semana para cá aí ele (João) acabou se envolvendo também e começou a participar também. Virou padrinho.

Cristiane: Gostou da ideia?

João: É ele que me escolheu (Júnior). Começou meu pai, meu pai. Aí você cria uma afeição pela criança, afinidade. Quando vinha para cá era uma festa. Vinha para cá fazia cabana.

Cristiane: Ele começou a te chamar de pai espontaneamente?

João: Espontaneamente. Me adotou. Meu pai, meu pai. Aí acabou ficando meu pai.

Cristiane? Até hoje, né?

João: Até hoje.

Cristiane: E essa ideia então surgiu assim, foi espontâneo, você primeiro começou com voluntariado. A Rosa (assistente social da instituição) chegou a falar para vocês antes do apadrinhamento?

Maria: Chegou a falar comigo.

Rosa: Desde o início.

Maria: Explicou tudo direitinho. Até porque eu não conhecia, não sabia que existia essa questão de apadrinhamento. Então ela me explicou e me interessei, até porque a gente já começou a criar um vínculo. Quando comecei a trazer as crianças aqui para casa final de semana sem as crianças, não tinha alegria ... Tinha perdido a graça a casa. A casa ficava vazia. Uma coisa é você está acostumada a não ter ninguém na sua casa, não ter criança na sua casa, a partir do momento que você trás, quando não tem a falta que faz. As crianças começaram a fazer falta. Quando o Júnior chegou a vir aqui que demorou um tempo por causa da escada. Ele era pequenininho.

Cristiane: Ah, por causa da nossa assistente social (Rosa)!!!

Maria: Ela já me conhecia.

Cristiane: E conhecia o Júnior também!! Eu entendo.

Maria: Principalmente!

Maria: E como ela já me conhecia. Já tinha falado sobre apadrinhamento. Eu tinha falado para ela que eu tinha interesse. Já tinha falado com ele (João) e ele concordava também. Porque tudo que eu falava para ele, ele concordava. Cada vez que eu vinha de lá (acolhimento) eu falava ai, o Maurinho é tão lindo, eu quero trazer o Maurinho para morar aqui. Ai o Fulano é tão lindo, eu quero trazer o Pedro para morar aqui. Ele falava assim: daqui a pouco o abrigo está aqui dentro de casa.

Cristiane: Mudar de endereço?

João: É ia vim para cá!

Maria: O abrigo não veio, mas veio um do abrigo.

Maria: Daí surgiu o aparecimento do Júnior aqui em casa. A primeira vez que ele olhou para o João, já chamou ele de pai.

João: Na realidade o Marcos foi a porta do Júnior. Aí o Marcos veio. Aí faltou o Júnior. Eu falava que queria levar esse (Júnior) para casa. Trás o menor também. Ele ficava lá não saía. Aí falavam (Maria), mas ele usa fralda. Eu falei: não tem problema.

Cristiane: Ah, ele ainda usava fraldas.

Rosa: Começou uma “paquera” lá (acolhimento). Eu percebi quando ela ia cortar cabelo, quando o João ia lá às vezes, tinha uma coisa do Júnior vir. Depois a Irmã começou deixar ele vir, sem a “Rosa” saber!!!

(Risadas)

Cristiane: A Irmã deixava?

Maria: Deixava.

João: Aí eu ficava Irmã, libera...

Cristiane: Até então o Marcos podia?

Maria: Podia por causa da idade, então o Marcos podia. E ele (Júnior) por ter quatro anos de idade, usar fralda. Embora andava, ainda não tinha bem equilíbrio. Ele não saía do abrigo. Quando veio para cá, no primeiro contato com João, Júnior chamou ele de pai. Se apaixonaram os dois. E eu estava apaixonada já por todas as crianças, mas como ele (João) disse o Marcos era meu preferido, o irmão dele (Júnior). Eu tinha uma paixão pelo irmão dele e por ele também óbvio. Aos poucos, após o apadrinhamento nós fomos amadurecendo, porque até então eu era a tia e não a mãe dele, que era essa a figura minha lá no abrigo, era a “tia”, mas ele morava aqui com a tia.

Cristiane: O que passava na cabeça de vocês nessa época? E no coração até antes de decidir pela adoção de fato? Por que você me falou uma coisa importante: Vocês já tinham tentado fertilização, aí foi tranquilo para vocês desistirem?

Maria: Foi, porque eu já vinha muito tempo com a expectativa de ter filho, inseminação, muito desgastante o processo. Eu não quis tentar de novo, então eu disse, agora chega, não quero mais. Já tinha decidido que não queria mais ter filho. Então comecei meu trabalho voluntário sem intenção de adoção.

Cristiane: Você só queria um contato com crianças?

Maria: Só. Aí eu comecei o trabalho voluntário que eu sempre tive vontade de fazer. Ele surgiu, nessa cidade. Na época o padre Gildo na igreja onde foi participar falou da instituição e surgiu o interesse e comecei fazer o trabalho. Aí surgiu essa parte afetiva com o Júnior que foi mais forte, intensa.

Cristiane: Como foi para o João?

João: Não tinha pensado em adoção, tinha um receio, mas nunca fui fechado, mas falei se quer adotar a gente adota. Foi tranquilo, não esquenta a cabeça. Na minha família é a primeira vez que tem adoção, mas nunca fui fechado, ah ... não vou adotar! Não quero adotar... Embora uma amiga do meu irmão fazia adoção entre aspas à brasileira, os pais falavam que não podiam criar, ela ficava um tempo com a criança, quando chegava numa idade eles acabavam levando embora, então tinha uma rotatividade de crianças na casa dela. Mas a

gente mesmo na minha família nunca teve adoção. Aí quando o Júnior começou a me chamar de pai, meu pai, meu pai ...

(Risadas)

Maria: Aí, ele falou para mim, eu quero esse menino para mim, porque ele é meu filho, eu quero ele para mim. Aí foi quando começamos a trabalhar a ideia de adotar o Marcos e o Júnior. Até então eram os dois. A Rosa orientou.

Rosa: Então vocês passaram por todo o processo no Fórum.

João: Isso, fizemos o cadastro no Fórum. Ficamos aguardando. O Fórum uma das orientações que eu achei muito errado. Não vai em orfanato. No curso que eles deram, foi uma frase que me marcou pelo curso. Vocês querem adotar, não vão em abrigo, porque se vocês forem vão acabar achando que qualquer um que está ali são para vocês. Na minha concepção a pessoa que está aberta para adoção, ela tem que ter uma visão geral. Eles optam em fazer curso, faz curso, conversa com quem já adotou, mas não é a mesma coisa que você está convivendo, você vai num orfanato, numa instituição, você tem contato com as crianças. Começa a ter, fazer uma concepção sua, você percebe que todas elas cada uma tem uma peculiaridade, cada um tem uma carência. Que elas são carentes afetivamente, porque o dia em que o Fórum falar olha eu tenho uma criança para vocês, se você for lá conhecer, se você não tiver essa noção você vai falar, essa criança é a minha, porque a pessoa vai só pela adoção, tem a instituição tal, tem uma criança disponível, a pessoa já vai com aquela ansiedade. Então tem uma criança disponível a pessoa vai, só com o interesse de conhecer a criança que é o que ela deseja e ela não consegue fazer aquela reflexão. Se realmente essa criança é a dela, escolhe por escolher, é bonitinha, vou levar.

Cristiane: Não conhece?

Maria: Foi diferente, né no nosso caso, porque nos conhecemos o abrigo e a gente quis a criança e a criança quis a gente.

João: No apadrinhamento a gente tem conhecimento, sobre o Júnior a gente já sabia sobre as problemáticas do Júnior, as necessidades. Uma coisa é você

chegar e a assistente social falar para você olha, vamos dizer que é o que todas vão falar, é uma criança problemática, faz APAE, ele faz tratamento, ele precisa disso, porque muitas vezes a criança é problemática, mas para a instituição é mais fácil pegar e falar ele tem problema, aí você está naquela ansiedade, quero adotar, adota, não pensa nas dificuldades, porque uma adoção com uma criança que tem problema é mais trabalhosa, todas são, mas é mais. Você tem que ter tempo para levar na APAE, no médico, e acaba você ali tendo um desgaste que a pessoa que não tem essa noção ela se desencanta. Nossa, não estava no meu scripte, para mim eu ia pegar colocar ela na escola, trazer para minha casa e ia passear comigo.

Maria: E até as dificuldades que a gente sabe que tem na adaptação. E uma criança com necessidade especial a adaptação se torna muito mais difícil, muito mais complexa.

Cristiane: Quais foram as dificuldades?

Maria: Tem momentos de crise da criança, que se ela não fosse uma criança com a necessidade especial, talvez você conversaria com ela e ela te entenderia mais claramente, mas com a criança com necessidade como a do Júnior, você conversa com ele, às vezes ele não entende.

Cristiane: Você acha que é porque ele não quer ou é da própria dificuldade?

Maria: Teve momentos que é porque ele não entendia, mas agora com um pouco mais de tempo com a gente, até porque ela já estava adaptado com a gente, por conta dessa ida da gente ao abrigo, por causa desse tempo de apadrinhamento. Então hoje às vezes é porque ele não quer.

Cristiane: Vocês acham que esse tempo de apadrinhamento antes da adoção foi uma vantagem para vocês?

Maria: Sim, a gente conheceu a necessidade dele. Sabe o que ele precisa e a gente se dispôs a assumir ele assim mesmo, entendeu?

Cristiane: E desvantagens do apadrinhamento?

João: Olha, a insegurança, porque eu cheguei ao ponto de falar de que se não der certo com o Júnior, eu não vou pegar mais criança nenhuma.

Cristiane: Então não teve a ver com a relação de vocês, com o vínculo de vocês e a criança, teve a ver mais com ... a parte burocrática?

João: Não! Burocrática, legal.

Cristiane: Não foi um facilitador?

João: Exato! Então você acaba falando se não for o Júnior eu não quero, porque você cria um vínculo. Você sabe a dificuldade da criança, ao mesmo tempo você percebe a barreira que a Justiça está impondo em alguns detalhes, não está ajudando a criança, não está com foco na criança. Até porque precisam ter uma visão individualizada e não o todo. Quando você tem o apadrinhamento você tem um contato individualizado. Então você vê o problema individualizado. Você começa olha, isso aqui é melhor ...

Rosa: Tem que ter duas esferas.

João: Isso uma mais próxima para saber qual dificuldade a criança tem. Até a parte mais distante de ver o Fórum não tem problema, mas um peso maior da parte mais próxima porque ali ela vai falar realmente esse casal tem um perfil para educar essa criança, porque é fácil chegar num abrigo e falar olha eu vim adotar, deixa eu conhecer, porque num fim de semana, dois, três que seja, aí eu tiro a criança do abrigo e deixo ela em adaptação, mandam ele para casa. Seis meses um ano realmente é adaptação, a criança está conhecendo o espaço e você está conhecendo o espaço da criança. Tudo é tolerável é aceito, todo mundo gosta. Uma coisinha ou outra que faz é bonito, mas você não sabe realmente as necessidades da criança. Então eu acho que uma triagem de apadrinhamento aproxima, quem está querendo adotar da criança e ajuda uma terceira pessoa a fazer uma avaliação se realmente vai ter o perfil para adoção daquela criança, porque às vezes você fala tudo que eu quero da minha vida, você percebe que o casal não vai ter uma estrutura para poder ficar com aquela criança. Então acho que o apadrinhamento ele se tornou no meu modo de ver muito importante por isso. É transmitir para as pessoas do abrigo ou

para quem for avaliar se quem vai pegar a criança vai cumprir e atender as necessidades reais da criança, porque uma semana, dias ...

Cristiane: Ou um mês como é geralmente o período de convivência.

Cristiane: Quanto tempo demorou do apadrinhamento com o Andrey até a adoção?

Maria: Mais ou menos um ano.

Cristiane: Por que vocês optaram pelo apadrinhamento e logo vocês já assumiram várias responsabilidades sobre ele de tratamentos, levar e buscar.

Rosa: Isso ajudou bastante, porque à medida que ia fazendo relatório para a Vara eu ia colocando os acompanhamentos que vocês estavam fazendo, assim por exemplo, dentista, começou com a história do dentista, depois acompanhamento com a fonoaudióloga, depois APAE. Porque tinha que levar e ninguém podia.

Maria: Também por isso a importância do apadrinhamento de dar esse suporte para o abrigo, porque você sabe a necessidade. O trabalho da assistente social, o trabalho da mãe social, de cuidar das crianças, levar para médico, levar para a escola, CAPS. Com o apadrinhamento facilita isso.

Cristiane: Dá esse suporte.

Maria: Isso dá esse suporte, tanto para o abrigo como para a criança, que é o foco principal.

João: Eu acho que o apadrinhamento ajuda nas necessidades individuais e às vezes mesmo a gente apadrinhando tinha dificuldade para dar prosseguimento como no caso do Júnior, porque não tem o amparo legal para poder assinar, tinha que esperar tudo do Fórum. Ajuda você a fazer alguns exames a facilitar alguns tratamentos e diagnóstico da criança, porque para a instituição são várias crianças.

Cristiane: Isso realmente facilita a ter esse olhar mais individual, porque realmente às vezes fica tudo muito coletivo.

Cristiane: E como foi para os outros membros da família vocês terem o Júnior como afilhado afetivo ele sendo institucionalizado? Como foi o acolhimento dos outros familiares?

João: A gente nunca teve problema, tanto minha filha, como meu irmão. Tinha festa quando o Júnior vinha. Fazia um domingo diferente, um final de semana diferente, vamos passear. Final de ano vamos ver a Paulista, ver a árvore de natal, vamos passear de carro. Para ele era coisa nova, ir para a Paulista, ir para o Shopping.

Maria: Eles apadrinharam junto com a gente.

Cristiane: Não teve resistência por seu uma criança acolhida?

Maria: Não.

Rosa: E nem essa pergunta: vai dar certo, vocês vão adotar?

Maria: Não, muito pelo contrário a torcida era realmente a adoção.

João: Porque no início era só o apadrinhamento até que trazíamos outras crianças, e quando saiu vamos adotar ...

Cristiane: E quando surgiu o vamos adotar, de quem surgiu?

João: Eu falei vamos adotar. Aí então vamos pegar o Júnior e o Marcos. Você aguenta os dois (para Maria)? Aguento. Então vamos adotar os dois. Então a galera, a família começou a vibrar. Nossa você vai adotar os dois! Tanto é que quando teve a separação, perguntaram e o mais velho não vai vir? Só vai vir o pequeno, mas todos estavam vibrando.

Maria: A expectativa era de todos.

Cristiane: Então todos abraçaram a ideia? É mais a sua família (João) aqui então?

Maria: A minha família ficou torcendo lá da Bahia, mas apoiaram também. Apoiando o tempo todo, tanto quando saiu a provisória, fazia um rodízio, cada semana saia um ônibus da Bahia para conhecer o Júnior.

Cristiane: Que bom!

João: O pessoal todo concordou, apoiou. Tanto é que meu irmão mais velho dá um apoio, pega, ele vai para lá.

Cristiane: Como vocês eram naquela época e estão agora? Achar que mudaram muito enquanto pessoa?

Maria: Sim, bastante, principalmente no relacionamento, pois coisas insignificantes que tirava ... que eu não concordava, discutia. Hoje é irrelevante. Hoje não tem mais isso. Hoje o nosso foco é o Júnior, ele uniu mais a gente.

Cristiane: Fala para mim uma imagem que vem à cabeça quando vocês pensam no apadrinhamento, para expressar o apadrinhamento afetivo na vida de vocês.

João: Uma imagem? Na minha quando vejo o apadrinhamento, vejo uma felicidade, uma alegria. Até porque a criança trás alegria. A minha casa sem o Júnior é assim tranquila. Um ia ler. Um ia para o computador. Quando estava as crianças ou mesmo às vezes quando ia brincar lá na instituição, você chegava cansado, mas era uma delícia, porque era cinco minutos de distração. Brincava, todo mundo fazia festa. É duro, é doído, porque saia de lá chorando, porque sair batia na mente começava a chorar. Até porque eu não tenho meu pai e minha mãe, então a gente sente falta, mas é uma imagem de felicidade, muita felicidade. Você poder apadrinhar, tirar uma criança, o carinho que eles transmitem para você nos minutos que eles estão com você, tudo que eles transmitem para você, é ... não tem preço. É muito bom e para eles também é bom.

Maria: Na verdade é que a gente acha que está indo para levar carinho e levar atenção e quando a gente chega lá eles vêem quem está recebendo somos nós. Muitas pessoas falam assim: eu não tenho coragem de ir no abrigo, porque vou sair de lá chorando, você não vai sair chorando, pelo contrário você vai sair assim só carregada de amor e carinho.

Rosa: A parte mais difícil é falar o que você vai trazer. Porque a primeira imagem que as pessoas têm é isso, eu vou sofrer é melhor não vir.

Maria: Eu falo muito pelo contrário, você vai ver que a sua vida a partir do momento em que você vai no abrigo, você vê as dificuldades que aquelas criança passam. O que elas já passaram. O sofrimento na vida. A bagagem que elas têm, com a idade que elas possuem. Você vê que qualquer probleminha que você achava que era grande é insignificante, não é nada.

Cristiane: Acabamos percebendo que é “pouca gente” para “muita História”. Por que eles são tão pequenininhos e já viveram tantas coisas.

João: É você chega lá é uma alegria!

Maria: A receptividade. Quando você chega lá. A tia chegou, fazem aquela festa. Isso compensa tudo.

João: E o apadrinhamento é isso aí. Você chegar lá na sexta-feira ou no sábado e ver a criança esperando você com a mala pronta para sair, a ansiedade e a alegria. Você sair nos minutos do abrigo.

Maria: Eles se doam na verdade.

Cristiane: E esse caminho até a adoção que imagem vem na cabeça de vocês? O apadrinhamento vem felicidade e dessa opção do apadrinhamento até a adoção que imagem que vem?

Maria: Vem uma expectativa, porque aí você fica torcendo para que saia. Aí entra a morosidade. Você vê a criança com a necessidade dela, com aquela vontade de ajudar, para ver a criança se desenvolver. Infelizmente a morosidade acaba atrapalhando o desenvolvimento da criança. Esquecem da pessoa e acabam se apegando o que está no papel. A parte burocrática. A instituição está precisando de um apoio, porque as necessidades e dificuldades dela que está precisando e você fica naquela expectativa. Porque você precisa ajudar a criança. Você fica preso. Para mim é uma expectativa.

João: Para mim é uma luta. Você senta, conversa, procura advogado. O período da adoção, o caminho da adoção falta um direcionamento legal, um respaldo. É muito estatal, então você fica à mercê do Estado. Você fica de mãos atadas. Você quer adotar alguém, se o Estado não escolher para você, você fica de mãos atadas.

Cristiane: Parece que não adianta ter um advogado.

João: Isso que eu falei.

Rosa: Pelo contrário fica mais moroso ainda.

João: Só o Estado que decide. Ah, porque aí você vai poder ter escolha. Eu acho que a visão do Estado não deixa escolher, porque aí vão escolher só os bonitinhos, do olho azul. Na realidade eu não escolhi um de olho azul, também não escolhi um cem por cento. Acho que não tem muito só os bonitinhos. Se você puder entrar com uma ação no apadrinhamento para poder facilitar a papelada eu acho que se torna mais fácil. Briga, para mim é uma luta. A pessoa que entra na empreitada da adoção deixa maluco. A pessoa que entra lá. Eu acredito que dos candidatos que têm eu não tenho estatisticamente, isso em dados reais, mas eu creio que uma grande parte desiste da adoção, pela morosidade, pela demora, pelo desgaste.

Maria: Ou procura outros meios, né? Como nós, tivemos a proposta de conseguir criança, mas felizmente ou infelizmente nós não optamos por esse caminho ...

Cristiane: Foi antes da Lei ou depois da Lei?

Maria: No período em que a gente estava no processo de adoção do Júnior. Nós recebemos a proposta.

Cristiane: Mas tem como?

João: Eu falo para vocês que a gente recebeu, até na maternidade. Olha tem uma moça.

Rosa: Eu acho que ...

Cristiane: Mas não pode.

João: Pela Lei não tem como, pela Lei nova. Mesmo ela dando não tem como. Mas ela dando a guarda para você tomar conta.

Rosa: Mas mesmo assim eles vão procurar a família extensa.

João: Não, para tomar conta. Para você poder assinar. Para o juizado de menor. Para você assinar como ... e você ficar por um tempo longo, porque daí quando você entrar na Justiça, eu estou há 10 anos, aí se torna uma ação irreversível. Mas se você pegar a criança e for no Fórum e for a mãe está me dando, ter um vínculo com a mãe.

Rosa: Mas isso não tem como. Eu conheci um caso há muitos anos atrás, uns quinze anos atrás, uma moça morava embaixo da ponte, do viaduto e ela estava lá com o pessoal e ela teve um bebê e deu o bebê para uma voluntária que levava sopa para eles. Essa mulher pegou esse bebê com dois meses e ficou com ele até os dois anos de idade. O bebê estava bonito, bem cuidado, essa mãe quis esse bebê de volta, foi na Justiça pegou ele de volta.

Cristiane: Ele era mãe ...

Maria: De outro estado sim, nos recebemos a proposta de uma mãe que não queria o filho e o médico passaria dali da maternidade como se eu tivesse tido aquele bebê. Só que eu sou funcionária pública, como não estou grávida e de repente apareço com um bebê. Infelizmente isso tem.

João: Um outro jeito, hoje, você tem, para fazer uma adoção rápida, a criança já registrada com a mãe, o pai é esse. Você registra a criança.

Cristiane: Eu vou fazer uma pergunta, embora eu acho que já ficou um pouco claro. Como foi encontrar o afilhado? Eu acho que vocês não tinham a proposta de apadrinhamento, foram pelo voluntariado, de repente foi se apegando as crianças até que chega no Marcos e no Júnior e o Júnior meio que acaba escolhendo vocês, pois como vocês me falaram, parece que foi ele que escolheu e adotou vocês primeiro até.

João: Ele fez a escolha, adoção e marcou território. Chegava meu pai, meu pai.

(Risadas)

Cristiane: Teve alguma dificuldade para escolher o afilhado?

João: Não!

Maria: Foi tão espontâneo, aconteceu. A escolha ...

Cristiane: Vocês iam trazendo (crianças) ...

Maria: Então ...

Cristiane: Aí chegou no Marcos e no Júnior.

Rosa: Fechou, né!

Maria: Vieram vários, se não quase todos que estão lá, passaram aqui em casa. Os que estão lá passaram todos, veio o Pedro, veio o Luís.

Cristiane: É porque mudou muito, mas na época que vocês eram voluntários todos vieram passear aqui.

Maria: É. Para eles saírem um pouco de lá e vir para cá. E tinha crianças que estavam assim ... a gente poderia ter escolhido esse, porque o Patrick ele é perfeito, mas não, aconteceu o inverso, do que o pessoal acha, que a gente vai escolher o mais bonitinho, o mais arrumadinho, que está com a saúde impecável. Nada disso aconteceu.

Cristiane: Ele (Júnior) veio e encantou.

Maria: Encantou.

João: Primeiro encantou os olhos verdes do Marcos.

Maria: Não foram os olhos verdes não.

Cristiane: Não, não é, tem outras coisas.

Maria: É, não é!

Maria: Então ele (Marcos) falava assim, tia, senta aqui do meu lado eu gosto do seu cheiro. Porque quando eu ia lá (instituição) tinha algumas crianças lá que eles não recebiam, acho que eles não recebiam abraço, afeto assim. Então quando a gente chegava lá para o corte de cabelo, você percebia que eles resistiam um pouco. A gente queria abraçar eles e beijar, parecia que não queria se aproximar muito da gente e Marcos era um desses. Quando eu chegava para abraçar ele parecia que ele sabe recusava o abraço ou de qualquer outra pessoa. Parecia proteção dele. Até porque ... Aí fui

conquistando ele e também foi se tornando mais próximo de mim, me cheira, me abraça porque eu estou com saudade de você. Porque eu chegava lá, eu quero um abraço seu. Coisinha assim que foi mexendo comigo. Ele fala que o Marcos era meu preferido, mas na é. É porque na verdade até eu conseguir essa relação com ele eu tive que conquistar ele.

Cristiane: Eles começaram a vir juntos, mas o Marcos parou de vir por quê?

Maria: Aí o Marcos vinha com frequência, né. Eu pegava o Mauro, aí o Marcos vinha. Eu pegava o Pedro, o Marcos vinha. O Marcos era sempre o que vinha. Até que o pai dele surgiu.

João: Aí veio os dois. (Marcos e Júnior)

Maria: Aí vieram os dois, porque o Marcos parou, porque o pai dele apareceu e manifestou interesse em levar o filho. Então a partir desse momento, não tinha mais como manter o apadrinhamento, porque já tinha o pai dele, né? E o Júnior não, porque o pai do Marcos deixou claro que não queria. Que ele queria só o filho dele.

Cristiane: Mas o Júnior não é filho dele, mesmo que ele quisesse.

Maria: Então a gente manteve. Então ficou o Júnior e o Marcos não.

Cristiane: Você acha que o acolhimento facilitou ou não para vocês?

(Risadas)

Cristiane: Podem ser sinceros.

Maria: A Irmã!! Principalmente a freira.

Cristiane: A Rosa ficava preocupada.

João: Ela ficava: não pode ...

Maria: É mais energética a assistente social. A Irmã sempre foi mais flexível. A gente tinha também o apoio do padre.

Rosa: A assistente social só ia atrás da Lei.

João: Eu falo ...

Cristiane: Tem muitos acolhimentos que não tem esse programa. Eu trabalho com outros acolhimentos que não querem saber de apadrinhamento afetivo. A gente vai com cautela.

João: Essa parte, a Irmã que mais facilitou foi a Júlia, a que saiu.

Rosa: Ela só me dava a notícia.

João: Depois chegou a Ir. Lilian.

Rosa: Ela me ligava.

João: A Irmã Lilian a gente chegava, pode?

Cristiane: Ela ligava só porque ainda estava insegura porque estava chegando.

João: Pode, pode levar. A Irmã Lilian também, mas ela ficava mais insegura ...

Maria: A Irmã falava: Vou ligar para a Rosa. Aí nos falávamos a criança vai ficar aqui.

Cristiane: Como foram as adaptações de quando ele chegou?

Maria: Ele já estava praticamente adaptado, porque esse apadrinhamento facilitou para ele aqui em casa, se fosse para adaptar, aqui a casa já era dele, subia sozinho pra os quartos. Difícil foi só quando eu comecei a trabalhar.

Cristiane: Vocês tiveram que se preparar para recebê-lo?

Maria: Sim, preparamos a casa.

(Risadas)

Cristiane: Na adoção?

João: A gente já estava adaptado com ele. Vamos receber ele, tanto é que quando a notícia saiu.

Maria: É lógico que é diferente, quando você apadrinha. Você pega, você tem aquela responsabilidade toda do dia. Você vai ficar responsável pelos dias que

está na sua casa, depois você devolve sua vida segue normal, mas quando você está com a criança muda tudo. Você tem que ter tempo para ela. Agora eu não vou ter mais tempo para cuidar de mim, porque eu não tinha mais tempo para cuidar de cabelo. Era muito louco assim, a rotina do Júnior. Que até então eu pegava ele quando eu tinha tempo e só quando o abrigo precisava eu levava ele na APAE, acompanhava no dentista e ele (João) também do mesmo jeito. De repente não era mais um apoio, era uma obrigação minha. Então eu tinha que né? Colocar aí meu cotidiano com a agenda do Júnior.

João: Agora o apadrinhamento ajudou muito, tanto para adaptar, porque chegou no habitat dele, natural, não tinha dificuldade. Já tinha o guardarroupinha dele, já sabia onde tinha as coisas. Então ele estava à vontade. E a gente não tivemos dificuldades com ele praticamente, na chegada dele, porque para mim ... já vinha.

Maria: Não era um a mais, uma pessoa estranha.

Cristiane: Ele já fazia parte.

João: Então ele já conversava. A gente, embora mais nos finais de semana, a gente já tinha uma convivência com ele nos finais de semana. Também não tivemos essa dificuldade com a chegada dele.

Cristiane: E que diferença vocês acham que tiveram na vida de vocês em ter apadrinhado?

Maria: A diferença é que despertou a gente para adoção.

João: Não tinha a intenção de adotar. Com o apadrinhamento veio a intenção da adoção. Agora a adoção muda muito. Você começa a refletir. A partir do momento ... é que o ser humano é incoerente, às vezes dá valor para grandes coisas e esquece das pequenas e no apadrinhamento ele trás esse olhar, olhar para trás, olhar para frente, refletir muito. Que você não tem que dar só bens materiais, mas dar carinho ou demonstrar, o Júnior é realmente uma prova que está aí. Demonstrar de forma espontânea. Muda muito.

Cristiane: E a família toda? Vocês acham que fez diferença o apadrinhamento?

João: A faz, porque a mais nova aqui é a nossa sobrinha. A irmã tem quatro anos para cima. Muda porque querendo ou não uma criança a mais na casa. A família se torna mais dinâmica. A família se põe à disposição da criança, querendo ou não a criança está ...

Cristiane: Vocês realmente foram um sucesso, porque toda a família acolheu a ideia de vocês.

Maria: É.

Cristiane: O que vocês fariam do Júnior hoje?

Maria: Hoje eu falo que ele está uma criança super desenvolvida, que não resta dúvida que ele sabe que aqui é a casa dele. Que aqui não há qualquer possibilidade dele voltar. Mudou para muito melhor, meu relacionamento com meu esposo. Briguinha, picuinha irrelevante já não tem mais. A gente se uniu mais. Estamos mais juntos, mais unidos. Porque o Júnior exige a presença dos pais. Antes eu ficava sozinha e o pai também ficava aqui no sossego. O que eu não tinha que fazer, agora comida para três.

João: Para mim o que mudou muito porque o Júnior entrega tudo da mãe. Pai eu fui para o shopping com a minha mãe. Pai a minha mãe não limpou, né? Ai ô ta sujo. Fala para sua mãe limpar.

Maria: Ele é uma criança muito feliz, muito alegre. O meu medo principal mesmo, quando ele veio para cá, era medo dele perder essa espontaneidade. Graças a Deus não. Tem os momentos de crise dele, é de esperar, mas é uma criança super inteligente e vem superando a cada dia.

Cristiane: Vocês apadrinhariam de novo?

Maria: Eu falo assim ô, eu até adotaria outro se o Júnior não tivesse, se eu não tivesse que doar tanto tempo meu para o Júnior, por causa das necessidades dele. Então isso acaba às vezes tendo uma correria para a gente.

Cristiane: Por que ele exige muito, né?

Maria: Exige muito.

Maria: Eu adotaria outro. A Kelly, a pequenininha.

(Risadas)

Cristiane: A Kelly voltou para casa.

Maria: Eu estou brincando assim, mas uma menininha.

Cristiane: O par perfeito, porque a Kelly ...

Maria: Os dois ...

Cristiane: Ela é autoritária.

Maria: E o Júnior obedece ela.

João: Eu apadrinharia, continuaria o mesmo serviço voluntário só porque o Júnior quando chegou começou a questionar muito: eu moro aqui? Hoje a fase dele é: sou seu filho. Mas um tempo atrás era: eu moro aqui não no Bororé, né pai? Hoje ele fala porque você me pegou no Bororé e meu irmão? Eu falo: seu irmão foi morar com a tia dele. Ele (Júnior) fala: A tia dele pegou ele e você me pegou né pai? Então, de repente a gente evita porque, porque a gente percebe que quando ele vai lá, a gente já levou ele lá, na hora cem por cento, quando volta pergunta: Eu vou voltar para o Bororé? Então a gente percebe que fica aquela insegurança.

Cristiane: É importante dizer, que é só um passeio e que aqui é a casa dele.

João: Então na hora que volta, ele fica não vou voltar para o Bororé, né pai? Não, onde você mora? Aqui é sua casa. Cadê seu pai? Então nós demos um tempo.

Maria: Nós fomos à missa, que nós fomos segunda na APAE, estava quase no finalzinho, aí ele falou eu vou na igreja. A moça falou ora por mim. Nós chegamos lá na igreja, ele falou cadê o padre? Ele está lá na frente. O padre chamou ele mandou ele falar no microfone. Dá a bênçãos para os fiéis. Ele falou a bênção de Cristo no microfone. Aí o padre perguntou qual seu nome? Eu sou filho da Maria e do João, né mãe? Qual seu nome, ele quer saber seu

nome. Às vezes ele fala, a maioria das vezes ele fala: eu sou filho da Maria e do João.

Cristiane: E a convivência, como vocês acham que está hoje?

Maria: Está tranquilo, embora tenha os momentos de crise dele. Às vezes eu fico, eu agora o que está acontecendo?

Cristiane: Nos até conversamos um pouquinho, acho que ele adotou você (Jão) e depois adotou a mãe também. Acho que ele sofreu um pouco a sua volta ao trabalho e ele vai acostumando aos poucos. Deve ser explicado para ele que a mãe vai trabalhar, mas vai voltar. Deixar os limites claros de como ele pode por essa raiva para fora, não pode sair quebrando as coisas. Como ele pode fazer quando está com raiva? É chorar, então chora. É melhor chorar do que quebrar as coisas, possibilitar outros recursos para ele por a raiva dele para fora, porque eu acredito que ele sentiu muito. Porque você (Maria) falou, ficou para ele no tempo de licença maternidade, era o sonho dele, alguém só para ele, aí de repente ... ele deve ter sentido, mas na realidade toda criança vive isso hoje, creio que deve ser explicado para ele.

João: Tem que ir trabalhando o jeito dele. Quando fala não, não vai fazer.

Cristiane: Você pode falar: vamos fazer outra coisa?

João: É! Vamos fazer outra coisa?

Cristiane: Boa estratégia.

João: É, porque se eu falar não. Ele já chora.

Cristiane: É outro jeito de dizer não.

Maria: É!

João: A gente muda o não e olha outra coisa ...

Cristiane: Já desvia a atenção.

João: Você não entra na paranóia do não dele.

Cristiane: Mas acho que eu já me apeguei tanto no “não” que é automático.

Maria: Não! Aí já buá

Cristiane: A gente vai no “não” porque é mais fácil.

Maria: É lógico que ele vai fazer uma coisa assim na televisão e você vê que a televisão vai cair, aí você fala não!! Aí ele recua.

Cristiane: Acho que ele já teve muitos “nãos”. Muitas coisas que ele já perdeu, então deve dar um medo muito grande de perder. Ele ganhou outras, mas tem as perdas que talvez ele ainda vai elaborando aos poucos.

João: Outro dia na natação ... eu falei se chorar ...

Cristiane: Mas você cumpre?

João: Aí ele fica, hoje eu não chorei né pai? Aí tem a compensação.

Maria: É que nem na sexta-feira, ele estava na APAE, subia na mesa, eu falei você vai entrar para fazer atividade, fazer tudo direitinho tudo bem? Ele falou: Tá bom. Aí quando saiu ele: ta vendo mãe, hoje eu me comportei, vamos ao shopping, por favor? Eu me comportei. Eu tinha falado que ia levar ele no shopping se ele se comportasse, né? Então eu falei nós vamos no shopping porque você merece, então nós fomos. Aí chegou no parquinho não queria ir embora, se jogou, me mordeu. Eu falei que não mais iria levá-lo enquanto ele estivesse assim, mas eu estava pensando vou mudar de estratégia. Eu vou levar ele sim e vou falar você tem três brinquedos.

Cristiane: Combinar antes?

Maria: É combinar. Você tem brinquedos para brincar e ir embora. Se você aceitar vim embora numa boa a próxima vez você vai brincar com cinco brinquedos e vou aumentar até ele saber. Porque tem horas que a gente precisa ir no shopping.

Cristiane: Combinar antes e falar para ele que se no terceiro brinquedo tiver confusão na próxima vez só vai em um, vai demorar para a gente ir ... Porque ele tem que começar a entender.

Maria: Porque eu tenho que sair com ele para ele aprender.

Cristiane: É não adianta ficar em casa, porque ele precisa aprender a conviver se não não aprende a ser relacionar.

Maria: Eu pensei, ele tem que aprender. Igual assim restaurante, a gente vai, ele se comporta.

João: Senta, come. Não tem problema.

Cristiane: Quando vocês decidiram pela adoção. O João que levantou a ideia de adoção, precisou de algum convencimento seu Maria ou não ou você aceitou logo?

Maria: Não. Aceitei logo.

Cristiane: Depois de quanto tempo do apadrinhamento que surgiu o desejo da adoção?

Maria: A, foi logo.

Cristiane: Então demorou mais tempo de resolver tudo sobre a adoção do que o tempo de vocês optarem pela adoção?

Cristiane: E o que você acha que foi mais significativo para deixarem de ser padrinhos e ser tornarem pai e mãe?

João: Para mim o carinho, a escolha dele, me chamar de pai, mexeu comigo.

Cristiane: Foi uma tática dele, ele não sabe o efeito que deu, não é?

Maria: E o fato dele vir para cá a gente percebia, eu percebia quando a gente ia lá, que no acolhimento não cabia mais o Júnior. Ele não estava mais lá, ele estava aqui já, entendeu? E a gente também, embora ele estava lá, meu pensamento era o tempo todo nele, quando a gente saia e depois levava quando chegava, cadê ele? Então eu comecei a perceber a necessidade de estar perto dele. Mudou tudo, eu tinha a necessidade dele estar aqui.

Cristiane: Acho que vocês já responderam isso, mas vou perguntar mais uma vez. De padrinhos para pai e mãe o que mudou?

Maria: Quando a gente apadrinhou foi amadurecendo para pai e mãe, teve a necessidade dele também. Foi uma coisa que veio ao longo do apadrinhamento.

Cristiane: Como vocês contariam para outros casais que pensam em apadrinhar a experiência do apadrinhamento que vocês viveram? Indicariam?

Maria: Eu indico com certeza, mesmo que não tenha a intenção de adotar. Acho que quando você está próximo da criança ela preenche em todos os aspectos.

João: Indico, mas não chegando com o intuito de adoção, porque se você chegar com o intuito de adoção, qualquer criança que chegar perto de você vai querer, mas eu quero apadrinhar, de uma forma vou analisar, de um olhar num contexto geral.

Cristiane: Por que vocês nem pensavam em adotar, né?

João: Exato, vou apadrinhar. Você deixar crescer espontaneamente, naturalmente. Você e as crianças, porque se você vai com olhos de adoção, realmente você vai querer o mais bonitinho, o perfeitinho. Você sabe que na instituição não vai ter o cem por cento, mas você vai procurar o melhor possível, você já está com aquela intenção de adotar, vou pegar para mim. Mas quando você vai apadrinhar você não escolhe, você não escolhe se tem problema, dificuldade, você está apadrinhando, estou ajudando aí aquele vínculo nasce, surge, aí você fala vou pegar esse para mim, pega, com problema ou feinho, com Síndrome de Down, moreninho, gordinho, você não escolhe. Agora se você vai escolher, você vai querer o melhor. Vou chegar com a intenção vou adotar.

Maria: Até porque você já vai com aquele, aquela criança já moldada, porque quando você vai fazer o cadastro você coloca cor, cabelo, se tem problema, cor de pele é como se você tivesse comprando uma mercadoria. Então quando o Fórum te chama para ver aquela criança que está no perfil que você preencheu, você já vai lá como se ele fosse uma mercadoria. Olha foi esse mesmo que eu escolhi. No apadrinhamento não, é coisa mais de sentimento mesmo, desse sentimento da criança com você. Eu acho que seria um período

assim gestacional, que vai crescendo, você vai criando aquela expectativa, dá ansiedade e ter aquela criança com você.

Cristiane: Gostei, o apadrinhamento é um período gestacional.

João: Você acaba não focando para uma criança , você olhando todas no geral, você acaba escolhendo, ela (criança) te escolhe ou você escolhe sem olhar esse ou quero aquele. Se você chegar na instituição eu quero um, sempre vai olhar o mais bonitinho.

Maria: Às vezes o que acontece, às vezes o casal quer adotar uma criança que encaixa no perfil dos dois. Se o casal é branquinho eles vão querer uma criança clarinha.

Cristiane: Um ideal de filho?

Maria: Isso. Se for um casal negro, eles vão querer um filho que encaixe no perfil deles. Então eu acho que esse período de apadrinhamento quebra um pouco essa barreira. Não tem como escolher cor, idade.

Cristiane: O que vocês diriam do caminho que vocês percorreram do apadrinhar até o adotar. Vocês teriam mais alguma coisa?

Maria: Eu acho que foi o melhor caminho, foi amadurecendo, foi criando vínculo e durante esse período a gente viu que era realmente isso que a gente queria. Tanto que após o apadrinhamento que a gente recebeu a guarda provisória, não precisaria nem dá provisória porque esse período de apadrinhamento já definiu que era isso mesmo que a gente queria. Já foi a adaptação gradativa.

João: Eu acho que do apadrinhamento até a adoção, quando vem direto a adoção tem um choque das duas partes. A criança tem aquele choque. Cheguei numa casa onde eu não conheço ninguém. É tudo novo para mim

Maria: No apadrinhamento não.

João: A família também vai estar receptiva a criança, mas a criança não fica quietinha, não senta para assistir a televisão, jornal e aí você fala não é isso que eu queria se for uma criança já maiorzinha. No apadrinhamento já tem uma adaptação.

Maria: Novela nunca mais.

João: Porque se pessoa não tem noção. Idealiza aquela criança perfeita. Levanta, janta, deita, dorme. Idealiza uma criança. Quando você pega uma criança, com quatro anos, cinco anos é outra experiência, ela já corre, ela já fala, ela já grita e aí você já vai falar e agora? Não é isso que eu queria. Você no apadrinhamento já vai sabendo de forma gradual, uma adaptação, você e a criança. Quando chega para ela é normal porque já te conhece e você já conhece a criança.

Cristiane: Mais alguma coisa que vocês queiram colocar?

João: Eu não!

Cristiane: Então agradeço e se eu tiver mais perguntas eu ligo.

Rosa: Se tiver mais um casal que quiser um depoimento eu chamo vocês.

Cristiane: A gente fez todo um programa de apadrinhamento afetivo, com entrevistas, questionários e montamos uma capacitação, entre elas tem o depoimento dos veteranos, as pessoas que já apadrinharam, como foi a experiência que viveram. Quais foram as dificuldades, porque ajuda quem está começando com a experiência de quem já viveu.

João: É ótimo!!

Maria: Igual nos que tivemos além de apadrinhar o Júnior, nos tivemos também contato com outras crianças, elas vieram aqui é aquilo que eu falei a criança escolhe você e você escolhe a criança é como se fosse afunilando. Eu acho que é muito importante.

Júnior: Toma para você.

(Júnior entrega um vaso de violeta para a entrevistadora)

Cristiane: Mas é da sua mãe.

Maria: Pode ficar. Ele dá para cada uma ...

(Risadas)

Cristiane: Obrigada.

Maria: Ontem o tio da perua chegou, ele falou: Uma flor para minha professora e levou. Passou a mão numa flor e disse: para a tia da perua.

Cristiane: Adorei! Obrigada! Vou levar para o meu consultório.

Maria: Flor pode distribuir. Não pode distribuir, palavra feia.

Cristiane: Então você quer continuar morando aqui?

Júnior: É!

Júnior: Eu quero a minha mãe.

Cristiane: O Júnior vai mudar de escola?

João: Vai! Ele já foi fazer dois dias de estágio na outra escola.

Cristiane: Vocês gostaram da escola?

Maria: Eu gostei do espaço e a quantidade de alunos que eles trabalham.

Cristiane: Isso é o ideal, com poucos alunos. Assim tem uma atenção mais individualizada.

Maria: Já é uma escola, onde os profissionais são mais preparados.

João: Lá também tem crianças autistas.

Cristiane: É uma escola mais preparada que trabalha com inclusão.

João: A APAE deu um CID.

Cristiane: Mudou?

Maria: É 0.79.

Cristiane: Era F83.

Maria: É, eu vou pegar o relatório.

João: Vem cá, o Bolinha está trabalhando. Ele pega a ferramenta e fala: Eu sou o pedreiro.

(Tinha um pedreiro trabalhando na sala e Júnior se dirige a sala)

(Maria trás o relatório da APAE e apresenta para a entrevistadora)

Cristiane: Ah, ele fez uma avaliação intelectual. Quando o Júnior estava conosco, alegaram que ele não podia ainda fazer uma avaliação intelectual. Poderia ser feita apenas quando ele estivesse em idade escolar. Eles fizeram uma avaliação intelectual com testes. Consta Cid 10 F:79 – Deficiência Intelectual não especificada e Cid 10 F:80 – Transtorno de Linguagem e fala.

(Júnior mostra um certificado da natação a entrevistadora lê).

Cristiane: Você já sabe nadar?

(Júnior afirma com a cabeça)

Cristiane: Que chique! Legal. Parabéns Júnior.

João: Está aprendendo.

Júnior não se concentra na entrevista e dispersa durante as perguntas e a entrevistadora acaba focando nos pais que estavam presentes.

ENTREVISTAS

História 2

Entrevistada: Mara

Entrevistadora: Cristiane

Participação especial: Vó

Cristiane: Então tem a sua mamãe. Quantos anos tem a sua mãe?

Mara: 83.

Cristiane: Seu pai é falecido, né?

Mara: Isso.

Cristiane: Quanto tempo eles ficaram casados?

Mara: Acho ... Quanto tempo a mamãe ficou casada com o papai quando ele morreu? 27?

Vó: Eu fiz as bodas de prata, depois ele logo morreu.

Mara: 27.

Cristiane: Eles viveram juntos até ele falecer? Ela ficou viúva?

Mara: Isso.

Cristiane: Quantos anos você tinha quando ele morreu?

Mara: 10.

Cristiane: E ele tinha quantos anos?

Mara: 52.

Cristiane: Morreu jovem. Ele morreu de que?

Mara: Câncer. Linfoma de Hodgkin.

Cristiane: Você tem quantos irmãos. 4, 5 comigo. Quem é o mais velho? Quantos anos?

Mara: João Paulo 60, Joana, deixa eu fazer as contas, 59, depois Carlos, 50, Virgínia, 48 e depois eu 45.

Cristiane: O mais velho é casado?

Mara: É.

Cristiane: Tem filhos?

Mara: Tem três. Os únicos de sangue. A Juliana é a mais velha.

Cristiane: Quantos anos?

Mara: 34. Depois vem o Rafael 31 e a Bruna, 27.

Cristiane: Aí depois a Joana que não tem filho, mas ela é casada. Faz tempo que ela é casada?

Mara: 28 anos.

Cristiane: E o mais velho?

Mara: 35. Depois vem seu irmão. Meu irmão separou e depois casou de novo e está casado faz dois anos. Da primeira ele não teve filho, da segunda eles adotaram uma menininha.

Cristiane: Quanto tempo ela tem?

Mara: 1 ano e meio.

Cristiane: É parente dela?

Mara: Não.

Cristiane: A ... entendi ela falar que era de algum parente. Depois vem a Virgínia. Ela é casada e faz tempo?

Mara: Acho que uns seis anos.

Cristiane: Ela também não tem filhos, né?

Mara: Não.

Cristiane: Ela não quis ter?

Mara: Não, ela já casou com bastante idade. Ela está com 48, ela casou com 42.

Cristiane: Mas ainda dava tempo.

Mara: Eles falavam que depois dos 40 era melhor não.

Cristiane: A Joana também não quis. A Joana não quis mesmo?

Mara: Não. O Celso também não quis no primeiro casamento e depois ele adotou.

Cristiane: Ele ficou quanto tempo no primeiro casamento?

Mara: 15 anos.

Cristiane: E você optou pela adoção?

(Expressões faciais)

Cristiane: Com quantos anos elas estão?

Mara: 14, 14 e 11.

Cristiane: Acho que é só isso para que eu tenha um panorama.

Na realidade eu não optei pela adoção, você conhece a história.

Cristiane: A sim, vai aparecer no decorrer da entrevista. E aí tem os onze (cachorros).

Mara: 12. Tem um no sítio.

Cristiane: Que também fazem parte da família. Aí ficam 5 aqui, e seis lá (casa da Mara que fica em frente a casa da vó, mas elas todas moram na casa da vó,

eventualmente Mara dorme em sua casa) e um no sítio. Então os cinco tem mais convivência com as meninas?

Mara: Isso.

Cristiane: Ah, eu não te mostrei o termo de consentimento.

Mara: Não, não, pode ir em frente.

Cristiane: Como surgiu o interesse pelo apadrinhamento afetivo?

Mara: Então na verdade não surgiu. É para ser sincera? Na verdade a Elaine que trabalhava comigo adotou o Téo, que era lá do abrigo, aí um dia ela falou para mim. Estão com três crianças pequenas lá no abrigo e eles tem muita dificuldade, então vou lá levar leite Ninho para as crianças para as três crianças pequenas. Você não quer ir lá com a gente? Para gente levar leite para as crianças, você conhecer o abrigo. Então ta. Fui lá no Extra comprei uma dúzia de leite Ninho e aí ela passou aqui me pegou e eu fui lá conhecer o abrigo. Quando cheguei lá vi a Rafaela sentada! Com uma cara de triste. Aí me lembro, acho que era a Rute a mãe social, o que é que aquela menina tem? A, a gente não pode estar passando informação assim. Mas ela é assim mesmo, muito triste, porque ela é muito sozinha e tal. Aí passou. Aí fui lá levei os leites voltei. Aí a Elaine falou, vamos marcar semana que vem de voltar. Aí eu falei aquela menina não me sai da cabeça. Aí ela me falou, vamos voltar lá semana que vem, porque eu preciso falar com a Rosa. Que como era dia de visita o dia que a gente foi, a Rosa estava lá, mas não tinha como dar atenção. Aí eu voltei lá e falei com a Rosa. Eu falei Rosa eu vim conhecer o abrigo e tal e eu fiquei assim, aquela menina não me sai da cabeça. Aí ela falou para mim, as crianças daqui têm vários problemas. Tem criança de todo tipo, mas e ela falou que as crianças aqui tem final de semana, que a gente tem um sítio que a gente vai, mas é mais no final do ano, mas nos finais de semana não tem muita coisa para elas fazerem. A gente sempre procura uma atividade. As freiras e tal, mas assim se você quiser apadrinhar eu peço uma autorização para o Juiz, para você pegar ela todo final de semana e pelo menos assim você tira ela todo final de semana aqui do abrigo e leva para sua casa, tem uma coisa a mais para ela fazer. Aí a gente pega uma autorização com o Juiz. O Juiz deixa aí você pode

levar ela todo final de semana para a sua casa. E assim, o que você puder fazer por ela de assim, porque o abrigo não tem muito recurso. A gente vai no CEU no sábado. Aí eu falei eu quero e aí foi. Aí eu entrei com pedido no Juiz e comecei a pegar a Rafaela todo final de semana. Aí no apadrinhamento o que você puder ajudar a criança, se você ajudar nas vestimentas. Ajuda a criança na forma que você puder e você leva para a sua casa fica com ela.

Cristiane: Antes da mãe do Téo falar com você, você já conhecia a realidade de acolhimento?

Mara: Nunca tinha posto o pé.

Cristiane: Foi então a partir da mãe do Téo que você foi lá para entregar os leites, então aconteceu meio que por acaso?

Mara: Isso. Foi por acaso. Aí ela falou vamos conhecer o abrigo. E ela já falava muito da Rafaela .A Rafaela ensina matemática para o Téo. A Rafa, a Rafa e foi uma coisa, coincidência. Eu não acredito em coincidência, mas quando eu cheguei lá eu não sabia que aquela menina era a Rafa e a primeira coisa que eu perguntei para a mãe social, mas aquela menina é muito triste, né? Ela estava com um olhar bem caído, aí eu falei assim que ela me chamou atenção pela tristeza eu aí eu falei o que aquela menina tem ... a ela sofria muito e tal aí quando a Elaine me falou, eu quem é aquela menina? Sabe aquela que ensinava matemática para o Téo.

Cristiane: Então você conhecia um pouco da Rafa antes de vê-la?

Mara: Não!

Cristiane: Não, conhecia assim pelo discurso da mãe do Téo?

Mara: É ela falava do Murilo que era amigo do Téo, falava ai tem várias crianças lá no abrigo. Mas ela falou no dia que eu fui lá no caminho com ela. Que ela me falou tem o Murilo, tem o outro muito amigo do Téo. Tem o Júnior que ele não fala, que ele problema, que é uma graça, ele só quer colo, tem a Rafa que ensinava matemática para o Téo, ela foi falando das crianças.

Cristiane: No caminho mesmo.

Mara: No caminho, na primeira vez que ela me falou no caminho. Aí, ela me falou tem a Rafa que estuda matemática, é isso mesmo que ela me falou, falou do Júnior, do Murilo, falou da Rafa.

Cristiane: Mas você já tinha pensado alguma vez em fazer algum trabalho voluntário?

Mara: Não, não. O que uma vez eu tentei fazer um trabalho voluntário foi na AACD, e no Hospital do Câncer. Só que eles queria que você ficasse, eu estava trabalhando aí eu falei eu quero ajudar as crianças, fui primeiro na AACD, mas eu tinha que disponibilizar três dias da semana e não dava eu trabalhava. Tinha que ser três tardes ou três manhãs para ajudar as crianças e no AC Camargo a mesma coisa. No Hospital do Câncer quando a minha irmã teve câncer e aí eu falei vou fazer um trabalho voluntário, mas eu achei que você podia ir um dia, tipo de sábado para ajudar para fazer alguma coisa, não você tinha que se comprometer a ir duas ou três vezes por semana de manhã e tarde, eu trabalhava e não tinha como, eu cheguei ir atrás disso aí não deu. Na AACD por conta da Simone que foi adotada também e que ela fez tratamento na AACD e eu acompanhei todo o tratamento da AACD aí eu já tinha ido lá para tentar ser voluntária para ajudar, mas eles exigiam muito tempo. Não tinha como, eu não posso parar de trabalhar e no AC Camargo quando a minha irmã teve câncer, a mesma coisa, eu fui lá me informar como fazia para ser voluntária de sábado.

Cristiane: A Joana ou a Sílvia?

Mara: A Joana. E domingo a mesma coisa, você tinha que ter duas ...

Cristiane: A Joana teve câncer?

Mara: Duas vezes de Tireóide e de pele. E aí ai não dá você tem que disponibilizar, não posso. Queria uma coisa de final de semana, um sábado dia inteiro, um domingo dia inteiro. Eu queria ajudar, mas não dá, tem que ser da forma que eles querem, então não tinha como.

Cristiane: O que te atraiu no chamado da Elaine, alguma coisa em especial?

Mara: Não a Elaine me convidou para conhecer o abrigo e ela falou vamos lá conhecer o abrigo onde eu adotei o Téo. Vamos? Ela falou tem muita criança pequena lá. Eles precisam de leite e eu sempre ajudo. Agora que eu adotei o Téo, então assim se você quiser levar uma caixa de leite, levei uma caixa nem sei quantas latas de leite tinham. Fui no Extra comprei, comprei bolacha, porque disseram que também tinha criança grande e fui lá levar.

Cristiane: E como você resolveu tornar-se madrinha afetiva?

Mara: Então! A tristeza da Rafa!

Cristiane: Foi o que mais te capturou?

Mara: Foi, porque eu nunca falei assim, vou num abrigo para adotar, para ser mãe, porque ai sou frustrada porque eu não sou mãe, porque não casei, porque sou solteira, não nada disso. Se eu falar isso para você é hipocrisia. Não pensava em ser mãe, não pensava em casar, não pensava em ter filhos, isso não, lógico que quando eu falei isso para você e para a Rosa e não no Fórum se não ia conseguir adotar as crianças e então eu fui lá e ela falou você pode apadrinhar a Rafa e levar nos finais de semana para a sua casa e nas férias você pode levar também e assim foi e eu falei eu quero. Se eu puder fazer alguma coisa por ela e entrei com o pedido. Cheguei aqui em casa e falei para minha mãe. Eu falei mãe eu vou pegar uma menina do abrigo, ela falou tudo bem, mas porquê, eu falei ah, porque ela tá lá, ela é muito triste, eu fiquei muito chocada. A tristeza dela me impressionou demais. Aí eu falei eu acho que eu posso fazer alguma coisa melhor tirar ela do abrigo, nem sempre eles têm atividade no abrigo. Eu acho que eles fazem o melhor que eles podem, mas nem sempre dá para fazer tudo e trazendo ela para cá a gente pode ir no shopping, pode estudar, sei lá, ir em festa, a gente pode fazer comida, um monte de coisa que ela não pode fazer no abrigo. Fica lá e não tem o que fazer.

Cristiane: E a Priscila e a Laura como surgiu?

(Expressões)

Mara: Então, acho que foi em outubro, comecei a trazer a Rafa, em dezembro e janeiro ela já passou férias comigo e em Março era aniversário dela aí falei vou fazer um bolo, acho que caía numa terça-feira o primeiro aniversário dela e aí eu falei vou fazer um bolo para você no sábado, você quer convidar alguém do abrigo? E toda vez que ia pegar a Rafa, a Priscila me chamava muito a atenção. O sorriso dela me chamava muito a atenção que ela ria à toa. Aí eu falava para a Joana quando chegava em casa. A Priscila é uma graça. Precisa ver o sorriso dela, ela sorri de uma orelha até a outra. Aí dava uma dó que elas estavam no abrigo. Aí eu falei vou fazer um bolo para a Rafa, o aniversário dela de acho que 11 anos. O primeiro aniversário dela acho que 11 anos. Eu falei Rafa você quer convidar alguém do abrigo. A, tia eu quero, quero convidar a Pri e Laura. Aí fui lá liguei para a Rosa e falei Rosa a gente pode levar as meninas para a casa? A pode a gente tem autonomia aqui enquanto abrigo para liberar, mas não com frequência porque tem que pedir autorização para o Juiz. Então a gente autoriza fala com a freira, que na época era a Ir. Neusa. Neusa? Que foi para o Rio?

Cristiane: Neusa. Agora ela está na Itália.

Mara: Aí ela falou final de semana a gente tem autonomia para liberar. Eu falei que ia fazer um bolo para a Rafa com brigadeiro e queria levar as meninas. Trouxe as três, fizemos o bolo, domingo fui levar as três de volta. Domingo fui pegar a Rafa aí a Pri virou e falou assim: você não vai levar a gente para a sua casa?

Cristiane: Com a espontaneidade dela, né?

Mara: Aí então, não vou levar, eu falei para ela. Precisa de uma autorização do Juiz. Não é assim. Ela falou: Por que você não pega?! A gente quer ir para a sua casa. Eu falei vou ver. Aí cheguei aqui, falei, que mal tem, vou levar as três para a minha casa. Mas nesse meio tempo eu já falei vou ficar com a Rafa, eu vou tentar ficar com a Rafa.

Cristiane: Quanto tempo demorou desse apadrinhamento da Rafa e surgir esse interesse pela adoção?

Mara: A ... quatro meses, três quatro meses. Eu conheci ela em outubro, em fevereiro já entrei com advogado. Eu lembro que foi em fevereiro, porque foi no dia do meu aniversário que ele veio aqui. Eu falei vou adotar a Rafa, eu vou tentar adotar a Rafa e como já sou, como já tenho apadrinhamento, como ela é uma criança grande, acho que ninguém quer uma criança grande, acho que eu não vou ter dificuldade de adotá-la e aí já falei com o marido da minha sobrinha, que ele é advogada, eu falei vou entrar com pedido de adoção da Rafa. Aí ele falou vê lá como é. Eu fui e tinha que fazer um curso. Lembro que o curso estava marcado para abril. Eu entrei em fevereiro aí o curso era só em abril, que tinha que fazer o curso para entrar no cadastro nacional de adoção. Aí esperei até abril, fiz o curso. Não preciso comentar nada do curso, né? Aí fiz o curso e aí a Rafa fez aniversário no dia 26 de março e quando foi em abril que fiz o curso e tal e aí eu falei para a Rosa vou apadrinhar as duas, aí vou levar para a minha casa, pelo menos as duas fazem alguma coisa, melhor do que ficar aqui. Em casa a gente vai para o sítio, vai para a praia, vai para o shopping, pelo menos elas se divertem. Ela falou: então tá, vou pedir uma autorização para o Juiz. A partir de abril eu comecei a pegar as três. As duas eu não tinha intenção de adotar. A Rafa eu tinha. Só que aí você vai convivendo, aí você cria vínculo afetivo e não tem como. Aí quando eu falei pra a Rosa, eu me lembro com o se fosse hoje, eu vou, já entrei com o pedido da Rafa já fiz o curso, eu vou entrar com o pedido das outras duas. Ela falou não faça isso. Eu falei por quê? Ela falou porque elas já foram para adoção internacional. Aí eu falei i?? Ela falou assim não mexe nisso. Quando vai para adoção internacional é outra instância.

Cristiane: Isso você começou a trazê-las em abril ...

Mara: Março.

Cristiane: E quando você decidiu adotá-las?

Mara: Foi lá para outubro por aí. E aí ela falou não mexe nisso. Eu falei porque? Ela falou porque quando vai para adoção internacional é porque ninguém aqui mais quer. E não mexe nisso isso é coisa difícil lá no Fórum. Eu fiquei meio indignada. Fiquei quieta, vim conversei com as minhas irmãs. Minhas irmãs falara, mas se você quer porque vai para uma adoção

internacional? Ai eu falei, porque eu quis, mas quando eu quis elas já tinham passado pelo processo aqui e ninguém quis, e não é para mexer e eu fiquei meio indignada. Aí um dia eu virei para a Rosa e disse : ó Rosa ... ela disse: não porque você vai complicar a vida das meninas, não sei o quê, porque já foi para adoção internacional, não mexe nisso. Eu fiquei meio indignada. Um dia eu liguei para ela e falei Rosa, eu não sei para quem vai sobrar, mas eu liguei para o advogado e vou pedir a guarda das outras duas. Eu falei independente delas terem ido para a adoção internacional, elas não foram adotadas. Ela falou: mas é tem uma família interessada. Tem uma família interessada, mas não estão aqui e elas já estão comigo, eu tenho o apadrinhamento, eu tenho vínculo. A família não conhece elas. Eu acho que eu, se for na frente do Juiz, ele vai me dar razão. Conversei um longo tempo com ela, me lembro que foi até um domingo à noite. Eu falei eu já apadrinho as meninas e eu acho que eles vão, se o Juiz tiver bom senso ele vai querer a mim do que uma família internacional que nem conhece as meninas e comigo elas já estão há quase seis meses as duas. Se vai para uma adoção internacional é outra língua. A Rosa falou acho que você tem razão. Ela falou quer saber, manda vê. O que você precisar da minha ajuda, eu te ajudo e tal, vai em frente então. Aí entrei com o pedido de guarda das três. A Rafa já tinha entrado. Entrei com o pedido de guarda das outras duas.

Cristiane: E mesmo assim da Rafa demorou também.

Mara: O da Rafa foi o último a sair. Na verdade a adoção dela saiu primeiro que a das meninas, mas eu entrei muito tempo antes. Muito tempo antes. Mas é que ela não tinha sido destituída do pátrio poder (Poder Familiar) as outras duas já tinham, então o delas já estava mais encaminhado. A Priscila e a Laura já tinham sido destituídas. E a Rafa a mãe não ia nas audiências.

Cristiane: Acho que foi até a revelia.

Mara: Isso. Então ela não ia nas audiência e da Rafa ficou por causa disso. E, eu não sei se falei para você, eu discuti lá com a mulher do Fórum. Sônia.

Cristiane: Sim, eu soube.

Mara: Quebrei o pau aí ela me deixou seis meses de molho.

Cristiane: Você foi tirar umas dúvidas, não foi?

Mara: Eu fui tirar umas dúvidas, e assim, perguntar algumas coisas para elas de como funcionava. Daí eu falei para elas e acho que isso que pegou. Porque ela que dava o curso também de ...

Cristiane: De adoção.

Mara: É. Eu falei o curso não diz nada. Desculpa. Vocês mostram dados estatísticos alarmantes, que não tem ninguém no cadastro nacional que quer adotar alguém maior que 07 anos. Vocês falam que 85% das pessoas que estão no cadastro querem adotar uma criança de 0 a 3 anos, desses 85% querem uma menina até três anos. Então assim ... 85%, os outros 10% querem uma criança de 4 a 5 anos e 5% querem uma criança de 6 anos. Então assim, hoje, ninguém quer uma criança maior que 07 anos e porque eu estou tendo tanta dificuldade? Ela falou que eles não tinham psicólogo e que eles não tinham assistente social, que eles tinham que fazer a visita. Eu falei, porque não contratam mais gente? Eu falei porque é um absurdo eu querer adotar uma menina ...

Cristiane: Alguém do Fórum veio fazer visita aqui?

Mara: Não. Ninguém nunca.

Cristiane: Creio que eles ficaram apenas com as informações do acolhimento mesmo.

Mara: Eu falei para elas, por que não contrata gente? E aí eu fui meio agressiva. Eu falei você tem filho? Eu falei porque você tiver filho, ele deve estar numa escola particular, está no bem bom, tem carinho de todo mundo, ele não tá no abrigo, né? Ele não está num abrigo, que ele fica com um monte de crianças, e que todos os sábados você tem que buscar a criança trazer para sua casa, porque ela convive com sua família, domingo depois do almoço você tem que levar. A criança fica triste, eu fico triste, porque eu deixo ela no abrigo, ela tem que ficar a semana inteira, ela gosta de mim, eu já gosto dela, você não faz questão.

Cristiane: E já tinha um desejo de estar junto dos dois lados, porque quando já está claro que vai ser só o apadrinhamento, mas no caso de vocês ...

Mara: É eu já tinha entrado com advogado.

Cristiane: Então tinha o desejo da adoção e elas também queriam.

Mara: Mas para você, você tem sua casa, sua família, você não está se importando com a criança. Eu falei um monte, aí ela me deixou na geladeira seis meses. Mas eu falei o que queria e não queria. Eu falei com o advogado. Ele falou que eu deveria ter ficado de boca fechada.

Cristiane: Na hora da emoção, não é?

Mara: Eu falei para ela. Você não é a criança que todo domingo eu tenho que deixar lá de volta. Eu fico chorando, ela fica chorando porque ela fica lá sozinha.

Cristiane: E como estava sua cabeça naquela época e o coração, quando você chegou no acolhimento não conhecia nada daquela realidade o que se passou na cabeça?

Mara: É muito triste, muito triste. E eu vou te falar uma coisa. Eu dei graças a Deus quando saiu a guarda provisória porque eu não tinha mais que ir para lá, e depois que eu peguei elas eu nunca mais voltei, entendeu, porque é muito triste.

Cristiane: O que te tocou mais?

Mara: As crianças. Você saber que grande parte ali não vai ser adotada. Você não sabe o que vai acontecer com eles. Eles estão lá, e talvez eles não vão ter a sorte que elas tiveram de ter uma família. É muito triste.

Cristiane: Então o que te mobiliza é essa questão de compreender que muitos ali não vão conseguir uma família.

Mara: Eu gostava de ir lá, na verdade eu não gostava. Eu gostava porque eu ia pegar as meninas. Então eu ficava feliz porque eu ia pegar as meninas. Domingo quando eu devolvia eu ficava em depressão, eu não demonstrava.

Elas ficavam no carro chorando eu falava não, semana que vem estou aí. Voltava chorando porque você sente falta, mas é muito triste (Chora e se emociona nesse relato). Eu gostaria de voltar lá e ajudar, mas é muito triste. A gente fica pensando poxa aqueles três irmãos o Pedro, não sai da minha cabeça. Eles têm deficiência na fala, eles são negros, são em três, quem vai adotá-los? E me dá muita dó. Eu gostaria de poder adotar todos. Mas não dá. Eu ficava muito mal, toda a vez que ia lá. Infelizmente não tem como ficar com todos.

Cristiane: Eu acho que você vê muito pelo lado daqueles que não vão ter a mesma oportunidade. Acho que isso que te toca muito. Não tem como ficar com todos, não é?

Mara: Mas eu acho que foi um alívio, quando saiu a guarda, eu não tenho mais que ir lá.

Cristiane: Quando você apadrinhou, de imediato você criou alguma expectativa?

Mara: Não. Na verdade assim a Rosa falou para mim, você apadrinha e você leva para a casa. Ela falou muito de apadrinhamento, só que acabou em adoção. Mas eu falei, eu gostei muito dela. Num primeiro momento eu falei para a Rosa, quando eu a vi pela primeira vez eu queria ficar com essa menina. Ela falou você pode fazer o apadrinhamento. O apadrinhamento na verdade a gente faz para tirar a criança daqui, mas se você tem intenção de ficar com ela, você cria um vínculo e tudo é uma forma mais fácil de dizer que ela já está convivendo com você e que você vai, você chega no Juiz e fala é uma criança que ela tinha mais de 07 anos, que tem a madrinha já que cuida dela que tem uma afinidade, então assim, porque não dá preferência para ela? A Rosa falou, é uma forma do apadrinhamento de você conseguir uma adoção, entrar pela adoção. Você faz todo o processo normal, mas você já entra, tanto é que é verdade, eu cheguei no Fórum, eu falei no Fórum, você quer uma criança branca, negra ... não, mas como eu preencho isso daqui, porque eu quero a menina que eu já apadrinhei. Então a senhora coloca aqui embaixo, já apadrinho uma menina, o nome dela, há quanto tempo, então eu não preenchi todos aqueles é branca, negra, quantos anos, tem doença ... Foi na verdade eu

apadrinhei e quero adotar a menina que eu apadrinhei. Eles me explicaram lá como fazer.

Cristiane: Você sentiu alguma resistência nessa hora que você falou que era apadrinhamento?

Mara: Não.

Cristiane: Como foi para a família você apadrinhar as meninas? Seus irmãos, sua mãe?

Mara: Nenhum problema. Na verdade cheguei primeiro com a Rafa.

Cristiane: Foi gradual.

Mara: Depois eu trouxe as duas e todo mundo gostou das três. Não tem como não gostar. A Rafa era muito quieta no começo, muita tímida. Quando foi no primeiro natal aqui, Rafa abraça o Papai Noel e aí ... agora não, né. Então não foi nada assim não. Falei mãe vou pegar uma menina vou apadrinhar para trazer aqui e tirar do abrigo e aí em seguida eu falei mãe vou adotar ela. Vou tentar entrar com o pedido de adoção por via do apadrinhamento que eu acho que vou conseguir que eu acho que eu posso dar uma vida melhor para ela. Depois vieram as outras duas e minha irmã falou assim ...

Cristiane: A Joana?

Mara: É a Joana falou assim ... é já tudo correndo com a Rafa, contei a história que elas já tinham ido para adoção internacional. Aí a Joana falou não é justo. Eu vou entrar com o pedido de adoção delas. Falei Joana ...

Cristiane: A Joana também participou muito com você? De certa forma ela também tem uma responsabilidade e apego com as meninas?

Mara: Tem. É porque ela falou é vou adotar a Pri e a Laura. Eu falei Joana se você for entrar com o processo agora elas vão estar na Itália, França em algum lugar bem longe daqui. Vai demorar muito, é muito burocrático. Eu falei assim, vou fazer o seguinte eu adoto, já estou com tudo pronto, já estou com advogado, cadastro, aí eu entro com adoção e adoto, não tem problema. A única coisa eu não tenho como sustentar as três sozinha, então se vocês me

ajudarem financeiramente, né? Porque meu negócio era a Rafa. Falei agora eu adoto, fica as três no meu nome, como aqui na minha casa é tudo comunitário, tudo em família, tudo todo mundo faz, se vocês me ajudarem financeiramente eu adoto. Eu não posso adotar três agora sozinha.

Cristiane: Você não tinha pedido para adotar as três?

Mara: Era só a Rafa.

Cristiane: Aí depois que você soube da adoção internacional.

Mara: Eu falei, elas vão para uma adoção internacional. Aí a Joana falou não, pelo amor de Deus, vamos adotar as três.

Cristiane: Então você não tinha entrado ainda com pedido de adoção para a Pri e a Laura?

Mara: Não, porque estava naquela fase que a Rosa tinha dito para não mexer nisso, que elas já tinham ido para adoção internacional. Aí a Joana ficou indignada, eu fiquei indignada, mas como não pode mexer nisso? Eu falei não tenho como sustentar as três com meu salário, aí a Joana falou isso não é problema, acho que eu vou entrar com o pedido de adoção e eu pego as duas. Eu falei se você for fazer isso esquece, não vai dar tempo. Eu falei e então eu ponho as três no meu nome, eu adoto as três e lógico eu queria elas também.

Cristiane: É que oficialmente você que já estava apadrinhando.

Mara: Só que assim financeiramente eu não tinha como sustentar as três, então a Joana falou que isso não era problema financeiramente. Então eu entrei com advogado e tudo, já apadrinho elas e quero a guarda delas.

Cristiane: Quais as vantagens que você encontrou no apadrinhamento?

Mara: Não sei se pode chamar de vantagem. Na verdade quando você fala assim eu adotei três meninas, todo mundo fala assim: Nossa! Mas você é uma pessoa de ouro vai para o céu. Aí eu falo gente não é assim sabe. Primeiro que não sou eu, minha família, se não fosse minha família, primeiro que eu trabalho o dia inteiro, elas ficam o dia inteiro com a minha mãe, então se você não tiver uma estrutura familiar você não é nada. Segundo que é muito fácil para todo

mundo falar assim que bem que você está fazendo para essas meninas. Eu estou fazendo um bem enorme para elas, mas elas também estão fazendo para nós. Então eu acho assim não sou só eu que estou fazendo bem para elas. Elas gostam de animais, então o animal fica doente ela sofre que nem você, elas sofrem como a gente, elas cuidam como a gente cuida. Então assim elas gostam muito da minha mãe, fazem companhia para a minha mãe, fazem companhia para mim. Então às vezes a gente fica tarde da noite conversando e assim, é uma coisa assim você está fazendo um bem enorme. Tô fazendo um bem enorme, acho que as tirei de um abrigo, eu adotei, dei uma família, uma vida para elas, que talvez elas não teriam lá, mas elas também fazem um bem enorme para a gente. Não é uma via de mão única. Elas fazem companhia para a minha mãe, minha mãe ensina, trás revista, vamos estudar. Agora estão fazendo inglês, francês.

Cristiane: As três?

Mara: Não só a Rafa e a Laura. A Joana faz francês e ensina elas e inglês elas tem aula particular. Então é um monte de coisa, mas não acho que é uma coisa que você fala assim é você está fazendo um bem enorme, elas estão fazendo um bem enorme, minha família está fazendo um bem enorme.

Cristiane: Você acha que se não tivesse ocorrido o apadrinhamento na sua vida algum dia você ia pensar em adoção?

Mara: Não. Passou longe, nunca.

Cristiane: Então o apadrinhamento de certa forma te levou a ...

Mara: A adoção, sim. Nunca eu ia chegar lá e quero adotar uma criança! Não.

Cristiane: E concluindo agora foi bom?

Mara: Sim, hoje eu não vivo sem elas (risos). Hoje elas saem para viajar no final de semana já fico doidinha.

Cristiane: E desvantagens teve no apadrinhamento antes de chegar na adoção?

Mara: Não é difícil. A Rosa fazia muitos relatórios de tudo o que acontecia, por exemplo, a Rafa quebrou a perna ela ficou comigo um mês. O que é difícil é que eu acho que o Fórum é meio displicente então uma vez que eu cheguei lá para uma entrevista, eu contei tudo que a Rosa tinha contado, ela não estava sabendo de nada. Eu achei muito pouco caso com o trabalho do apadrinhamento perante o Fórum, porque a Rosa faz mil relatórios.

Cristiane: Não só ela, eu também faço alguns junto com ela, e nós chegamos lá e não chegou aqui ainda.

Mara: Eu ia para uma entrevista, chegava à noite, ligava para a Rosa para contar, alguém comentou com você dos relatórios que eu mandei? Eu dizia não. E quando eu perguntava as coisas ninguém sabia de nada. Acho que tem muito pouco caso do Fórum.

Cristiane: Voltando na família. Mudou muito a rotina da família depois do apadrinhamento?

Mara: Mudou. Mudou bastante. Era bem mais tranquilo. Era diferente. Agora você tem que ... Você tem três, você tem que cuidar, você tem que fazer uma série de coisas, você tem que ... Assim, durante a fase que era assim só o final de semana não mudou muito, o que a gente fazia era sair mais por conta delas, dá uma diversão maior para elas, fazer as coisas para elas, viajar, fazer coisas que não fazia, falava vou fazer por conta delas, por um lado é legal porque você também não, eu ficava muito em casa, então vamos para o sítio, vamos para Ubatuba, vamos fazer isso, vamos aquilo. É legal, e depois que elas vieram muda tudo.

Cristiane: Qual uma imagem que vem na sua cabeça, que você conseguiria expressar o que foi o apadrinhamento para você? O que significou para você?

Mara: Uma felicidade muito grande. Foi muito grande. Como te falei. Não tinha intenção de adotar, não ia adotar nenhuma criança e por conta do apadrinhamento eu adotei três.

Cristiane: E pensando do caminho do apadrinhamento até chegar na adoção que imagem vem?

Mara: Dificuldade. Muita dificuldade naquele Fórum. Eu faria tudo de novo, mas olha você tem que querer muito, porque os obstáculos é um foguete.

Cristiane: Como foi encontrar o afilhado? Uma coisa que você falou da Rafa foi a tristeza que chamou atenção, da Priscila o sorriso, aquela espontaneidade dela, e da Laura?

Mara: A Laura era muito quieta, muito no canto. A Laura sempre teve aquela cara de sofrida sempre. A Rafa era tristeza e a Laura até hoje ela tem aquela cara de sofrida. Acho que ela melhorou muito, mas você olha para a cara dela você vê aquela cara de quem foi muito sofrida na vida.

Cristiane: Você acha que você as escolheu ou foram elas que te escolheram?

Mara: Eu escolhi, não tenho dúvida.

Cristiane: Mesmo com a postura da Pri te cutucando para levar no final de semana?

Mara: Não. Mas eu já comentava já com a minha irmã, tem uma menina lá que tem um sorriso que é a coisa mais linda.

Cristiane: E o que você tem a dizer delas nesse momento?

Mara: Que é muito bom e a gente não vive mais sem elas.

Cristiane: A família toda?

Mara: É, não só eu. Porque você sai um final de semana com elas, aí todo mundo, cadê as meninas? Para onde elas foram, mas por quê?! Eu tenho que pedir autorização para Deus e o mundo para tirar elas aqui de casa.

Cristiane: E o que você acha que determinou o interesse para adoção?

Mara: A convivência, né? Porque o apadrinhamento gera convivência, convivência você gera uma afinidade você não quer mais se separar. Eu acho que é bem por aí, você se acostuma com elas, você começa a conviver, você começa a gostar e te leva para adoção.

Cristiane: Alguma coisa ajudou na decisão de adotar?

Mara: Como assim?

Cristiane: Você falou a convivência.

Mara: Sim.

Cristiane: Sua família te apoio quando você decidiu pela adoção?

Mara: Sim. Da minha família sim, mas os outros você é louca de adotar três?

Cristiane: Grandes, né?

Mara: Isso vai te dar uma dor de cabeça. (falavam)

Cristiane: E dá?

Mara: Até agora não.

Cristiane: Quais as diferenças que você coloca entre adotar e apadrinhar?

Mara: Eu acho que apadrinhar é um negócio que você vai para ajudar a criança, aí você acaba criando um vínculo, uma afinidade que te leva à adoção. E a adoção, você quando apadrinha não quer adotar, eu não queria adotar ninguém. Eu pensava eu posso fazer algo de bom para essas crianças e você acaba trazendo para a sua casa você cria um vínculo afetivo, você não consegue viver sem elas. Você fala vou adotar, mas se eu não tivesse apadrinhado jamais eu tinha ido lá vou adotar. Estava solteira, sem filho, sem nada até agora. Jamais eu ia num lugar para adotar uma criança, porque eu não queria adotar uma criança, eu não queria ser mãe.

Cristiane: Não teve ninguém que precisou ser convencido quando à adoção?

Mara: Não, ninguém.

Cristiane: O que você considera que foi mais significativo de deixar de ser madrinha para se tornar mãe? O que mais te tocou, que você achou que foi diferente?

Mara: Quando você é madrinha, você não tem autonomia nenhuma sobre a criança, você não pode fazer as coisas que você quer. Você depende dos outros, você depende de permissão e quando elas são suas, são suas, você

não depende de mais ninguém para o que você quer fazer. A, eu quero viajar, se eu quisesse viajar eu tinha que pedir permissão. Eu acho que é isso.

Cristiane: Você sente que teve mais autonomia?

Mara: É! E também quando você adota tem uma convivência de dia a dia, não é mais uma convivência de final de semana e melhora você fica mais feliz, você faz as coisas mais completas. É diferente de você passar o final de semana. Você fala assim o final de semana, só posso fazer isso.

Cristiane: E para a sua família como foi você deixar de ser madrinha para ser mãe? Mudaram os papéis de todos, não é? Passaram a ser tios, avó.

Cristiane: Eu acho que assim já na fase do apadrinhamento, como já estava nessa intenção né de adotar, todo mundo já considerava, a gente tinha o pensamento muito positivo de que a gente ia conseguir as meninas, que elas iam ficar com a gente. Todo mundo já corria normalmente como se elas fossem da família. A gente já tratava as coisas como se elas fossem nossas.

Cristiane: Você já sentia que elas eram da família?

Mara: Sim.

Cristiane: E quando elas chegaram como foi? Precisaram adaptações?

Mara: Não. Nenhuma. Já estavam a dois anos vindo aqui.

Cristiane: Mas entre o apadrinhamento e a conclusão da adoção demorou dois anos?

Mara: Com seis meses de geladeira. Exatamente dois anos. Eu conheci ela em agosto e ela veio dois anos depois em agosto.

Cristiane: Você falou que a conheceu em agosto e apadrinhou em outubro, quando surgiu o interesse pela adoção.

Mara: Foi logo. Já estava em dezembro que ela passou as férias comigo, o Natal e em fevereiro eu já entrei com o pedido.

Cristiane: E demorou todo esse tempo?

Mara: Todo esse tempo.

Cristiane: As meninas vieram em março, então a Rafa veio bem antes.

Mara: A Rafa começou em outubro, a Pri e a Laura em abril do ano seguinte. Em 2012 elas vieram morar comigo, foi em 2010.

Cristiane: Você conheceu a Rafa em agosto, esperou as autorizações até outubro, mas logo que a viu já se interessou?

Mara: É, aí ela já veio passou as férias comigo, em março no aniversário dela foi quando eu trouxe as outras duas e em abril eu pedi autorização para as outras duas e aí começaram a vir as três. A Rafa eu conheci ela em agosto de 2010 e agosto de 2012 saiu a guarda provisória e da Pri e da Laura em outubro de 2012.

Cristiane: Você contaria alguma coisa diferente do que você já contou para as pessoas que pensam em apadrinhar?

Mara: O que eu falo para as pessoas hoje é que eu acho que é o caminho mais fácil do que a adoção, que não é adoção, mas é o caminho mais fácil para quem quer realmente adotar. Eu falo para um amigo meu na empresa, que ele não pode ter filho e já fizeram não sei quantas inseminações. Ele fala não passa na minha cabeça adotar. Eu falo para ele vai apadrinhar uma criança, você cria um vínculo com a criança que você não vai mais querer largar da criança e você vai querer adotar essa criança. O apadrinhamento te leva à adoção, quer queira quer não. Eu acho que é um caminho para adoção, visto eu que não tinha nenhuma intenção de adotar. Eu acho que você faz um bem para a criança nesse período que você está apadrinhando, você acaba criando um vínculo e depois você não consegue mais viver sem ela e aí te leva à adoção. Eu penso assim.

Cristiane: Mas o Fórum no geral não tem boa aceitação quando isso acontece.

Mara: Eu conheço uma moça que não pode ter filhos eu falei para ela, vai pelo apadrinhamento. Vai lá pega uma criança e leva final de semana para a sua casa, uma criança que realmente você queira, que chame sua atenção, não é pegar por pegar. Você começa a criar vínculo, não tem como o Juiz falar não,

eu acho, por conta que você já criou vínculo com a criança. Ela gosta de você, você gosta dela. Eu acho que é um caminho, é um atalho para a adoção dentro das formas legais, mas é um atalho.

Cristiane: Dependendo da idade, lógico que um bebê isso não vai acontecer.

Mara: Sim lógico! Ah ... eu acho que até faz, de repente ...

Cristiane: Mas é mais difícil.

Mara: Com crianças especiais, que requerem cuidado, que você está disposto a cuidar daquela criança, que vamos supor vai ser difícil ela ser adotada. Com problemas.

Cristiane: Como o Júnior.

Mara: O Júnior. Eu queria adotar o Júnior. Eu falava se eu não tivesse que trabalhar eu pegava o Júnior.

Cristiane: É porque ele tem uma demanda grande. Alguém que trabalha muito como você. Lá são os dois com horários mais flexíveis.

Mara: Eu falava para a Laura, se eu estivesse aposentada eu adotava o Júnior.

Cristiane: Está uma graça, lindo.

Mara: As meninas mostraram foto dele. Se eu fosse aposentada eu pegava o Júnior. Era uma criança que eu queria. Acho que é uma forma.

Cristiane: É devido à idade e com necessidades especiais fica mais difícil. Então você já estava adaptada quando elas chegaram.

Mara: Já.

Cristiane: E quando elas chegaram a primeira vez no apadrinhamento?

Mara: A, a primeira vez a Rafa se assustou com os cachorros. Ela ficava bem assustada no canto do sofá. Tinha que ficar chamando ela para fazer as coisas. As outras duas idem, se assustaram com os cachorros que pularam logo na entrada, mas depois se acostumaram. Qualquer lugar elas ficam muito quieta no começo, depois descamba.

Cristiane: Normal também, né? Tem que dar uma estudada no ambiente primeiro. Já chegar com tudo também não é bom.

Mara: Não dá né?!

Cristiane: Você acha que mudou muito sua família?

Mara: Mudou bastante minha mãe por exemplo, à tarde ela deitava e dormia, até porque ela levanta cedo, ela faz almoço para a loja. Agora não, né, ela fica fazendo palavra cruzada, mostrando mapa e chamada oral, português. Você chega aqui sete horas da noite e é chamada oral. Recortes do jornal e manda ler e ler tal texto, menina é a tarde inteira com essas meninas.

Cristiane: Elas correspondem?

Mara: Oxe! Elas gostam. Para minha mãe também, um negócio bem movimentado. Eu também, tem que levar na escola, tem que ir buscar, tem jogo, tem olimpíada.

Cristiane: A Joana também vai?

Mara: Vai, quando eu não posso ir ela vai. Normalmente sou eu que vou, quando eu não posso ela vai.

Cristiane: Sua mãe gosta desse movimento?

Mara: Oh! Gosta.

Cristiane: Ela é bem dinâmica.

Mara: É, ela não para quieta. É de boa.

Cristiane: E no apadrinhamento você falou que vem essa imagem de felicidade e da adoção que vem quando você pensa?

Mara: A ... também de felicidade. Acabou tudo aquilo. Acabou sofrimento. Não tem mais que ir no abrigo, não tem mais que deixar elas, não tem mais que ver elas chorando, voltar para casa e não poder ficar com elas. Acabou o sofrimento quando sai a adoção de ambas as partes.

Cristiane: E a convivência hoje como está?

Mara: Está bem. Tirando a Pri, que só apronta.

Cristiane: O que ela faz Mara, ou o que ela não faz?

Mara: Sábado a gente divide as tarefas, eu lavo e passo as roupas delas. A Rafa lava banheiro, a Laura limpa a cozinha, ela (Pri) é a que fica com menos serviço. Ela só tem que limpar a sala, varrer a sala. Eu estava lá na frente, que eu estava limpando a minha casa. Eu estou com as unhas todas comidas e liguei para a manicure dizendo que não ia fazer as unhas porque estava toda machucada, não dava para lixar. Então a manicure é muito gente boa, então falou manda as meninas que eu faço de graça. Porque falo não tenho dinheiro para pagar toda a semana para mim e as três meninas. Magina R\$ 20,00 (Vinte Reais) cada uma. E ela falou não cobro, faço de coração para as meninas. Ela fez de graça, mas eu ajudo ela, dou muita roupa para ela mandar para o nordeste, compro passagem para ela no cartão, eu ajudo muito ela. Ela fala você me ajuda muito, então eu quero ajudar fazendo a unha das meninas. Então quando foi hoje falei que não ia fazer a unha que estava na carne, ela falou como você desmarcou em cima da hora, não tem ninguém para colocar no seu lugar, manda as meninas. Liguei para a Laura, porque eu estava na minha casa aqui em frente, falei, você quer fazer a unha filha? Falou quero. Então vai você e a Rafa fazer a unha, é aqui na rua de trás. Foram fazer a unha. A manicure disse que tinha outras clientes e depois que vagar chamava a Pri. Minha irmã falou que ia fazer depilação à tarde, vou levar vocês para fazerem depilação. Eu liguei aqui uma hora da tarde. Fizeram a unha? Fizemos, estamos esperando a tia para fazer depilação. Cadê a Pri? Então a Pri foi com a Sílvia no Extra. Então eu já falei quando sai com as minhas irmãs, a Sílvia tem 30 anos não precisa pedir autorização para mim. Pode sair, se minhas irmãs falarem vamos em tal lugar, pode ir. A não ser que eu tenha marcado alguma coisa ou alguma de nós tiver marcado alguma coisa, só avisa. Aí foi no Extra, cadê a Pri? As duas lá, eu fui para os Estados Unidos agora e trouxe um tablet para elas. Elas só ficam nessa tablet. As duas lá no tablet com joguinho, eu falei nossa gente olha como está essa casa. Olha o estado desse chão, cheio de sujeira. A, então essa é a parte da Pri elas falaram. Cadê a Pri? Ela foi no Extra. Mas como assim ela foi no Extra? A Sílvia falou que precisava comprar umas coisas, ela pediu para ir e foi. Mas ela não me avisa, ela não fez

a parte dela da casa. Eu já falei para elas vocês podem sair na hora que vocês quiserem, mas sábado, a gente tem empregada a semana inteira, mas o final de semana sou eu e a vovó. Eu passo e lavo roupa o dia inteiro, não faço outra coisa a não ser fazer isso. Então eu preciso de vocês para ajudarem. Ela empurra com a barriga. Tudo que ela puder. Teve um dia que eu estava passando roupa e eu liguei a televisão estava passando um jogo de tênis. Ela parou no sofá e eu vou olhar o jogo de tênis. Eu passando roupa, perguntei o que você está fazendo? Estou assistindo TV. Então mas não hora de você assistir TV. Você já fez a sua tarefa? Na hora que você terminar a sua tarefa você assisti não tem problema nenhum. Você já fez? Não! Então não é para você estar aqui assistindo TV se você não fez a tarefa. A sua tarefa e varrer e tirar pó a menor de todas. A Rafa lava banheiro a Laura limpa a cozinha e as duas lavam o quintal, a sua é a menor. Ela empurra demais para as outras, isso me deixa irritada. Ela não tem dó das outras, o que ela puder empurrar ela empurra. Ela faz corpo mole e empurra para as outras e as outras se irritam. A Rafa principalmente, a Rafa é parecida comigo. Eu sou daquelas se demorar muito eu vou lá e limpo não consigo esperar. A Rafa é muito assim, então a Rafa vai e faz, porque irrita. Ela quer ver as coisas em ordem, ela quer terminar logo. A Laura também, então elas acabam fazendo a parte da Pri. Cansei de botar ela de castigo, porque de manhã as meninas acordam às seis, tomam café quinze para as sete eu deixo na escola. Então como elas saem cedo e levantam muito cedo, falei Pri faz um favor para mim, troca a água da Lua? Da cachorrinha que fica lá no quarto e o tapetinho que ela faz xixi. Você faz isso para mim? Faço. Tem uma cachorra que é diabética, que é a Linda, e ela tem que comer uma hora da tarde, a Rafa dá comida para ela uma hora da tarde. O Juca tem que comer às quatro da tarde, minha mãe faz a comida e a Laura coloca para ele. Então cada uma cuida de um, mas eu não obrigo ninguém, eu pergunto, você pode fazer isso para mim? Se não puder tudo bem. O cachorro é meu, é minha obrigação cuidar dele. Você vai olhar ela não trocou a água da Linda, ela não trocou o tapete. Ela não faz. É repetição, mas é muita repetição. A minha irmão falou acho que ela é hiperativa, não tem concentração. Não sei a gente precisa ver o que ela tem.

Cristiane: Hiperativa não, só se for um déficit na atenção. Mas eu acho que não, se não teria aparecido problemas na escola.

Mara: Ela é malandra. Ela vai bem na escola. Eu vou nas reuniões ela vai super bem. A professora só reclama que ela fala demais.

Cristiane: Se ela tivesse algum déficit ela não conseguiria ter esse rendimento.

Mara: A professora fala que é boa aluna e ela não tira notas baixas, mas ela não estuda. Ela não pega um caderno, você não vê ela fazendo lição nada. Quer dizer, quando tem que fazer, é obrigação. Ela faz rapidinho.

Cristiane: Mas vocês estudam bastante aqui.

Mara: Mas ela é a que menos estuda, porque ela vai de tarde para a escola. Ela levanta de manhã, você não tem nada aí que eu possa ler. Eu fiz uma assinatura de gibi para ela. Para ela ter gibi para ler. Então chega gibi uma vez por mês ela devora gibi em uma hora, ela devora cinco ou seis gibis, ela gosta de ler gibi. Mas ela fica a manhã inteira sem fazer nada. Falo Pri pega um livro da escola. Adianta lição.

Cristiane: São os ritmos de vocês que são diferentes.

Mara: Mas as outras duas estudam a tarde inteira com a minha mãe. Chega de noite elas têm aula de inglês, quando não tem a Joana pega elas para estudar matemática e está vindo desde agosto porque a Rafa foi escolhida como uma das oito alunas da escola. Te falei?

Cristiane: Falou.

Mara: Então ela não passou na segunda fase da prova no São Luís que tem bolsa cem por cento integral.

Cristiane: Mas é difícil.

Mara: A gente falou para ela.

Cristiane: Você viu o Santa Maria?

Mara: O Santa Maria não dá bolsa. Ele estava nesse programa do Smart, cada ano são cinco colégios que fazem parte desse programa. A escola escolhe os alunos e nesse ano você não consegue bolsa nesses colégios. Então ela não passou no Smart. No Etapa não passou. A Joana falou a gente está estudando desde agosto. A gente não, elas e a Joana. Eu não entendo nada de matemática, falei pega a sua tia, porque meu negócio é inglês só. A Joana falou nós estamos estudando a dois, três meses não dá para recuperar um ano perdido, dois anos perdidos em dois meses. Infelizmente eu não tenho dinheiro para pagar uma escola particular para elas, cem por cento agora. Eu falei Rafa a gente começa a estudar agora no começo do ano, porque o São Luís tem prova também para o segundo ano, no final do ano que vem, se você estudar o ano inteiro. Acho que vai ser mais simples, ai você faz a prova para tentar ir no segundo ano para o São Luís, ou do Etapa. Ela chorou, porque o São Luiz é um “puta” colégio, ela foi lá para fazer a prova e ficou super empolgada e ela achou que tinha ido bem e não passou.

Cristiane: Mas devem ser provas bem difíceis não é Mara?

Mara: Do São Luís 600 candidatos para 120 vagas. A gente conversou com ela, eu não tenho dinheiro para colocar você num colégio particular agora, só de plano de saúde a gente está gastando quase R\$ 1500,00, o colégio mais barato está R\$ 1800,00. Ainda tem o Marista que eu mandei toda a documentação, estou esperando a resposta. Mandei e-mail para mais de vinte escolas, duas ou três responderam pedindo hollerith provando que a senhora não pode pagar a escola. Na verdade ela fez três provas, do Smart que ela não passou, só a primeira fase, do São Luís não passou e do Etapa. Do Etapa era muito difícil, tinha questões que a Joana não conseguia resolver, ela que é Economista e meu irmão que é Engenheiro, quem dirá uma menina. Então o Etapa estava fora de cogitação.

Cristiane: E a Laura?

Mara: A Laura está bem. Ela adiantou um ano. E para ela acho que vai ser mais fácil, porque minha irmã está ensinando as mesmas coisas para as duas, então acho que quando chegar ano que vem ela vai estar na frente. As notas

de ambas são muito boas. Ninguém reclama nada delas nas reuniões, são super aplicadas, boas alunas.

Cristiane: Mais a Pri com essa questão de ritmo?

Mara: Ponho ela de castigo. Dei despertador, dei celular, eu não minhas irmãs eu dei o despertador. Pri você tem que levantar oito horas, magina.

Cristiane: Ela dorme muito tarde?

Mara: Ela fica vendo TV até tarde. Já falei que é até às dez. Quando pego.

Cristiane: Filhos não são todos iguais. Mesma educação, mas respondem de maneiras tão diferentes.

Mara: Eu botei ela de castigo, ela estava acordando seis horas junto com as meninas, aí estava muito frio no inverno. Fui tratar os cachorros, acordo 05:30, levo a Sílvia para o ponto. Dou remédio para uma galera, um tem hipotireoidismo, outro anemia. Tem tomar o remédio, só comer uma hora depois. Levo as meninas para a escola. Aí volto e venho tomar banho. Aí eu cheguei ela tinha que trocar a água da Linda, quando fui ver ela estava dormindo na casa dos cachorros. Vou te mostrar a foto. Ela adora os cachorros, ela ama os cachorros se deixar ela fica o dia inteiro com eles. Aí eu falei a partir de amanhã eu vou te chamar às oito, mas se eu não chamar ela não levanta. O despertador toca o celular toca, ela não acorda. Quando eu venho tomar banho, vinte para às oito, tomo banho me arrumo, cinco ou dez para às noite estou saindo para trabalhar eu chamo ela. Falo Pri levanta, ela levanta.

Cristiane: Obrigada Mara.

ENTREVISTA

História 2

Entrevistada: Laura (14 anos)

Entrevistadora: Cristiane

Participação especial: Vó

Cristiane: Você Laura sabia o que era o Programa de Apadrinhamento Afetivo, quando a tia Mara apareceu na vida de vocês?

Laura: Não.

Cristiane: E quando ela começou a trazer você para a casa dela, o que você achou?

Laura: Legal, porque aqui a gente podia fazer mais coisas. Lá no abrigo a gente tinha que dividir mais. Às vezes os meninos queriam assistir outra coisa. Aqui a gente podia assistir o que quisesse.

Cristiane: O que você achou na época?

Laura: Achei legal.

Cristiane: Você gostou de começar a sair? Você queria que isso tivesse acontecido? Aqui tem calopsita?

Mara: Aqui é um zoológico.

Cristiane: Você queria ser apadrinhada?

Laura: Queria.

Cristiane: Você não sabia o que era o apadrinhamento, mas na época que você estava acolhida, você via outras crianças saindo? Quem saía na época?

Laura: Qual era o nome dele? Esqueci.

Cristiane: Como ele era?

Laura: Aquele que saía com uma mulher moreninha, cabelo meio liso, preto.

Cristiane: Quem era Rafaela que saía, você lembra? Na época que a Laura começou a sair com a Mara?

Rafaela: Acho que ninguém saía.

Cristiane: Era o Alexandre?

Laura: Ai não lembro não. Eu lembro que saía, mas não lembro quem era. Saia nos finais de semana, mas eu não sabia que chamava apadrinhamento.

Cristiane: Você tinha vontade que aparecesse alguém para sair com você também?

Laura: Para sair no final de semana com alguém, aí eu tinha vontade.

Cristiane: Tinha vontade, mas não sabia que se chamava apadrinhamento.

Laura: Não.

Cristiane: Foi na época que estávamos começando. Na época você gostou?

Laura: Gostei.

Cristiane: Você falou que já queria que isso acontecesse. Você acha que começou a fazer coisas que não fazia no acolhimento quando foi apadrinhada?

Laura: Sim. Aqui a gente consegue assistir o que a gente quer. Lá a gente tinha que assistir o que todo mundo queria.

Mara: Um dia minha mãe foi fazer uma enquete, jogo da verdade. Para que , né? Perguntou para elas o que elas mais gostavam aqui. A Rafa foi a primeira a responder, falou: a comida. Eu virei para ela e falei: você gosta mais da comida do que de mim? Ela disse: Não, então, né!!! Não, é assim, porque aqui

a gente tem comida à vontade. Lá a gente não podia repetir. Eu falei não, mas gostar da comida é uma coisa, gostar das pessoas é outra. Minha mãe disse: ela está sendo sincera, gosta mais da comida do que de você, fica quieta.

Cristiane: As tias não deixavam você repetir não?

Laura: Não é que era assim, às vezes tinha bastante gente, às vezes não dava a comida. Aí algumas pessoas já repetiam.

Cristiane: Acho que não era falta de comida, mas de um cálculo errado, porque fazia e não fazia o suficiente para todo mundo, porque com certeza comida tinha.

Cristiane: Tinham outras experiências além da televisão?

Laura: Porque quando eu comecei a vim para cá eu comecei a me divertir mais. Eu saía.

Cristiane: No que você se divertia mais?

Laura: Eu saía em mais lugares, eu brincava mais. Brincava mais de jeito feminino.

Cristiane: Por que no acolhimento você não brincava do jeito feminino?

Laura: Não, é porque lá, não tinha muita gente para brincar, tinha muita gente, mas não queriam brincar, então os meninos ficavam jogando futebol e a gente entrava na brincadeira para não ficar sem brincar.

Cristiane: Como foi no começo vim para cá?

Laura: (Ri nervosa) Ah, eu achei legal! Fiquei muito feliz.

Vó: Ela vai ser devolvida!

Cristiane: Pelo amor de DEUS! (risos) A senhora está querendo devolver?

Vó: Tô.

Cristiane: Por que?

Vó: Porque não quero mais.

Mara: Ela (Laura) é o xodó dela. A Laura é o xodó dela.

Cristiane: A, é “puxa-saco”?

Mara: Oxe!

Vó: Ela é um “pé de boi” para trabalhar.

Mara: Não é, porque minha mãe fala assim, ai eu preciso pegar ... Ela já vai lá e pega. Minha mãe fala onde está o meu chinelo? Ta qui Vó.

Vó: Mas eu vou devolver, não vou?

Laura: Não.

Mara: Ainda mais você hein Laura? Ela não vive mais sem você, né Laura?

Vó: Eu gosto das três, mas ela corre para ajudar a gente.

Mara: Ela é pró-ativa. A gente chega do mercado, ela é a primeira. Muito solícita.

Cristiane: Só elogios, Laura.

Vó: Sabe que a Priscila falou para mim? Eu falei se acontecer alguma coisa com a vó? Ela falou assim, ah ... agora nem tanto né vó, porque eu já cresci bastante, já criei juízo. Eu falei assim, quanto de juízo você acha que tem? Noventa por cento. Agora se a vó morrer não está tão difícil para mim. Porque é difícil para elas, elas não tiveram mãe. Então vó noventa por cento, eu acho que agora não vai ser tão difícil se acontecer alguma coisa com a vó, mas primeiro ia ser difícil. Agora não vai ser tanto. Eu falei para ela, eu também penso assim. Ela disse agora já dá para ir sozinha.

Cristiane: Que bom que ela já aprendeu bastante coisa com vocês.

Vó: Aprendeu noventa por cento.

Vó: Mas na escola, o que aprendeu, aprendeu aqui, porque a escola pública está dando nojo. Não vale nada. Elas melhoraram muito. A Joana vem aqui elas estudam.

Laura: A gente está fazendo aula de Inglês.

Vó: Estudam, dou jornal para ler, estão bem. É lógico que não deve estar como outros alunos de uma escola particular, mas lêem muito. Falei minhas filhas se vocês querem ganhar tem que estudar. Como a moça que trabalha aqui, vem cedinho, não teve oportunidade para estudar. A vida dela é dureza, deixa filho com os outros para poder vir trabalhar, então falo para elas está vendo como é difícil a vida, tem que estudar, para ter uma vida melhor tem que estudar.

Cristiane: Todos seus filhos são formados?

Vó: Graças a Deus. Não ficou ninguém. A Mara tinha dez anos quando meu marido morreu. Eu falei enquanto dá para mim ir aguentando, eu vou aguentando, mas vocês aproveitam para estudar enquanto estão aqui comigo, mas todos eles estudaram. A Vilma, que é dentista, nossa, dava dó, de tanto que ela estudava. Pegou a USP, graças a DEUS, não tive que pagar.

Cristiane: A Sílvia e a Virgínia também?

Vó: Também uma Hotelaria Hospitalar, agora está fazendo enfermagem, a outra fez enfermagem.

Cristiane: As duas nessa área hospitalar?

Mara: De tanto eu fazer lavagem cerebral.

Cristiane: Mas elas gostam?

Mara: Oh. A Virgínia vai para o Chile, vai morar lá. O sogro dela morreu e a família já está toda lá. Só estava a sogra aqui e o marido da Virgínia. Então eles vão morar lá. Ele vai em janeiro e ela vai em julho. Pelo menos a gente vai ter lugar para passear, né?

Cristiane: Me chamem quando for.

Cristiane: Então vamos voltar. Quando você chegou aqui como foi?

Laura: A primeira vez que eu vim para cá, vários costumes eram diferentes. Achei um pouco esquisito, depois eu comecei achar legal.

Cristiane: O que era esquisito?

Laura: Sei lá o costume que era diferente. Eu podia comer a hora que eu quisesse.

Cristiane: Quais outros costumes?

Laura: (Ri) Sei lá, outros costumes.

Cristiane: Você está com vergonha?

Laura: Não. Lá a gente tinha horário para comer, lá a gente tinha horário para tomar banho, para dormir. Aqui é diferente, a gente come na hora que sente fome. A gente toma banho assim umas sete horas a gente já começa a tomar banho. A televisão a gente pode colocar no canal que quiser.

Cristiane: Vocês não têm hora para comer?

Laura: Não. Quando está com fome a gente come.

Vó: Onde aqui? A, eu acho que tem que se virar. Está com fome esquenta a comida e come. Só não joga um grão de feijão fora, mas comer à vontade. Pode comer o que quiser.

Cristiane: Você acha melhor assim, ou melhor ter horário?

Laura: Acho melhor assim.

Vó: Por que você acha melhor ter horário?

Cristiane: Não, cada casa tem um jeito.

Vó: Não.

Cristiane: É melhor ter horário quando assim, porque de repente suja louça.

Vó: Hoje eu saí, deixei tudo pronto.

Cristiane: Mas e na semana, devido o horário de escola? É diferente?

Laura É diferente. A gente chega da escola e já come.

Vó: Come. Pega pão, pega leite, pega o que quiser.

Cristiane: Durante o final de semana que é mais flexível a rotina?

Laura: É. Porque dia de semana a gente vai para a escola e chega, a Pri já vai e a gente almoça, a gente vai fazer a lição de casa, depois liga a televisão para assistir, a gente estuda mais um pouco e come mais alguma coisa.

Cristiane: Você estranhou de ser diferente?

Laura: Sim.

Vó: Por que lá era no horário?

Laura: Tinha.

Cristiane: No acolhimento é tudo muito regradinho, porque são muitas crianças. Então se cada um come num horário a tia não sai da cozinha.

Vó: Aqui elas tomam leite cedo e vão para a escola, elas voltam eu estou com o almoço pronto. Elas comem no horário certo. Elas são muito comilonas porque elas estão na idade que cresce. Então sobra salada, às três horas elas vão temperar a salada e comer. Mas eu não ligo, desde que não jogue fora. Eu até gosto. Elas se viram. Hoje eu saí elas esquentaram e comeram, não sei se esquentaram.

Laura: Eu esquentei o feijão.

Cristiane: Você tentou se acostumar ou demorou para se acostumar?

Laura: Não, eu me acostumei rápido.

Cristiane: Isso quando ainda era o apadrinhamento? E quando você veio morar aqui?

Laura: Aí eu já estava acostumada.

Cristiane: Você sentiu muita mudança do período de apadrinhamento para quando houve a adoção e você veio morar aqui?

Laura: Não. É porque no final de semana que a gente vinha para cá a gente saía, agora dia de semana já estuda. Mas nada mudou.

Cristiane: Você acostumou com esse ritmo de estudar?

Laura: Rum rum.

Cristiane: Porque no acolhimento estudava mais no horário de escola.

Laura: É.

Vó: Lá brincava de corda, agora brinca com os livros.

Cristiane: Você se sentiu muito cobrada de ter que estudar mais?

Laura: Não. Na primeira vez a vó me deu o jornal para poder ler e depois escrever. Ela só ficou me ajudando nas coisas que eu não sabia.

Cristiane: Quando você foi apadrinhada pela tia Mara como você foi recebida pela família?

Laura: Acho que eu fui recebida com muito carinho. Muito bem.

Cristiane: Quando você foi morar no acolhimento, você esperava que ia acontecer o que com você?

Laura: Eu pensei que eu ia voltar com a minha mãe.

Cristiane: Mas quando você soube que ela faleceu?

Laura: Aí eu pensei que nunca mais ia sair de lá. Que só ia sair quando fosse para trabalhar mesmo. Eu não pensava que alguém ia me adotar.

Cristiane: E quando apareceu a Mara?

Laura: Aí já foi diferente, aí eu já comecei a pensar né, quando ela começou a primeira vez que eu vim no aniversário da Rafa que ela poderia adotar a gente, eu comecei a ficar mais alegre.

Cristiane: Então você pensou, embora ela fosse sua madrinha. Quem pensou em adoção, você pediu para ela?

Laura: Não.

Cristiane: Mas você imaginava ela te adotando?

Laura: Imaginava.

Cristiane: Mas se ela falasse não é só apadrinhamento mesmo?

Laura: Aí eu não sei como seria.

Cristiane: Você ia topa?

Laura: Iria.

Cristiane: Iria aceitar?

Laura: Iria.

Cristiane: O que você acha que aconteceu, primeiro ela só apadrinhou você e sua irmã e a Rafa, para ela querer deixar de ser madrinha para adotar vocês?

Laura: Acho que ela deve ter gostado da gente, né? (risos)

Vó: Que?

Cristiane: Eu perguntei o que aconteceu para a Mara querer deixar de ser madrinha para ser mãe delas?

Vó: Aí foi em conjunto, elas vieram no aniversário da Rafa, aí a gente falou puxa se pegasse as três. Aí a gente pensou em ajudar assim em conjunto, não é só a Mara, ficaria no nome da Mara, mas todo mundo ajuda. Porque eu na minha idade não posso, mas eu ajudo. Aí reuniram aí, eu falei vocês pegam, eu estando bem é quem dá bronca, né Laura?

Laura: É.

Vó: Sou eu. Elas não levam bronca. São muito boazinhas. São muito sofridas. Tinha que ensinar tudo. Agora não beleza. Elas são limpinhas. Elas tomam banho, fazem as coisas delas, penduram a toalha. Lavam a calcinha, porque eu nunca lavei calça das minhas filhas. Eu nunca dei calça minha para ninguém lavar. O que a gente ensinar de bom elas aprenderam. Agora já está beleza, não tem que ensinar muito mais. Então elas gostam muito de passear, no começo iam mais, agora já enjoaram, né?

Laura: Não!

Vó: Vão na pizzaria com o Ricardo com a Vilma. Elas têm mesada. Quanto você tem de mesada? É pouco mas tem.

Laura. Cinquenta Reais.

Vó: Eu dou mesada, mas os outros dão assim, compra roupa.

Laura: Leva a gente para passear.

Vó: A Vilma compra roupa, toda semana um pacote de chocolate.

Laura: Bombom, Ouro Branco.

Vó: Um por semana, estão até o nariz de chocolate. Então a Vilma sai, vou levar isso para as meninas. Então elas gastam bem mais, mas a mesada sou eu.

Cristiane: A senhora é aposentada?

Vó: Sou, mas eu estou na ativa. A Joana tem loja.

Cristiane: A senhora faz a comida para o pessoal?

Vó: É. Porque eu tenho meu genro que ele tinha, trabalhava com o pai dele em outra firma, o marido da Vilma e ele estava querendo por loja, aí a Joana estava se aposentando no Banco do Brasil e falou Ricardo eu vou receber um bom dinheiro e a gente põe uma loja. Estão com a loja de pneus, conserto de carros há dez anos. Eu cozinho para a loja, eles vêm almoçar e levam a comida. Quando dá três horas já vão comer de novo. Estão crescendo.

Cristiane: A senhora trabalhava? A senhora era professora?

Vó: Não, mas eu gosto muito de ler. Laura está lendo para caramba. Se você pedir para ela ler, está lendo bem. A Vó dá jornal. Lê jornal. Eu mando elas lerem para ver. Eu corrijo. Palavras que elas não sabiam. Sabia nada quando ela chegou aqui.

Laura: Não sabia ver a hora.

Vó: Perguntava que palavra é essa? Agora está bem.

Cristiane: Então você imaginou que poderia ser adotada quando a Mara a trouxe para cá?

Vó: Mas a Joana falou muito disso também D. Laura. A Joana que deu coragem para a Mara, porque sozinha, né? Vamos, nós pegamos em equipe, fica no seu nome. Em equipe todo mundo ajuda. Elas vão para restaurante. Todo mundo participa.

Cristiane: E o que ficou diferente quando você deixou de ser afilhada para ser filha?

Laura: (Riso) Não sei.

Vó: Acho que deu mais segurança.

Laura: É eu fiquei mais segura.

Cristiane: Você falou que a Mara gostou de você e quis adotar e a Vó falou que a Joana também deu força. Da sua parte você queria que isso acontecesse?

Laura: Queria.

Cristiane: Por que?

Laura: Porque eu senti confiança quando eu comecei a vir para cá. Nos finais de semana eu comecei a sentir confiança e eu acho que é isso.

Cristiane: Que imagem vem na sua cabeça ou uma imagem sobre o apadrinhamento. O que você sentiu quando aconteceu na sua vida?

Laura: Não lembro.

Cristiane: A Mara ia te buscar, depois te levava para o acolhimento. Como você passava a semana?

Laura: Eu ficava com saudade. Eu queria que passasse a semana logo para eu vir para cá.

Cristiane: E quando ela não ia te buscar?

Laura: Aí eu ficava triste.

Cristiane: Ela te avisava?

Laura: Avisava.

Cristiane: Você acha que esse apadrinhamento foi bom para você?

Laura: Sim. Acho que foi bom.

Cristiane: Por que?

Laura: É foi bom. (Riso)

Cristiane: E se não tivesse tido nenhum apadrinhamento para você, teria sido diferente?

Laura: Eu iria pensar mais que nunca seria adotada. Porque se você não tem o apadrinhamento e começa a ficar mais tempo no abrigo, aí eu comecei a pensar que não ia ser adotada.

Cristiane: Você acha que vai passando o tempo e vai ficando mais difícil?

Laura: As pessoas gostam mais de adotar bebê.

Cristiane: Alguém falou isso para você?

Laura: Não, mas é porque lá no abrigo eu via, né? Algumas crianças chegavam já bebê e já ia para uma família adotiva.

Cristiane: Você percebeu isso?

Laura: Foi.

Cristiane: Se você pudesse dar um nome para o caminho que levou do apadrinhamento até a Mara adotar você, que palavra vem à sua cabeça?

Laura: Ainda bem, sei lá!

Cristiane: Ainda bem! Tudo bem.

Cristiane: Mais algo que você queira falar?

Laura: Não.

Cristiane: Você falou que no apadrinhamento todo mundo te recebeu bem, com carinho. E quando foi decidido pela adoção?

Laura: Eu acho que foi com mais carinho ainda.

Cristiane: Como está a convivência hoje?

Laura: Está bem. Até com a Rafaela.

Cristiane: Por que você não se dava bem com a Rafa antes?

Laura: No começo a gente se estranhava muito.

Cristiane: Por que será?

Laura: Não sei. Mas depois a gente foi melhorando bastante.

Cristiane: Você acha que está bem hoje? Você gosta de viver aqui?

Laura: Gosto.

Cristiane: Você acha que poderia ter tido outro caminho?

Laura: Não.

Cristiane: Você se arrepende de ter vindo para cá?

Laura: Não.

Cristiane: Se você estivesse acolhida ainda, se a Mara aparecesse, você iria aceitá-la como madrinha?

Laura: Sim.

Cristiane: E como mãe?

Laura: Sim.

Cristiane: Quanto tempo você está aqui?

Laura: Já faz um tempinho, mas não sei quanto.

Cristiane: Você falou que a Mara gostou de você e quis adotá-la, você acha que só ela gostou?

Laura: Não, toda a família.

Cristiane: Quando você chegou aqui você gostou deles?

Cristiane: Logo, ou você foi acostumando?

Laura: Algumas pessoas logo, outros com o tempo.

Cristiane: Você falou que está bem em relação as meninas, mas em relação a todos?

Laura: Estou bem também.

Cristiane: Tem alguém que você apegou mais?

Laura: Tem. A Vilma.

Cristiane: E também com a Silvia, você é bem colada?

Laura: É.

Cristiane: Que fase você acha que foi melhor, o apadrinhamento ou quando ocorreu a adoção?

Laura: Quando ocorreu a adoção.

Cristiane: Você queria muito que acontecesse?

Laura: Sim.

Cristiane: Você acha que o apadrinhamento é algo bom para as crianças?

Laura: Acho que sim.

Cristiane: Por que?

Laura: Porque ela vai se adaptando mais. É melhor do que se alguém chegar já falar que vai te adotar, e você nem se acostumou com a pessoa.

Cristiane: Se o Juiz perguntasse se foi importante o apadrinhamento para a sua vida, o que você diria para ele?

Laura: Que foi.

Cristiane: Você recomendaria para outras crianças?

Laura: Sim.

Cristiane: Você acha que pode fazer mal às crianças?

Laura: É, uma parte sim, outras não. Por que se por exemplo, a criança for apadrinhada, aí ela se acostuma com a pessoa e depois se a pessoa não pode ficar com ela, aí ela já acostumou com a pessoa. Uma parte é boa e outra é ruim.

Cristiane: O que a gente pode fazer para isso não acontecer?

Laura: Aí já não sei.

Cristiane: Quando você vinha para cá, não tinha uma conversa com você dizendo que a Mara era somente madrinha?

Laura: Tinha. Mas eu já ficava pensando nisso que é só minha madrinha, mas poderia aparecer outra pessoa para me adotar ou ficar no abrigo mesmo.

Cristiane: É que logo ela começou a falar de adoção, né?

Laura: Depois do aniversário da Rafa que a gente começou a vir para cá foi.

Cristiane: Mas se a Mara falasse eu vou ser só sua madrinha, se fosse conversado que ela seria somente sua madrinha, você acha que faria mal?

Laura: Falando desse jeito não.

Cristiane: Você conhece amigos que têm padrinhos?

Laura: Aqui ou no abrigo?

Cristiane: Na escola, alguém já falou de padrinhos ou madrinhas?

Laura: Acho que ninguém fala na escola.

Cristiane: Você não conhece ninguém que tem padrinho. Seus tios aqui não são padrinhos de nenhuma criança?

Laura: Se não me engano a Joana vai ser madrinha da Lia.

Cristiane: Quem é a Lia?

Laura: A Lia é a que o Carlos e a Celma adotaram.

Cristiane: Mas já batizaram?

Laura: Não, vai batizar ainda.

Cristiane: Então a Lia vai morar com a Joana?

Laura: Não (risos).

Cristiane: Inicialmente madrinha e padrinho não vão adotar e isso nós temos que conversar com as crianças para ver se elas aceitam. Os padrinhos são pessoas que ajuda, que gostam, podem levar as crianças para casa para passear, mas cada um tem sua casa. Você acha que mesmo a Mara dizendo que ia ser somente sua madrinha, você ia preferir tê-la enquanto madrinha ou ficar sem ela?

Laura: Eu acho que preferia tê-la.

Cristiane: Mesmo que fosse só apadrinhamento?

Laura: Isso. Porque achava divertido, ia sair um pouco do abrigo. Me divertir mais.

Cristiane: Então vir para cá, mesmo que fosse só apadrinhamento você tinha diversão. Mais algo que você quer dizer?

Laura: Não.

Cristiane: Então eu vou te pedir um desenho, de quando você era afilhada e depois de quando você passou a ser filha?

Laura: Faço.

ENTREVISTAS

História 2

Entrevistada: Priscila (11 anos)

Entrevistadora: Cristiane

Cristiane: Quando você morava lá no acolhimento, sabia o que era apadrinhamento afetivo?

Priscila: Não.

Cristiane: Não sabia

Cristiane: E quando a Mara começou a te levar, por que você acha que ela começou te levar?

Priscila: Ela gostou da gente.

Cristiane: Ai ela quis levar?

Cristiane: Mas você viu outras crianças saindo?

Priscila: Vi.

Cristiane: Você não sabia que isso era apadrinhamento afetivo, o fato de te levar para passear?

Priscila: Pensei que era adoção.

Cristiane: Você pensou que era adoção ?

Cristiane: Na época estávamos começando e não deixamos muito claro, o que era apadrinhamento.

Priscila: É.

Cristiane: E quando a Mara começou leva-lá para passear, pegar no final de semana, o que você achou?

Priscila: Legal.

Cristiane: O que foi legal?

Priscila: Legal! Porque me sentia bem, porque senti que tava no lugar certo.

Cristiane: – No lugar certo? O que tinha aqui que você achava que era o lugar certo?

Priscila: Não sei.

Cristiane: O que é estar no lugar certo?

Priscila: É se sentir bem onde está.

Cristiane: Ah.

Cristiane: Você se sentia bem? Então?

Cristiane: E lá no acolhimento?

Priscila: Lá também. Não muito.

Cristiane: Por que lá era bem, aqui também era bem, qual é a diferença?

Priscila: Aqui era um pouco melhor, porque lá os meninos ficavam me xingando, essas coisas.

Cristiane: Aqui ninguém te xingava?

Priscila: Não.

Cristiane: Entendi.

Cristiane: Como você acha que aconteceu da Mara levar vocês?

Priscila: Acho por causa da Rafaela que ela ia adotar a Rafaela e perguntou quem queria convidar para festa dela. Eu e a Laura aí ela convidou a gente e gostou e queria adotar a gente também.

Cristiane: Você gostou dessa ideia?

Priscila: Gostei.

Cristiane: E você sabia o que era ser adotada?

Priscila: Mais ou menos.

Cristiane: O que era para você?

Priscila: Sei lá é se sentir em casa.

Cristiane: Se sentir em casa? Isso é ser adotada?

Priscila: É ter família.

Cristiane: Entendi, então ser adotada é sentir-se em casa, ter uma família. E você acha que isso precisava acontecer na sua vida?

Priscila: Sim.

Cristiane: Por que?

Priscila: Ah porque não sei.

Cristiane: Você queria ter uma família, ter outra família?

Priscila: Sim.

Cristiane: Queria?

Cristiane: Antes da Mara aparecer né, quando você chegou no acolhimento você esperava que iria acontecer o que com você?

Priscila: Eu ia ficar lá.

Cristiane: Você achava, tinha outros planos que iria acontecer outra coisa?

Priscila: Não.

Cristiane: Não? Você achava que ia ficar lá? Aí quando a Mara apareceu o que você sentiu?

Priscila: Feliz.

Cristiane: Feliz?

Priscila: É.

Cristiane: Ela chegou e falou que iria ser sua madrinha primeiro. Não? Não falou

nada? Só começou a te trazer para cá, né? Você gostou de vir para cá?

Priscila: No começo eu tinha um pouco de medo dos cachorros, das pessoas que eu não conhecia direito, depois eu fui me acostumando.

Cristiane: O medo depois passou?

Priscila: Rãã.

Cristiane: Mesmo com esse medinho que você sentiu viria de novo?

Priscila: Sim.

Cristiane: Você indicaria para outras crianças o apadrinhamento?

Priscila: Sim.

Cristiane: Agora você entende o que é apadrinhamento, né?

Priscila: Sim.

Cristiane: Sair nos finais de semana para passear, se você tivesse a necessidade de ir ao médico alguma coisa assim a tia Mara poderia ajudar, levar né. É que você nunca precisou quando estava lá, então ela levava mais nos finais de semana, vinham para cá nas férias, você indicaria para outras crianças?

Priscila: Sim.

Cristiane: Mesmo que não tivesse adoção só para sair, passear, você acha isso bom para as crianças?

Priscila: Sim, pra elas conhecerem outros lugares, outras pessoas.

Cristiane: Mesmo que as pessoas não adotassem?

Priscila: Pelo menos eles iam poder passear um pouco, conhecer lugares novos.

Cristiane: E nesse tempo que você foi vindo para cá, como você acha que a família da tia Mara recebeu você?

Priscila: Bem.

Cristiane: Tem alguém que você se apegou mais, quem?

Priscila: A Jo.

Cristiane: O que você sente por ela?

Priscila: Amor.

Cristiane: E pela tia Mara?

Priscila: Ah por todo mundo, sei lá ela é mais do meu jeito.

Cristiane: Quem?

Priscila: A Jo.

Cristiane: Como é seu jeito?

Priscila: Ah é meio que, ela gosta de passear eu também gosto, ela é ... essas coisas.

Cristiane: O que além de passear?

Priscila: Por ser desajeitada tantas vezes.

Cristiane: Por que você se sente desajeitada?

Priscila: Sim, muito.

Cristiane: E como a Jo resolve os desajeitamentos dela?

Priscila: Várias vezes ela esquece a chave dela aqui ai não pode entrar em casa, ai ela liga falando que tá aqui ou esquece lá no fundo no quartinho ou celular.

Cristiane: Então você se sente mais parecida com ela?

Priscila: Sim.

Cristiane: E pela Mara o que você sente?

Priscila: Amor também.

Cristiane: Mais algum outro sentimento você sente?

Priscila: (sem resposta).

Cristiane: O que você acha que a família sente por você?

Priscila: Não sei

Cristiane: Não sabe?

Cristiane: Você já perguntou?

Cristiane: Nem imagina?

Priscila: Tenho vergonha.

Cristiane: Mas nem imagina o que eles sentem por você também?

Priscila: A mesma coisa.

Cristiane: O que?

Priscila: Sei lá!

Cristiane: Você imagina que eles sentem amor por você também?

Priscila: Sim e raiva também.

Cristiane: Raiva também por quê?

Priscila: Porque às vezes fico aprontando, mas agora dei uma paradinha.

Cristiane: O que você apronta?

Priscila: Eu tenho que trocar água da cachorra e trocar fralda, aí fico mexendo com as meninas, fico desobedecendo elas, mas agora melhorei.

Cristiane: Mas por que será que você faz essas coisas?

Priscila: Não sei.

Cristiane: Você gosta de fazer? Será que você tem dúvida do amor da família por você?

Cristiane: Não? Você acredita que a tia Mara e todos gostam de você?

Priscila: Sim.

Cristiane: Você tem medo de ir embora daqui?

Priscila: Tenho.

Cristiane: Tem?

Cristiane: Você acha que isso pode acontecer?

Priscila: Não.

Cristiane: Por que você tem medo?

Priscila: Não sei, porque não quero voltar pra lá.

Cristiane: Por que não?

Priscila: Porque já me acostumei aqui, vai ser difícil.

Cristiane: Então você gosta daqui?

Priscila: Sim.

Cristiane: Você sabia que mesmo as pessoas que amam às vezes sentem raiva também? Não elimina o amor, não acaba o amor, quando a gente sente raiva às vezes sentimos raiva de algumas coisas que as pessoas fazem, mas não da pessoa, assim não deixa de amar quando a gente sente raiva.

Cristiane: Está preocupada que está sendo gravado, está olhando para o gravador, celular?

Cristiane: Risos.

Priscila: Não.

Cristiane: Então, mas quando as pessoas aqui estão com raiva o que elas fazem?

Priscila: Bota de castigo.

Cristiane: Quais são seus castigos?

Priscila: Ficar sem assistir TV, ficar sem sair, sem mexer no celular.

Cristiane: Você acha que isso adianta?

Priscila: Um pouco, algumas coisas.

Cristiane: O que funcionaria?

Priscila: Não sei.

Cristiane: Pra te ajudar a lembrar de trocar a água da cachorrinha, trocar a fralda?

Priscila: O negócio que você me falou.

Cristiane: Que negócio que te falei?

Priscila: A lista.

Cristiane: Você fez a lista?

Priscila: Eu fiz.

Cristiane: Não adiantou?

Priscila: Eu comecei a lembrar.

Cristiane: Ah.

Priscila: Por isso que não fico mais de castigo.

Cristiane: Agora você não fica mais?

Priscila: Agora tirei a lista, já tirei tô acostumada a fazer tudo, uma vez ou outra eu esqueço.

Cristiane: Você colocou a lista em algum lugar?

Priscila: Na porta do armário.

Cristiane: Você olha?

Priscila: Às vezes, já tirei.

Cristiane: Você está lembrando sozinha agora? Está?

Priscila: Mas, uma vez ou outra eu esqueço.

Cristiane: Por que você acha que esquece?

Priscila: Porque eu acho, porque tô com sono quando levanto ai as pessoas....

Cristiane: Mas você dorme tarde?

Priscila: Não. Dez horas vou dormir.

Cristiane: E se for dormir mais cedo?

Cristiane: Não tem sono?

Priscila: Tenho.

Priscila: Esqueço do mesmo jeito.

Cristiane: Talvez você tenha que dormir mais para não esquecer das coisas, né?

Cristiane: Risos

Cristiane: Você queria que aparecesse uma pessoa como a tia Mara na sua vida assim para te apadrinhar?

Priscila: Sim.

Cristiane: Queria? Ou você queria ficar quietinha lá no acolhimento?

Priscila: Não.

Cristiane: Não?

Cristiane: Você acha que apadrinhamento fez com que você tivesse experiências que não tinha no acolhimento?

Priscila: É.

Cristiane:– É o que?

Cristiane: O que você passou a fazer com a tia Mara que não fazia no acolhimento?

Priscila: Acordar mais tarde aqui às vezes acordo às oito e lá acordava às quatro.

Cristiane: Quatro? Mas você estudava de manhã também.

Priscila: É serio, a gente acordava tava tudo escuro parecia meia noite.

Cristiane: Mas também quando dava oito você estava dormindo, né?

Cristiane: Então tá bom. Dormir mais foi bom?

Priscila: Sim.

Cristiane: Você já falou que quando veio para cá estranhou um pouco as pessoas, cachorro, mas foi se acostumando.

Priscila: No começo quando entrei na porta ele pulou em mim pensei que ia me morder. Me derrubou no chão aí comecei a chorar. Ficava atrás da Ma, aí quando ia no banheiro ela segurava ele, aí ele ficava na porta me esperando, aí olhava pelo buraco falava ai não, abria a porta um pouquinho e falava segura ele.

Cristiane: Mas ele fazia brincando ou bravo?

Priscila: No começo ele pulava em mim, nossa passava pomada nas costas, ficava arranhada é porque eu não tava acostumada com aquilo não podia correr, pular no colo, abraçar porque ele tinha ciúmes.

Cristiane: Ele tinha ciúmes? Quem você não podia abraçar, beijar a Mara?

Priscila: O pessoal porque não podia pular no colo porque ele achava que tava pulando na pessoa, correr porque achava que tava brincando e corria também.

Cristiane: E com o foi para você lidar com isso?

Priscila: Bem, aí não podia também ter medo ele estranhava e pulava e depois que eu acostumei não correr e tal, só fiquei com medo quando saia do banheiro né, que ele ficava na porta do banheiro né, aí eu ia pelo cantinho aí ele pulava em mim, aí depois eu fui normal com medo, mas fui normal aí fui me acostumando.

Cristiane: Isso fez você ter vontade de não vir mais pra cá?

Priscila: Não.

Cristiane: Não?

Priscila: Não porque eles falavam que era um abraço.

Cristiane: Era abraço?

Priscila: Era.

Cristiane: Quando ele pulava era para dar um abraço.

Cristiane: (Risos). Mas alguma vez te machucou?

Priscila: Ah, quando ele pulava machucava minhas costas ficava tudo arranhado.

Cristiane: Chorava?

Priscila: Algumas vezes, depois fui acostumando com os machucados passava uma pomadinha.

Cristiane? Mas isso fez você querer desistir de vir para cá?

Priscila: Não.

Cristiane: Você queria vir mesmo o Tob pulando em você?

Priscila: Sim.

Cristiane: Entendi. O que tinha aqui que fazia você ter vontade de vir mesmo o cachorro te machucando?

Priscila: Eu conhecia outro lugar, não sei, mas também lá no abrigo meu sonho era ter um cachorro e agora eu tenho, mesmo com ele pulando em mim me machucando.

Cristiane: Teu sonho era ter um cachorro, agora você tem um monte, né?

Priscila: Onze.

Cristiane: Onze né? Por falta de um tem onze.

Cristiane: Você esperava que iria ser adotada?

Priscila: Não.

Cristiane: Não esperava? E foi bom?

Priscila: Foi.

Cristiane: Você acha que agora esta no lugar certo?

Priscila: Sim.

Cristiane: Teria outro lugar para você estar agora?

Priscila: Não. Acho que não.

Cristiane: É aqui mesmo né?

Priscila: É.

Cristiane: Ficou diferente quando a tia Mara deixou de ser sua madrinha para ser sua mãe?

Priscila: Não eu pensei que ela já era minha mãe mesmo, me trazendo nos finais de semana eu pensava que ela só me trazia porque tinha que ir para a escola e só né. Não mudou nada só mudou porque fico na semana, não mudou nada. Claro que quando acordava um estava indo na rapidez um ia trabalhar outro cozinhar, mas fui me acostumando.

Cristiane: Era muito diferente do acolhimento?

Priscila: Era.

Cristiane: Por que?

Priscila: Porque lá o pessoal acordava na mesma hora e aqui eu acordo às oito, a Mãe cinco a Vó às três.

Cristiane: A Vó acorda às três da manhã?

Priscila: É tem dia que ela fica a noite toda acordada, ela não consegue dormir.

Priscila: A Mãe também por causa dos cachorros quando ela dormia aqui ela ficava preocupada com o Juca e a Linda. Ela não consegue dormir à noite, não sei como uma pessoa não consegue dormir à noite toda.

Cristiane: E você dorme tanto, né?

Cristiane: Você não entende como tem gente que não dorme, eu também não consigo compreender. Eu também sou assim durmo tarde.

Priscila: Eu também já tentei ficar até três da manhã acordada, uma vez até às cinco foi divertido a gente foi pra casa da Virgínia e tem sabe? Guarda pra proteger é condomínio, aí a gente ficou brincando e quando a gente entrou ficou jogando vídeo-game né, tipo assim não de controle ele vê você na tela e você vai fazendo os movimentos.

Cristiane: Mas você ficou acordada porque ficou fazendo coisa, né?

Priscila: Ah, porque se eu ficar lá deitada, sentada aí já fico com sono.

Cristiane: Entendi ,então você tava ocupada né?

Priscila: Tava muito cansada.

Cristiane: Entendi , você aconselharia o juiz que o apadrinhamento é bom para a vida da criança?

Priscila: Sim.

Cristiane: Você acha que tem alguma coisa ruim no apadrinhamento?

Priscila: Não, a não ser que a pessoa fizesse o apadrinhamento para judiar da criança.

Cristiane: Mesmo que a pessoa não adote a criança, você indicaria o apadrinhamento?

Priscila: Sim.

Cristiane: É entendi.

Priscila: É como se fosse adoção só que a pessoa não vai ficar aqui dia de semana.

Cristiane: Você acha que é parecido?

Priscila: É mais ou menos.

Cristiane: Mas o apadrinhamento a pessoa não é mãe nem pai.

Priscila: É, mas a pessoa pode ser como pai e mãe.

Cristiane: No seu caso você acha que o apadrinhamento foi muito parecido com a adoção a única diferença é que você não passava a semana aqui?

Priscila: É. Eu já pensava que eles eram minha família, mãe, tia, vó como se fosse adoção.

Cristiane: Entendi.

Priscila: Cuidava como família igual como se fosse adoção, só que não tá acostumada chamar de mãe.

Cristiane: Entendi, então porque você era muito bem tratada aí você sentiu que estava na sua família, será que não é isso?

Priscila: É.

Cristiane: Alguma vez aconteceu alguma coisa que você se sentiu mal?

Priscila: Não. Ah depois da adoção quando o Tob morreu.

Cristiane: Faz tempo? Você chorou?

Priscila: Muito. No ano passado.

Cristiane: Mas nada que alguém tenha feito, alguma coisa para você?

Priscila: Não.

Cristiane: Tob também era da família?

Priscila? Ele pensava que ele era humano ficava deitado ocupando todo sofá.

Cristiane: Você gostava dele?

Priscila: Ele foi meu primeiro cachorro que era meu mesmo.

Cristiane: Você sente que essa família é sua?

Priscila: Sim.

Cristiane: Você trocaria de família?

Priscila: Não.

Cristiane: Não. Você queria ser adotada né? Você falou pela Mara por que?

Priscila: Porque me sentia bem.

Cristiane: Mas alguma coisa você quer falar do apadrinhamento?

Priscila: Não.

Cristiane: E da adoção?

Priscila: Não é a mesma coisa?

Cristiane: Pra você é a mesma coisa você falou?

Cristiane: Quando você pensa no apadrinhamento que palavra vem na sua cabeça?

Priscila: Doação.

Cristiane: Doação ou adoção?

Priscila: Adoção (risos).

Cristiane: E quando você pensa na adoção que palavra vem na sua cabeça?

Priscila: Apadrinhamento.

Cristiane: Tá bom, porque pra você é a mesma coisa. A única diferença é que você não ficava a semana.

Cristiane: O que você acha que ganhou com o apadrinhamento?

Priscila: Uma família.

Cristiane: E com a adoção o que você ganhou?

Priscila: Uma família.

Cristiane: Tá bom. (risos). Mais alguma coisa você quer dizer?

Priscila: Não.

Cristiane: Como está a convivência de vocês agora?

Priscila: Bem, um pouco complicada, mas bem.

Cristiane: Por que tá complicada?

Priscila: Por causa do castigo, mas bem agora, antes quando eu ficava de castigo, mas agora que não tô mais de castigo, tá bem.

Cristiane: Tá bem. É difícil para você fazer o que eles te pedem?

Priscila: Algumas coisas.

Cristiane: O que?

Priscila: Tratar a cachorra, fico com preguiça.

Cristiane: Você faz coisas durante a semana?

Priscila: Algumas vezes.

Cristiane: Alguém te pede?

Priscila: Tipo assim limpar o banheiro, lavar a cozinha a gente faz todo sábado e domingo, porque na semana tem a mulher.

Cristiane: Você que lava o banheiro?

Priscila: Não eu não a Rafaela.

Cristiane: E qual é a sua tarefa?

Priscila: Varrer a casa.

Cristiane: Tudo.

Priscila: É varrer a casa, arrumar o sofá limpar lá trás.

Cristiane: Você acha que é muita coisa?

Priscila: Não só quando tá frio que tem que mexer com água.

Cristiane: Você acha que poderia fazer outras coisas?

Priscila: Sim, não sei.

Cristiane: Você acha que trabalha muito aqui?

Priscila: Não.

Cristiane: Não, está bom.

Cristiane: Então vou pedir para você fazer um desenho de quando você era afilhada quando a tia Mara era sua madrinha e depois quando ela passou a ser sua mãe né? Porque depois que ela te adotou passou a ser sua mãe, legalmente ela é sua mãe tem a função, ela é responsável por você. Então você faz esse desenho para mim de quando era madrinha e quando ela passou a ser sua mãe, você faz esse desenho para mim?

Cristiane: Você quer falar mais alguma coisa? Você acha que alguma coisa não te perguntei?

Priscila: Não

Cristiane: Então está bom, obrigada!

ENTREVISTAS

História 2

Entrevistada: Rafaela (14 anos)

Entrevistadora: Cristiane

Cristiane: Bom, Rafaela vou fazer algumas perguntas para você tá bom?

Cristiane: Você sabia o que era o programa de apadrinhamento afetivo quando você morava no acolhimento?

Cristiane: Não.

Cristiane: Não? E quando a tia Mara começou a buscar você, você achou que ela estava te buscando por quê?

Rafaela: Porque ela queria passar alguns dias comigo pra sair.

Cristiane: Já tinha outras crianças na época quando aconteceu isso?

Rafaela: Acho que não, acho que algumas não lembro quem.

Cristiane: Hum, e você tinha vontade de sair do acolhimento?

Rafaela: Tinha.

Cristiane: Tinha? Você queria que surgisse alguém então que fizesse isso com você que levasse para passear nos finais de semana, você tinha vontade?

Rafaela: Tinha.

Cristiane: E quando a tia Mara apareceu né, você notou ela, você reparou nela?

Rafaela: Um pouco só.

Cristiane: Hum, você falou alguma coisa de sair com ela ou ela se manifestou?

Rafaela: Ela que se manifestou.

Cristiane: E quando falou que era ela o que você achou?

Rafaela: Bom.

Cristiane: Você gostou?

Rafaela: Sim.

Cristiane: E como foi para você então passar a ser apadrinhada?

Rafaela: Legal porque eu poderia fazer mais coisas, passear.

Cristiane: Então como foi para você?

Rafaela: Foi bom. Porque aí poderia sair mais me divertir mais.

Cristiane: Só por isso?

Rafaela: É que talvez eu poderia ter alguém que me adotasse.

Cristiane: E era importante para você ser adotada?

Rafaela: Era.

Cristiane: Quando você chegou no acolhimento você achou que iria acontecer o que com você?

Rafaela: Que eu ia ficar lá e ninguém iria mais me adotar.

Cristiane: Isso te preocupava?

Rafaela: Sim.

Cristiane: Você queria que acontecesse o que?

Rafaela: Que eu fosse adotada por alguém e tivesse um bom futuro.

Cristiane: Você sabia o que era ser adotada?

Rafaela: Sim.

Cristiane: O que era ser adotada?

Rafaela: Ah, uma pessoa levar você para sua casa e ela ser como uma mãe para você.

Cristiane: E você queria isso?

Rafaela: Queria.

Cristiane: Você acha que o apadrinhamento fez com que você fizesse coisas diferentes do que fazia no acolhimento?

Rafaela: Sim.

Cristiane: O que?

Rafaela: Lá a gente não saía muito. Só de vez em quando e aqui a gente ia para o shopping, jantar fora, em algum parque.

Cristiane: E como foi para você quando veio aqui a primeira vez?

Rafaela: Eu achei estranho.

Cristiane: E o que você achou estranho?

Rafaela: Pessoas que eu não conhecia, coisas diferentes de lá do abrigo.

Cristiane: O que era diferente?

Rafaela: O dia dia de lá era diferente daqui

Cristiane: Mais o que?

Rafaela: Lá a gente só ia para o CCA e depois voltava e ficava assistindo TV e aqui a gente poderia sair.

Cristiane: E isso era bom?

Rafaela: Era.

Cristiane: E como você acha que a família te acolheu aqui?

Rafaela: Bem.

Cristiane: Bem, como você se sentiu quando chegou aqui?

Rafaela: Eu fiquei com um pouco de vergonha, mas depois foi bom.

Cristiane: Teve alguém que você se apegou mais?

Rafaela: Teve o Tô.

Cristiane: Quem é o Tô?

Rafaela: O Tob, meu cachorro.

Cristiane: Você se apegou mais a ele?

Rafaela: É e depois foi mais as pessoas.

Cristiane: E quem foram as pessoas?

Rafaela: A só a tia.

Cristiane: Entendi, e como você tava falando quando você chegou lá não esperava ser adotada, mas você queria que aparecesse alguém para ser como se fosse sua mãe sua família?

Rafaela: Sim.

Cristiane: E quando você foi apadrinhada você já ficou criando essa expectativa essa esperança de adoção?

Rafaela: Fiquei.

Cristiane: Você ficou imaginando que isso poderia acontecer?

Rafaela: Sim.

Cristiane: Você não achou que ela iria ser sua madrinha?

Rafaela: Não.

Cristiane: Por que não?

Rafaela: Ah, vai que a pessoa gosta de você e acaba sendo sua mãe e seu pai?

Cristiane: E isso aconteceu?

Rafaela: Sim.

Cristiane: Tá, mas da parte da Mara e do seu lado o que aconteceu?

Rafaela: O que aconteceu? Eu não... risos

Rafaela: Aconteceu que eu vim pra cá.

Cristiane: Não, mas no seu coração o que aconteceu?

Rafaela: Eu tive uma chance de ter uma família.

Cristiane: Mas essa é a família que você queria?

Rafaela: Era.

Cristiane: Por que?

Rafaela: Porque aqui era legal, podia sair pessoas que gostava de mim eu ia ter uma família boa.

Cristiane: Mas, e você o que sentia por eles?

Rafaela: Eu gostava.

Cristiane: Entendi. O que ficou diferente de quando você deixou de ser afilhada e quando a Mara era a madrinha e quando você virou filha quando você foi adotada, o que ficou diferente?

Rafaela: Que quando eu era afilhada eu só vinha pra cá nos finais de semana pra sair e tal e depois eu fiquei aqui de vez, ia pra escola.

Cristiane: Mudou o relacionamento de vocês?

Rafaela: Sim.

Cristiane: O que mudou?

Rafaela: Acho que ficou mais forte.

Cristiane: Ficou mais forte. O que ficou mais forte?

Rafaela: O carinho.

Cristiane: Você aconselharia as pessoas do Fórum que o apadrinhamento é uma coisa boa para as crianças?

Rafaela: Sim.

Cristiane: O que pode acontecer de ruim, quais são as desvantagens do apadrinhamento?

Rafaela: Que a pessoa só pode levar a outra pra casa, aí não gostar e te devolver e não pegar mais.

Cristiane: E isso é ruim?

Rafaela: Sim.

Cristiane: Tem alguma coisa que pode ser feito pra isso não acontecer?

Rafaela: Só se não tivesse apadrinhamento.

Cristiane: Mas seria bom não ter apadrinhamento?

Rafaela: Seria bom não ter.

Cristiane: Não ter?

Rafaela: E ter também.

Cristiane: Mas o que você acha que é melhor ter ou ter?

Rafaela: Ter.

Cristiane: Ter. O que é bom no apadrinhamento?

Rafaela: Você vai para casa da pessoa no final de semana lá conhece coisas que você não sabe.

Cristiane: E o que é de ruim, de repente não dar certo e a criança não voltar?

Rafaela: É.

Cristiane: Seria bom então não ter, mas aí também não ter ninguém?

Rafaela: É.

Cristiane: Você acha que é mais recomendado ter ou não ter o apadrinhamento?

Rafaela: Mais recomendado ter.

Cristiane: Ter. Você seria apadrinhada de novo se fosse agora, tudo que você já viveu do apadrinhamento, você acha que isso você passaria de novo pelo apadrinhamento?

Rafaela: Acho que não.

Cristiane: Não, não como assim? Você entendeu o que eu perguntei?

Rafaela: Não.

Cristiane: Vamos supor que você vivesse no acolhimento ainda, e até se você tivesse passado por um apadrinhamento que não tivesse dado certo você queria ser apadrinhada de novo?

Rafaela: Sim.

Cristiane: Queria. Um que não tivesse dado continuidade, não que não tivesse dado certo, você queria ser apadrinhada por outra pessoa?

Rafaela: Sim.

Cristiane: Sim, então mesmo que não tivesse dado continuidade você acha que seria uma coisa boa?

Rafaela: Sim.

Cristiane: Quando você chegou aqui depois que foi adotada como foi a recepção de todos?

Rafaela: Quando eu fui adotada?

Cristiane: É?

Rafaela: Todos me receberam bem, me trataram bem.

Cristiane: Muitas coisas você teve que se adaptar?

Rafaela: Sim.

Cristiane: O que por exemplo?

Rafaela: Estudar mais que eu não estudava muito, isso.

Cristiane: Foi difícil?

Rafaela: Um pouco.

Cristiane: E o que você fez para superar essas dificuldades?

Rafaela: Eu comecei a estudar mais a separar uma hora pra estudar e outro pra passear.

Cristiane: Entendi, você acha que isso exigiu muito de você?

Rafaela: Um pouco porque lá a gente quase não estudava muito no mínimo era fazer a lição de casa e aqui não, faz a lição da escola e estuda um pouco mais.

Cristiane: Entendi, mas é algo que dá para você cumprir?

Rafaela: Dá.

Cristiane: Você se sente sufocada com isso?

Rafaela: Não.

Cristiane: Vale a pena?

Rafaela: Vale.

Cristiane: Você gostaria de falar alguma coisa assim que foi bom nesse tempo de apadrinhamento e adoção?

Rafaela: Não.

Cristiane: Então você acha que você precisou se acostumar com o ritmo daqui?

Rafaela: Precisei.

Cristiane: Você queria que eles tivessem se acostumado com seu ritmo?

Rafaela: Não.

Cristiane: Você acha que deu para entrar nesse ritmo de funcionamento sem que você fosse muito exigida?

Rafaela: Deu.

Cristiane: Você quando pensa no apadrinhamento por que a tia Mara era sua madrinha né, que palavra vem a sua cabeça que imagem vem na sua cabeça?

Rafaela: Da pessoa levar a outra pra casa.

Cristiane: Só? E quando você passou a ser filha, adoção que palavra vem na sua cabeça que imagem vem pra você?

Rafaela: Você ter uma família.

Cristiane: Isso era importante para você?

Rafaela: Era.

Cristiane: O que era uma família para você?

Rafaela: Ter pessoas ao redor que você gosta que gosta de você quer o seu bem.

Cristiane: Você acha que você tem isso aqui?

Rafaela: Tenho.

Cristiane: Você tem medo de alguma coisa agora?

Rafaela: Não.

Cristiane: Você sente-se segura aqui?

Rafaela: Me sinto.

Cristiane: Você acha que você tinha que ter outra família?

Rafaela: Não.

Cristiane: Você acha que você poderia falar mais alguma coisa daqui desse tempo?

Rafaela: Não.

Cristiane: Nada mais?

Rafaela: Nada

Cristiane: Tanta coisa que eu perguntei não tem mais nada pra falar né?

Cristiane: Está bom, então você pode fazer pra mim um desenho de quando você era afilhada e depois que passou a ser filha?

Rafaela: Posso.

Cristiane: Você acha que esse tempo de apadrinhamento ajudou alguma coisa em você se adaptar quando você passou a morar aqui?

Rafaela: Ajudou.

Cristiane: Você acha se você tivesse vindo direto morar pra cá ser adotada?

Rafaela: Ia achar um pouco mais diferente estranho.

Cristiane: Ia ser mais difícil se adaptar?

Rafaela: Ia.

Cristiane: Alguma coisa foi diferente do que você esperava?

Rafaela: Não... sim porque eu pensei que eu não ia ser assim adotada.

Cristiane: Mas foi diferente para melhor ou pior?

Rafaela: Para melhor.

Cristiane: É?

Rafaela: É.

Cristiane: E como foi ter mais as outras duas vindo também a Priscila e a Laura?

Rafaela: Foi bom porque eu não me sentia só.

Cristiane: Por que no começo ia vir só você né?

Rafaela: É.

Cristiane: Então foi bom?

Rafaela: Foi.

Cristiane: Então você faz o desenho para mim?

Rafael: Faço.

Cristiane: Obrigada pela sua entrevista.